

HUTAN DO CÉU DE ALMEIDA

**TESE DE DOUTORADO**

**COMPONENTES IDENTITÁRIOS EM ICONOTEXTO  
JORNALÍSTICO QUEBEQUENSE ATRAVÉS DA  
TRADUÇÃO & PARA TRADUÇÃO**

Florianópolis  
2015



HUTAN DO CÉU DE ALMEIDA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO  
PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO

COMPONENTES IDENTITÁRIOS EM ICONOTEXTO  
JORNALÍSTICO QUEBEQUENSE ATRAVÉS DA  
TRADUÇÃO & PARA TRADUÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Estudos da Tradução.

**Orientador:** Prof. Dr. Ronaldo Lima

Florianópolis  
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

ALMEIDA, HUTAN DO CEU DE ALMEIDA  
COMPONENTES IDENTITÁRIOS EM ICONOTEXTO JORNALÍSTICO  
QUEBEQUENSE ATRAVÉS DA TRADUÇÃO&PARATRADUÇÃO / HUTAN DO CEU  
DE ALMEIDA ALMEIDA ; orientador, Prof. Dr. Ronaldo Lima -  
Florianópolis, SC, 2015.  
220 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-  
Graduação em Estudos da Tradução.

Inclui referências

1. Estudos da Tradução. 2. Identidade. 3. Texto  
jornalístico iconotextual. 4. Tradução&paratradução. 5.  
Québec. I. , Prof. Dr. Ronaldo Lima. II. Universidade  
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em  
Estudos da Tradução. III. Título.





Dedico essa tese a um amuleto de longas jornadas, que um dia abriu os olhos e me contou que aqueles que eclipsaram nos instantes difíceis eram apenas bichos de pelúcia!





## **Agradecimentos**

A mon Petit Canard e aos amigos que não eclipsaram!  
À CAPES pelo suporte financeiro.



Quando se tem uma meta, o que era um obstáculo passa a ser uma das etapas do plano.

Gerhard Erich  
Boehme



## Resumo

Minha *thesis*, na denotação grega do termo, emerge da relação que estabeleço entre a noção de tradução&paratradução, proposta por Yuste Frías (2014, 2012, 2010, 2007), com um documento iconotextual publicado em um jornal quebequense, mais propriamente uma charge. Examinarei rastros, pistas e fragmentos com o objetivo de definir a identidade do objeto de estudo examinado. Para fazê-lo partirei de duas proposições: (i) a primeira, de cunho mais geral, convida à substituição da epistemologia do saber – binarista e positivista, sublinhada nos séculos XIX e XX e herdada por setores dos Estudos da Linguagem, por uma visão voltada à sociologia do conhecimento, conduzindo à consideração da validade ideológica, antropológica e sociológica dos conteúdos presentes no objeto de estudo; (ii) a segunda proposição aponta para a suposição de que as produções da imprensa são manipuladas por instâncias políticas, antropológicas e sociológicas que, por sua vez, incidem sobre as forças dinamogênicas que definem estes registros, gerando processo de retroalimentação. Afim de abordar a segunda suposição de forma mais direta, ao longo da pesquisa, esboçarei graficamente a visão de uma entidade “A” oscilatória que ora se afasta, ora se aproxima de seu ponto de referência imitando uma espiral, cujo suposto centro oscila de acordo com o movimento de suas margens. No quesito metodologia, a noção de tradução&paratradução me permitirá a análise da entidade iconotextual à ótica *zoom* e, progressivamente, em suas extensões e detalhes mais salientes. Toda e qualquer centralidade será considerada como inerentemente flutuante, posto que será definida por seus entornos peritextuais e epitextuais em constantes evoluções (leia-se “fricções”) situadas entre margens sensatas e transgressoras Barthes (1990).

**Palavras-chave:** Identidade, texto jornalístico iconotextual, tradução&paratradução, Québec.



## Résumé

Ma thèse, selon la dénotation hellénique du terme, émerge de la relation que je propose établir entre la notion de traduction&paratraduction, proposé par Yuste Frías (2014, 2012, 2010, 2007), à partir de un document iconotextuel publié dans un journal québécois - une caricature politique. Je propose examiner des traces, des pistes et des fragments dans le but de définir l'identité du *corpus* examiné. Pour ce faire, je pars de deux propositions, à savoir: (i) la première, plus générale, invite à remplacer l'épistémologie du savoir – binariste et positiviste, développée pendant le XIX jusqu'à la fin du XX et héritée par les Sciences du Langage – par une vision tournée vers la sociologie de la connaissance, qui débouche sur la considération de la validité idéologique, anthropologique et sociologique du *corpus* étudié; (ii) la deuxième hypothèse suggère que les productions de la presse seraient, de façon similaire, guidées par des instances politiques, anthropologiques et sociologiques qui réfléchissent sur les forces dynamogéniques qui définissent ses registres et qui déclenchent des processus de rétro-alimentation. Afin de mieux aborder la deuxième supposition, je propose griffer la vision d'une entité « A » oscillatoire qui, à la fois, s'écarte et s'approche de son point de repère sous la forme d'une spirale. Du côté méthodologique, la notion de traduction&paratraduction, dorénavant indissociable, me conduira à l'analyse de l'entité iconotextuel examinée à l'optique *zoom* et, puis après, dans ses extensions et des détails importants. Toute centralité sera considérée comme insubmersible, puisque ce sera défini par ses environnements peritextuels et épitextuels en constante évolution (lire " frictions ") situées entre les marges sensibles et transgressives Barthes (1990).

**Mots-clés** : Identité, textes journalistiques iconotextuels, traduction&paratraduction, Québec.





## **Abstract**

My thesis, according to the Hellenic denotation of the term, emerges from the relationship that I propose to establish between the notion of translation&paratranslation proposed para Yuste Frías (2014, 2012, 2010, 2007), from an iconotextual document published in a Quebec newspaper, a political cartoon. I propose to examine traces, tracks and fragments in order to define the identity of the examined *corpus*. To do this, I start from two assumptions: (i) The first, more general, I invite my readers to replace the epistemology of knowledge - binarist, and positivist, developed during the nineteenth to the late twentieth centuries and inherited by Linguistics - by a vision focused on the sociology of knowledge, which leads to the consideration of the ideological, anthropological and sociological validity of the *corpus*; (ii) the second hypothesis suggests the press productions would be similarly guided to political, anthropological and sociological bodies that reflect on the dynamogenics forces that shape its records and that trigger retro supply process. To better address the second assumption, I suggest to scratch the vision of an entity "A" oscillatory that, at the time, deviates and approaching its reference point in the form of a spiral. The methodology is centred in the notion of translation&paratranslation, now inseparable, lead me to the analysis of iconotextuel entity examined in the optical zoom and then after in its extensions, and important details. Any centrality will be considered unsinkable, as it will be defined by its peritexts and epitexts environments in constant changing (read "frictions") between the sensitive and transgressive margins Barthes (1990).

**Keywords:** Identity, iconotext journalistic texts, translation&paratranslation, Québec.



## Lista de Figuras

Figura 1 – Brasão da cidade de Florença – Itália.....	33
Figura2 – Capa original e de duas traduções de <i>Chicken Soup for the Unsinkable Soul</i> .....	36
Figura 3 – Placas de trânsito.....	77
Figura 4 – Logo do <i>Parti Québécois</i> .....	77
Figura 5 – Flor de lis (Clássica).....	96
Figura 7 – Representação concebida a partir do esquema proposto por MCCLOUD.....	99
Figura 8 – Ilustração MCCLOUD (1995, p. 29).....	100
Arq.11.....	109
Arq.118.....	109
Arq.131.....	109
Arq. 144.....	110
Arq.281.....	110
Figura 9 – Movimentos da Pesquisa.....	111
Figura 10 – Direção das traduções.....	113
Figura 11 - Distribuição espacial dos quadrantes do iconotexto.....	115
Figura 12 – Charge.....	119
Figura 13 – Elementos linguísticos vistos à ótica <i>zoom</i> .....	120
Figura 14 – Mãos vistas à ótica <i>zoom</i> .....	124
Figura 15 – Representação da flor de lis vista sob à ótica <i>zoom</i> .....	125
Figura 16 – Representações da flor de lis.....	127
Figura 17 – Capucho visto sob à ótica <i>zoom</i> .....	129
Figura 18 – Manto visto sob à ótica <i>zoom</i> .....	130
Figura 19 – Auréola vista sob à ótica <i>zoom</i> .....	132
Figura 20 – Logos do <i>Parti Québécois</i> a partir de 1968.....	133
Figura 21 – Distribuição da cor azul.....	134
Figura 22 – Bandeira do Québec estilizada.....	138
Figura 23 – Bandeira do Québec.....	139
Figura 24 – Leituras sobre a crucificação.....	149
Figura 25 – Flor de lis estilizada.....	188
Figura 26 - Noção de espiral para a quebra de hierarquias.....	199
Figura 27 – Ilustração Após o incêndio do Colégio O Ateneu.....	208



## **Lista de Quadros**

Quadro 1 – Disposição dos quadrantes.....	116
Quadro 2 - Jornais editados e publicados no Québec.....	180



## Sumário

CAPÍTULO I.....	27
1 INTRODUÇÃO GERAL.....	27
1.1 CONCEPÇÃO DE “TEXTO”.....	36
1.2 ORGANIZAÇÃO DA TESE.....	46
1.3 PROBLEMA.....	47
1.4 PROPOSIÇÕES OU PERGUNTAS.....	55
1.5 JUSTIFICATIVAS.....	57
1.6 OBJETIVO.....	61
1.7 REVISÃO DA LITERATURA.....	64
1.8 SUPORTES                    TEÓRICOS                    E	
METODOLÓGICOS.....	64
1.8.1 TEXTO E PARATEXTO-TRADUÇÃO	
E PARATRADUÇÃO.....	68
1.9 METODOLOGIA.....	71
CAPÍTULO II.....	75
2 INTRODUÇÃO.....	75
2.1 TRADUÇÃO&PARATRADUÇÃO.....	75
2.2 O HUMOR.....	78
2.3 O CANADÁ DIASPÓRICO.....	83
2.4 SOBRE A PERSONAGEM POLÍTICA PAULINE	
MAROIS.....	88
2.5 SOBRE A CHARGE.....	92
2.6 A CHARGE COMO DISCURSO.....	96
2.7 O PRINCÍPIO DA ECONOMIA DAS LÍNGUA	
(GENS).....	98
2.8 SOBRE O CHARGISTA YGRECK.....	107
2.9 A ESCOLHA DO OBJETO DE ESTUDO.....	108
2.10 DISCUSSÕES.....	111
2.10.1 INTRODUÇÃO.....	111
ELEMENTOS PERITEXTUAIS.....	116
REFERENTES À PARTE LINGUÍSTICA..	120
CARICATURA.....	125
BRAÇOS.....	125
AS MÃO E SEUS MOVIMENTOS.....	126
A FLOR DE LIS.....	128
O CAPUCHO.....	131
O MANTO.....	132
A AURÉOLA.....	135
O PLANO DE FUNDO.....	136





	A COR AZUL.....	136
	O CÓDIGO LINGUÍSTICO.....	144
CAPÍTULO III.....		147
	3 INTRODUÇÃO.....	147
	3.1 OS ANOS 60 E O CANADÁ FRANCÓFONO..	164
	3.2 A REVOLUÇÃO TRANQUILA.....	171
	3.3 O JORNALISMO NO CANADÁ E NO QUÉBEC.....	176
	3.4 A TRADUÇÃO NO CANADÁ.....	183
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	186
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁCIAS.....	211



## Capítulo I

### 1 Introdução Geral

Proponho explicitar, neste primeiro capítulo, as bases essenciais à compreensão de minha proposta de pesquisa. Iniciarei minhas discussões abordando a significação do termo *thesis*, empregado acima, na frase de abertura do resumo apresentado para esta investigação.

O referido termo, de origem grega, em suas raízes etimológicas que incidem sobre sua denotação dicionarizada atual, remete-nos – a mim e a meus leitores – a um ponto crucial, geralmente discutido em obras dedicadas à metodologia do conhecimento científico (e.g. DEMO, 2011 e 1994; MOTTA-ROTH & X, 2013; ECO, 2007; KÖCHE, 2004), o qual passo a desenvolver no parágrafo abaixo.

De modo geral, uma pesquisa que vislumbre compor uma tese deveria, via de regra, oferecer alguma contribuição nova para a área na qual se desenvolve. Em outras palavras, uma tese de doutorado deveria sempre ser norteadada por uma *thesis* em seu sentido helênico. Logo, esta investigação se realiza no âmbito de um programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução e da Interpretação. De forma mais específica, e como já explicitado, as bases de minha investigação tomam como ponto de partida um objeto de estudo jornalístico de natureza iconotextual. De forma ainda mais pontual, proponho explorar conteúdos que emergem de uma charge, publicada no *Le Journal de Québec*<sup>1</sup>.

O termo iconotextual decorre da natureza do material expressivo, composto por componentes de natureza linguística e desenho. Ambos os tipos de texto são, com efeito, de natureza visual. Todavia, a Linguística nos mostra que o código que constitui a *langue* possui características peculiares. Além da dupla articulação (cf. MARTINET, *Éléments de linguistique générale*), a língua contempla diferentes formas de expressão e possibilidades de relatos a respeito de detalhes sobre entidades físicas e também abstratas. O desenho, por sua vez, não só concentra conjuntos de formas representativas, como abre espaço para interpretações plurais, ao mesmo tempo que induz o leitor a representar determinados elementos à ótica do artista. A interação entre (i) a modalidade linguística – erigida

---

<sup>1</sup> O *Le journal de Québec* foi criado em 6 de março de 1967, a princípio era impresso em Montréal. Em 1972 se instala definitivamente em Ville de Québec. De cunho generalista, o periódico é hoje o principal veículo de informações sobre o governo do Québec. Atualmente, o jornal pertence ao grupo SUN MEDIA (Quebecor) que monopoliza o mercado de jornais e revistas no Québec e no Canadá.

sobre um sistema de escrita e, por extensão, adaptado a um sistema alfabético – e (ii) o desenho pode ser considerado como entidade de sentido monolítica, composta por grupos significativos. O objeto de estudo analisado será considerado como um texto complexo indissolúvel: um iconotexto. Efetivamente, trata-se de uma composição artística. Logo, mesmo se os processos de dissecação aqui adotados para fins de estudo conduzem à segmentação do todo em partes menores, de forma que otimizem exames mais apurados, não tenho a intenção de recusar o caráter dialógico inerente às cenas textuais, ou seja, os elos que os unem.

Logo, no escopo deste estudo, vou proceder à análise de uma unidade de sentido que considero monolítica e indissociável, mas que, precisamente para termos de estudo, em alguns momentos será fracionada para termos de discussão. Portanto, considero que no objeto de estudo trabalharei com duas linguagens imbricadas e indissociáveis. Insisto: a primeira concerne ao código imagético linguístico escrito (texto). A segunda, também de natureza imagética, remete à parcela iconotextual expressa através de desenhos. Esta última comporta cores, estilizações, disposições e efeitos de humor, constituindo configuração comunicativa cuja complexidade permite situá-la no mesmo patamar da *língua*, em seu sentido clássico.

Cabe ainda esclarecer, em relação ao texto do resumo apresentado acima, que SAUSSURE (1969), ao definir a *langue*, o fez à égide da possibilidade de se considerar um instante sincrônico pinçado de uma sucessão de estados diacrônicos. Seu objetivo foi caracterizar o objeto de estudo da Linguística enquanto ciência. A noção de desenvolvimentos temporais seria contemplada na noção de que uma sucessão de estados sincrônicos permitiria o estudo de processos ao longo do tempo. SAUSSURE (1995) também não deixou de considerar que a língua é um fato social e que a *parole* está sujeita a interferências de fatores externos e da ordem do discurso. Neste sentido, pode ser considerado como um precursor da Sociolinguística.

Logo, como nos situamos no escopo dos estudos da tradução e da interpretação, atividades marcadas por decisões, responsabilidades e compromissos individuais e coletivos, insistimos sobre a variabilidade inerente às margens que circundam toda e qualquer entidade. Por extensão, qualquer deslocamento das margens implicaria definição de novos centros, levando a supor que não há centralidades cristalizadas, mas tão somente estados provisórios. A noção de *tradução&paratradução* nos fornecerá a possibilidade de fundamentarmos aspectos de realidades possíveis, definidas a partir de óticas circunscritas em um escopo que pretendo pautar de forma científica.

Enquanto pesquisador, busco, em postura similar aos procedimentos exegeticos (ABADIE, 2008; DREYFUS, 2006) aplicados, por exemplo, ao estudo de textos sensíveis, ou em escopos mais pontuais, como no modelo hermenêutico de SCHLEIERMACHER (2006) – com base em GENETTE (2009; 1982) e sobretudo YUSTE FRÍAS (2014; 2012; 2010; 2007) – estudar o paratexto como componente dinamogênico e definidor da identidade de meu objeto de estudo. Em outras palavras, trata-se de explicitar parte dos percursos que tradutores e intérpretes geralmente percorrem para levarem a cabo suas atividades tradutológicas, mas cujas explanações, pesquisas – e também considerações e decisões –, permanecem como apanágio de suas experiências individuais. Nesse sentido, nem todo tradutor expõe dados de seu trabalho, geralmente realizado na solidão e de forma subjacente, por meio de uso de paratextos (e.g. notas, prefácios, posfácios, livros paralelos). Em certo sentido, os percursos do tradutor dificilmente são expostos em paralelo ao texto traduzido, sob forma de paratexto.

A paratextualização, isto é, as memórias dos percursos de estudo do tradutor, suas anotações – breve sua tradutologia –, suas buscas etimológicas, históricas, e sucedâneos, são questões que permanecem, em grande parte dos casos, invisíveis ao leitor. Pelo menos é o que se pode constatar ao ler obras traduzidas. Ademais, cabe assinalar que parte importante de conteúdos concernentes aos paratextos não são, em geral, paratraduzidos. Não caberiam exemplos nestas páginas, tendo em vista que a própria noção do que poderia integrar os corpos de materiais paratradutológicos é muito recente (YUSTE FRÍAS, 2014; 2012; 2010; 2007). Em muitos casos, ao mesmo tempo em que o paratexto pode ser considerado quase como uma obra paralela<sup>2</sup>, ao mesmo tempo, trata-se de um corpo textual cuja pertinência e relevância se instaura em função do espaço em que se situa.

No Brasil, a concessão da devida importância ao tratamento do paratexto parece ainda não fazer parte dos procedimentos tradutológicos, sobretudo por se tratar de uma parcela que ficou, durante muitos anos, relegada ao patamar das notas de rodapé ou, no caso de obras ilustradas, da imagem considerada como mero componente decorativo do livro. No primeiro caso, caberia citar Manuel Odorico Mendes (1799-1864), um

---

<sup>2</sup> Por exemplos, as traduções das *Mil e Uma Noites* (2005; 2006) e de *Kalila e Dimna* (2005) realizadas por Mamede Mustafa Jarouche, cujo volume de materiais textuais dedicados ao paratexto (notas por exemplo) ocupam grandes quantidade de páginas. A leitura dessas traduções sem seus paratextos parece reduzir a expressividade do texto principal.

dos primeiros tradutores brasileiros a dedicar atenção destacada aos prefácios, às notas e aos comentários do tradutor. No segundo caso, temos autores como Raúl Pompéia (1863-1895), que ilustrou, por exemplo, seu livro intitulado: *O Ateneu*, de punho e com sua própria pena, de tinta nanquim. Posteriormente, outros autores, como Guilherme de Almeida (1890-1969), cristalizaram a devida importância a ser concedida ao paratexto nos processos de tradução. Recentemente, podemos citar Mamede Mustafa JAROUCHE (2005), Álvaro FALEIROS (2011), entre outros. Ao lado de sua adoção prática, a noção de paratexto evoluiu de forma surpreendente a partir dos anos 1960, sobretudo com base nos trabalhos de GENETTE (2009; 1982).

Trabalhos similares também permitiram outras visões sobre o paratexto. Como exemplo, posso citar as diferentes interpretações geradas a partir de parcelas das propostas teóricas de autores como BERMAN (2002), que oferece 13 tendências deformadoras a serem observadas pelo tradutor – aliás um pequeno item no âmbito de seu longo cabedal teórico. Atualmente as 13 tendências são empregadas como ponto de partida para a realização de traduções comentadas que, em muitos escopos, são consideradas como paratextualização de traduções. Cabe, todavia, salientar que o próprio Berman não considera suas 13 tendências como requisitos para o tradutor. Trata-se de uma breve reflexão no âmbito de seu vasto modelo.

No caso das aplicações dessa parcela da teoria de Berman, poderíamos considerar que se trata sobretudo de procedimento similar às técnicas do *making-off*, desenvolvidas no campo do cinema. Processo através do qual se documenta os bastidores dos estúdios, ou seja, trata-se de explicitar técnicas e decisões empregadas na realização de filmes, séries, ou quaisquer outros produtos de natureza audiovisual. De forma similar, também se tem interpretado – também em alguns escopos – as bases teóricas de Christiane NORD (2005; 1991). Seus postulados são tomados, talvez equivocadamente, como suporte para justificar a consideração de componentes textuais – unidades lexicais, por exemplo – como produtos semântico-culturais (cf. *culturemas*), sendo considerados como base para destacar processos de tradução e de interpretação. Ora, a interpretação que muitos pesquisadores fazem dos apontamentos de Christiane Nord conduz à própria complexidade de definição do termo “cultura”, pois remete a um patamar de abstração cujo tratamento exigiria categorizações pontuais. Seria preciso esclarecer minimamente ao que se está fazendo referência ao se tratar de “cultura”. Certamente, não se trata unicamente de circunscrever usos lexicais e sintáticos, pois a “cultura” reveste-se, inexoravelmente, de aspectos

enunciativos, pragmáticos e discursivos, ou seja, escopos muito maiores. Ora, unidades destacadas de seus contextos, ou contextos textuais destacados de suas realidades minimizam a complexidade das questões lexicais, tornando-os apenas léxico (i.e. *thesaurus* da língua, mas não do discurso), ou mais grave, definindo tão somente vocabulários (i.e. individualidade).

Caberia, pois, assumir, à luz do que observa SAMOYAULT (2008), que ao falar de paratexto estamos diante de uma noção instável que abarca, obrigatoriamente, questões antropológicas, sociológicas e políticas. Fóruns embalados diacronicamente (*nunc*), logo, também histórico. De certo modo, cabe assumir que algumas estratificações são essenciais para a realização do trabalho científico, mas que, de fato, não é possível definir fronteiras estanques ao se falar de tradução & paratradução, assim como não deveria haver limites (ou tabelas) ao se tratar do termo *cultura*, o qual buscaremos não evocar ao longo deste trabalho, em função de seu caráter altamente hiperonímico. Acredito que ao lidar com entidades situadas no topo de hierarquias, estarei abordando **assuntos** e não necessariamente **tema** (s), objetivo primeiro para um texto que se pretenda como tese.

Paralelamente, é preciso também aceitar que em termos de tradução, e sobretudo de paratradução, todo e qualquer limite ou fronteira que se suponha estanque, se chocaria com o caráter inerentemente dialógico, heurístico, holístico e rizomático<sup>3</sup> das linguagens de forma ampla, e das línguas de modo específico. De forma breve, a heurística constitui fato inerente às questões ligadas às ciências humanas. Quando o tradutor e o intérprete executam seu trabalho, seus procedimentos

---

<sup>3</sup> Depois da Segunda Grande Guerra, com o surgimento dos primeiros computadores, Chomsky passa a integrar uma equipe do MIT criada para propor soluções para o tratamento da linguagem, sobretudo com vistas a realização da Tradução Automática. A linguística pós-chomskyana permitiu a criação de diversos modelos de representação para a formalização de conhecimentos que imitassem as estruturas cognitivas de processamento de dados de natureza linguística. Muitos desses modelos nunca serviram à sofisticação dos sistemas de processamento das línguas naturais, mas foram adotados em psicologia, psicanálise, no ensino de línguas e, atualmente, na área da informática, para a gestão da informação. A tradução automática, todavia, recorre às programações baseadas na ideia de conexão. A título de exemplo, eis algumas entradas que ilustram a terminologia empregada nesses campos de estudo: Cartas heurísticas (*Mind maps*), Esquema conceituais, Esquemas de classificação, Metadados, Plano de Classificação, Esquemas SML, Gráficos Conceituais (J.Sowa), Informática de Nuvem (*Clouds computing, Informatique nuage*), Cartas tópicas (Topic maps), Redes Semânticas (Quillian), Semântica de quadros (Minsky), Lógica de descrição, Ontologias informáticas.

apontam tanto para experiências extensivas já acumuladas, como para horizontes a serem percorridos. Ou seja, é preciso considerar vetores jusantes (*en aval*), mas também em sentido montante (*en amont*). Naturalmente, as delimitações podem decorrer, ou remeter, a orientações de cunho teórico e/ou metodológico, mas a natureza heurística dos objetos de análise permanecerá como traço inerente a toda e qualquer expressão que se pretenda língua (gem).

Naturalmente, em todo trabalho científico, a tríade teoria, crítica e prática implica diálogo e não estratificação. Eis aqui então a primeira razão para que, como pesquisador, eu tenha me convencido, a partir de minhas leituras, a experimentar a substituição da *epistemologia do saber* – binarista e positivista –, amplamente desenvolvida e praticada nos séculos XIX<sup>final</sup>/XX – e herdada pelos Estudos da Linguagem –, por uma visão voltada à *sociologia do conhecimento* (cf. RAJAGOPALAN, 2003), conduzindo à consideração de um dos aspectos que considero mais importante em minha investigação, a saber: a **validade ideológica, antropológica, sociológica e política**, tanto do objeto de estudo que proponho aqui estudar, quanto das análises que apresentarei.

Com base principalmente nos suportes teóricos propostos por YUSTE FRÍAS (2014, 2010, 2012, 2007), acredito ser possível remeter o leitor a um fato histórico importante, indiretamente ligado à maneira de conduzir este estudo: A tomada progressiva da cidade de Constantinopla pelos Turcos, firmada no ano de 1453, depois de sucessivas investidas ao longo de mais de 400 anos, fato que levou grandes contingentes da população da cidade a prever a queda iminente de seus muros. Parte deles, de origem grega, abandonaram a cidade à procura de lugares mais seguros. Entre os diversos locais que receberam refugiados de Constantinopla estava Florença, considerada a partir do século XV como berço do Renascimento.

O grande êxodo de pensadores e artistas que escaparam à ascensão dos turcos em Constantinopla trouxeram consigo, para a região da Toscana, grande quantidade de obras de artistas e pensadores da Antiguidade, em especial das culturas grega e romana. Os pensadores do Renascimento puderam, então, entrar em contato com clássicos da Antiguidade através de atividades exercidas por tradutores e copistas. A influência greco-romana sobre o advento do Renascimento foi muito importante. Um exemplo clássico concerne ao Homem Vitruviano Da Vinci (1452-1519). Cabe atentar que se trata de um texto escrito por Vitruvius (séc. I a.C.), ou seja, centenas de anos antes de sua difusão.

A propagação da arte e da cultura científica gerou o movimento conhecido por *humanidades*, cuja sistemática consistia na visão holística



a respeito dos fatos, conduzindo a uma grande efervescência de novos conceitos. As ideias de peritexto e de epitexto, que conduziram a noção de tradução & paratradução, suscitam a retomada dos ideais preconizados pelas *humanidades*, fórum em que os centros se definem em função da fixação de conhecimentos capazes de plotar margens norteadoras. Eis abaixo uma reprodução do brasão da cidade de Florença, que também ilustra a bandeira daquela cidade italiana. As alusões realizadas neste parágrafo, muito embora possam parecer deslocadas, foram calculadas, tendo em vista estarem ligadas a nosso material de análise.



Figura 1 – Brasão da cidade de Florença - Itália

A remissão a elementos presentes no objeto de estudo deste estudo, tal como se verá ao longo do trabalho, não é mera coincidência, pois marca o caráter rizomático inerentes à composição da identidade de uma nação. Em relação aos ícones, eles ultrapassam estudos de natureza heráldica, uma vez que sublinham, mais uma vez, a pertinência de se considerar o caráter heurístico das produções humanas – sejam elas de cunho consciente ou inconsciente, sejam intuitivas ou indutivas. Em outras palavras, podemos dizer que a dialogia (BAKHTINE, 1970) e/ou a intertextualidade (KRISTEVA, 1974 e 1976; BARTHES, 1990 e 1973; ADAM, 2005), em sendo inerente à linguagem e às línguas, não poderiam deixar de permear a própria análise do texto de forma geral, e dos objetos e cenas decorrentes, submetidos à interpretação e à tradução ou, no escopo teórico aqui abraçado, à paratradução.

Desconsiderar fatos históricos, antropológicos e políticos corresponderia a postura que não traria nenhuma contribuição para as atividades tradutológicas; tampouco a desconsideração do passado pode livrar o futuro dos *déjà vu* decorrentes das visitas *en amont*. Neste sentido, acredito que a partir de um dado específico, por vezes analisável

à ótica *zoom*, isto é, em seus detalhes mais ínfimos, torna-se possível, por remissão, estabelecer percursos no interior de redes heurísticas e, através delas, explicar os entornos que permitem pautar o objeto de base no centro das discussões.

Se, por um lado, a figura do “linguista geral”, posicionamento corrente entre os pioneiros da referida Linguística, foi progressivamente sufocada pelas grandes teorias surgidas após os anos 1960, gerando várias subáreas e subdomínios específicos; por outro lado e diferentemente, no Campo dos Estudos da Tradução e da Interpretação, pelo menos em termos de prática, seria muito difícil não esperar que um tradutor não se lance ao estudo plural sobre temas gerais. A meu ver, o tradutor é um intelectual e essa posição lhe impõe responsabilidades.

De forma extensiva, é tarefa complexa estabelecer fronteiras estanques entre, por exemplo, tradutores de textos literários e os tradutores de textos científicos. Evidentemente, há especializações em termos de gêneros, e também parece ser plausível não acreditar que existam tradutores capazes de tudo traduzir. Todavia, o trabalho tradutológico não pode ser realizado sem a capacidade de navegação na imensa rede conceitual que permeia, ao mesmo tempo: e fatos concernentes às língua (*gens*), e referenciais e representações que emergem do universo pragmático que envolve os textos examinados. De forma breve e direta, trata-se de asseverar que os entornos são definidores das entidades do texto traduzido (seu sentido) e, por conseguinte, de suas partes (de suas significações locais).

Com relação ao objetivo que traçaremos aqui, seria razoável acreditar que nós, tradutores da atualidade, já tenhamos nos convencido da necessidade de se paratraduzir paratextos, posto que os dados outrora considerados como periféricos são, na verdade, componentes essenciais no processo de transformação de códigos, sobretudo quando são expressos por modalidades semióticas imbricadas, como é o caso da charge, composta por texto linguístico e texto icônico (iconotexto). Em outras palavras, textos cuja leitura envolve não somente a construção interativa<sup>4</sup> do sentido por meio da decodificação do código escrito, mas também a interpretação da imagem e seus sucedâneos.

Acredito ser possível sugerir que há, provavelmente, novas possibilidades despontando no horizonte e as novas atribuições chamam

---

<sup>4</sup> Observo que o termo interativo remete à ideia de que aceito que a leitura não ocorre por meio de processo *top-down*, tampouco *botton-up*, mas de forma interativa, ou seja, o texto instrui o leitor, mas o leitor também imprime suas interpretações sobre o texto. Diamond (2006).

por tradutores cujas habilidades se voltem à consideração de parcelas que ultrapassem o código escrito. Com o advento das redes de informação, o ícone, por exemplo, retoma sua importância como entidade concentradora de informações. A figura do paratradutor talvez possa preencher um *gap* que, suponho, se instala sobretudo na tradução de íconotextos jornalísticos, publicitários e pedagógicos.

A experiência, ou melhor, os percursos realizados pelo tradutor e pelo intérprete – ou pelos dois na mesma pessoa – envolvem capacidades não controladas externamente, não registradas e, portanto, desconsideradas. Todavia, os bastidores das atividades tradutórias passam a valer quando as informações referentes às decisões tradutórias precisam ser conhecidas. A partir de uma necessidade, as lacunas, decorrentes da falta de tratamento às parcelas que poderiam acompanhar o texto passam a ser desejadas. *Voilà!* Então a necessidade de se evocar a figura do paratradutor.

O exemplo abaixo ilustra muito bem parte de nossos argumentos. A obra intitulada: *Chicken Soup for the Unsinkable Soul* (Item “A”, da esquerda para a direita), foi traduzida para o português como *Canja de Galinha para a Alma* (cf. imagem “B”). Reforçando uma tradução aparentemente inadequada, o conteúdo da capa do livro parece também não convidar à sua leitura. Com efeito, a edição “B” foi um fracasso de vendas. A terceira imagem mostra uma nova edição “C”, com uma nova proposta de título e de capa que, dessa feita, tornou-se um *bestseller*, sem que se possa negar que seu novo título, assim como o novo *layout* da capa, tenham contribuído para mudar radicalmente a situação inicial de “fracasso”, transformando o mesmo texto, referencial de base, em “sucesso de vendas”.



Figura 2 – Capa original e de duas traduções de *Chicken Soup for the Unsinkable Soul*

O exemplo acima foi exposto pelo Prof. José Yuste Frias durante o III Encontro Internacional E por falar em tradução... realizado no Instituto de Estudos da Linguagem (UNICAMP) de 01 a 03 de outubro de 2014.

### 1.1 Concepção de “Texto”

Todo texto ocupa lugar específico na transição da comunicação. Este fenômeno, que segundo YUSTE FRÍAS (2014, 2012, 2010, 2007) não é aleatório, mas pontual, é definido por interesses e jogos de força. Todo texto se desenvolve à aura de processos políticos que se definem através da ordem de relações que ele estabelece com entidades presentes em seus entornos e que, de certa forma, os envolvem, circunscrevendo, por conseguinte, seus leitores, ou seja, os próprios agentes que os fazem existir.

Temos então a visão de um processo de retroalimentação. Não necessariamente circular, mas em espiral. Tal visão destoa dos modelos que projetam os processos linguísticos sobre eixos lineares, examinando-os dessa maneira. A própria noção de dialogia, caráter inerente à

linguagem e às línguas, impede a visão de sucessões hierárquicas. Neste sentido, os fatos da língua não seriam, por exemplo, reversíveis. Aliás, nenhum processo tradutológico aceitaria operações de reversibilidade, mesmo realizada em lapsos de tempo muito reduzidos. Nem mesmo um suposto *fio de Ariadne* poderia solucionar a reversibilidade, tendo em vista que o tradutor não lida com caminhos físicos, mas sobretudo com entidades abstratas em constante mutação. Mesmo que as formas se conservem, as significações flutuam. Ao variar, conduzem a recriações incontornáveis, ou seja, os caminhos para se transitar no labirinto serão sempre inéditos. A duas traduções absolutamente idênticas, se chamaria simplesmente plágio.

À luz dos pressupostos adotados no escopo desta tese, o texto não será considerado, nem como componente incoativo (agente desencadeador), nem como conclusivo (terminativo) em relação aos processos comunicativos. À ótica dos suportes teóricos de GENETTE (2009; 1982) e YUSTE FRÍAS (2014, 2012, 2010, 2007), o texto exerce sobretudo papel de intermediador entre entidades dinâmogênicas, ou mais propriamente de modulador entre forças, permanecendo sempre aberto a interpretação. O texto estabelece relações entre linhas que convergem para pontos provisórios, cujos centros não são definidos por ele, mas por suas margens, aliás igual e inexoravelmente flutuantes.

Ao lidar com textos, por um lado, estaremos sempre diante de cenas de diferentes naturezas; por outro lado, acataremos a ideia de que existe um leitor que – também por diferentes razões – necessita do texto para modalizar e ancorar suas visões a respeito das realidades momentâneas e provisórias que o circunscrevem. A inserção social do leitor à condição de se pautar sobre orientações que emanam de micros e macros universos referenciais. Aceitamos, no escopo da presente investigação, que os textos se apresentam em estados – e processualmente – de forma intrinsecamente mutante. Tal pressuposto nos conduzirá a realização de “uma” análise possível de nosso objeto de estudo, tendo em vista a pluralidade inerente de percursos analíticos e descritíveis passíveis de serem percorridos.

A flutuação das realidades sociais consiste de fenômeno inexorável. As variações e mudanças se processam incessantemente das expressões linguísticas aos patamares comportamentais, uma vez que língua implica tanto ser (*to be*), como estar/ter (*to have*). Neste sentido, não há separação possível entre língua e comportamento (*behavior*). As evoluções (movimentos) políticos, antropológicos e sociais progressivamente se adaptam às novas configurações. As novas paletas que permeiam a todo instante os sujeitos, envelopando-os nos vértices de

espaços e tempo, agem sobre a composição de suas subjetividades e definem as novas condições e movimentos isomórficos cujas disparidades se desenvolvem de forma lenta e progressiva, comparativamente à noção de tempo humanamente estabelecidas diante do período de uma vida.

Desenvolvendo-se em períodos, as novas gerações experimentarão novas propostas vanguardistas e a partir delas gerarão outras levas de propostas, repetindo, em certo sentido, a instauração de padrões que em certo sentido se repetem, mas sempre sob diferentes bases. Os estudos hermenêuticos propostos por SCHLEIERMACHER (2006) ou as abordagens exegéticas do texto, realizadas entre tantos outros por Lutero (1483-1546), continuam a corroborar com a máxima de que “o aprofundamento das questões que envolvem o texto constituem a melhor exegese (leia-se tradução) que se possa fazer desse um texto (LIMA, 2012), o que me leva a aceitar a ideia de que “A Tarefa do Tradutor”, parafraseando Walter BENJAMIN (1978), consiste em pesquisar, estudar, examinar a partir de vários pontos de vista, respondendo tanto a interesses internos quanto externos.

A atividade tradutória (prática), e tradutológica (reflexão), definitivamente não se desenvolve de forma linear, mas provavelmente em forma de espiral, pois nos aproximamos várias vezes de um mesmo ponto, sempre de ângulos diferentes. Ora, diversos sobrevoos sobre um mesmo objeto nos permitirá – recordando *St. Exupéry* – melhor aprisionar (cativar e ser cativado) o objeto examinado e, também, ser aprisionado por ele. De forma diferente, um só sobrevoos sobre vários objetos nos conduzirá, é provável, concomitantemente: e à superficialidade da visão e a visões superficiais. A segunda não nos interessa no escopo de uma tese.

Assim sendo, seja em função de condições configuracionais mais gerais, seja em razão de idiosincrasias, escolhas ou posturas, o sujeito leitor estará sempre diante de objetos e processos cuja natureza é delineada por postos e pressupostos que, embora historicamente construídos, não podem ser tomados como axiomas fossilizados. Cogitar a cristalização de realidades corresponderia à aceitação de delimitações científicas, estratificadas e sincrônicas. Em síntese, recortes binários, estruturais e positivistas. Elevar os fatos das línguas e das linguagens, ao patamar do discurso, equivale a considerá-la como entidade viva, mutante, cujos processos interpretativos e tradutológicos não podem senão oscilar. De fato, não há tradução definitiva em função da própria indefinição inerente aos instrumentos empregados para a comunicação. A ausência de padrões cristalizados na ordem dos sentidos (textual) e a

existência de diferenças são condições *sine quoi non* para a instauração das língua (gens).

No canto dos pássaros há padrões, logo, os processos comunicativos se restringirão às comunicações primárias. Não nos interessa o risco de afirmar que não há padrões fonológicos, morfológicos ou sintáticos. Insistimos que, à ótica aqui adotada, acreditamos ser muito difícil, por exemplo, conservar a rima, a métrica paralelamente aos equivalentes lexicais que concatenem esses recursos às significações das palavras e ao sentido de um poema. Logo, mais uma vez somos conduzidos à máxima que a língua italiana permite construir, a saber: *traduttore traditore* (em português, tradutor traidor).

Para além do texto, toda e qualquer alteração dinâmica realizada em seus entornos implicará, necessariamente, mudanças em relação objeto-texto apreendido. Do ponto de vista científico, seria possível examinar um objeto em mutação, pois se visaria o processo e não o produto. No caso de nosso objeto de estudo, naturalmente partiremos do exame do produto, uma vez que nosso foco é um iconotexto. Todavia, não temos a intenção de desconsiderar processos ligados ao iconotexto, pois a nosso ver, peritexto e epitexto não oferecem a possibilidade de recorte de sincrônicos. As margens de um objeto de estudo comunicativo, seja ele linguístico ou icônico, são intrinsecamente mutantes à exemplo de todo e qualquer processo de leitura e, sublinhe-se, de interpretação e de tradução. Deduz-se: o objeto de base é o mesmo, mas a tradução realizada hoje e aquela realizada amanhã tenderão a ser diferentes.

Os pressupostos aos quais me refiro nos parágrafos anteriores, que definem a natureza do meu objeto de estudo, poderiam ser definidos de forma ampla, como dinamogênias à serviço dos poderes, tal como pondera BARTHES (1990;1973). O sujeito, em seus pertencimentos, é inexoravelmente parte constitutiva dos sistemas políticos e, neste sentido, evitaremos falar de agrupamentos humanos referindo-me a eles como “nós”, e os outros como “eles” (os Outros). Vislumbro uma condição que se pretenda observacional, buscando afastar juízos valorativos. Tentarei discutir o objeto examinado aceitando fragmentações e *gaps* inerentes à composição de qualquer entidade iconotextual. Buscarei, igualmente, não visar traços ligados às condições sociais, antropológicas e políticas, situadas nas bases históricas conhecidas, de forma a garantir respaldo referencial.

Sob este prisma, como já destacado acima, evitarei evocar o termo “cultura”, pois no escopo deste estudo poderia se tratar de um artefato meramente terminológico, cuja denotação dicionarizada me parece exacerbadamente hiperonímica em termos de abrangência

significativa. Quando se refere a fatos cultivados por determinados grupos sociais, em geral parece remeter muito mais a apreciações construídas a partir de juízos de valor – estereótipos imaginados, cenas e relatos que circunscrevem estados sincrônicos provisórios, pinçados de camadas diacrônicas sequenciais – do que detalhes específicos que permeiam gerações e permanecem como selo demarcador. Ora, um carimbo para definir cultura pode, dependendo da situação, se tornar letra escarlate ou índice biométrico identificatório indesejável. Logo, suponho que tratar dos objetos a partir da noção de cultura pode constituir uma armadilha teórica.

Identidade e cultura são noções que, de certa forma, se permeiam. Todavia, as idiosincrasias que emergem da condição de pertencimento podem, em diferentes graus, selecionar configurações que se desejem abraçar para a constituição de identidade plurais. Geralmente, chama-se de excêntrico àquele que deriva do que se julga ser compartilhado pela maioria de um grupo. No caso deste estudo, trata-se de considerar as manifestações expressas no iconotexto que integra – como explicitam os morfemas presentes no termo – concomitantemente, (i) ícones e (ii) material de cunho linguístico, sem pretender abarcar desvios. Cabe, aqui, pontuar que desenho e código linguístico:

- 1) são ambos de natureza visual, pois a escrita e o desenho, sejam registrados sobre papel, sejam projetados em tela, são percebidos por meio do sentido da visão;
- 2) remetem a processos interpretativos com vistas ao estabelecimento de relações com referenciais mentais. No primeiro caso, o código escrito é marcado pelo fenômeno da dupla articulação (cf. MARTINET, 1978) e o desenho, caracterizado pela iconicidade, simbologia, ou graus de previsibilidade (índices e seus sucedâneos, cf. PEIRCE, 1999);
- 3) se caracterizam pela dialogia inerente à entidades empregadas para comunicar (linguagens) (cf. BAKHTIN);
- 4) são ambos passíveis de serem examinados como entidades ancoradas a partir de conceitos e respectivas relações que os unem, constituindo teoricamente redes heurísticas, cujas ambiguidades se reduzem diante da delimitação de campos semânticos e/ou lexicais, ou



ainda diante das chamadas “situações de comunicação ou atos de fala”.

Como o propósito da presente investigação não é, absolutamente, tratar de questões envolvendo cognição, ou mais propriamente, fatos ligados ao registros do pensamento, mas sim aspectos ligados aos fenômenos de tradução & paratradução a partir de um registro politextual enquadrado em contexto específico – social, antropológico e político –, meu objeto de estudo, insisto, é o texto no sentido que o definem GENETTE (2009, 1982) e YUSTE FRÍAS (2014, 2012, 2010, 2007), ou seja, como uma construção inerentemente dialógica (BAKTHIN, 1970) e intertextual (KRISTEVA, 1976). Viso então tratar o texto como um dos tipos de linguagem de natureza complexa, aceitando seu caráter intrinsecamente rizomático (cf. heurístico).

Viso examinar o texto como entidade cujos componentes se definem pelas relações que mantêm com outros itens passíveis de afetar significações que flutuam em seus entornos. Tais agentes remetem tanto a parcelas textuais visíveis, como àquelas que se poderia considerar como virtuais, posto que se apresentam, por vezes, como cenas subjacentes, mas onipresentes nos processos de constituição de novos sentidos. Cientificamente, as pressuposições se revelam tão somente a partir de rastros, pistas e fragmentos grifados ao longo dos percursos percorridos pelos ícones, verbos, símbolos que integram os textos. No caso o iconotexto.

Natural as formas das palavras, suas denotações, conotações, associações, antônimos e referentes semânticos e extensões pragmáticas não limitam a consideração de seus eventuais sucedâneos presentes em outras linguagens: o desenho por exemplo. Ou ainda de componentes híbridos, que fundem o dado linguístico com o ícone, como aqueles empregados na charge que proponho examinar nas páginas desta tese. Nesse sentido, o *politexto* pode ser considerado como um dos caminhos para magnificar não exatamente o “real” – imanente e discutível – mas “realidades” provisórias, pois ocupa o lugar de sentinela entre (i) o *simbólico*Ø1, que emerge das “realidades” socialmente compartilhadas; e (ii) o *simbólico*Ø2, que desponta dos universos do leitor enquanto sujeito psicanalítico interpretante. Para que se estabeleçam relações entre estas duas espécies de *simbólico*, ou seja *S01* e *S02*, remetemos nosso leitor às premissas de SAUSSURE (1916), isto é, da língua (gem) enquanto produto social. Em outros termos, as ancoragens socialmente desejadas e compartilhadas para a comunicação se pautam como condição *sine qua non* às trocas comunicativas em escopo social. As periferias do texto

(peritextos e epitextos) garantem as pertinências de suas concatenações e direcionamentos eventualmente acatados como referências.

As visões estendidas de YUSTE FRÍAS (2014, 2012, 2010, 2007) partem das bases postas por GENETTE (2009; 1982) que propõe o conceito de paratradução gerado a partir do conceito de paratexto, através do qual sugere que se tratam de entidades que, nas concepções seminais da teoria, em suas versões dos anos 1980, já superadas, se apresentavam sob a forma de:

Título, subtítulo, títulos, prefácios, posfácios, advertências, prefácio, etc.; Notas marginais, notas de rodapé; epígrafes; ilustrações; Notas de imprensa e muitos outros tipos de sinais acessórios, autógrafos ou alográficos que dariam a um texto um contorno (variável) e, por vezes, um comentário, formal ou informal, em que nem mesmo o leitor mais purista e nem mesmo o menos erudito tem sempre à disposição como ele o gostaria e exige. (GENETTE, 1982: 10)<sup>5</sup>

De forma mais ampla e atual, os paratextos correspondem a textos identificáveis e localizáveis que acompanham o texto considerado como principal. Estes agentes não se encontrariam nem no interior, nem no exterior de um texto, mas em um ponto específico que poderia ser metaforicamente comparado com uma espécie de *limbo*, que Yuste Frías costuma chamar de *umbral* (i.e., *zona limítrofe, ducto, antessala, vestibulo*). De fato, tanto à ótica de GENETTE (2009; 1982), quanto a de YUSTE FRÍAS (2014, 2010, 2012, 2007), os paratextos situam-se no limbo em que se que abrigam os discursos diretos e paralelos acerca do texto de base, mas cuja função seria torná-lo parte de um todo.

O paratexto tem por objetivo não só apresentar, mas também fazer este texto presente, garantindo a sua presença no mundo e sua recepção < consumo

---

<sup>5</sup> Titre, sous-titre, intertitres, préfaces, postfaces, avertissements, avant-propos, etc.; notes marginales, infrapaginales, terminales; épigraphes; illustrations; prière d’insérer, bande, jaquette, et bien d’autres types de signaux accessoires, autographes ou allographes, qui procurent au texte un entourage (variable) et parfois un commentaire, officiel ou officieux, dont le lecteur le plus puriste et le moins porté à l’érudition externe ne peut pas toujours disposer aussi facilement qu’il le voudrait et le prétend. (GENETTE, 1982: 10)

> pelos leitores. (YUSTE FRÍAS, 2010, p.289)  
 )<sup>6</sup>[tradução do autor]

GENETTE (1982) também divide os paratextos em duas subcategorias: **peritexto**, ou seja, elementos paratextuais que estão inseridos no conjunto do texto principal e **epitexto**: elementos paratextuais que não estão inseridos no texto principal, mas que discorrem sobre ele e afetam suas significações e sentidos na mesma medida que os peritextos o fazem.

O texto não poderia, absolutamente, ser considerado como entidade isolada. O texto se apresenta como produto de uma complexa rede de concepções que o definem como tal, entre os quais podemos grosseiramente citar: tipicalidades lexicais, singularidades enunciativas, desenho da letra, metáfora das cores, o estilo do artista. De forma mais geral, as políticas editoriais, o momento histórico, os espaços geográficos e sociais, e demais. Nos entornos do texto, assim como em sua face “*in*”, se encontrariam indícios, pistas e fragmentos passíveis de fornecerem componentes para se delinear configurações que reflitam aspectos de sua identidade, ou seja, traços capazes de definir suas características no universo das relações sociais.

Os paratextos são entidades que oferecem elementos para a elaboração de uma dimensão possível, a fim de que se defina a identidade do texto, situada tanto nos espaços locais, quanto no escopo do “universal”, do qual ele aflora e no qual se insere: metaforicamente como a visão que se tem de uma “mola”, ou seja, uma entidade amortecedora (leia-se moduladora) e em formato espiralado.

Naturalmente, como observa RAJAGOPALAN (2003) a possibilidade de definição de centros fixos habita o campo das utopias. A partir do momento em que as margens se deslocam, o centro também se deslocará. Em se insistindo na ideia de um centro fixo, ele passará a ser muito mais o cerne de nossas suposições do que o cerne dos fenômenos, posto que a todo instante estará sujeito a reposicionamentos incitados pelas equidistâncias necessárias definidas por suas novas margens.

De qualquer forma, se necessário for definir um centro enquanto pesquisador e no escopo de minhas análises, buscarei subsídios para poder justificar minhas decisões. O primeiro passo será o de observar traços das contemporaneidades consideradas, a partir de determinado

---

<sup>6</sup> Le paratexte a pour objet de présenter mais aussi de rendre présent le texte, d’assurer la présence au monde, la réception voire la « consommation » par des lecteurs. (YUSTE FRÍAS, 2010, p.289)

ponto de observação, por sua vez, realizado à luz de prisma teórico e metodológico definido e abertamente explicitado. Trata-se, de fato, de atenção especial à prévia delimitação não somente de meu objeto de estudo, mas principalmente da aplicação de recortes sobre suas raias temporais e espaciais, tal como observam autores dedicados a estabelecer as bases da metodologia do conhecimento científico. Cito em particular DEMO (2001;1994), ECO (2007) e MOTTA-ROTH & HENDGES (2013).

Este espaço de fronteira entre o iconotexto “em papel ou em tela”, natureza inerentemente abstrata, e seus entornos, de cunho igualmente abstrato posto emergirem das língua (gens), se realizam em ambiente de trocas efetivas. Logo, o *seuil* do qual tratam GENETTE (2009; 1982) e YUSTE FRÍAS (2014, 2012, 2010, 2007) (i.e., a zona limítrofe, o espaço do *umbral*), não se configura como ambiente estanque, muito menos asseptizado (i.e., sanitizado); pelo contrário, emerge como lugar privilegiado para a percepção da essência dos elementos que compõem o tecido textual e, igualmente, de seus movimentos ligados às realidades ou a universos diegéticos. Nesse sentido, o iconotexto e seus paratextos confluem para um *carrefour* teórico, não como forma de se acomodarem, mas como meio para ampliarem a concepção de que o texto material: em papel ou em tela, comporta indícios de:

- (i) simbólicos circunscritos que inerentemente o permeiam;
- (ii) simbólicos idiossincráticos, marcados por orientações linguísticas (da língua), ideológicas (das políticas), sociológicas e antropológicas, que afetam inexoravelmente a subjetividade do sujeito e as parcelas fragmentárias dos discursos.

Em síntese e por meio de uma metáfora pedagógica, um texto poderia, por exemplo, ser comparado a um *gabbeh*, no qual uma série de elementos definem sua identidade, tal qual índices biométricos em um ser humano (cf. digital, íris, voz), a saber:

- i) o tipo de lã;
- ii) a torção dos fios (fuso);
- iii) seu processo de tingimento;
- iv) suas cores;
- v) sua trama;
- vi) sua poda;
- vii) seus desenhos

- viii) sua forma;
- ix) suas bordas;
- x) seu tamanho;
- xi) suas franjas.

e demais características tanto sobre o *boteh* quanto sobre sua própria representação pictórica situada em planos mais evidentes e destacados.

Não há como negar que um *gabbeh* oculte tantos segredos ao leitor leigo, quanto a um eventual leitor presumidamente informado, pois este último conhecerá muito mais caminhos a percorrer. Ademais, todo leitor é traído pelo fenômeno da consubstancialidade inerente às atividades cotidianamente praticadas. Assim, caminhar, nadar, remar não se situam no mesmo patamar do “uso das linguagens”. As primeiras são ações que se pode realizar através da ativação quase involuntária da memória de trabalho; a segunda, para ser manipulada e executada em sua complexidade, exige afastamentos, prolongamentos, pesquisa.

Os textos jornalísticos, de forma geral, também integram uma série de componente iconotextuais e detalhes cuja significação só pode ser desvelada por meio da interpretação, da tradução, e da paratradução aplicadas, de forma imbricada, em seus empenhos mais profundos, à exemplo da metalinguagem como recurso de análise, isto é, do uso da língua para exame da língua. Aliás, uma especificidade única, apanágio das Ciências da Linguagem.

Neste sentido, remeto o leitor ao Paradoxo de Menon. Diante de um iconotexto, por exemplo, um leitor que eventualmente ignore sua complexidade, talvez contemple diante de si um objeto cujos prolongamentos ele desconhece. Logo, não é capaz de identificá-los quando os apreende. Ademais, se por acaso se deparasse com eles não seria capaz de reconhecê-los por falta de conhecimento prévio. O leitor avisado, diferentemente, poderia enfrentar a sensação de impotência, diante da explosão de possibilidades que um novo conhecimento aporta. Teria diante de si vasta rede de caminhos, e estabeleceria muitas gamas e ligações interpretativas possíveis, que ultrapassariam suas possibilidades de exaurir questões. As redes heurísticas não são círculos que se permitem fechar, mas espirais que conduzem o leitor a se aproximar de aspectos já sobrevoados, mas sob outros ângulos e com novos olhares. De forma breve: a paratradução consiste de um processo do qual só é possível conhecer o ponto de partida, pois um eventual ponto de chegada revela muito mais a necessidade de parada, isto é, de se colocar um ponto final nas análises. Insisto, pois, na ideia de que, assim como o texto e seus paratextos, a tradução&paratradução são processos indissociáveis e

contínuos, interrompidos metodologicamente tão somente diante da necessidade de fechamento de matérias, artigos, livros, teses, dissertações e demais.

Neste sentido, caberia supor que a formação do tradutor também se caracteriza como operação de caráter *continuum*. A prática tradutória idem, pois definitivamente não há tradutor formado plenamente, assim como não há texto exaurido em sua totalidade, tampouco tradução definitiva. Trata-se de tomar o texto sempre à luz da metáfora da *vision en abîme*, ou de uma *spirale infernale*, ou ainda uma manobra de *vrille*<sup>7</sup> (espiral autoinduzida) sem final conhecido, que destaque o princípio da dialogia inerente à linguagem como entidade hiperonímica, e ao texto por *default* como classe hiponímica no âmbito dessa suposição teórica. Finalmente, no caso de nosso objeto de estudo de estudo: a ideia de “textos em outros textos” (GENETTE, 2009; 1982), intrínseca às classes superiores, incide naturalmente sobre iconotexto, que remete tanto à língua, quanto à linguagem.

## 1.2. ORGANIZAÇÃO DA TESE

Esta tese está dividida em três capítulos.

O primeiro capítulo, dedicado à introdução, apresenta as principais bases necessárias à compreensão de meus posicionamentos teóricos e metodológicos. Tais apontamentos serão retomados e especificados no Segundo Capítulo, dedicado às análises. Nessa sessão ainda explico meus objetivos, perguntas norteadoras e justificativas para a realização desta investigação.

O Segundo Capítulo é dedicado ao exame do objeto de estudo. Essa sessão da pesquisa constitui, a meu ver, o cerne aplicativo de meus esforços como pesquisador, tradutor e paratradutor (i.e., de textos e paratextos).

Finalmente, quebrando os paradigmas da metodologia de composição de trabalhos científicos, dedico todo o Terceiro Capítulo às considerações finais, em função, justamente, da natureza de minha investigação, voltada à consideração das periferias do texto como forma de melhor entender a complexidade do núcleo estudado. Nada mais

---

<sup>7</sup> O termo *vrille* é altamente polissêmico. Em suas diversas acepções, pode referir-se à rosca de um parafuso, assim como descrever a trajetória feita por objeto submetido à ação da gravidade em deslocamento no interior de matérias não sólidas, como o ar ou a água. Um exemplo seria uma aeronave em evolução quando de queda dita “livre”. De forma breve: uma espiral.

sensato, então, do que sublinhar e amplificar o que geralmente, na tradição tradutológica, se ignora ou se coloca à margem do texto traduzido: os paratextos. Considerarei, então, que tudo o que poderia ser, eventualmente, apresentado como adendo será evocado em minhas considerações finais. Desta forma, acredito expor uma visão mais pertinente e aproximada dos postulados que aqui abracei.

### 1.3. PROBLEMA

Aceitar a ideia de que a imprensa – ou mais propriamente, que o jornalismo escrito ou televisivo – é uma entidade neutra, que seus agentes buscam a isenção na tarefa de divulgação e análise dos fatos tratados, corresponderia a acatar uma visão romântica, leiga e, acrescente-se: nada científica! Tal concepção, ingenuamente imaginada aqui como recurso dialético, de fato se substitui por realidades decorrentes de tramas políticas que geralmente regulam os graus de liberdade da imprensa de forma cada vez mais escancarada, justamente por estarmos vivendo tempos de maior abertura? Ou tempos em que a ideia de “liberdade de expressão” é anunciada como argumento político, mas evidenciando os cerceamentos impostos pelo que é correto e o que não é polido expor?

Pelo menos no escopo ocidental, cenas com as quais convivemos nesta segunda década do século XXI diariamente nos mostram que a imprensa continua intermediando interesses. Esperemos que os chargistas ainda conservem algum tipo de compromissos políticos, baseados na ideia de que as linguagens paralelas ao código linguístico também permitem recurso às metáforas, apanágio primeiro para a proteção dos artistas.

Os jornais, de modo geral, são instrumentos que exercem grandes influências sobre as opiniões populares, gerando reações e ações em graus evidentemente variáveis em intensidade e importância. Os jornais também interferem diretamente sobre os rumos dos organismos públicos e privados em função de suas ações e interferências políticas. Logo, tratam-se de veículos requisitados por instâncias de poder em todos os patamares para manipular e definir destinos e interesses.

Através do jornalismo é possível pré traçar rumos para a política e para a economia. O jornalismo está também intimamente implicado na manutenção de traços sociais, antropológicos, políticos e demais, que marcam a identidade *guarda-chuva* (hiperonímica) dos integrantes das sociedades das quais emergem, mas também, e sobretudo, caracterizam a própria identidade dos materiais iconotextuais que os representam em primeira ordem: em tempo, espaço.

Mesmo diante dos jornais televisivos – visuais e sonoros –, a imprensa escrita expressa, em medida similar, a gravidade que sugerem as impressões de suas letras, isto é, o texto. Naturalmente, em razão de restrições de ordem legal que envolvem o registro material, fixo e atestável dos fatos, o texto escrito ainda conserva um amplo grau de credibilidade se comparado com os pronunciamentos orais. Pode-se dizer, à exemplo do que expõe os *Schtroumpfs* de CULLIFORD<sup>8</sup> (2003), que os ocidentais ainda preservam grande constrangimento tanto pelo silêncio, quanto pela imensa fé que depositam nas palavras escritas, como se as verdades fossem tanto mais garantidas quando grafadas sobre papel.

Ainda mais se forem firmadas (assinadas de punho) e redigidas conforme às normas da língua padrão. Paradoxalmente, WISNIK (1989) demonstra claramente que nenhum som teme o silêncio que o extingue, no sentido em que não há som sem silêncio, levando à dedução de que o silêncio adequadamente situado, tanto na imagem (*gap*) quando no texto – espaços entre letras, entre palavras, entre parágrafos e o não dito –, pode assumir amplas significações (locais) e sentidos (gerais).

Por extensão, pode-se supor que os entornos textuais se pautam como fontes inesgotáveis de informações sobre as entidades com as quais mantêm algum tipo de relação. Entre letras há espaços. Entre palavras e parágrafos também há espaços. De forma similar, entre as imagens também há lacunas, vazios. Sem espaços ou sem a impressão de que há espaços, não haveria sequer possibilidade de comunicação.

Mesmo em se aceitando a concepção imaginada, levantada nos parágrafos acima, aventando a possibilidade de neutralidade no jornalismo, a pretensa “isenção” continuaria permeada por seu caráter falacioso e inadequado, pois o próprio material linguístico de base, empregado para a elaboração das reportagens – **a língua** – se caracteriza por sua essência inerentemente dialógica e permeada por construções históricas que a etimologia explicita quase sempre baseadas em apreciações de outrora ou deslocadas em razão das flutuações sociais que inexoravelmente geram retardos sociológicos nos registros dicionarizados. Ora, demonstra a Linguística, enquanto ciência, que o *thesaurus* linguístico de toda e qualquer língua é fruto de composições circunscritas e ancoradas em fatos sociais, antropológicos e, principalmente, políticos (cf. BRITTO, 2003). O postulado de

---

<sup>8</sup> Pierre Culliford, mais conhecido pelo pseudônimo de PEYO nasceu em 25 de junho de 1928 em Schaerbeek na Bélgica. Artista de enorme talento criou diversos personagens e histórias em quadrinhos, dentre os quais estão os internacionalmente conhecidos “smurfs” (*Les Schtroumpfs*)



SAUSSURE (1916) de que “a língua é um fato social”, permite atestar em seu trabalho as bases da Sociolinguística e até mesmo de subáreas como as teorias da Enunciação e o da Análise do Discurso, que não se permitem existir sem a consideração dessa atribuição.

Se não bastassem as cargas etimológicas que atrelam as composições lexicais a seu passado formal e semântico, haveriam outros patamares envolvidos, a saber: pragmático, discursivo e conceitual. Cabe salientar que não suponho, absolutamente, estratificações possíveis entre os patamares que venho citar. Obviamente, as categorizações decorrem de necessidades de descrição situadas em plano, visto que intrinsecamente, em termos de língua em uso, todos eles são ativados concomitantemente, fazendo parte de um monólito. Uma cena, seja ela verbalizada linguisticamente ou expressa por meio de imagens, mesmo diante da possibilidade de recorte diacrônico – no tempo – constituirá uma camada sincrônica passível de sequencialidade.

De fato, não há como contornar nem a trama, tampouco as bordas que sustentam um dado estado de tessitura – longa e historicamente composta. A tessitura (i.e., o texto), em termos metafóricos – e também etimológicos –, se compõe de linhas resistentes a quaisquer tentativas de “trapaça”. Em outros termos, e segundo BARTHES (1990;1973), não há como trapacear a língua, a não ser através de seu emprego literário e/ou artístico. Somente a arte, segundo Barthes, oferece a possibilidade de criar cenas e personagens desatrelados – em diferentes medidas – das pressões sociais e das formações psicanalíticas que afetam os sujeitos efetivamente integrados nas redes e tramas socialmente instauradas.

Para BARTHES (id.ib.) a única possibilidade de escapar às ideologias inerentes ao material que compõe a língua é através da criação de espaços diegéticos relativamente desconectados dos poderes. Em suma, as identidades expressam-se através do verbo – oral, escrito, imagético ou em qualquer instância de suporte comunicativo. O que me interessa, no escopo desta tese, não é, absolutamente ousar atribuir novos traços e defini-los como atributos gerais de um grupo social, pois tal tentativa seria demasiadamente presunçosa.

Reitero, neste ponto de minhas considerações, que o objetivo consistirá em investigar a eventual presença de componentes identitários em material jornalístico publicado na imprensa do Québec através dos prismas teóricos da tradução & paratradução.

Longe de constituir um processo que possa ser considerado como arriscado, com base em minhas leituras, acredito que a riqueza das línguas (gens) se situa justamente nos seus jogos subjacentes – quase sempre assimilados inconscientemente junto com a aquisição ou com a

aprendizagem da (s) língua(s) (cf. KRASHEN, 1985; 1982; 1981). O domínio de uma determinada língua, mesmo em se considerando os diferentes graus de interlíngua, a torna, por conseguinte, uma entidade produto-processual consubstancial na mesma medida psicológica das referidas <partes\_do\_corpo\_físico\_estendidas<sup>9</sup>> (cf. MCLUHAN<sup>10</sup>, 1993).

Sim, composições integradas e imperceptíveis até que arte ou a ciência ofereçam subsídios filosóficos para que, nós, acadêmicos, adeptos das linhas de pensamento ditos “lógicos” e “racionais”, possamos nos afastar de nossas habilidades supostamente desenvolvidas consubstancialmente e desvelar parte dos processos subjacentes que conduziram aos estados cristalizados, às gramaticalizações e às lexicalizações (cf. processos metafóricos).

Explicitam-se, então, fenômenos e entidades camufladas à vista dos olhares supostamente leigos, concedendo então aos artistas e aos cientistas – para não dizer aos escritores, poetas, analistas do discurso e

---

<sup>9</sup> Ao falarmos de consubstancialidade, de <partes\_do\_corpo>, cabe remeter à obra “*Le Petit Prince*”, de Antoine de St. Expéry. No primeiro capítulo de seu livro, quando o personagem Piloto, sobrevoando o deserto Saara, sente que algo não está bem em sua aeronave, ele verbaliza em seu diário: *Quelque chose c’était cassée dans mon moteur* [...]. **Algo tinha quebrado no meu motor** (Tradução e grifo meus). Quando dizemos em português: meu dedo dói, na verdade queremos dizer: eu estou sentindo uma dor em um dos dedos de meu corpo. Em linha de pensamento similar, nós, humanos do século XX e XXI, não temos motores, tampouco paraquedas ou espelhos retrovisores, tampouco nosso dedo pode ser considerado como Agente (sujeito) ativo do verbo DOR. Não seria coerente acreditar que somos capazes de ver um jogo que acontece a milhas de onde estamos senão por meio de aparelhos, embora na língua expressemos tal visão. Outrossim, não seríamos capazes de chegar à Europa em 10 horas se não fosse de avião. Mas expressamos as frases como se fôssemos capazes de fazê-lo a partir de nossas capacidades físicas e mentais, pois essas habilidades se tornaram consubstanciais, ou seja, embutidas nas expressões linguísticas e que não vêm à tona senão por meio de processo de leitura “literal”. – Posso voar para Teerã e ter que aterrissar em Atenas por um problema em minhas turbinas? – Sim ! Somente no universo das verbalizações construídas por meio de processos metafóricos, catafóricos, metonímicos, e sucedâneos teóricos.

<sup>10</sup> Professor de literatura inglesa e teoria da comunicação. Marshall McLuhan nasceu no Canadá, na província de Alberta. Dedicou sua vida a pesquisa e ao ensino atuando na universidade de Wisconsin nos Estados Unidos (1933 – 1943). Em 1944 retorna ao Canadá onde assume o cargo de professor e pesquisador na Universidade de Toronto. Sua principal contribuição para os estudos da comunicação foi o livro *The Medium is the message* [a media é a mensagem]. Seus escritos tiveram importantes repercussões durante os anos 60, tanto no Canadá quanto nos Estados Unidos e posteriormente à nível internacional.

esquizofrênicos e demais integrantes voluntários à integrar a última categoria – a possibilidades de evidenciá-los ao público, gerando vias para a compreensão de que é impossível não “engolir sapos” (sic) a todo instante (cf. DEMO, 2011; 1994.), mas que, pelo menos, se tenha consciência de os estar engolindo nos usos diários da língua(gem), aliás incontornáveis por integrarem aos usos pertencentes à língua e mais propriamente ao vernáculo (insisto aqui nos traços etimológicos que conduziram às cargas presente no léxico e expressões).

A meu ver, a tomada de consciência desse e de outros processos tornados consubstanciais acarreta desenvolvimentos filosóficos imprescindíveis para a compreensão dos jogos que as língua (gens) envolvem e, também, dos jogos que envolvem as manifestações das língua (gens). Por tal razão, minhas discussões desembocam novamente na proposta desta tese, justamente a de buscar tratar da identidade do texto jornalístico que proponho estudar, hipotetizando que em escala micro iconotextual – multiplicada cotidianamente – geram-se subsídios para fortalecer traços identitários ligados a uma dada sociedade, sem que seja preciso apelar aos patamares *guarda-chuvas* isto é, hiperonímicos, cujo sentido do último termo, composto, em itálico, busco denotar aqui, como significação lexicalizada: chave, definitiva. Somente a visão a partir de diferentes pontos nos permitirá uma definição aproximada do objeto contemplado, interpretado, traduzido&paratraduzido.

Consciente de que: (a) não há relação biunívoca entre uma determinada forma de expressão linguística e seus referentes pretendidos, nem por autor, texto ou leitor; (b) de que sempre haverá agentes interferentes passíveis de gerar expectativas interpretatórias plurais, insisto em pontuar o problema desta tese da seguinte forma: (i) em geral, os processos de fragmentação dos discursos emergem de crises e das rupturas que o acompanham. Tal processo, não pode ser considerado como apanágio da teoria da literatura em suas referências, por exemplo, às manifestações do romantismo alemão da segunda metade do século XIX; tampouco se tratar de algo exclusivo (CARPEAUX, 1994) de alguns poucos momentos históricos específicos e registrados.

A sequência: crise, ruptura e emergência de novos estados gerados pela fragmentação dos discursos é um fenômeno que se pode verificar em diversos momentos da história da humanidade, desde a queda dos grandes impérios da antiguidade, até fatos mais recentes, como o Maio de 1968. Este último, responsável por desencadeamentos que depois de 50 anos ainda continuam (cf. VENTURA, 1988; ZAPPA e SOTO, 2008) se desenvolvendo (e.g. a onda do “politicamente correto”).

Com base em minhas leituras, entre as quais Barthes (1990; 1973), aceito a ideia de que os rompimentos são processos cíclicos, praticamente inexoráveis, que se repetem ao longo da história dos povos e que decorrem de abalos políticos, atingindo os demais setores sociais. Tratam-se, pois, de picos e declínios recorrentes e cíclicos, sem que se possa prevê-los com exatidão, tampouco contorná-los. Como sugere Vitor Hugo (1802-1885), cada revolução envolvendo uma sociedade deveria ser acompanhada, após a crise, a eclosão e a experimentação das mudanças, por reformas gerais nos dicionários, pois a língua se acomoda às mudanças.

A maior parte das entradas dicionarizadas julgadas canônicas: denotações, conotações, associações e exemplos, sofreram metamorfoses decorrentes das mudanças de paradigma. Muitas alterações linguísticas passíveis de deslocar centros anteriormente conhecidos, posto que as margens movem em consonância com as novas tendências, afetando supostas lexicalizações e cristalizações longamente construídas, assim como mudanças em progressos, concedendo novos rumos para a língua. Eis um exemplo concreto: o dicionário Houaiss, por exemplo, define LAR, como o local onde habita uma família.

Ora, atualmente, mais de 60% dos lares de uma cidade como Paris ou Londres comporta somente um indivíduo (DITGEN, 2005). Por sua vez, a definição de FAMÍLIA, segundo o dicionário Aurélio, fala de uma formação social que implica: pai, mãe e filhos. Neste sentido, tanto a definição de LAR, quanto a definição de FAMÍLIA apresentam descompassos em relação às realidades. Se SAUSSURE (1916) considera a língua como um fato social, e os dicionários comportam uma parcela de vocabulário extraído do *thesaurus* lexical de determinada língua, podemos supor que os dicionários comportam entradas anacrônicas, podendo ser considerados como *cemitérios* de palavras.

Tal consideração nos remete à etimologia da referida palavra (em itálico). *Cemitério*, que em seu sentido grego significava o lugar onde se repousava após um trabalho cansativo. Com o advento do *cristianismo*, *cemitério* passou a designar o local onde se dorme para aguardar a volta do messias e a ressurreição. Logo, a metáfora parece se encaixar perfeitamente bem à consideração que lançou Vitor Hugo.

Um outro exemplo concerne ao poder da mídia, capaz de interferir nos usos e romper com as operações de variação e mudança preconizadas pela Sociolinguística. Em geral, uma forma e seus significados sofrem variações e mudanças lentas e progressivas. No caso das extensões midiáticas, atreladas aos poderes que as referendam, em poucas horas é possível introduzir no *thesaurus* lexical palavras como

“imexível” (caso Magri<sup>11</sup>), ou alterar expressões como risco de *vida/risco de morte*<sup>12</sup>, ou ainda introduzir partícula de gênero em palavras de gênero duplo, como “presidenta”<sup>13</sup>.

Logo, me parece, com base em GENETTE (2009; 1982) e YUSTE FRÍAS (2014, 2012, 2010, 2007), que para poder vir a se conhecer traços aproximativos da identidade de um povo é preciso conhecer dados não somente de sua composição de base, historicamente construída, mas sobretudo informações em voga ligadas a seus comportamentos e modos de serem explicitados por suas *periferias imediatas* (**peritextos**) e também por dados expostos a seu respeito, *periferias indiretas* (**epitextos**).

Pois bem, para o pesquisador, no escopo de uma tese, e diante de sua *thesis*, as prerrogativas da delimitação e a definição de um objeto de estudo bastariam para afastar quaisquer pretensões utópicas. Pelo contrário, meu material é de natureza iconotextual, circunscrito e recortado, porém, como demonstra a teoria de Yuste Frías, partindo de um umbral específico posso me elevar de modo a melhor contemplar o fenômeno visado. Neste sentido, reproduzo aqui uma citação de ROSNAY (1975), cujo excerto julgo pertinente citar: “se elevar para melhor ver, estabelecer conexões para melhor compreender e se situar para melhor agir.” (Joël de ROSNAY, 1975).

---

<sup>11</sup> Em 1990, durante o governo de Collor de Mello, o então ministro do trabalho, Antônio Rogério Magri, entre outras pechas, referindo-se ao Plano do Governo, afirmou que ele era “imexível”. O neologismo que criou, foi motivo de chacotas, mas passou imediatamente a integrar o léxico da língua, passando a constar nos dicionários.

<sup>12</sup> Muito embora ainda não se aceite as estatísticas oferecidas pelo Google, suas bases revelam que o termo “risco de morte” (24.400.000), em comparação sincrônica, ainda não ultrapassou o consagrado uso de outrora “risco de vida” 32.200.000. Todavia, se os cálculos se referissem aos últimos 5 anos, provavelmente os resultados tenderiam a apontar para a mudança.

<sup>13</sup> Participios ditos “ativos como derivativos verbais”, como do verbo ser = ente, estudar = estudante, falar = falante, presidir = presidente. Diante do indivíduo habilitado para assumir a condição ou exercer função expressa pelo verbo acrescenta-se à raiz verbal os sufixos ante, entre ou inte, independentemente do gênero masculino ou feminino. Não se diria que alguém é cadeiranta, pedinta, cantanta, tampouco e respectivamente, cadeiranto, pedinto ou cantanto. Apesar da suposta inadequação linguística, por hora (2015), a referida forma disputa espaço com o uso anterior.

As metas, diretrizes e bases pessoais que estabeleci para meu estudo, que insisto em repetir e explicitar claramente, constituem uma espécie de *Fio de Ariadne*, que orientará a mim, enquanto pesquisador, para que junto com meu leitor, caminhemos ao lado das concepções atreladas ao prisma teórico adotado.

Remeto meus argumentos não somente à metáfora pedagógica que alude às visões do mito *helênico do Labirinto de Creta*, mas também ao *Paradoxo* de Ménon de Sócrates, que sublinha que: *il faut savoir ce que l'on veut et ce que l'on cherche*, ou seja: “é preciso saber o que se quer e o que se procura”, mas principalmente, ser capaz de se situar em um **umbral** que permita desenvolver **miradas** para que possamos (eu e meus leitores) reconhecer aquilo que estávamos a buscar no instante em nos depararmos com a entidade procurada. Me remeto novamente àquilo que observou, acima, CORTES<sup>14</sup> (1975) no *script* que me remete, particularmente a espaço diegético e ficcional da mitologia grega, particularmente à cena que me leva a aludir à Lenda de Ícaro, naturalmente em seu conteúdo poético: se elevar a partir de um ponto ínfimo para melhor contemplar e examinar, por vista panorâmica, e vice-versa – em processo *zoom* – os objetos contemplados (cf. Istvan BANYAI, 1998).

Ora, seria presunçoso supor que diante dos intensos graus de subjetividade inerente aos sujeitos psicanalíticos que compõem uma sociedade, diante também de momentos históricos que incitam a fragmentação dos discursos e que, por sua vez, acentuam os níveis de subjetividade, aproximando as pontas de uma espiral imaginada, seria científico pontuar traços aproximativos, característicos da identidade de um povo, a partir de um trabalho de tese voltado a exames em três graus principais, já aludidos anteriormente: **peritextual**, **epitextual** e **in**. Pois bem, neste escopo, considero que, como pesquisador, eu estaria diante de um problema de delimitação mal calculado (cf. Metodologia Científica de Pedro DEMO, 2011; 1994), pois como especifiquei, com base em meu suporte teórico (cf. YUSTE FRÍAS, 2014, 2010, 2012, 2007), que nós, tradutores, não traduzimos as línguas. Nós, tradutores, trabalhamos sobre textos. Nossa tarefa consiste em examiná-los, localizar o que buscamos e expandir ao máximo os trajetos de nossos percursos investigativos. Em síntese, parece se tratar de uma tarefa inerente ao trabalho dos tradutores de forma geral, mas tais atividades são expostas muito raramente nos paratextos que acompanham a tradução, ou seja, em porcentagem mínima

---

<sup>14</sup> CORTES, J. Une introduction à la recherche scientifique en didactique des langues. Paris: Didier Crédif, 1987.

diante das dimensões dos procedimentos efetivos realizados por cada um deles (leia-se: *de nós*).

Em nova síntese, o problema que levanto a partir desta tese remete à investigação de componentes identitários em material jornalístico iconotextual, produzido pelo *Le Journal de Québec* e publicado em 26 de maio de 2013 examinado à ótica da tradução & paratradução, tal como concebida por YUSTE FRÍAS (2014, 2010, 2012, 2007). Meu processo de delimitação me conduziu à selecionar um objeto iconotextual composto, mais precisamente uma charge, cuja descrição pormenorizada será realizada no capítulo dedicado à análise do objeto de estudo.

#### 1.4. Proposições ou Perguntas

Cabe destacar aqui que para que se possa definir uma ou mais proposições, há duas condições básicas, segundo a Metodologia do Conhecimento Científico (cf. DEMO, 2011; 1994; ECO, 2007, SINGH, 2006). A primeira concerne ao fato de que a proposição está ligada a estudos de base estatística. A segunda, refere-se ao fato de após a finalização da pesquisa, se poder: (i) acatá-la; (ii) refutá-la; (iii) ou anulá-la. No caso do presente modelo de pesquisa, não temos proposição (ões). Falaremos mais propriamente de perguntas norteadoras.

Logo, traços identitários são abstrações que se expressam não somente por sentimentos de pertencimento, mas por meio de atualizações comunicativas, ou seja, a partir de *comunicatio*, (comunhão, sociedade). Em outras palavras, as identidades só se manifestariam a partir do diálogo com o Outro e principalmente em situações de aproximações não conflituosas. Acredito que só é possível falar sobre a identidade do Outro a partir do instante em que sou capaz de aceitá-lo e de respeitar suas idiossincrasias.

Ademais, a identidade, como noção lexicalizada e dicionarizada pauta-se como entidade inerentemente elástica e flutuante, em medida similar a certas categorias enunciativas, discursivas e artísticas, como o *humor*, o *horror*, o *erótico* (cf. EVRARD, 1996). A possibilidade de se atribuir traços identitários a determinado grupo humano remete à possibilidade (leia-se ao equívoco) de se firmar categorizações hiperonímicas que, por vezes, resistem tanto à passagem do tempo (*nunc*), quanto aos deslocamentos espaciais (*hic*), como é o caso dos fenômenos que envolvem povos diaspóricos, posto que não se atualizam necessariamente entre indivíduos, mas povoam os imaginários criados em torno de um grupo a partir do olhar de si e também do Outro.

Todavia, em se tratando de definir categorias pontuais e específicas, em termos de contemporaneidade, encontra-se uma série de restrições que levam a reconsiderar a validade de se ousar lançar asserções, axiomas ou certezas em direção aos objetos examinados. Por exemplo, taxonomizar grupos humanos, atribuindo-lhe atributos hiperonímicos, como discutido nas páginas anteriores, remete muito mais à composição de efeitos de humor do que aproximações com as realidades. A criação de estereótipos reflete apreciações sobre o Outro com base em suposições decorrentes de suas diferenças em relação a um referencial que não deveria se pautar como tal.

Ora, traços identitários atribuídos a determinados povos raramente foram expressos por eles mesmos. Juízos são quase sempre externados a partir de pontos de vista externos, tornando-se, muitas vezes, inadequados por falta de conhecimento das especificidades alheias. Para traduzir&paratraduzir o Outro é preciso antes de mais nada aceitá-lo de forma cordial e pacífica. No limite máximo, ultrapassando as raiais do que pode ser considerado científico, poder-se-ia argumentar que para traduzir&paratraduzir o Outro, é preciso admirá-lo e respeitá-lo sua essência, reproduzindo os imaginários em relação aos rituais antropofágicos (CAMPOS, 2010).

Minha proposição remete à crença de que os textos jornalísticos apresentam portas de entrada para que se possa testar as premissas da tradução&paratradução, e que através desse suporte teórico – sublinho: ainda movedição e em progresso (segundo YUSTE FRÍAS, 2014, 2012, 2010, 2007) – serei capaz de mergulhar nos meandros que sustentam o texto que proponho analisar para, finalmente, poder responder à proposta-título deste trabalho, que se resume em: *buscar localizar e investigar componentes identitários em textos jornalísticos quebequenses através de postulados da tradução&paratradução*.

Como visto, não se trata necessariamente de uma hipótese, pois já conheço algumas das respostas para o que busco. Não conheço, todavia, os desfechos em relação a até que ponto serei, eu mesmo conduzido, pela especificidade e extensões oferecidas pelo iconotexto examinado.

Naturalmente, possuo uma proposição pessoal, mais geral e paralela à pesquisa, referente a minha própria formação. Inicialmente duvidei que o procedimento de delimitação pudesse abrir leques ao invés de fechar possibilidades. Sempre pensei que deveria partir das bordas para o centro e, assim, definir meu objeto e delimitá-lo. Progressivamente estou descobrindo que o estudo aprofundado de uma ínfima parte de um organismo – seja ele biológico ou da ordem das língua (gens) – é capaz de revelar o todo que o envolve. Para tal, basta não se concentrar em sua



materialidade e trabalhar de forma fechada. A postura aberta e divergente, de um ponto para suas margens, permite falar sobre o universo. No caso do presente estudo, minhas ambições são naturalmente bem limitadas. Mas apesar das auto restrições científicas, buscarei tratar de questões políticas, sociológicas e antropológicas a partir de uma expressão que, à primeira vista, poderia parecer ingênua e limitada.

### 1.5. Justificativas

Em primeira instância, observo que uma pesquisa realizada sobre textos jornalísticos permite atestar a *validade ideológica* dos aspectos estudados, pois, como destacado acima, a imprensa surgiu a partir do interesse das pessoas pelo conhecimento dos acontecimentos que as envolvem e que, de certa forma, interferem sobre seus destinos. Por conseguinte, os interesses em empregar politicamente esse mesmo meio em favor próprio se torna legítimo no jogo de forças inerente aos agrupamentos humanos, nos quais há lideranças e afiliados. O jornalismo constitui um organismo que parece estar sempre atento a interesses de diversas ordens: políticos, econômicos, antropológicos, sociais, e demais sucedâneos.

A *validade ideológica* também reflete contemporaneidades históricas e sincrônicas (presentes, locais e instantâneas), buscando registrar as cores políticas das parcelas que defende no período histórico que as realiza. A imprensa parece sempre ter oscilado no limbo em que se cruzam *causa (s)* e *efeito(s)*. O anúncio do fato e, sobretudo, os comentários a seu respeito se desenvolvem em espécies de cadeias que implicam *relato*, *interpretação dos relatos* e, ainda e muitas vezes, tradução seguida de traduções, permeadas por *constrains* (e.g. implicações, restrições, limites) ao serem colocados à venda por agências de notícia. Na atualidade, nem todos os jornais podem se apropriar da notícia. Elas se tornaram produtos de venda e devem ser negociadas. A negociação, por sua vez, implica que os relatos e imagens disponibilizadas são filtrados em primeira instância<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Eis um exemplo que talvez se torne clássico. Em 19 de março de 2003 foi iniciado o bombardeio de Bagdá pelas forças americanas. O ataque começou às 23:45 (horário de Brasília) e só saiu do ar às 4:00 da madrugada. A capital foi bombardeada por mais de 4 horas ininterruptas, mas em função da precisão do ataque, não houve baixas entre a população civil. Também não foram divulgadas imagens de pessoas atingidas pelas bombas.

Os fatos antecedem toda e qualquer interpretação e tradução possíveis, salvo textos sobre previsibilidades. A paratradução busca não somente examinar os fatos circunscritos e imediatos, mas sobretudo fragmentos, indícios e pistas que permitem mergulhar mais profundamente sobre causas e efeitos, a partir do umbral onde, teoricamente, os dados se cruzam, ou para onde convergem. A validade ideológica, no escopo desta tese, constitui um item de essencial interesse.

Acredito que é justamente a partir de posicionamentos ideológicos que emergem os traços que busco localizar, de forma a definir a identidade de meu material iconotextual (i.e., objeto de estudo) e, por conseguinte, me colocar à altura de poder sugerir, cientificamente, traços que possam, eventualmente, ser atribuídos a um *ego* plural, a um *nunc* e *hic* determinados; respectivamente: um “eu”, situado em um “tempo” e em um “espaço”.

Em segundo lugar, minha trajetória científica e pessoal me levou a me interessar pelo Canadá e mais pontualmente por suas regiões, incitado pela influência cultural e linguística francesa, cujo idioma referente é um dos quais tenho domínio. O interesse surgiu, igualmente, em razão do grau de pluralidade étnica encontrada naquele país, logo, o Canadá constitui um ambiente ideal para a realização de discussões em torno de fenômenos identitários e, igualmente, em relação a questões referentes ao fenômeno das diásporas. De fato, a questão identitária remete não somente às origens da língua (gem) e do pensamento dos povos. Mas cada fato histórico marcante estará sempre permeado por fatores e interpretações identitários.

O filósofo canadense Marshall MCLUHAN (1964), teórico da comunicação e um dos fundadores dos estudos sobre as mídias modernas, com sua fórmula “a mensagem é o meio”, já tentava prever as metamorfoses sociais que as novas mídias, como a televisão, gerariam sobre a dita “ocidentalidade”. Seu falecimento relativamente prematuro (1911-1980) não lhe permitiu, todavia, avaliar as extensões e o poder – “tsunâmico” – que as redes de comunicação social gerariam sobre a manutenção das identidades e sobre a geração de novas conformações sociais.

No atual momento (2015), não se trata de remeter aos impactos gerados pelo advento da internet somente, mas em medida similar às novas tecnologias da comunicação, que estão abalando sistemas maiores por meio de softwares específicos como o *whatsApp* e sucedâneos, elaborados para contatos rápidos e de custo reduzido. Observa-se uma espécie de *déjà-vu*, ou seja, uma volta à noção de tribo, não relativa à metáfora da *tribo global*, mas de tribos delineadas, que circunscrevem

àqueles que se encontram em perímetros determinados em termos ideológicos.

Seria impossível negar que as noções de identidade e de diáspora não tenham sofrido interferências consideráveis após o advento das redes de comunicação e da possibilidade de contatos voláteis. As tribos modernas parecem não depender de fronteiras demarcatórias, pois a virtualidade da informação independe de limites e confrontação de zonas de interesses.

Diferentemente do que se poderia cogitar, e paradoxalmente, a imprensa escrita absolutamente não desapareceu diante da veiculação digital, sobretudo por ainda existir uma íntima relação afetiva – que liga toda uma geração ainda “vivente” – entre o desejo pela informação e o contato com a matéria noticiosa em versão papel. De modo concomitante, cada vez mais as publicações migram para a tela, mas ainda não se verificou tendências à redução ou eliminação de jornais, revistas, tampouco do livro. No caso desta tese, nosso foco recai sobre a imprensa híbrida, apresentada tanto em papel como em tela.

Em terceiro lugar, busco avaliar a aplicabilidade da tradução&paratradução como subsídio teórico e metodológico para o estudo de traços de identidade a partir do exame de material iconotextual. Tal opção teórica decorre da observação de uma deriva científica baseada em dois aspectos centrais: o primeiro decorre da recusa às posturas binaristas, que segundo YUSTE FRÍAS (2014, 2010, 2012, 2007), constituem um dos grandes males do século passado (XX).

Estendo aqui suas perspectivas, para evocar a figura de DESCARTES (2013). Posso supor que se somam mais de duzentos anos de ciência baseada em visões sobre visões binárias, de cunho opositivo em relação ao tratamento de objetos e processos. Ora, em termos de *Estudos da Tradução e da Interpretação*, disciplina que enfoca o texto em primeiro plano e, por *default*, a língua (gem), não se pode negar que as entidades, objeto de análise, não sejam inerentemente abstratas, elásticas e extensivas, e que se definam a partir das relações – quase sempre variáveis que mantêm com outras entidades – também de natureza oscilante.

Logo, as perspectivas da tradução&paratradução pressupõem o trabalho sobre objetos pertencentes às realidades. Não seria, pois, possível, adotar postura estrutural e supor que o texto pode ser dissecado e examinado como um cadáver. A ideia de sistema sincrônico não permite abarcar a sucessividade inerente que definem uma história, uma antropologia, ou uma sociedade em mutação.

Naturalmente, como observaram linguistas de escolas funcionalistas (cf. Escola de Praga - Jakobson, Wellek, Trubetzkoy, etc), as entidades da língua se definem pelas relações que mantêm com outros elementos e por suas diferenças. Logo, seria incongruente tentar negar as características da língua que garantem a comunicação. Por exemplo, no português, temos duas fonemas vibrantes [R] e [r], que permitem a distinção, respectivamente, entre carro e caro.

O primeiro, fonologicamente representado por um arquifonema, apresenta, tantas produções diferentes, do ponto de vista fonético, quantos forem os falantes que os emitem, ou seja: milhões no caso do português. Todavia, como falantes do português, precisamos distingui-lo como representante pertinente àquele sistema somente uma vez. Assim, não se pode negar que a língua se define por traços distintivos, mas que, concomitantemente, seria mais sensato não insistir sobre a questão das oposições binárias (+ vs -), mas sobretudo falar de diferenças, complementariedades e da possível existência – teórica – de linhas médias para contemplar a atividade interpretativa necessária à instauração do código compartilhado socialmente, tal como ocorre em fonética e fonologia. Ora, a vibração que marca os fonemas orais não se opõe àqueles em que a vibração das cordas vocais não ocorre. Com efeito, são duas produções específicas, marcadas muito mais por semelhanças do que por diferenças.

A ideia de um conjunto que se pretenda harmônico em termos de composições positivas e negativas seria, neste sentido, absolutamente utópica. Ora, somos capazes de ler um texto escrito à mão apesar dos diversos tipos de caligrafia inerente a cada sujeito. Da mesma forma, somos capazes de estabelecer um fonema médio que represente todas as milhares de realizações foneticamente desviantes, mas aceitáveis no âmbito de sua função. Em suma, somos capazes de processar a dupla articulação da linguagem (fonologicamente), apesar das variedades fonéticas fortemente plurais. Similarmente, somos capazes de ler determinada letra, apesar de suas diversas variações de desenho (grafias manuscritas).

Em terceiro lugar, cabe mencionar que a Metodologia do Conhecimento Científico (cf. DEMO, 2011), enquanto disciplina, afirma, segundo DEMO (2011; 1994), que ao se delimitar um objeto científico, deve-se excluir aquilo que fica “de fora”. Pois bem, em termos de Interpretação e Tradução, de forma geral, e em termos de tradução&paratradução de modo específico, as periferias (margens) adquirem caráter tão definidor quando o próprio “centro”, tal como observa RAJAGOPALAN (2003). Pode-se arriscar inclusive a asserção

de que “as margens definem o centro”. Se os perímetros se deslocam e insiste-se em manter um centro onde se supõe estar, ele passará a ser muito mais o centro de nossas equivocadas suposições do que o provável centro do fenômeno.

Neste sentido, as propostas de GENETTE (2009; 1982), ampliadas e desenvolvidas por YUSTE FRÍAS (2014, 2012, 2010, 2007), acentuam a importância de se considerar os peritexto e os epitextos com vistas tanto ao tratamento de dados de natureza linguística – talvez equivocadamente chamados de “verbais” – quanto dados de natureza icônica, chamados de “imagéticos”.

Em quarto lugar, cabe sublinhar minha suposição de que a complexidade do termo “identidade” me levará muito mais ao exame do texto e de seus entornos, como procedimento para discorrer sobre a natureza do objeto de estudo iconotextual estudado e aferi-la a fatos identitários, do que ousar gerar atribuições inadequadas e sem fundamento científico.

Em quinto lugar, e finalmente, cabe observar que o material de estudo do tradutor é o texto. A escolha pelo texto jornalístico deve-se principalmente ao fato de eu acreditar que a validade ideológica presente nesse instrumento é efetiva, imediata, e inegavelmente detectável desde momento de seu lançamento, acompanhando sua existência. Minha intenção não é, absolutamente, voltar as costas para interferências políticas, econômicas e antropológicas. Pelo contrário, a validade ideológica, a meu ver, se encontra justamente em aspectos de tais naturezas. Tal suposição teórica me permite investigar aspectos identitários ligados a vários períodos, colocando em destaque eventuais mudanças, crises e rupturas que o marcam em maior ou menor grau. Eis as razões para que eu tenha aceitado o desafio que lanço a partir deste estudo: examinar a eventual existência de rastros, pistas e fragmentos identitários em textos de mídia quebequense através da paratradução.

## **1.6. Objetivo**

O fio condutor desta investigação não poderia deixar de constar em seu título. Aliás, toda a redação deste trabalho se desenvolve sobre uma linha mestra, a ser repetidamente evocada, e que ecoará em cada uma das páginas apresentadas.

Como já observei, a metodologia do trabalho científico, externa a esta tese, mas que, no entanto, dirige nossos procedimentos teóricos e metodológicos, me conduziu a concentrar minhas pesquisas sobre um

objeto delimitado e, a partir dele, ampliar minhas análises visando às margens, com vistas a fixá-lo em um centro.

A definição de meu (s) objetivo(s) foi pensada e repensada visando duas metas: (a) a primeira para limitar minhas ambições (b) e a segunda para limitar minhas pretensões. Seguindo à risca os suportes teóricos e metodológicos que adoto, contornarei categorizações com base em juízos de valor, evitarei igualmente asserções, assim como axiomas e posicionamentos binários, principalmente em prol da ideia de aproximação e não de certezas. De modo mais grave, buscarei não propor relações biunívocas e reversíveis, que me permitirão também contornar *conclusões*, substituindo-as tão somente por *considerações e discussões*. Ora, uma das premissas de base das ciências humanas, no contexto dito “pós-moderno”, segundo DEMO (2011), é que as definições sejam consideradas, no máximo, como aproximativas (p56). O mesmo autor acrescenta ainda que “só é científico o que pode ser contestado” (p.14). Em síntese, reafirmo minha consciência de que tanto o título desta tese, como as perguntas, proposições e objetivos condutores apresentados, me conduzem muito mais à determinação da identidade do objeto de estudo iconotextual sobre o qual trabalho do que propriamente sobre a identidade de um povo e de sua *cultura*. O máximo que conseguirei propor são relações possíveis entre as discussões que abraço e os reflexos de uma imprensa constituída ideologicamente, situada em um tempo e em um lugar específicos, com vistas à tratar de interesses políticos, econômicos, sociais e demais sucedâneos voltados à manutenção de um corpo social.

Meu **OBJETIVO GERAL** com a realização desta tese está explicitado e em seu título, o qual destaco:

### **Componentes identitários em iconotexto jornalístico quebequense através da tradução&paratradução**

Com base neste tema, meu **OBJETIVO ESPECÍFICO** aponta para a tradução&paratradução de um iconotexto publicado no *Le Journal de Québec*, do dia 29 de maio de 2013, acessado no dia 20 de dezembro de 2014 de autoria de YGRECK.

Poderíamos, eventualmente, questionar os usos plurais empregados nas palavras “componenteS” e “identitárioS” presentes no título e, por coerência metodológica, nos objetivos geral e específicos.

A resposta parece elementar: meu objetivo não é UNO. Não ousaria pretender definir “uma identidade” e atribuí-la a um povo ou nação, mas creio que minha abordagem pode me permitir discorrer sobre

eventuais traços identitários presentes no objeto iconotextual comunicativo em análise, especialmente produzido e direcionado aos leitores do periódico concernente. Acredito que ao localizar, examinar e definir componentes identitários a partir de um iconotexto, já terei realizado maior parte dos percursos que me conduziram à identificação e estudo de um conjunto de objetos comunicativos presentes no objeto de estudo.

As gravidades e conseqüências da força dos elementos presentes no iconotexto se materializarão, assim espero, nos relatos científicos que constituirão o cerne desta tese. Por isso, no resumo desta investigação, fiz questão de apontar para a questão da necessidade de se passar da (a) *epistemologia do saber* à (b) *sociologia do conhecimento*, baseado em RAJAGOPALAN (2003). Ora, se as Ciências da Linguagem se instauraram como ciência (Linguística Saussuriana) inicialmente à aura das premissas das ciências exatas e se essa relação a afastou das realidades sociais por certo tempo em razão das posições estruturalistas que se seguiram, caberia tomar como base os passos de disciplinas como a Linguística Aplicada, que justamente tentam retomar a pertinência dos estudos linguísticos como ferramenta para os desenvolvimentos de práticas sociais, como é o caso do ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras.

A abordagem que aqui proponho visa essa aproximação. Tradutores e intérpretes talvez precisem conhecer suficientemente bem os códigos que confrontam, mas sobretudo as auras que os permeiam e que os definem. Ambas as atividades, indissociáveis, exigem pesquisas paralelas que permanecem, ainda, como apanágio da experiência formativa individual. Ora, um tradutor pode se formar academicamente, mas se tornar tradutor experiente por meio de longos anos de estudo e experiência. Sua *expertise*, todavia, pouco será expressa em termos de relatos paratextuais.

Outrossim, pretendo também me indagar sobre a aplicabilidade de meus percursos científicos: teóricos e metodológicos –, no sentido de buscar aproximar meus dados iconotextuais às realidades quebequenses. Todavia, como percurso natural de todo e qualquer processo de pesquisa, somente ao longo de meus estudos será possível esclarecer se minhas escolhas foram realmente pertinentes. Só é certo que nunca serão definitivas, pois serão sempre suposições. De fato, como já destacado nas páginas acima, não havendo texto pronto, “não há tradução definitiva”, de forma similar, não havendo paratextos que possam ser considerados como concluídos e fechados, também não haverá paratradução definitiva.

O máximo que se conseguirá atingir são estados postos, baseados em pressupostos flexíveis.

De qualquer modo, enquanto pesquisador, sempre me restará a dádiva concedida aos pesquisadores diante de suas perguntas, quais sejam: aceitá-las, refutá-las ou anulá-las, tal como se procede diante de proposições. Logo, tudo o que eu poderia aqui, nesta seção, considerar como objetivos são (i) problemas; (ii) e perguntas que farei questão de repetir em diferentes ocasiões ao longo de minhas análises, tendo em vista que minha decisão principal foi concentrar os dois fios condutores e apontá-los para uma mesma direção, marcando convergência proposital diante das respectivas denotações presentes no título desta tese, suprimindo sobretudo quaisquer possibilidades de fronteiras estanques entre as duas noções de cunho metodológico e composicional.

### 1.7. Revisão da Literatura

Não caberia, no escopo deste estudo, citar pesquisas dedicadas à questão da identidade relacionada ao Canadá e ao Québec; tampouco caberia listar investigações voltadas ao estudo do texto jornalístico. Todavia, tendo em vista nosso suporte teórico voltado à tradução & paratradução à ótica de YUSTE FRÍAS (2014, 2012, 2010, 2007), posso afirmar, com elevado grau da certeza, de que se trata do primeiro trabalho que reúne os componentes em questão. De fato, as palavras-chave que definem meu estudo, remetem a uma concatenação inédita, respondendo àquilo que se espera de uma tese: uma proposta nova, no escopo em que se insere e ao qual se destina, isto é, uma contribuição para os Estudos da Interpretação e da Tradução. De fato, palavras-chaves:

Tradução & paratradução  
 Texto jornalístico iconotextual  
 Identidade

Eis que para modalizar a força de minhas presunções, caberia citar alguns trabalhos cujas linhas de ação se assemelham às propostas aqui adotadas em relação à tradução & paratradução.

### 1.8. Suportes Teóricos e Metodológicos

Destaco que nas linhas acima, maior parte das premissas teóricas que utilizarei já foram longamente discutidas. A entrada que hora



proponho tem como meta marcar sobretudo a organização estrutural deste texto de tese.

As bases deste trabalho remetem principalmente aos postulados teóricos abertos de Gerard GENETTE (2009; 1982) lançados em *Palimpsestes* (1982) et *Seuil* (1987). Todavia, como o próprio autor afirmou que se tratava apenas de uma proposta a ser aprimorada, YUSTE FRÍAS (2014, 2012, 2010, 2007) partiu de suas bases para desenvolver uma nova concepção de tradução. Assim, empregaremos as bases teóricas e metodológicas propostas pelos dois autores, tendo em vista sua complementariedade.

É importante contornar a suposição de ineditismo teórico em relação às propostas de GENETTE (2009, 1982) e YUSTE FRÍAS (2014, 2012, 2010, 2007), tal como os próprios autores fazem questão de sublinhar. BAKTHIN (1970) é um dos autores que anunciou a dialogia como um dos traços inerentes das línguas (gens). A partir da noção de dialogia, Júlia Kristeva, nos anos 1960, nas obras *La Révolution du langage poétique* e *Le Texte du Roman* (1976; 1974), propõe a noção de intertextualidade. Ambas as noções, afins, remetem ao caráter rizomático e permeável das línguas. Não caberiam aqui os modelos, escolas, teorias e autores que circunscrevem a noção de “textos que permeiam outros textos”.

John SOWA (1984), por exemplo, criou os Gráficos Conceituais. As redes semânticas, por sua vez, foram tratadas por Quillian e Collins nos anos 1967 concomitantemente ao lançamento dos trabalhos de Kristeva (1976; 1974) sobre o fenômeno da intertextualidade em diferentes setores e patamares científicos. A noção heurística, apanágio de modelos matemáticos, é adotada para explicitar as noções de campos semânticos, de árvores heurísticas, de campos lexicais, já aludidos em nota.

Enfim, abrem-se leques amplos que convergem para tratar das entidades em consideração das relações que estabelecem com entidades anexas. Um objeto (ou processo) se define não somente por sua essência, mas sobretudo pelas relações que mantém com outros conceitos. O que define uma obra como arte ou artesanato são sobretudo os conceitos produzidos a partir de suas interações com os universos simbólicos que os circunscrevem. O valor de um mesmo objeto no espaço físico de um museu, por exemplo, é diferente daquele mesmo objeto situado fora dele.

O sujeito para psicanálise (LACAN, 1966), grosso modo, teria noção de sua existência a partir de seu confronto com a imagem do Outro, pois no espelhamento florescem definições a respeito das condições que ocupamos, e dessa maneira, do que poderíamos ser. Esse

processo parece ser contínuo e maleável estando em todos instantes a se moldar no tempo e no espaço. A charge examinada estabelece esses elos similares tanto com cenas de uma política situada em um tempo e um espaço definidos, que ela passa a representar *en amont* e *en aval* (anteriores e sucedâneos) e também de forma sincrônica, isto é, como arte vanguardista, situada politicamente e colocada a seu serviço.

As propostas de YUSTE FRÍAS (2014, 2012, 2010, 2007) visam promover uma nova concepção de tradução. Seu primeiro destaque se concentra em sua concepção de texto. Como já observado, nós, tradutores, não traduzimos as línguas. Ora, as línguas, segundo Yuste Frías, e como já observaram SAUSSURE (1916) e CHOMSKY (1965) são abstrações. É mais grave: passíveis de serem examinadas tão somente através da própria língua como instrumento (cf. metalinguagem). As línguas se atualizam a partir de seu registro efetivo, seja ele manifestado oralmente, por escrito, através de gestos ou outros meios que afetem os sentidos.

A partir dos registros, teremos textos sobre os quais trabalhar. Ainda deve-se atentar para o fato de que o texto não existe sem seus paratextos. Os paratextos completam, prolongam, modificam os textos. Em muitos casos, os paratextos não são de natureza linguístico-verbal. Os paratextos podem ser iconotextuais, olfativos, sonoros, apresentados sob a forma de desenhos, pinturas, formas tridimensionais, e demais (sons, toques, odores).

Para YUSTE FRÍAS (2014, 2012, 2010, 2007), nós, tradutores, traduzimos textos e paratraduzimos paratextos: tradução e paratradução, sem possibilidade de estratificação, logo: *tradução & paratradução*. Eis um de nossos principais conceitos operacionais. Mas ele está ligado a noção ainda mais saliente: a própria noção de tradução como *translatio* ou *traductio*.

No primeiro caso, como já observado, tratar-se-ia de transladar de um código A para um código B. Adotar-se-ia, neste caso, uma visão não somente binarista, mas cuja ideia de base remete à homogeneidade observável, por exemplo, no *google* tradutor, que em geral ainda propõe canonicidades<sup>16</sup>. Estaríamos adotando epistemologia dos Estudos da

---

<sup>16</sup> As políticas de correção (politicamente correto) vem afetando a construção de tradutores que se baseiam nas ocorrências oferecidas pela prospecção estatísticas dos textos presentes no próprio sistema (base de dados). Algumas construções vem sendo alvo de processos por serem consideradas homofóbicas, racistas, sexistas. No entanto, fazem parte das ocorrências verificadas em publicações da rede. Não caberia, aqui, citar casos e exemplos que possam ser relacionados a processos específicos ou a indivíduos, mesmo à égide da mera coincidência.

Tradução como ciência. Ora, trata-se de um campo que derivou dos estudos literários e da linguística, herdando todos os seus vícios de base estrutural e positivista.

No segundo caso, não se trata de assumir uma epistemologia em processo de constituição identitária, mas de começar a assumir a necessidade de se trabalhar com a sociologia do conhecimento. De não mais aceitar transladar, mas de buscar trabalhar A e B, postos em situação de *communio* (comunhão, comunicação) no espaço situado entre margens sensatas e transgressoras (cf. BARTHES, 1990).

O objetivo principal de todo e qualquer processo tradutológico ou tradutório é justamente o de comunicar. Comunicar não somente em termos de alvo, mas de promover a comunicação entre texto de partida e de chegada antes de qualquer proposta de interpretação ou de tradução. O conhecimento das especificidades do texto, da definição de sua identidade, implica comportamento hermenêutico, diegético, heurístico. Muito além: implica sociologia do saber. Em se aceitando este postulado, acredito estar afastando a possibilidade de instauração de posicionamentos binaristas que conduzem, muitas vezes, a juízos de valores polarizados e opositivos.

Um outro termo a ser operacionalizado concerne à noção de *seuil*, termo equivalente a umbral (ou: vestibulo, antessala, antecâmara). Yuste Frías o define como o espaço situado nem dentro nem fora, ou seja, nem em A nem em B. Nem no texto dito “de partida”, tampouco no texto “de chegada”. O conhecimento de ambos em igual medida conduz à exegese do primeiro e à projeção do segundo muito antes de sua elaboração. Ao tradutor (ou ao intérprete) caberá conhecer suficientemente não somente as duas línguas (gens), inseparáveis, em medida similar, mas sobretudo as periferias que as definem: suas ancoragens e seus tipos de relações. O *seuil*, definido por Genette (1982) como limite, antecâmara, vestibulo, antessala, constitui naturalmente uma metáfora que posiciona o tradutor diante da possibilidade de *traductio*. YUSTE FRÍAS (2014, 2010, 2012, 2007) prefere empregar o termo “*umbral*”.

Como já destacado, meu objetivo neste trabalho não é buscar atribuir traços identitários a um grupo social que se define como nação. Tal posicionamento poderia perfeitamente ser traduzido como ato arrogante e prepotente. Aliás, eu seria o primeiro a acatar eventuais acusações neste sentido, pois não responderia ao rigor científico que busco, aqui, seguir.

Minha perspectiva efetiva consiste em investigar a identidade de meu objeto de análise. Se, por ventura, a identidade que encontrarei refletir impressões ideológicas expressamente registradas, ligadas a

traços identitários descritos por outros autores, minha pesquisa poderá ser mais uma a contribuir com indícios para tal definição. De forma outra, espero que meus resultados sejam fiéis às minhas aplicações teóricas e metodológicas e espelhem parte do que poderei encontrar em meus materiais de natureza iconotextual. O importante nesta sessão foi explicitar que meu ponto de observação se situa no espaço de conversação (diálogo, comunhão) entre A e B. Em outras palavras, trata-se do *umbral* ao qual se refere YUSTE FRÍAS (2014, 2010, 2012, 2007).

Um panorama geral de meus suportes teóricos foi sendo progressivamente apresentados nas sessões anteriores. Todavia, de forma a explicitar de maneira mais direta minhas opções, ao longo do Segundo Capítulo, dedicado às análises, retomarei alguns pontos que julgo essenciais à compreensão de minha postura de pesquisador.

### 1.8.1 Texto e Paratexto – Tradução e Paratradução

Ninguém contestaria a importância da noção de texto em tradução, já que reconhecidamente tradutores, de fato, traduzem textos. Todavia, ressalta-se que textos não existem por si próprios. Ao contrário, para que sua presença seja uma realidade no mundo editorial, eles sempre dependerão dos paratextos (YUSTE FRÍAS, 2014).

Em sentido amplo e à aura cognitiva, poderíamos dizer que todo texto escrito se configura como um tipo de tradução. O texto exprime manifestações de universos imaginários registrados por meio de um alfabeto. Todavia, os textos escritos não existem independentes de um universo simbólico que os caracteriza. É esse universo – palpável ou não – que define produções textuais escritas

Com a palavra “imaginário” me refiro ao conjunto de produções, mentais ou materializadas, em obras editadas, construído à base de imagens de natureza verbal no texto (imagens mentais implícitas em todo signo linguístico) e imagens de natureza não verbal no paratexto (imagens materializadas tais como desenhos, ilustrações, fotografias) que constroem estruturas coerentes e dinâmicas com um elevado valor simbólico, cujo sentido deve ser lido e interpretado corretamente para traduzir melhor na língua e cultura de chegada [...]. (YUSTE FRÍAS, 2014).

Para a tradução, também seria esse universo simbólico o responsável para que o produto dito “tradução” exista. Além da presença do texto fonte, o universo no qual está inserido esse “original” vem acompanhado de outros textos – paratextos que balizam a existência desse original. Os paratextos são tão importantes quanto o texto que tangenciam. Os sustentáculos de todo texto estão muito mais no seu entorno do que meramente no signo designado. É justamente neste espaço fronteiro entre o produto material textual e o universo simbólico que o cerca que se processa a interpretação

O objetivo principal da criação da noção de paratradução é o de lembrar-nos, e enfatizar, o papel essencial desempenhado pelos elementos paratextuais na tradução, ou seja, participação, juntamente com o texto, na construção do sentido do texto finalmente editado e publicado. (YUSTE FRIAS, 2014 ).

Da mesma forma que não existe um texto sem seus paratextos, não existe uma tradução sem suas paratraduções. Este universo simbólico que acompanha os textos e as traduções se torna indispensável para toda e qualquer interpretação e, por conseguinte, para a atividade de tradução. YUSTE FRIAS (2014, 2010, 2012, 2007) define que o objetivo da paratradução é tornar-se uma referência simbólica ao espaço físico ou virtual ocupado por todas as possibilidades de produção que acompanham, cercam, envolvem, ampliam, introduzem e apresentam a tradução.

Ao se valorizar os limites entre o texto e seus paratextos, a tradução e suas paratraduções, o foco da experiência interpretativa se volta ao universo simbólico nos quais se situam conceitos que definem todo um processo de construção de sentido

[...] a noção de paratradução abre novas perspectivas teóricas, didáticas e profissionais incitando à reflexão sobre tudo o que ocorre às margens do processo tradutório, no limiar da tradução. Ao revalorizar o limiar e desmarginalizar a margem em tradução, a noção de paratradução instaura essa experiência do limiar tão esquecida na concepção da tradução como ponte, passagem ou transferência entre línguas e culturas. A noção de paratradução foi criada para lembrar que a tradução

não se trata somente de *translatio*, mas também, e, sobretudo, *transductio*. (YUSTE FRÍAS, 2014).

O texto/tradução é uma representação de uma imagem culturalmente estabelecida. O texto é ele mesmo uma imagem alfabética de tudo que o circunda. Nesse jogo de imagens espelhadas se encontra os elementos que definem as produções como elas se apresentam. Um livro infantil, uma bula papal, um cardápio, etc. são alguns exemplos de produções materiais que como quaisquer outras dependem de seus paratextos para existirem

Toda entidade iconotextual em tradução é uma estrutura indissolúvel de texto e imagem na qual nem o texto tem uma função “subordinada”, nem a imagem uma função “ilustrativa”, mas sim, ambos são coordenados em constante diálogo misto, que mistura e que se mistura. (YUSTE FRÍAS, 2014).

De fato, trata-se da imagem daquilo que o texto representa que é traduzida. Não existe assim uma tradução *ipsis litteris* já que línguas são emaranhados simbólicos que estão mais presentes no imaginário do que em um texto escrito, mesmo que este texto tenha sido estabelecido como a representação material mais importante pela maioria das culturas

Da mesma forma que não traduzimos palavras sem textos, tampouco traduzimos línguas isoladas de outros códigos semióticos, mas suas atualizações em atos de discurso únicos e irrepetíveis em plena interação inter semiótica. Considerar o imprescindível conteúdo verbal do texto não deveria nunca envolver o desprezo de todos os aspectos não verbais presentes nos paratextos. (YUSTE FRÍAS, 2014).

O enfoque sobre os paratextos traz à tona novas matizes para a compreensão do texto. Tais paratextos também emergem quando se é evidente sua paratradução, só assim é possível que o texto e a tradução existam no formato material.

Vivenciar a experiência do limiar às margens do texto convida a uma forma de tradução que não consista somente em uma *translatio*, em uma mera passagem de uma língua-cultura a outra, mas sim

em um genuíno deslocamento a partir das margens para uma verdadeira mudança sempre implícita em toda autêntica travessia. (YUSTE FRÍAS, 2014).

Cruzar as fronteiras é muito mais do que atravessar a linha imaginária que separa as línguas. É buscar nessa divisão simbólica os elementos que ao mesmo tempo aproximam e distanciam as culturas. Portanto, é no campo do “para” que se encontram as pontes já conhecidas, porém ainda pouco consideradas no escopo dos Estudos da Tradução.

## 1.9 Metodologia

No âmbito deste estudo, vou aceitar a suposição de RAJAGOPALAN (2003) de que os centros se definem a partir de suas margens. Logo, apesar de considerar características de um “IN”, isto é, de uma entidade, acatarei a ideia de que salvo duas idiossincrasias e constituições de elementos que imitam determinações biológicas – como a caricatura e a imitação de objetos (mimese) – todo o resto será determinado por meio de peritextos e epitextos.

Naturalmente, os espaços diegéticos, por si só, são capazes de romper com a ordem canônica das definições dicionarizadas, criando novas vias significatórias. Assim, no caso de parcelas textuais, é preciso admitir que o texto trapaceia as realidades e cria para si novos universos.

A literatura e a arte possuem, ambas, essa liberdade inerente que lança ao vento as interpretações. Todavia, ainda assim, os entornos de um texto literário, seja ele destinado à gerar efeitos de humor, de crítica política, social, histórica, só se realizará plenamente em função dos processos de leitura.

A amplitude de traços identitários passíveis de serem apreendidos a partir da *leitura* do politexto dependerá do grau de relacionamento que se estabelecerá entre a entidade representativa, texto e o leitor. As apreensões serão tão plurais quanto forem seus leitores. O modo de garantir compartilhamentos mínimos decorre do caráter inerentemente aproximativo da língua (gem); do fato de haver sempre mais semelhanças do que diferenças, tanto em grau linguístico quanto em termos de representação icônica. O caráter pontual das informações aprofundadas ocorreram tão somente por meio de definições, explicações e explicitações externas (paratextos), ou por meio de instrução pessoal. No caso dos tradutores, uma formação profissional se desenvolve para além de uma formação acadêmica. A profissão de tradutor ocorre por

meio de um *continuum* de experiências sensíveis e científicas, cuja ideia de “fim” não se encontrará em nenhuma filosofia.

Neste Primeiro Capítulo, como destaquei acima, tratei de explicitar meus objetivos da forma mais clara possível. Para fazê-lo, expus meu modelo teórico e estabeleci comentários a respeito de seus compromissos com escolas precedentes e, sobretudo com uma tendência atual em se pensar na sociologia do conhecimento. Busquei deixar claro que evitarei a noção clássica de tradução, baseada em posicionamentos binaristas, ou de cunho positivista, em prol de uma visão mais flexível dos processos traductológicos, sublinhando a noção de *traductio* e de *communicatio*.

No Segundo Capítulo desenvolverei as análises com base no cabedal de posicionamentos explicitados anteriormente. A charge será avaliada em sua totalidade e, em muitos momentos, à óptica *zoom*. Quaisquer estratificações realizadas para fins de análise não significarão os elementos representados tenha sido destacados ou desconectados do todo ao qual pertencem. As segmentações realizadas à ótica *zoom*, possuem também finalidades didáticas. Nenhum dos componentes da charge poderão ser dissociados de seus ambientes, fazê-lo fugiria de uma das propostas dessa tese. Cada traço, por menor que possa parecer, poderá abrir leques para novas associações. Tais relações não serão, absolutamente, exauridas no âmbito desta tese por duas razões óbvias. A primeira por questão de delimitação em termos de páginas, a segunda em razão das próprias limitações atuais do sujeito que realiza o estudo.

O iconotexto charge será processado pelo *software* Adobe Photoshop CC 2014. Tal procedimento me permitirá aplicar o efeito *zoom* sobre os elementos que serão analisados e discutidos a partir das teorias apresentadas no Capítulo II. As imagens ampliadas serão utilizadas como suporte visual à argumentação que os acompanhará.

Avançamos que no terceiro capítulo, dedicado as considerações peritextuais, teceremos comentários apoiados principalmente nas teorias de YUSTE FRIAS (2014, 2012, 2010, 2007) e GENETTE (2009, 1982) e discutidos com bases nas análises presentes no segundo capítulo. Assim, esperamos apresentar alguns dos traços que representam a identidade do objeto de estudo selecionado para o desenvolvimento desta tese a partir da perspectiva de tradução&paratradução.

No Capítulo II retomamos as ideias principais apresentadas no Capítulo I e analisaremos os elementos **peritextuais** presentes na charge publicada no *Le journal de Québec*. Reintero que a todo momento dialogaremos com a teoria apresentada nesse primeiro capítulo em



movimentos sempre circulares em direção as possíveis margens. O(s) centro(s) ocuparão diversas posições intercambiáveis à medida que avançamos na definição da identidade de nosso objeto de estudo – a charge.



## Capítulo II

### 2. Introdução

Mantendo a coerência em relação ao proposto, tal como observei na sessão dedicada à detalhar a organização desta tese e a pertinência de seus postulados, o Capítulo II será dedicado às análises. Naturalmente, me sinto convidado a constantemente retomar algumas das discussões teóricas e metodológicas já apresentadas no capítulo anterior, no sentido de reforçar as discussões. Por tal motivo, também dividirei este capítulo, a exemplo do primeiro, em diversas sessões devidamente integradas.

#### 2.1 Tradução&Paratradução

Segundo VAILLANT (1999: p.9), em toda parte, hoje, a imagem e seus sucedâneos gráficos rompem o monopólio do texto linguístico escrito empregado para a transmissão de informações. Vaillant destaca, por exemplo, que as instruções de fraudas para bebês se tornaram verdadeiras “*bandes dessinées*” (i.e., tiras, quadrinhos). As orientações de segurança nos aviões se parecem com álbuns de colorir. Os painéis de comando dos eletrodomésticos, muitas vezes, comportam tão somente ideogramas. Os *tablets* e celulares se desenvolvem também nessa perspectiva icônica. Nesse escopo, recorrer ao texto escrito se torna necessário tão somente àqueles para os quais as significações dos ícones ainda se mantém opaca ou indecifrável. Atualmente nenhum sistema operacional de computador ou de telefonia móvel é comercializado sem sua interface gráfica. Mesmo em ambientes nos quais o texto linguístico continua como base para veiculação de informações, ele aparece segmentado, orientado por flechas, ou mapeado por desenhos, sobretudo no escopo da *web*.

A imprensa cada vez mais recorre a ícones e às cores para instruir a imagem de seus produtos jornalísticos. Os jornais televisivos ilustram, cada um a sua maneira, sua marca e os temas a serem tratados através de ícones específicos. Os manuais de instrução para montagem, manutenção e emprego de aparelhos se tornaram multimodais (i.e.: multisemióticos, politextuais, iconotextuais). Os desenhos e pinturas se encarregam de veicular parcelas consideráveis das informações transmitidas e apreendidas.

A tradução&paratradução de imagens parece não ter acompanhado a velocidade de tais evoluções. Até a data de exposição

desta tese, não tivemos notícia de alguma empresa que tenha contratado um tradutor para traduzir imagens publicitárias, por exemplo, como forma de não cometer eventuais equívocos interpretativos e/ou tradutológicos. Geralmente, tal tarefa é atribuída a profissionais da área do *design*, que nem sempre possuem formação em termos de processamento interpretativo de códigos semióticos, notadamente de natureza multimodal.

Segundo FRUTIGER (1983, p.36), “[a] segunda revolução industrial mudou drasticamente o conceito de signo: a idade da fé foi governada pelo símbolo, a idade da razão pelo signo, a nossa era parece ser regida pela transmissão da comunicação, portanto, do sinal”. (Tradução do autor)<sup>17</sup>

A era da informática poderia ser considerada como herdeira do *taylorismo* – do telégrafo. Os modelos atuais, que levam os indivíduos a se concentrarem sobre instrumentos de comunicação instantânea seria, segundo Frutiger, secreção de uma sociedade na qual a rapidez dos contatos se tornou objetivo situado em primeiro plano. A comunicação privilegia as mensagens sintéticas, que progressivamente tendem a se tornar puros *estimuli*, em detrimento da analiticidade do verbo, seja ele escrito ou oralmente exposto. Um excelente exemplo são as sinalizações das estradas. Ora, consideremos que nós, seres humanos, caminhamos a aproximadamente 5km/h em passos normais. No interior de um veículo automotor, assumimos a capacidade de nos deslocarmos tranquilamente vinte vezes (20<sup>+++</sup>) mais rápido. Nessas condições de deslocamento, ou seja, em alta velocidade, deveremos ler as indicações expostas ao longo da estrada. Por questão de preservação da vida, a leitura é questão crucial. Logo, a relação velocidade *versus* capacidade natural de processamento do cérebro não se realiza à velocidade da decifração. Surge então a necessidade de se recorrer às mensagens sintéticas.

---

<sup>17</sup> “[I] la seconde révolution industrielle a modifié de manière drastique le concept de signe : l’âge de la foi était régi par le symbole, l’âge de la raison par le signe, le nôtre est celui de la transmission de la communication, donc du signal.”



Figura 4 – Placas de trânsito

Veja-se que se trata de convenções socialmente compartilhadas a serem apreendidas em grau similar às entidades das línguas. No caso acima, trata-se do código nacional de trânsito brasileiro, erguido com base em outros códigos internacionalmente conhecidos. Já no exemplo abaixo, trata-se de uma atribuição icônica a ser assimilada a partir de sua circunscrição em um sistema político particular, o qual deixaremos para responder ao longo das páginas que seguem.



Figura 5 – Logo do *Parti Québécois*

MCLUHAN (1967) formula a tese de uma segunda revolução “recente” na história, após a descoberta e a generalização da imprensa, ou seja, a era da eletrônica e da mecatrônica. Por exemplo, anteriormente à imprensa, a cópia de um livro era resultado de um longo trabalho realizado por copistas que dominavam não somente o desenho da letra, mas a arte da iluminura (ilustração, desenho) e da coloração. Com o advento da imprensa em 1439 (Gutenberg, 1398-1468), pode-se dizer que o desenho passou por quase 400 anos de ostracismo, pois se os tipos móveis se encarregavam doravante de reproduzir letras, não havia meios para reproduzir desenhos e pinturas em larga escala. Muito menos colorí-los. Somente no final do século XIX começaram a surgir técnicas rudimentares para fazê-lo. Posso supor, então, que seria possível estabelecer uma ponte entre o final do século XX e início do XXI e a era da fé e antecedentes, na qual o símbolo, o ideograma, enfim *o desenho*, comunicavam tanto quanto os ícones, que oferecem os sistemas que

vivificam atualmente os celulares, os *tablets*, os videogames, os computadores, os painéis de carros, e demais sucedâneos.

O politexto selecionado para exame não se concentra naturalmente sobre o efeito caricatural, trata-se da condensação de instantes políticos, de flashes sociais, históricos e antropológicos. A imagem no interior da imagem ilustra, completa, estende, subjaz, aponta para um contexto maior, que representa sobretudo os movimentos de uma nação pela manutenção e valorização de referenciais simbólicos que, a partir de construções sucessivas, passaram a diferenciá-los de outros povos. Essa diferenciação é principalmente marcada pela língua francesa e fortemente influenciada pelo valor simbólico expresso por muitos dos elementos presentes no discurso textual e sobretudo no discurso presentes em suas representações pictóricas.

## 2.2 O humor

À São Tomás de Aquino (1225-1274) é atribuída a frase “*Ludus est necessarius ad conversationem humanae vitae*” –, ou seja: “O humor é necessário à vida humana”. Sendo apanágio para definir a ideia de humanidade, o humor constitui uma característica seminal e, por *default*, está presente em todas as sociedades. Caracterizado como encontro entre pólos sensatos e pólos transgressores, emerge no encontro entre o *canônico* e o *desvio*. A partir de uma leitura do “não esperado” e/ou de um estereótipo que emergem os efeitos capazes de induzir o ser humano ao “riso”. A afetação da mente, à ótica junguiana, gera a manifestação física singular. Segundo o verbete do dicionário eletrônico de termos literários de Carlos Ceia (2015, n.p.), “o humor implica atitudes do Homem perante a vida e si próprio enquanto ser humano, pressupondo a consciência do seu carácter ridículo, mas também sublime.” A sensação do riso estaria associada ao bem-estar e tal concepção permeia os meios sociais. Para que uma charge tenha sucesso esperado e cumpra o seu papel de atenuador da gravidade do *sério* através da evocação sobreposta de efeitos de humor, parece importante que tanto o personagem “caricaturado” quanto o contexto que o circunscreve sejam conhecidos. Em uma suposta categoria de pessoas públicas caricaturáveis, evidentemente em publicações de amplo alcance, se encontram atores, cantores e também políticos, visto que esses últimos ocupam cargos e desempenham funções que afetam os seguimentos da sociedade. Nesse sentido, a charge permite que seus leitores construam suas opiniões a partir das discussões ali originadas

Segundo WALKER (2003) é a simplicidade da charge que a torna um elemento importante para veiculação de ideias. Sua publicação, geralmente em jornais, amplia significativamente seu poder de persuasão política. Nesse sentido, o efeito cômico, segundo DEFAYS (1996, p.2), pode corresponder a um estado médio, quase neutro, prosaico, que serviria, inversamente e segundo JANKÉLÉVITCH (1964, p.19), de “[...] tela de fundo sobre a qual se destaca o lado sério e trágico [...]”<sup>18</sup> (dos fatos). Jankélévitch (ib.id.) chama sua hipótese de “grau zero” emotivo, uma espécie de equilíbrio e de negociação que se estabelece e que implica reposicionamento do cômico. Uma espécie de tomada de partido em relação ao fato exposto, como parece ser o caso de charges que versam sobre conteúdos políticos como a que investigaremos em detalhes no escopo desta tese.

Os efeitos de humor impressos no iconotexto que consideraremos, parecem não visar ao riso propriamente dito, mas tão somente suavizar as críticas a determinados setores administradores de força e de poder políticos. Neste sentido, cabe apontar aspectos referentes às relações entre o Estado e as Igrejas. Ora, as interferências do poder da igreja católica na formação da província do Québec foram definidoras de rumos importantes desde o século XVI, quando do início da ocupação do atual território canadense. A força da igreja nas decisões políticas sucumbiu somente após os anos 1960, sobretudo no escopo da igreja de orientação cristã – católica e protestante. Mas apesar desta redução do papel das igrejas, as sombras que separam protestantes de católicos ainda são consideráveis, sobretudo por estarem ligadas a questões do passado<sup>19</sup>, mas também a aspectos culturais do presente, como nas disputas políticas a respeito das línguas ou à busca por fios situados nas origens, que conduzem a diferentes raízes<sup>20</sup>.

A implicação de elementos religiosos nas tramas diegéticas para produzir efeitos de humor parecem ser, no politexto examinado, bem moderadas. Em geral, determinadas posições políticas permitem que se transgridam códigos considerados como secundários em termos

---

<sup>18</sup> [...] toile de fond sur laquelle se détachent le sérieux et le tragique [...]

<sup>19</sup> Apesar da *Nuit de la Sant Barthélémy* datar de 24 de agosto de 1572, suas consequências não foram todas apagadas. Do ponto de vista político e antropológico, fatos dessa natureza irradiam e ativam lembranças durante muitos séculos ou até milênios.

<sup>20</sup> Remeto novamente o leitor à metáfora mitológica helênica do Fio de Ariadne.

hierárquicos. Em uma Província como o Québec, a redução do poder político das igrejas após os anos 1960 permitiu que se lançassem ironias abertas e diretas, explicitando algumas das relações entre o clero e o governo. Esta relação com a igreja, nas discussões políticas, continua a ocupar lugar de destaque, sobretudo no âmbito do Québec, pois a Igreja foi, desde a colonização do Canadá, um dos agentes fundamentais à manutenção da unidade da Província, contribuindo para a coesão da ideia de nação. Logo, língua e igreja, com destaque à primeira, não podem ser separadas, mesmo se a questão eclesial passou a ocupar papel alegórico.

No Québec, a quebra da norma em relação ao uso público de referências clericais e sua associação a expressões humorísticas em que se sobressai o *escárnio* (palavrões), a *paródia*, o *pastiche*, a *sátira*, parece ter surgido no início do século 19. Nesse período, os habitantes da *Nouvelle France* (baixo Canadá/Québec) já manifestavam grande insatisfação com a dominação e ordens da igreja. A partir de uma suposta associação a frase: “*Ne dit pas ça, c'est Sacré*” (Não diga isso, é sagrado) surgiram os “*sacres*” (sic!). A utilização deste termo – sacre – se cristalizou na língua quebequense e desde então, e diferentemente do usos canônicos do francês da matriz (França), em que os palavrões estavam geralmente associados ao sexo e/ou a excrementos, tal como na cultura brasileira e estadunidense, no Québec, *baptême* "batismo"; *Cálice* "cálice"; *maudit*: "porra"; *tabarnack*: "tabernáculo" têm valor simbólico similar ao de termos com traços de base ligados a obscenidades, chingamentos, reclamações, etc. Dessa maneira, podemos também induzir que, *grosso modo*, a utilização de elementos religiosos (ícones e referências) em uma charge poderia assumir função de ruptura com significações de base, criando sentidos paralelos passíveis de gerar efeitos de humor e atraindo atenção para si. Tal fato permitirá discussões posteriores, sobretudo em razão de seu caráter possivelmente “subversivo” e transgressor.

Ademais, cabe observar o olhar *sanpaku*<sup>21</sup> da personagem caricaturada, expressamente delineado. Talvez se trate de uma coincidência, mas para os conhecedores da filosofia macrobiótica, a atribuição do olhar *sanpaku* à personagem supõe um final trágico à trama. Tal suposição não possui nenhum fundamento científico. Todavia, no

---

<sup>21</sup> *Sanpaku* é um termo próprio da língua japonesa medieval. A palavra *sanpaku* se refere ao tipo de olhar no qual a área branca, entre a íris e a pálpebra inferior também é visível.



caso da charge, estamos diante de um espaço diegético, no qual os *scripts* podem perfeitamente transgredir as realidades.

O humor presente na charge jornalística examinada, em sua totalidade macro, parece constituir espaço privilegiado para a instauração de licenças poéticas para que o artista evocasse e tratasse de fatos graves, atacando causas e consequências políticas e antropológicas. Diferentemente, de forma microscópica, identifiquei concomitantemente licenças eclesiásticas para o uso aparentemente deslocado de simbologias situadas nas raízes mais seminais da constituição de traços litúrgicos. Ora, o humor, segundo BERGSON (2001), decorre da manipulação do canônico para que se torne desviante da norma. Como afirmam BARTHES (1990) e DEFAYS (1996, p.9), o humor se instaura no *degré zéro émotif*, ou seja, no grau zero emotivo – no espaço “entre dois pólos marcados”. Ora, a essência binarista, que pauta uma margem sensata, que se opõe a uma margem transgressora, faz com que na fricção entre os pólos sustente-se a ideia do divino, tal como pondera Nietzsche (1844-1900) em *Also Sprach Zarathustra* (1896) ou ainda como se pode observar no Velho Testamento, na figura do Anjo Caído (cf. Tecchio, 2014). A instauração do Mal, seria condição para a manutenção do Bem.

O caráter político presente na charge parece se sustentar nos resquícios subjacentes do sagrado que emerge da aura antropológica impressa no politexto. Naturalmente, o artista (YGreck – ou Yannick Lemay), seja por intenção consciente ou inconsciente (não posso saber com certeza!?) utiliza-se de conceitos neoplatônicos, explicitamente inspirado em Plotino (205-270, UNO), segundo os quais no escopo das percepções sensíveis, a arte seria mera reprodução do que existe na esfera superior, marcando a noção de arquétipo, que se expandiu nas filosofias cristãs, sendo inclusive discutida longamente por Santo Agostinho. Eis que me interessa, particularmente, as supostas imagens seminais teoricamente presentes no inconsciente coletivo como meio para a maturação do pensamento, das quais trata Jung (cf. *Phénomènes occultes*, 1939).

Para Platão (428-348 a.c), a noção de arquétipo remete a ideia de matrizes subjacentes às realidades conhecidas. A aquisição de experiências novas, atualizadas antropológicamente, seria orientada por arquétipos responsáveis pelo processamento psíquico. O politexto proposto pelo chargista, mesmo estando ele cerceado por restrições de ordem política, na posição de oráculo responsável por expor vanguardas políticas, parece caminhar nos bastidores que induzem pensamentos, sentimentos de pertencimento, intuições e atitudes. No caso presente, os arquétipos se exprimem não somente através do código escrito, mas

sobretudo por meio de desenhos coloridos, entre os quais se destacam ícones e símbolos. De certa forma, as imagens não linguísticas ultrapassam a analiticidade do código escrito, constituindo mensagens instantâneas, conforme observa Vaillant (1999, p.g.32). Sua forma estrutural parece perpassar os sentidos da apreensão consciente; penetrando de forma subjacente e de forma subliminar no subconsciente do sujeito leitor psicanalítico.

À ótica de Jung, o ego seria um dos arquétipos ligados aos mitos originais, presentes nas diversas religiões e igrejas que, como observa NIETZSCHE (1896), talvez possa ser considerado como um dos agentes impulsores para a criação de deuses construídos à imagem e semelhança do ser humano, como é o caso dos testamentos ligados à tradição católica e demais igrejas cristãs. À ótica junguiana, o divino, o herói, a imagem do pai – ou da *lider política*, como no caso presente –, seriam manifestações imateriais para a constituição de processos da mente. Se os arquétipos emergem das experiências sensíveis erguidas, em medida isomórfica & *isosêmica*<sup>22</sup>, ao longo muitas gerações em relação às realidades que as circunscrevem, o único *a priori* concerne à necessidade imanente da transcendência, ou seja, a atração inerentemente humana em lançar olhares para a esfera divina. A identificação da noção de arquétipo na charge examinada é, naturalmente, fruto de leitura *up down*, isto é, não posso afirmar com certeza que o artista estava consciente da ordem e natureza dos recursos que adotou. Sua ausência não é cogitada, pois sua expressão anula qualquer isenção. A própria noção de arquétipo, no sentido junguiano, por si só, parece me licenciar a considerar que não somos nem originais, tampouco proprietários de nossas ideias. A noção de originalidade, segundo BARTHES (2004) e FOUCAULT (2001, p.817-849) é uma invenção moderna, ou seja, uma construção teórica que responde a análises superficiais e legais a respeito das produções

---

<sup>22</sup> O termo isomórfico, tal como empregado na Matemática, remete a duas potências de igual valor. Em didática de línguas, Borg (2011) emprega o termo para falar da manutenção de Metodologias de Ensino ao longo de muitos anos, em detrimento das evoluções. Por exemplo, o princípio isomórfico seria o agente responsável pela manutenção da Metodologia Tradicional (MT) e do método Gramática/Tradução. Por extensão, ao propor o neologismo *isosêmico*, minha intenção é a de sugerir que uma das metas inerentes à transmissão genética *large sens*, seria a de *passar à frente* tudo o que for adquirido e que eventualmente seja transformado em bagagem ancestral, tal como o mecanismo predisposto à aquisição da linguagem da qual trata Chomsky (1965). Neste sentido, atenuo o componente *morfo* e adiciono a ele o *sem*, que funde a ambos por meio do traço “&”, acreditando na complementaridade entre forma e função, condições para a instauração da totalidade do ser dentro do cosmos.

humanas. Ao mesmo tempo, ao visitar psicanaliticamente as bases fundamentais (i.e., primevas, ancestrais, primitivas) da constituição da mente; não o artista (cf. *Morte do Autor* de BARTHES, 2004), mas seu trabalho, se vê lançado no umbral das negociações, impondo o lado ferino do *inegociável*: como a referência ao divino, ao progenitor protetor, mesmo que essas não sejam as intenções primeiras ou vislumbradas. De fato, nem mesmo os artistas são capazes de controlar as extensões interpretativas de suas produções, uma vez que elas não lhes pertencem, tal como asserevam Barthes e Foucault, acima referenciados.

Destaco ainda que, muito embora eu não tenha encontrado em minhas leituras de Jung referências às classes elásticas das quais trata EVRARD (1996, p.3), posso afirmar, como base neste último autor, que o *humor*, o *horror*, o *erótico* (cf. também BATAILLE, em “*Informe*”, *Documents* 7;1929/30), que o *medo*, também poderiam se consideradas como uma das matizes embrionárias dos sentimentos situados nas raízes constitutivas da mente do gênero humano, assim como de outros animais. Como sugeri, creio que as manipulações sobre bases primevas (ancestrais) seria o que justamente concede licença poética ao artista para ele possa atenuar axiomas e a força de asserções, principalmente daquelas ancoradas de forma binária. As modalizações geradas nas charges deveriam torná-las relativamente anódinas às susceptibilidades racionais, do ponto de vista de sua gravidade. Os casos de extremismos religiosos (cf. *Caso Charlie Hebdo*, 2015), só poderiam ser atribuídos à incapacidade de aceitação da liberdade de expressão, incapacidade de compreensão dos mecanismos humorísticos de cunho crítico artístico ou, finalmente, talvez pela falência da cultura e do saber em alguns setores emergentes em pleno século XXI, marcados pelo fundamentalismo religioso.

### 2.3 O Canadá diaspórico

O antropólogo James CLIFFORD (1997) observa que culturas diaspóricas, de forma geral, não anseiam, tampouco vislumbram por representações exclusivas e perenes. A ideia de “lar original” parece ser colocada em patamar secundário em relação à ideia de deslocamento. Paralelamente, se sobressai a elevação da multilocalidade dos laços sociais em detrimento da fixação em um espaço circunscrito. Clifford afirma:

As conexões transnacionais que ligam as diásporas não precisam estar articuladas primariamente através de um lar ancestral real ou simbólico (...).

Descentradas, as conexões laterais [transnacionais] podem ser tão importantes quanto aquelas formadas ao redor de uma teleologia da origem/retorno. E a história compartilhada de um deslocamento contínuo, do sofrimento, adaptação e resistência pode ser tão importante quanto a projeção de uma origem específica. (Clifford, 1997, p.219)

A identidade canadense se caracteriza pela multilocalidade. O Canadá reúne povos que experimentaram diásporas de vários tipos e em diferentes momentos históricos. À ótica dos Estudos Culturais de Stuart Hall (1990), o conceito de diáspora se apresenta como aberto. A concepção binária de diferença, isto é, de uma separação entre *dentro* e *fora*, entre *excluídos* e *inclusos*, não permite circunscrever as diversas realidades que se possam observar relativamente à noção de diáspora. À ótica derridiana de *différence* (cf. *différer*, postergar, adiar; cf. DERRIDA, 2003) remete às configurações sincretizadas de identidade, nas quais os binarismos coexistem com as diversas possibilidades de mudança, sobretudo diante das flutuações que emergem das *places de passage* (cf. HALL, 2003, p.33).

Os significados posicionais e relacionais se friccionam (cf. Barthes, 1990, O Prazer do Texto) gerando gradações ao longo de espectros sem início ou fim. Em termos gerais, ao se supor “uma” identidade canadense, em sentido montante (*en amont*) ela não desembocaria na possibilidade de uma raiz étnica comum (linguística, por exemplo)<sup>23</sup>. Diferentemente, de forma jusante e montante (*en amont et en aval*), se localizam compartilhamentos históricos, geográficos e esforços cotidianos para a constituição de uma ideia de nação. No caso do Canadá, até a presente data (2015), ainda não se pode falar de constituição de um lar nacional único, de uma “nação canadense”, tendo as diversas forças complementares preponderantes, mas também divergentes em diversos pontos, que se concatenam sobre um só território. Outrossim, cabe destacar que a imigração no Canadá sempre esteve aberta. Nos últimos anos há campanhas para atrair novos cidadãos, tendo em vista sobretudo as baixas taxas de natalidade e o envelhecimento da população atual. A necessidade de mão-de-obra em determinados setores (e.g. enfermagem, construção civil) se apresenta como crítica. Nos últimos 20 anos, há

---

<sup>23</sup> Aliás, nos parece fazer sentido sugerir aqui a leitura de *Raízes do Brasil* (1997) de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) e de *As Veias abertas da América Latina* (2010), de Eduardo Galeano.

grandes contingentes de portugueses, de chineses e de povos de língua árabe que se instalam no Canadá.

A multiculturalidade, acompanhada do multilinguismo, cujos traços semânticos podem induzir à ideia de fragmentação, constitui justamente um dos fatores de concatenação para a manutenção de projetos futuros e de um presente fundamentado na ideia de nação, tendo em vista que os compartilhamentos são efetivos. O indivíduo em diáspora experimenta, em território canadense, a complexidade de se relacionar simultaneamente com seus referenciais de origem e com suas novas ancoragens estabelecidas social e juridicamente. Desvelam-se, quase sempre, processos de construção de identidades híbridas e flutuantes (cf. Derrida). Clifford, em seu livro intitulado *Diasporas* (1994; 1990), questiona as experiências que os sujeitos diaspóricos substituem, marginalizam ou acatam. Tais possibilidades conduzem, novamente, a considerar diversas formas de diásporas.

Paralelamente, de forma mais geral, a noção dicionarizada de diáspora conota traços como “imigrante”, “minoría”, “comunidade étnica”, insistindo sobre a visão binária de *dentro e fora*. Se, por um lado, a ideia de diáspora remete à **transnacionalidade** e ao **deslocamento**; por outro lado, desvela a busca política pela demarcação de espaços e de diferenças ao longo dos contextos históricos que permeiam os próprios deslocamentos.

Para CLIFFORD (1998), as culturas diaspóricas situam-se nos espaços de tensão, gerados a partir de fricções resultantes de indecisões entre “separação” e “entrelaçamento”, de viver aqui, mas insistir em lembrar ou desejar outro lugar (p.5), outra condição política ou retomada de fatos de outrora. A observação de Clifford vai ao encontro da visão de Avtar Brah, manifestada em sua obra intitulada: *Diaspora, border and transnational identities* (1996), na qual alude aos grandes movimentos de massa que se verificam, inclusive, em pleno século XXI. Para Brah, nem todas as situações de diásporas pressupõem a “ideologia da volta à terra prometida”. O conceito de diáspora oferece, sim, uma crítica aos discursos que pregam por origens fixas, ao mesmo tempo que leva em conta o desejo por um lar fixado (*homing desire*), que não equivale necessariamente ao desejo por uma “terra natal ou por um território pátrio” (*chez moi ou homeland*) (Brah, 1996, p. 180). Para Brah, o espaço de diáspora é marcado justamente por desafios aos binarismos, uma vez que fronteiras entre *inclusão/exclusão*, *pertencimento/outridade*, *nós/eles*, *nós/os Outros*, podem ser a todo instante contestadas e/ou deslocadas diante dos contextos considerados (Ib.id, p. 209).

A condição diaspórica clássica, talvez situada tão somente nos imaginários – que implica passado e feitos gloriosos, marcados por tradições e costumes singulares, sobretudo, por uma identidade cristalizada e estabelecida –, parece estar muito mais ligada a questões teológicas do que à teleologia, embora seja impossível estabelecer estanqueidade entre uma e outra noção, uma vez que a significação de ambas se permeia a todo instante. Aliás, se a teleologia remete às reflexões sobre as finalidades do universo, podemos aceitar que seria incongruente separar suas investigações daquelas realizadas pela teologia. O estudo teológico, sem engajamentos religiosos não conduz, a meu ver, a aceitação de um Deus, mas talvez a compreensão de que cada religião e cada igreja se ergue a partir do desejo humano em criá-los para responder a algum tipo de desejo ancestral incrustrado, ou até mesmo pela perda inexorável dos progenitores em algum momento, corroborando com as teses de NIETZSCHE (1973).

No caso do Canadá, o sujeito diaspórico parece buscar reconfiguração social a todo instante. A idéia de “tradição” implica, na visão de HALL (1990), a busca por bases seminais anteriores, por sentimentos de unidade perdidos, mas não significa necessariamente sonho ou desejo de volta ao ponto ancestral, de origem. No entanto, como sugerem BARTHES (1990) e DERRIDA (1978), a construção de identidades é um processo em constante evolução. É certo que as identidades possuem origens e permitiram construir histórias, algumas referenciadas inclusive localmente; outras imaginadas, todavia, todo relato ou mesmo o que é histórico comprovado, passa por inexoráveis processos de metamorfose. As *places* da história serão sempre *places de passage*. Não há espaços históricos fixos; há tão somente registros que a Nova História, por exemplo, muitas vezes abala ao propor novos pontos de vista. Os sentidos da história variam de acordo com suas condições de registro e sobretudo de leitura e interpretação. As construções são orientadas por questões de poder (ideologias, prestígio cultural, grau de poder político, especificidades antropológicas, entre outros tantos fatores flexíveis). As configurações das tradições consideradas canônicas são desafiadas a todo instante por suas *traduções* – observe-se não se tratar aqui de *Tradução*ØI, no sentido de transferências de código de A para um formato A’ a ser respeitado (*translate*), mas de leitura, interpretação e representação; ou seja *traductio* à ótica de YUSTE FRÍAS (2014, 2010).

Durante todo o século XX os povos aperfeiçoaram suas habilidades em contar suas histórias segundo suas visões (e.g. a história

da atual Macedônia<sup>24</sup>). Sabe-se que as culturas nacionais se friccionam a todo instante com as culturas, também em cruzamento com outras tantas, conduzindo à emergência da Nova História e de histórias novas (cf. *Invasões Bárbaras* (2002) e *Declínio do Império Americano* (1986)<sup>25</sup> de Denis Arcand). Nos contextos de *carrefour*, entram em confronto valores, costumes e narrativas que reforçam o conceito de *places de passage*, de *não-lugares*<sup>26</sup> e de multi-realidades. De acordo com Hall, as pessoas pertencentes às culturas ditas híbridas têm sido levadas a renunciar ao sonho ou à ambição de redescobrir qualquer tipo de pureza cultural “perdida” ou de absolutismo em relação às origens étnicas. Elas vêm sendo irrevogavelmente traduzidas de acordo com as configurações *up e down* (p. 89), em constantes cruzamentos, em *hic e nunc*.

A experiência diaspórica se contrapõe às concepções de essência e pureza ao enfatizar a heterogeneidade e explicitar diferenças, aliás: inerentes e inexoráveis. Na mesma linha de pensamento de Hall, encontra-se Homi Bhabha, que trata das questões em seu livro intitulado: *O local da cultura* (1998). Bhabha (id.ib.) aponta para o surgimento de hibridismos culturais em momentos de transformações históricas, os quais contribuem para a idéia do novo, não como continuidade do passado e do presente, mas de **o novo**, na conjuntura de diversidade (s). Para Bhabha, a [...] arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela atualiza o passado, reconfigurando-o como um *entre-lugar contingente*, que recria e interrompe a atuação do presente” (p. 27). Diante

---

<sup>24</sup> O povo da Macedônia se considera herdeiro de Alexandre, o Grande, 356-323 a.c.

<sup>25</sup> Trata-se de dois filmes quebequenses que obtiveram grande sucesso. Abordam questões políticas e psicanalíticas, algumas pontualmente referentes a condição canadense contemporânea às duas produções. Em o Declínio do Império Americano (Québec-Canadá), o enredo conduz o espectador a questionar todo o sistema sociocultural vigente até os anos 80, com excelentes diálogos sobre a moral, liberação sexual, valor do conhecimento dentre outros. Já em As Invasões Bárbaras (Québec-França) é proposto um “reencontro” de praticamente todos os mesmos personagens de As Invasões Bárbaras. O enredo gira em torno do personagem Rémy que luta contra um câncer. Os personagens refletem principalmente sobre os acontecimentos dos últimos 20 anos e as mudanças sociais ocorridas. Os diálogos estabelecem um contraste sobre como a sociedade se transforma e reconfigura sua história a partir de novos elementos.

<sup>26</sup> O Professor Alain-Philippe Durant, em aula ministrada na Pós-Graduação em Estudos da Tradução em 2012.1, definiu os *não lugares* como espaços em que as configurações sociais se virtualizam, sobressaindo não mais as condições sociais ou culturais, mas uma estruturação física que eleva a patamar similar os comportamentos e as opções locais. Cita como exemplo os Shoppings, os aeroportos e algumas redes de *fast food*.

de tais condições híbridas, que despontam nas sociedades do século XXI, Bhabha sugere que a literatura mundial, tradicionalmente voltada a questões nacionais, deveria abrir espaço para histórias transnacionais de indivíduos e grupos diaspóricos, como foi – ou ainda é – o caso dos próprios *autochtones* canadenses (*Inuits* e *Métis*) ao longo da história, estendendo-se aos diversos povos que integram hoje o território canadense.

Neste sentido, é importante estudar a história de um país através de documentos por vezes considerados marginais. Faz-se importante, como já destacado acima, estudar os processos tradutórios como procedimentos que envolvem tensão e fricção constantes, passíveis de gerar estados provisórios, configurações inexoravelmente abertas e plurais em movimento constante. Oscilações comparáveis aos aspectos que permeiam as noções pós-modernas de diásporas, de antropofagia, ou de apreensão de conteúdos.

#### 2.4 Sobre a personagem política Pauline Marois

A figura da mulher em cargos de poder foi vista durante muitos séculos como exceção no contexto político. À ótica varonil, pode-se destacar Cleópatra (69-30 a.c) (Egito); Joana D'arc (1412-1431) (França); Indira Gandhi (1917-1984) (Índia); Eva Peron (1919-1952) (Argentina); Catarina, a Grande (1729 – 1796) (Rússia); Rainha Vitória (1819 -1901) (Reino Unido); Rainha Elisabeth II (Reino Unido); Margareth Thatcher (1925 – 2013) (Reino Unido), Michelle Bachelet (Chile), Ângela Merkel (Alemanha), **Pauline Marois** (Québec), Dilma Rousseff (Brasil), entre outras.

No Québec, a presença de mulheres no contexto político tem certo destaque. Em 1951, Thérèse Casgrain foi a primeira mulher eleita chefe de um partido (*parti de la Fédération du commonwealth coopératif – CCF*). Não podemos desconsiderar o papel que outras mulheres tiveram no contexto social/político, mas são poucas as que se destacam e alcançam cargos de importância na esfera política. Nesse sentido, pode-se sublinhar o nome de Pauline Marois, segunda mulher a ser eleita chefe de um partido no Québec e primeira mulher a assumir o posto de primeira ministra do Québec. De acordo com a enciclopédia canadense (2014, p, n/d.), Pauline Marois é uma figura pública no cenário político quebequense há mais de 30 anos. Sua trajetória política se mescla com a história do Québec desde a Revolução Tranquila. Madame Marois, como é conhecida, se formou em Serviço Social pela *Université Laval* e em seguida completou um



MBA (*Master Business Administration*). Desde então, iniciou sua militância em instituições comunitárias e no *Parti Québécois*.

Em 1979 se tornou chefe do gabinete ministerial da condição feminista, na época comandado por Lise Payette. Em 1981, durante o governo de Lévesque, Pauline Marois se lançou oficialmente no cenário político quebequense. Sua candidatura teve uma votação expressiva e ela venceu com grande vantagem seu concorrente do Partido Liberal. Sua atuação foi tímida até 1984, quando assinou a *lettre des douzes* na qual metade dos ministros de Lévesque se opunham contra a estratégia de « *beau risque*<sup>27</sup> ». Essa carta propunha que a questão da soberania quebequense estivesse no centro das discussões para a próxima campanha eleitoral que seria realizada, à época, em 1985.

Pauline Marois continuou sua carreira e após a morte de Lévesque pleiteou o cargo de presidente do *Parti Québécois*, defendendo sobretudo a questão da soberania da Província. Seus intentos não tiveram muito êxito e Madame Marois perdeu o pleito para Pierre Marc Jonhson. Nos anos seguintes, até 1994, Marois concentra seus trabalhos no apoio a organizações feministas.

Com o retorno do primeiro ministro Jacques Parizeau em 1994, Pauline Marois voltou à cena política quebequense com uma visibilidade muito maior. Parizeau lhe confiou a pasta de ações sociais e, entre 1994 e 2003, Marois passou a ocupar os cargos de: presidente do conselho do tesouro nacional; ministra de administração e da função pública; ministra da família; ministra das finanças; ministra da educação; ministra da saúde e serviços sociais; ministra da ciência, pesquisa e tecnologia; ministra da indústria e do comércio e vice primeira ministra do Québec (2001-2003).

Em 2005 concorreu pela segunda vez ao cargo de chefe do *Parti Québécois* com a promessa de um referendo (**SONDAGE**<sup>28</sup>) sobre a questão da independência do Québec já no primeiro ano de seu mandato, entretanto mesmo com apoio crescente, especialmente fora da esfera de seu Partido, Madame Marois não é eleita. Em 2006, Pauline Marois anuncia sua saída da vida pública declarando “*le cœur n’y est plus*”, contudo já no ano seguinte, após a demissão de André BoisClair, Madame Marois faz sua terceira tentativa e se candidata novamente ao cargo de

---

<sup>27</sup> Essa foi uma das ideias principais do governo de René Lévesque após o referendo de 1980. A sugestão era a repatriação da constituição canadense mesmo sem um acordo com o governo do Québec.

<sup>28</sup> **SONDAGE**, barrado em negrito, com letras brancas é uma imagem a ser revisitada na charge examinada nesta tese. Por isso, cabe observar que o destaque intencional, realizado com vistas a remeter o leitor ao objeto de estudo investigado.

chefe do *Parti Québécois*. Sua proposta era audaciosa, dessa vez ela põe em segundo plano o projeto do referendo e propõe uma mudança no partido de acordo com o desejo dos quebequenses.

Marois recebe, então, apoio quase total dos membros do partido e, em junho de 2007, se torna chefe do *Parti Québécois*. Ainda em 2007, Marois anuncia sua candidatura para a eleição de 24 de setembro de 2007, a qual vence com 59% dos votos.

O ano de 2012 foi de grande importância para Madame Marois, pois ela se candidata ao cargo de primeira ministra do Québec. O *Parti Québécois* recebeu apoio considerável logo após denúncias de corrupção que teriam ocorrido durante o governo anterior de Jean Charest. Na ocasião, o *Parti Québécois* alicerçou sua campanha sobre bases temáticas mais flexíveis, deixando de lado a possibilidade de um outro referendo a muito esperado por uma parcela significativa dos quebequenses. Pauline Marois foi assim eleita primeira ministra do Québec em 4 de setembro de 2012. O retorno do *Parti Québécois* ao poder pela quinta vez, desde Réne Lévesque, todavia não foi bem visto por todos os quebequenses. A possibilidade de um referendo independentista acabou dividindo opiniões desde o primeiro referendo realizado em 1980.

Durante o discurso de posse de Madame Marois no teatro Métropole em Montréal em 4 de setembro de 2012, um homem armado disparou contra um técnico do teatro, atingindo-o mortalmente e, também, contra um outro senhor que teve ferimentos graves. O atirador durante sua prisão declarou « *Les Anglais sont arrivés* » (Os ingleses chegaram) explicitando sua posição contrária ao governo do *Parti Québécois* e uma possível independência do Québec. Esse atentado e a declaração do atirador inflamou a discussão sobre a possibilidade de um referendo e todas as suas implicações futuras.

Durante sua gestão foram efetivadas algumas ações de lei. Eis alguns exemplos: definição de uma data fixa para realização das eleições; investimentos sociais importantes; uma nova política industrial, etc. Madame Marois também teve um papel conciliador importante durante o « *Printemps érable* » (greve estudantil de 2012).

A greve promovida pelas associações estudantis foi declarada após as medidas impostas pelo governo antecessor de Jean Charest que aumentaria as taxas escolares e, sobretudo a lei 78, que obrigaria os estudantes a retornarem as salas de aula. Pauline Marois prometeu anular tal lei caso vencesse aquelas eleições, ação posta em prática já nas primeiras semanas de seu mandato. Uma outra ação do governo de Marois foi propor medidas mais efetivas relativas à lei 101 e posteriormente, a seu pedido, a criação de uma lei sobre a laicidade – lei 60 (*Charte des*

*valeurs québécoises*). Se as ações de Marois até a proposição da lei 60 foram em sua maioria bem vistas pelos quebequenses, a criação da *Charte des valeurs québécoises* inflamou os ânimos por toda Província e gerou repercussões a nível federal.

Os debates calorosos dividiram os quebequenses. A lei 60 continha algumas disposições que interferiam nos direitos de determinadas comunidades minoritárias, especialmente a comunidade mulçumana, de exprimirem suas convicções religiosas, sobretudo relativas a vestimentas quando do se uso no âmbito de instituições públicas. A proposição da lei 60 representou um possível retrocesso se comparada a uma outra lei proposta anteriormente no Québec - *La Charte québécoise des droits et libertés* de 1976.

Segundo Marois, a concepção da lei tinha como objetivo estabelecer uma política de neutralidade religiosa no Québec. O Projeto de lei foi colocado em votação na Assembleia Nacional do Québec sob o nome : *Charte affirmant les valeurs de laïcité et de neutralité religieuse de l'État ainsi que d'égalité entre les femmes et les hommes et encadrant les demandes d'accommodement*. A *Charte des valeurs québécoises* foi uma tentativa de adequação/resposta às propostas do governo federal do Canadá conhecida como **accommodements raisonnables**, que prevê tentativas de “acomodar” diferenças culturais de grupos considerados minoritários. Neste sentido, os destaques em negrito e sublinhado são explicitamente propositais, tendo em vista que são pontos presentes no objeto de estudo examinado. Logo, de grande importância no escopo desta Tese.

Sendo o Canadá um país formado, em sua maior parte, por imigrantes, essas disposições visam acolher e respeitar (ou até mesmo tolerar) diferenças apresentadas por grupos considerados como minoritários. A charge analisada nessa tese reflete esse momento no contexto do Québec. De fato, uma questão que se estende aos dias atuais, em razão dos grandes movimentos migratórios em trâmite.

Em 2014, na ocasião das eleições, Madame Marois é acusada de irregularidades, sobretudo concernentes ao financiamento de sua campanha e tem que enfrentar ataques dos partidos de oposição, que doravante canalizaram seus esforços contra a proposição de lei 60 e do partido liberal que baseou sua campanha enfatizando que se o *Parti Québécois* continuasse no poder seria correto realizar um terceiro referendo. O *Parti Québécois* perdeu as eleições e o Partido Liberal comandado por Pierre Karl Péladeau assumiu o governo da Província.

O ano de 2015 marca o fim da vida pública de Pauline Marois, A trajetória política de Madame Marois esteve fortemente marcada por suas

ações sociais, seu comprometimento, por permitir o acesso à educação a todos os quebequenses e representou a continuação dos ideais propostos durante a Revolução Tranquila, sobretudo sua proposta da *Charte des valeurs québécoises* que retomaria aqueles ideais de laicidade que transformaram a história do Québec a partir dos anos 1960 separando Estado e Igreja.

## 2.5 Sobre a Charge

Segundo AIRD & FALARDEAU (2009), a arte de reproduzir cenas e traços de personagens consiste de uma das formas de criar situações de humor em que, normalmente, se expõe fatos importantes de forma indireta, gerando situações que, embora muitas vezes possam induzir a ambiguidades, circunscrevem temas críticos e em voga em determinado instante político. No caso das charges de YGRECK, cabe destacar que elas são particularmente voltadas a questões de ordem política. Neste sentido, os desenhos imitativos podem ser encontrados nos jornais ao longo de sua história, inclusive em suas versões mais semanais.

Segundo os autores citados acima, a aceitação das charges, que aludem publicamente à imagem de personagens ou de grupos de destaque na vida cotidiana, pode ser considerada como indicador de evolução democrática, ou seja, a charge pode tanto ser tomada como elemento ofensivo e transgressor, quanto instrumento de mera discussão política através do qual se lança à cena todo e qualquer tipo de debate que possa gerar reflexões e evoluções das opiniões públicas.

Diferentemente da caricatura, quase sempre considerada de forma isolada e não ancorada pragmaticamente, a charge envolve uma espécie de *script* mais amplo, referenciada e baseada em cabedais situacionais do cotidiano, ou seja, nos fatos mais salientes e em voga em determinado instante. Uma gafe, um escândalo, uma atitude política, entre outros tantos fatos midiáticos, oferecem ingredientes seguros para que, imediatamente, os artistas se lancem à elaboração de suas charges. Muitas delas, verdadeiras obras de arte, não somente no sentido plástico, mas sobretudo em seu conteúdo discursivo condensado. Seu sentido instantâneo exige, todavia, profundas ancoragens, tendo em vista que sua extrema atualidade pode se transformar em extrema esvanescência. O fenecimento das relações entre conceitos, que fazem emergir a pertiência de uma charge, também incide sobre seus conceitos: algo como uma fotografia instantânea que, sob o efeito da luz, irá se apagar. Não faltariam

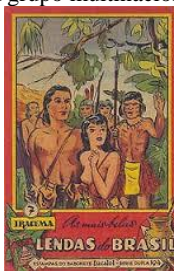
exemplos, cito então, para o caso brasileiro, as *estampas eucalol*<sup>29</sup> e deixo, propositadamente, o leitor que não quiser recorrer às notas, à eventual dúvida.

PIEON (2010, p.21) destaca que: “... a caricatura editorial (charge) é muito mais que um simples desenho de humor. Tal como o editor, o caricaturista/chargista é quem abre a discussão em um grande periódico sobre as questões que concernem à sociedade. A política é evidentemente um assunto privilegiado para o caricaturista/chargista.”<sup>30</sup>

Diretamente atrelados às cenas do cotidiano ou de cenas que remetem à contemporaneidade do leitor, se encontram paratextos diretamente anexos, e peritextos e epitextos que demandam conhecimentos aprofundados em história, geografia, sociologia, antropologia, política. Em outras palavras, os elementos presentes em determinadas charges, como essa que examinamos aqui, remetem aos fatos passíveis de atualização de forma sincrônica e diacronicamente. Em geral, uma charge consiste de um expoente de realidades extensíveis, ou seja, o artista propõe extratos capazes de espelhar o todo, mas de forma remissiva e alusiva. De fato, o artista sugere partes que concentram instantes políticos do presente, mas também do passado que o gerou. Por conseguinte, os componentes de uma charge podem sugerir o desenrolar

---

<sup>29</sup> As estampas eucalol, acompanhavam os sabonetes eucalol entre os anos 1930 e 1960. Na frente apresentavam desenhos e no verso, textos explicativos sobre 54 temas. Eram figurinhas instrutivas a serem colecionadas. Título de uma poesia de Hélio Contreras (1935-2011), musicalizada por Eugênio Avelino, Xangai, tornou as estampas muito conhecidas para além dos anos 1960, quando desapareceram em função da venda da empresa para um grupo multinacional.



Eis uma reprodução de uma Estampa Eucalol.

<sup>30</sup> ... la caricature éditoriale est bien plus qu'un simple dessin d'humour. Tout comme l'éditorialiste, le caricaturiste qui œuvre dans un grand quotidien une opinion sur les grandes questions qui touchent la société. La politique est évidemment un sujet privilégié du caricaturiste. [tradução do autor]

possível para fatos com consequências futuras, que inexoravelmente afetarão as relações políticas, antropológicas e sociais, no presente e no devir.

Uma charge, assim como um texto exclusivamente linguístico, é passível de tantas interpretações quantos forem seus leitores, considerados *hic* e *nunc*, ou seja em suas condições *espacio-temporais*. Naturalmente, um mesmo leitor, em outro *hic* e *nunc* desdobrará novas páginas não abertas, conduzindo a formação de outras interpretações e traduções.

A charge se caracteriza então como um elemento importante dentro de uma sociedade que se pretenda democrática. A partir de traços plásticos precisos, o artista busca extrapolar parcelas de traços físicos do personagem representado, naturalmente com o intuito de explicitar posicionamentos morais ancorados em um dado contexto político.

As pictóricas remontam o alvorecer da humanidade. Registros rupestres talvez buscassem gravar algum ritual. Embora, não se possa identificar traços de humor, tampouco interpretá-las com certeza, a atração do homem por espelhos se sua própria existência é algo que se pode, à ótica junguiana, considerar como ancestral. Outrossim, o princípio da economia das linguagens, permite ao ser humano a identificação da caricatura de um rosto por meio da manutenção de traços hiperonímicos, situados nas categorias de base, que orientam ao quem se destinam. Em geral, os caricaturistas salientam o que já é saliente. Destacam o que a própria luz destaca. Tais atribuições, fazem com que os pólos de base e a imitação transfigurada, produzam efeitos de humor.

Os primeiros estudos que mostram personagens políticos sendo retratados com pequenas ou grandes deformações físico-faciais são atribuídos à Da Vinci (FONSECA, 1999, p. 49). A principal técnica utilizada era a do zoomorfíssimo, atribuindo características de animais a personagens políticos. No período pós idade média, além de Da Vinci, também é importante considerar os trabalhos do escultor Bernini (1598-1680) e seus trabalhos de deformação de fisionomias. Na França a caricatura/charge se enraizou a partir da Revolução Francesa, ocasião em que são encontradas as primeiras amostras de charges de cunho político. Em 1865, as leis de imprensa na Europa já impunham uma censura rigorosa tanto aos jornalistas quanto aos caricaturistas, visto que as charges não eram muito apreciadas pelos personagens nelas retratados, muito embora o povo se divertisse com a maestria dos artistas e com a precisão dos desenhos.

Se considerarmos que o índice de analfabetismo nos no século XIX ainda era enorme e apenas os mais afortunados tinham acesso à leitura, é

possível também associarmos o conhecimento restrito da língua escrita à popularidade das charges. De algum modo, “um desenho, mil palavras”, possui algo de pertinente.

Em geral, as charges dos grandes jornais constituem críticas destinadas a leitores politizados. Os prolongamentos podem oscilar em profundidade em proporção similar aos graus de conhecimento ativados em relação aos componentes presentes no iconotexto apreciado, assim como em suas informações de ordem linguística.

De fato, nada há, em uma charge, que possa ser considerado como “simplificado” ou “amplificado”, a não ser os traços biológicos ou linguísticos estampados de maneira derivada com vistas a gerar efeitos de humor. Todo e qualquer destaque pode se tratar de topicalização expressa com vistas a desorientar interpretações para desviarem de determinados percursos esperados. A tipicidade poderia ser considerada como base para que o iconotexto se mantenha nos limites da interpretabilidade. Ao mesmo tempo que alude, há limites para que os focos interpretativos não se tornem demasiadamente opacos, a ponto da arte nada significar. Este não parece ser o objetivo de uma charge. Seu papel é clarear e não ofuscar o leitor.

A necessidade de pertinência textual, sobretudo em se tratando de material jornalístico, é uma condição *sine quoi non* para a admissibilidade do instrumento comunicativo. Como já sugerido, uma charge não pode, naturalmente, derivar para as raias da simbologia não ancorada, aliás, como parcela do jornalismo, sua pertinência se pauta por *default*, uma vez que, principalmente como produto comercial, espera-se que a arte produza reações.

Determinadas charges comportam parte importante das informações de um momento histórico, desde que a memória presente em seus paratextos seja assegurada. Seu valor artístico, assim como a validade ideológica de suas propostas sofrerão oscilações, sobretudo em razão da velocidade que caminharão os fatos que embalam as constituições sociológicas. As metamorfoses que ofuscam as interpretações só podem ser parcialmente controladas a partir dos registros que sustentem as significações erguidas em determinados momentos. Logo, trata-se de uma espécie de “empenho etimológico”, tal como em geral se aplica à instauração das denotações atreladas a uma determinada entrada de dicionário.

Analisar um politexto – no caso deste estudo: uma charge – implica muito mais que processo de leitura *top-down* e *botton-up*. Trata-se de supor mecanismos de processamento de leitura mistos. A interpretação e a tradução constituem a melhor exegese que se possa fazer de um

iconotexto. A leitura de um texto linguístico está, em geral, ancorada: (i) no contexto das palavras; (ii) no contexto textual; (iii) em suas extensões semânticas e pragmáticas. Nós, leitores, não fomos “treinados” (leia-se alfabetizados) para decifrar e processar o sentido das entidades ou mesmo do “todo” de um desenho colorido. Ademais, apesar dos trabalhos do *Groupe  $\mu$*  (1992), não há uma sintaxe compartilhada em relação ao desenho de forma geral. Naturalmente, salvo casos muito específicos, como manuais de utilização de aparelhos eletrodomésticos, instruções de seguranças de aviões, etc. Uma flor de lis, ao olhar do observador desinformado, pode significar muito pouco, mesmo inserida de forma coerente e coesa em um politexto. Diferentemente, sua atualização histórica ativará imediatamente relações heurísticas cujos desdobramentos remetem às redes conceituais (cf. Sowa, 1985).

O iconotexto em sua categoria charge está repleto de elementos que, sutilmente ou explicitamente, desvelam entidades e relações que uma vez contextualizados expõem toda uma *mise en scène* que contempla fatos passados, presentes e futuro projetáveis. Em sentido amplo, pode-se dizer que alguns ícones presentes na charge examinada geram a sensação de uma *mise en abîme*, tendo em vista a perspectiva hipertextual que abrem ao leitor, propondo paradoxalmente uma espécie de heurística com soluções provisórias, tendo em vista que o caráter enciclopédico de certas entidades seriam capazes de assumir a função de desencadeador para o estudo da história de uma nação. Remeto-me aqui particularmente à imagem da flor de lis, dado heráldico, ícone, símbolo, ou apenas uma a estilização de uma flor. Abaixo, uma flor de lis estilizada à forma clássica:



Figura 6 – Flor de lis (Clássica)

## 2.6 A charge como discurso

O estudo do politexto, mais precisamente de uma charge de caráter humorístico desemboca sobre a questão da tipologia dos discursos. Aliás, *architextualité*, segundo a terminologia de GENETTE (2009, 1987, 1982). Para Genette, é justamente em função das relações que



determinado texto mantém com outros textos que ele se reveste de uma identidade. Por conta disso, a “originalidade” do subgênero cômico, que chamamos aqui de “charge”, poderá ser colocada em questão a todo instante. Em outras palavras, é justamente essa intertextualidade contraditória que conduz à elasticidade do gênero. Ademais, como observa EVRARD (1996, p.34), a própria ideia de humor está situada no patamar das noções de caráter definitório flutuante, tal como o *erótico*, o *horror* e o *horror*. Eis que todas as citadas são categorias inerentemente elásticas semanticamente.

De forma esquemática e baseados em DUFAYS (1996, p. 51), apresentaremos quatro proposições complementares que demonstram as relações entre discursos que constituem intertextos do ponto de vista do humor:

**a) Super discursos** – segundo GIRAUD, 2013 (pgs. 111-112), abarcam os outros discursos em função de suas características, suas qualidades, sua reputação e ambições. Em razão de sua ambiguidade constitutiva inerente, escapam a maior parte das críticas. As charges humorísticas, por exemplo, podem integrar a classe dos super discursos, sobretudo no que concerne a suas representações pictóricas.

**b) Infra discursos** – seu *status* se limita àquele que lhe conferem indiretamente os discursos dos quais ele se serve. Parasita, o cômico emerge tão somente para referendar o que já foi dito, para reutilizar o que já foi empregado. Trata-se do copiar/colar, como se pode constatar, por exemplo, nas pesquisas de imagens da *web*. Alguns padrões se dissiparam e passaram a ser compartilhados. Qualquer ambição estética ou ideológica que vise à além da diversão, corre o risco de comprometer sua especificidade. Cabe observar que as categorizações tentam colocar fronteiras estanques entre as classes. No caso da charge examinada, no seu conjunto há elementos super discursivos, assim como se identifica também ícones infra discursivos, como é o caso da própria saliência de traços do rosto da personagem representada para gerar o efeito “caricatura”.

**c) Contra discurso** – degrada, destrói, rompe, transgride. O contra discurso vive do fenecimento e da morte dos outros textos. Ele os desmotiva ao grau do fenecimento ou se apropria deles como ato de canibalismo ou antropofagia. Segundo BOUCHÉ (1974), o contra discurso relativiza o caráter sério das expressões, por vezes, através da paródia. Para Bouché,

o cômico, por exemplo, não é um gênero, mas o inverso de todos os gêneros.

**d) Meta discurso** – os discursos caricaturados, segundo DEFAYS (1996, p.52), se situam no princípio de todo escrito, na medida em que *ludicidade* e *lucidez* caminham juntas. O “gênero cômico”, se é que se pode criar uma tal categoria (?), poderia ser considerado como um gênero situado no umbral a partir do qual se visualiza a repetição (inútil) e a criatividade (impensável). O papel de uma charge seria então o de lançar o leitor e o politexto de paraquedas para esse local e esperar os resultados de tal encontro. No “entre”, não há sentidos prévios, mas tão somente negociações.

## 2.7 O princípio da economia das línguas (gens)

A economia linguística constitui um dos princípios basilares das línguas ditas naturais e até mesmo daquelas construídas artificialmente, como o esperanto. Vários linguistas desenvolveram essa noção teórica, entre os quais destacamos MARTINET (1963) e MILLER (1991).

Muito embora o princípio da economia linguística quase sempre remeta a questões de ordem fonológicas, lexicográficas e sintáticas, que destacam que entidades mínimas, respectivamente fonemas, morfemas e palavras, são fundamentais para a geração do fenômeno da polissemia e, por extensão, para a economia do material expressivo, o princípio da polirreferência, a meu ver, também se estende ao ícone, sobretudo em termos de leitura (interpretação) *top-down*, tendo em vista que outros sistemas de linguagem, empregados para comunicar, também possuem componentes passíveis de representar e apontar para diferentes entidades, aliás, igualmente de naturezas igualmente plurais.

Sendo que, à ótica de YUSTE FRÍAS (2014, 2012, 2010, 2007), ampliamos nossa ideia de texto, assumimos que no processo de desenvolvimento do texto (de um romance, de uma história em quadrinhos, de um filme, de uma pintura), conceitos e relações poderão dialogar no sentido de reduzir eventuais ambiguidades. Na charge examinada, a definição dos sentidos das proposições, concernentes às parcelas natureza linguística, dependem dos registros imagéticos e vice-versa, sem que seja possível falar de duas linguagens semióticas a serem discriminadas ou estratificadas de forma estanque. Aceitamos que estar diante de um politexto.

De fato, em todo texto pode-se supor uma dupla pragmática: (i) aquela que provém das condições que envolvem o ato de leitura, ou das

chamadas de “realidades” anexas; (ii) e o contexto situacional exposto no próprio escopo diegético, isto é, as ficções que emergem do próprio espaço textual. Ora, o ambiente ficcional do politexto não oferece somente significantes e significados, mas apresenta referenciais que desembocam em realidades alternativas motivadas, ou seja, a palavra nomeia; todavia, a imagem, por sua vez, denota com base em ancoragens que se poderiam comparar aos efeitos onomatopaicos. Em outras palavras, a imagem imita as bases referenciais a partir das quais se ergue. Por exemplo, ao nomear uma cena como “*accommodement*”, o leitor desavisado não terá subsídios para saber que processo se está a exprimir, sobretudo por se tratar de uma noção situada no escopo de abstrações. Todavia, ao visualizar uma imagem cujos traços mais salientes remetem a um dado indivíduo, como Pauline Marois, o leitor poderá estar apto a identificá-la ou relacioná-la com um ser humano específico, presente no mundo dito “real”, ou parte de uma realidade posta. Naturalmente, os graus de fidelidade (progressivamente de uma fotografia, do retrato desenhado, ao grifo rudimentar), conforme nos revela MCCLOUD (1995) poderá variar segundo as decisões do artista.

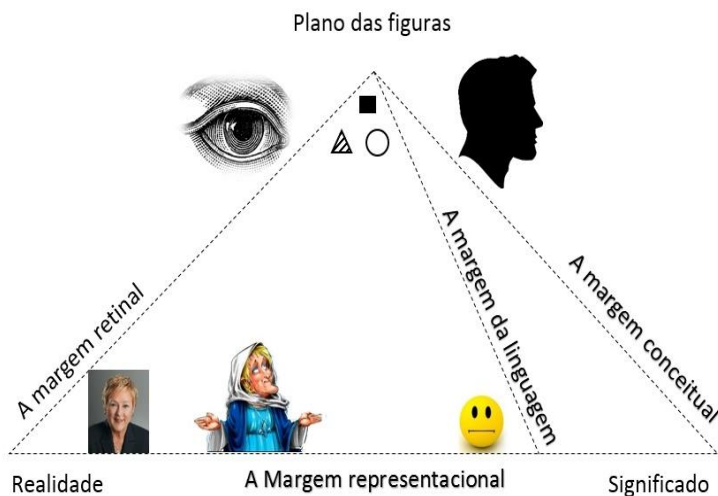


Figura 7 – Representação concebida a partir do esquema proposto por MCCLOUD (1995, p. 52-53)

De acordo com MCCLLOUD (1995) a representação caricatural de um personagem conhecido deve manter graus de semelhança explícitos com a imagem veiculada “foto”. No caso de pessoa pública, como Pauline Marois, ela parece ser muito mais conhecida por suas silhuetas expostas na mídia do que no cotidiano.

O triângulo semiótico da significação, elaborado McCloud, baseia-se, evidentemente nas representações de autores como PEIRCE (1999), GREIMAS (2002), POTTIER (1992). No caso das imagens, elas são percebidas com o sentido da visão por todos aqueles habilitados a fazê-lo. Do ponto de vista plástico, o artista desloca a imagem conhecida através da mídia para o patamar das figuras. No leque de deslocamento possível, a caricatura não se afasta demasiadamente do retrato, mas insiste em ampliar detalhes ampliáveis, ou que destoam das medidas consideradas equilibradas para o rosto humano, tal como o fez Vitrúvio<sup>31</sup> (80 -15 a.c). Se, por um lado, o retrato retifica, a caricatura investe na variação.

A “deformação” e expansão de traços identificados como salientes, ou destacáveis, não poderá, todavia, ultrapassar as raias a ponto de tornar opaca ou dificultar as relações entre a caricatura e a pessoa referenciada. Caso isso ocorra, o artista terá penetrado no campo das figuras e, automaticamente, comprometerá a construção conceitual, impedindo a construção de significado.

Veja-se um exemplo: a primeira imagem remete a bilhões, a segunda a milhares, a terceira a centenas e a última a um indivíduo, ou seja, a última específica.

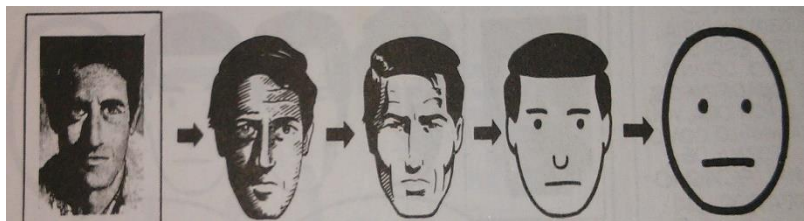


Figura 8 – Ilustração MCCLLOUD, 1995, p. 29

<sup>31</sup> O homem vitruviano foi criado inicialmente por Vitruvius (80 -15 a.c). O arquiteto romano tentou definir as medidas físicas de um ser humano. O texto de Vitruvius foi retomado por Da Vinci (1452-1519), que em 1490 conseguiu realizar o encaixe matemático considerado “perfeito”, oferecendo a representação popularmente conhecida.

Cabe destacar aqui o trabalho de quadrinistas como Hergé<sup>32</sup> (1927-1983), em trabalho intitulado: *Les aventures de Tintin* (1929). Apesar de ter recebido diversos prêmios em razão dos graus de fidelidade realizados no desenho em relação às realidades (cf. *Tintin au temple du soleil*), o rosto da personagem principal, Tintin, comporta pouquíssimos traços, abrindo um leque imenso para a atribuição de identificações. Em outras palavras, todo e qualquer leitor – do sexo masculino – pode se identificar com Tintin, projetando-se sobre seus traços.

Na ilustração acima (Figura 8) observa-se haver proximidade considerável no eixo entre a realidade e o significado (margem representacional) entre a foto de Pauline Marois e a caricatura realizadas a partir das imagens divulgadas na mídia. Tal efeito decorre da necessidade de que os leitores possam relacionar traços da caricatura à personagem política que eles provavelmente já conhecem. Tal relação, naturalmente será permeada pela aura humorística que tais deformações podem provocar.

A margem retinal indica a percepção compreendida pelo campo de visão do observador (leitor) quanto mais próximo da “realidade” maior serão as possibilidades de estabelecimento de relações com o referente. Como podemos observar na ilustração (margem retinal), os elementos mais distantes da realidade se caracterizam por pixels (em uma tela) ou pontos (em uma folha), afastando a possibilidade de uma eventual associação com o objeto observado. MCCLOUD (1995) observa que os artistas que produzem sua arte dentro da concepção da ilustração – observe o quadrante da esquerda – e mais próximos da intersecção entre os eixos da margem representacional e da margem retinal, são mais atraídos pelo senso de beleza e pela natureza do objeto (id.ib., p.57). Diferentemente, já os artistas que concentram seus trabalhos no quadrante direito da ilustração, entre a margem da linguagem e a margem conceitual, são mais atraídos pela beleza das ideias (id.ib., p.57).

Como pode-se ver na figura 7, a charge produzida por YGRECK se posicionaria do quadrante esquerdo da ilustração, próximo da representação do dito “real” relativamente à imagem personagem “retratada” ou daquela veiculada pela mídia, estabelecendo vínculos associativos mais diretos, o que permitiria ao leitor do *Le Journal de*

---

<sup>32</sup> Georges Remi, mais conhecido como Hergé começou sua carreira como desenhista em 1924. Tornou-se reconhecido pela série *Les aventures de Tintin*. Foi o primeiro desenhista francês a assimilar a técnica de história em quadrinhos americana.

*Québec* associar tal politexto à situação referida, incluindo naquele espaço diegético a outra personagem que ele conhece no escopo das políticas de seu país. Diferentemente, para um leitor que desconheça qual é Pauline Marois, pouco significado será atribuído às tramas políticas subjacentes àquela charge e, neste caso, o rosto caricaturado será mais um entre milhares.

Para BAKTHIN e seus epígonos, já citados diversas vezes nesta tese, a dialogia é um fenômeno que nenhum escritor, artista – por mais subversivo e contraventor que seja – poderá evitar. De forma axiomática, pode-se dizer que é impossível realizar abstração dos usos precedentes de textos empregados para composições presentes e mesmo futuras. Esta asserção concerne aos textos entendidos da forma como os aceitamos aqui, isto é, como entidades expressivas: linguísticas, desenhos, formas, composições musicais, e seus sucedâneos. Essa suposição, de caráter expressamente grave, nos leva a concluir que o texto, assim tomado e aceito, não integra universos fechados, mas sim entidades, deliberada e conscientemente (ou não), construídas e trabalhadas à luz de diferentes influências, de diferentes discursos e de diferentes traços: antropológicos, políticos e socialmente construídos. Essas vozes plurais, ou polifônicas para lembrar BAKTHIN, entram em interação de maneiras diversas e em graus variáveis – segundo DEFAYS (1996:44), “da convergência ao conflito, da presença efetiva à evocação alusiva, do equívoco *au carnavalesco*<sup>33</sup>...” – participam, em conjunto, na constituição do texto, cujo autor aparece mais propriamente como um orquestrador ou um organizador de informações do que como “criador onipresente”.

Destaque-se que, no caso de uma charge elaborada para um jornal, é preciso considerar o universo de restrições que circunscrevem o trabalho do artista. Não há dúvidas que em se tratando de um veículo integrado às regras políticas de um Estado maior e de empresas hegemônicas, como é o caso presente, os cerceamentos e orientações diretas parecem sempre ser consideráveis. Segundo HUTCHÉON (1982, p. 149), do ponto de vista humorístico (somente) o politexto do subgênero “charge” pode se manifestar tanto de forma respeitosa quanto contestadora. Seja qual for o caso, segundo Hutchéon, a ambiguidade interpretativa se instalará por *default*, ou seja, não há como contornar as possibilidades de interpretações plurais. Logo, acredito que meu modelo de abordagem avança no sentido de buscar definir uma identidade possível para o politexto examinado, justamente através do estudo minucioso de alguns

---

<sup>33</sup> “(de la convergence au conflit, de la présence affective à l’évocation allusive, de l’équivoque au carnavalesque...) » (sic !).

de seus peritextos e epitextos, noções, ademais, elásticas em certo sentido, uma vez que parece não haver, no escopo das linguagens, entidades que possam fazer parte de uma só categoria. Um elemento examinado como peritexto em determinado escopo, poderá vir a integrar uma nova rubrica quando examinado de outro ângulo ou sob outros prismas. Por exemplo, as imagens presentes nas obras de Carroll Lewis, de St. Exupéry ou de Raúl Pompéia<sup>34</sup>, podem ser examinadas como paratextos imediatos (peritextos) situados no interior de textos linguísticos. Diferentemente, um objeto de estudo como o examinado nesta investigação, cujo politexto se caracteriza pela imagem multimodal, constitui, de forma monolítica, o objeto de estudo. A hibridez do material em questão decorre de sua composição, ou seja: (i) código linguístico e (ii) desenho – integrados.

A charge examinada, constitui nosso IN (cerne) e as circunscrições do jornal, suas outras matérias, passam a integrar suas margens. Logo, a definição plena do que pode ser considerado como epitexto ou peritexto, decorre das perspectivas teóricas e metodológicas delineadas para levar a cabo a pesquisa, pois com efeito, tratam-se de rubricas e *labels* provisórios. A mudança de prisma teórico, metodológico ou até de posicionamento do objeto estudado poderá deslocar a definição que pode ser tomado como peritexto e o que constitui epitexto. Se nos autores que ilustram suas próprias obras a imagem pode ser tomada como um paratexto, nos politextos, a adoção de uma tal estratificação não contribuiria em nenhum sentido.

Como já sublinhado nas linhas acima, no escopo deste estudo, estamos buscamos identificar eventuais traços identitários a partir do objeto de estudo selecionado. Os textos, enquanto produtos inseridos socialmente, estão necessariamente permeados por componentes antropológicos e políticos capazes de imprimir e refletir traços identitários considerados.

Naturalmente, a identidade de um politexto, no caso presente, não constitui um processo que se apresenta de forma biunívoca, ou seja, não seria sensato identificar ou reconhecer um indivíduo como pertencente a determinado grupo social, ou “julgar” que uma dada

---

<sup>34</sup> Os três autores apresentam uma característica em comum: todos os três ilustraram seus trabalhos. Carroll Lewis, de fato, Charles Lutwidge Dogson (1832-1898), em *Alice's adventures in Wonderland* na sua primeira versão não publicada. Antoine de St. Exupéry (1900-1944), em *Le Petit Prince* e Raúl Pompéia (1863-1895) em O Ateneu.

sociedade se compõe de indivíduos passíveis de serem categorizados a partir de certos traços gerais. Isto corresponderia a cogitarmos a existência de regras de prescrição ou de normatização aplicáveis, por exemplo, a todos os indivíduos que integram uma nação. Naturalmente, a noção geral de “IDENTIDADE” parte da ideia de tendências e aproximações, aliás de diferentes ordens e com diferentes valores. A primeira concerne à auto-definição, muitas vezes revestida de graus de opacidade em razão da impossibilidade de afastamentos e de apagamento de sentimentos de afetividade que criam a consubstancialidade capaz de “opacizar” as realidades. A segunda, concerne aos juízos interferentes quando da definição de uma cultura a partir de olhares externos, circunscritos por valorações e apreciações estrangeiras. Ademais, cabe considerar que os fatores identitários, na mesma medida em que os demais processos sociológicos e antropológicos, a exemplo das línguas, não se pautam como entidades estruturais, passíveis de serem recortadas em camadas sincrônicas e dissecadas matematicamente (cf. BATAILLE, 1929/1930). Para fins de delimitação de objetos de ciência, como o fez SAUSSURE (1916), tal medida se torna legítima, mas reflete posicionamento que cristaliza uma entidade viva e em constante mutação (e.g. a *langue*).

Em termos de identidade, elevada à condição de manifestação, à aura de sua funcionalidade, caberia considerar que trato, sobretudo, de trabalhar com aproximações. As generalizações decorrentes serão justamente aquelas que me permitirão definir a identidade de meu objeto de estudo. Acrescento: definição assumidamente localizada e sem pretensões à genericidade. Todavia, sempre se considerando que os hibridismos, e também os deslocamentos temporais e espaciais acarretam, inexoravelmente, mudanças; logo, do ponto de vista científico e diante da necessidade descritiva que aqui abraço, não há como se desvencilhar das linhas da história e dos estados postos, sem, no entanto, aceitar, se necessário, alguns recortes sincrônicos de cunho estrutural e positivista, tal como o procedimento zoom para o estudo de detalhes das imagens. Toda e qualquer crise que conduza a rupturas, por mais insignificante que possa parecer, gerará a necessidade de se rever os postulados anteriores em relação à definição de traços identitários.

Finalmente, a questão identitária, assim aceita, isto é, definida em termos de aproximação e que, mesmo assim, permite ao senso comum caracterizar os povos em suas linhas mais salientes, perpassa evidentemente a questão da nacionalidade. Não se trata sempre de “ser nato” ou “nativo”, mas de salientar idiosincrasias que possam conduzir ao sentimento de **reconhecimento**, isto é, de **pertencimento** e de



**identificação.** Ora, em uma era dita “globalizada”, a questão identitária abandona progressivamente a ideia seminal de que é preciso territorializar fisicamente para que se possa circunscrever os grupos. Ora, na atualidade é possível estar “presente” em uma sociedade situando-se em seus espaços virtuais. Fóruns identitários cujo acesso pode ser realizado por meio da *web*, por exemplo, ou também culturalmente.

LE PAGE (1980) afirma que todo ato de fala é um ato de identidade. Ora, no caso do Québec, embora a impressão maior seja a de que a língua francesa constitua uma das principais fronteiras para a identificação um grupo maior, circunscrito e unido por determinadas tendências, ela é somente mais um entre os instrumentos para que se perpetuem e se partilhem traços culturais, históricos, antropológicos e políticos, sobretudo percursos espaços temporais *en aval* et *en amont* supostamente comuns. Em certo sentido, não há como separar a língua dos processos antropológicos e sociológicos. Todavia, os povos do presente, genericamente falando, assim como os sujeito-indivíduos, cada qual com suas formações psicanalíticas se definem sobretudo em função de seu passado histórico comum, sendo a língua somente mais um entre tantos outros aspectos partilhados.

No caso do Québec, do ponto de vista político-estratégico, parece normal que a língua tenha sido assumida como um dos carros-chefes para a manutenção de uma identidade compartilhada, sobretudo pelo fato de poder proporcionar recuos ao passado e para além da instauração do “Novo Estado Linguístico”. Não seria, talvez, de interesse que uma das línguas indígenas constituísse o idioma oficial do estado quebequense entre alguns grupos (?). A questão que se coloca é a de concatenar os interesses e opor ao inglês a somente uma língua situada à sua altura e “majestade”. Tal língua precisa necessariamente ser europeia, historicamente combativa, capaz de duelar sobre os campos de batalha do opositor e representar as disputas dos reinados do passado. No caso presente, estar à altura política de se opor, ou de se aliar ao universo hegemônico anglófono.

A lei 22 de 1974 determinou que o francês continuasse como língua oficial e primeira da Província do Québec, mesmo sendo o Canadá um país oficialmente bilíngue. A mesma lei também determinou que as escolas públicas mantivessem o francês como língua de base para o ensino. A lei 22 foi abolida em 1977 com a adoção da lei 101 ou *La Charte de la langue française*. Esta última veio consolidar o francês como língua

oficial da Província. O segundo capítulo define cinco direitos linguísticos<sup>35</sup> fundamentais para os quebequenses:

- 1) O direito de que cada pessoa nos órgãos governamentais, ordens profissionais, sindicatos e empresas estabelecidas no Québec de se comunicarem em francês;
- 2) O direito de que cada pessoa possa falar em francês nas assembleias deliberativas;
- 3) O direito dos trabalhadores de exercerem suas atividades em francês;
- 4) O direito dos consumidores de serem informados e atendidos em francês;
- 5) O direito de que as pessoas que são admissíveis ao ensino no Québec, o recebam em francês.

GEERTZ (1989) observa que um conceito de identidade é baseado em concepções de realidade e são essas concepções que ao seu modo definem a identidade de cada sociedade, sem dúvida, a língua francesa representa para o Québec esse pilar.

Ideias e crenças [...] podem ser relacionadas com a realidade numa dupla forma: com os fatos da realidade ou com os anseios que essa realidade, ou a reação a essa realidade, faz surgirem. Onde existe a primeira conexão, descobrimos um pensamento que em princípio é verdadeiro; onde aparece a última relação, enfrentamos ideias que só podem ser verdadeiras por acidentes e que são passíveis de estarem viciadas por preconceitos, sendo esta palavra tomada em sua acepção mais ampla. (GEERTZ, 1989, p.37)

---

<sup>35</sup> 1- Le droit de chaque personne que toutes les branches du gouvernement, les ordres professionnels, les associations d'employés et les entreprises établis au Québec communiquent avec elle en français; 2- Le droit de chaque personne de parler français dans les assemblées délibérantes; 3- Le droit des travailleurs d'exercer leurs activités en français; 4 - Le droit des consommateurs d'être informés et servis en français; 5 - Le droit des personnes admissibles à l'enseignement au Québec de recevoir leur enseignement en français.

A língua francesa, no contexto do Québec, pode ser considerada como um dos instrumentos-chave para o estabelecimento de conexões antropológicas. Não se pode desprestigiar a língua, mas também não se pode colocá-la como força dinamogênica dos processos comunicativos e políticos, tendo em vista que a questão identitária envolve comunicação multisemiótica. Eis, mais uma vez, uma justificativa para termos escolhido trabalhar sobre uma entidade politextual.

## 2.8 Sobre o chargista YGRECK

YGRECK é o pseudônimo de Yannick Lemay, artista que trabalha por trás da charge que aqui examino. Lemay se formou em Artes Plásticas em 1988 no Cégep de Sainte-Foy (Québec). Realizou trabalhos como modelo profissional e sempre flertou com o universo artístico. Em 1990 retornou ao Québec. Nessa década seus trabalhos contemplavam principalmente o mundo da restauração e da moda. Após o nascimento do seu primeiro filho, Lemay decide se dedicar totalmente ao seu lado artístico. Seus primeiros trabalhos profissionais foram elaborados para o judiciário. Posteriormente, mais precisamente a partir de 1999, se torna caricaturista independente do *Le Journal de Québec*<sup>36</sup>, no qual publicava *La semaine de Ygreck*.

Em 2004 criou o blog YGRECK<sup>37</sup> e seus trabalhos diários logo ganharam projeção. Seu talento conquistou muitos admiradores. O blog lhe permitiu explorar outras matizes e cores e também refinar seu estilo. A partir de 2007, Ygreck comenta as principais notícias do dia através do personagem “Joe Bine”. Desde 2009, publica uma charge por dia para o *Le Journal de Québec* e, eventualmente, suas caricaturas também são reproduzidas no *Le Journal de Montréal* que pertence ao mesmo grupo editorial.

Segundo Ygreck, seu trabalho não sofre quase nenhuma influência editorial, já que faz questão de trabalhar a partir de sua casa. Atualmente, se sente mais livre para expor suas críticas através de sua arte. Ele representa um dos olhares mais icônicos da realidade quebequense.

---

<sup>36</sup> Tiragem semanal de 867.244 exemplares. *Le journal de Québec* ocupa o terceiro lugar em termos de distribuição no Québec, ficando atrás apenas do *La Presse* e do *Le Journal de Montréal* (pertencente ao mesmo grupo editorial) Fonte : Compilation du CEM à partir de données de tirage vérifiées par l’Audit Bureau of Circulation (ABC).

<sup>37</sup> <http://ygreck.typepad.com/ygreck/>

O artista oferece vasta produção. Há centenas de suas charges disponíveis na *web*. Sua inserção política e ideológica parece conceder certas tendências a seu trabalho. Não se trata, evidentemente, de questões estilísticas subjacentes à arte plástica que desenvolve, mas sobretudo os ares políticos que permeiam seu trabalho. Um dos exemplos é a preponderância da cor azul, a alusões à igreja, ao *Parti Québécois* e, de forma mais saliente, seu compromisso político. Logo, o conteúdo de suas charges se torna, em certo modo, previsível. Ícones e símbolos são frequentes em seu modelo de arte, no qual o código linguístico é reduzido a *syllabus* de grande impacto em relação aos fatos atuais. Em outras palavras, YGreck recorre muito pouco ao texto escrito. O artista parece preferir fundir as modalidades semióticas ou, no mínimo, trabalhar sobre a idéia de simbiose expressiva.

## 2.9 A escolha do objeto de estudo

O jornal no qual se encontra a charge sorteada como objeto de estudo foi escolhido em universo maior, mas que marcasse sua relevância no contexto político do Québec.

A charge faz parte de lotes plásticos de YGreck elaborados para *Le Journal de Québec* - O principal jornal editado na capital nacional – *Ville de Québec*, onde está localizada a assembleia, sede do poder na Província. A partir desse contexto foi escolhido o periódico de onde extrairíamos somente um exemplar, entre centenas de charges assinadas pelo mesmo artista.

O objeto de estudo estudado foi acessado a partir da versão do jornal editada para a *web*. O jornal foi acessado a partir da ferramenta de busca do navegador *Google*. Para a definição do objeto de estudo, utilizamos, inicialmente, os seguintes procedimentos:

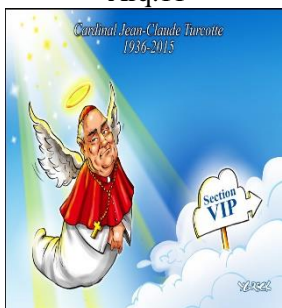
- a) Na janela de busca digitamos: “YGreck;
- b) Em seguida, ativamos a ferramenta “imagens” e obtivemos como resultado uma média de aproximadamente 300 desenhos do autor. De qualquer modo, catalogamos apenas 300 exemplares.

Observando outras charges de YGreck, percebemos que as alusões a temas eclesiásticos imbricados com questões políticas são muito frequentes. Também constatamos que a cor azul, como já mencionado, era muito recorrente, assim como há retomada de alguns ícones, tal como pode ser observado por meio de um ligeiro olhar analíticos nas imagens

salvas como: Arq.11, Arq.118, Arq.131, Arq. 144, Arq.281 etc., no corpora do qual se sorteou a imagem Arq.76.



Arq.11



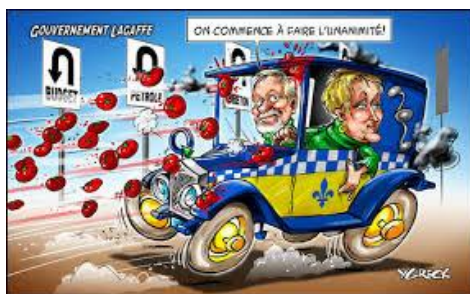
Arq. 118



Arq.131



Arq.144



Arq.281

Finalmente, com os arquivos numerados de 01 a 300, escrevemos os números em trezentas fichas, colocamos todas elas em um recipiente e escolhemos um colega de doutorado da PGET (G.M.T.R.O.) para realizar o sorteio. O número 76 foi o selecionado. Muito embora se tratasse de uma incógnita, de um resultado, confesso, decepcionante por haver imagens a meu ver mais interessantes, descobri, posteriormente, que a partir da ótica teórica e metodológica abraçadas, que a charge selecionada me remeteria a estudar toda a história do Canadá e do Québec. Que me remeteria também a fatos sobre França, os Estados Unidos. Também fui levado a estudar história antiga e bases da filosofia. Ou seja, a proposição do peritexto e do epitexto havia determinado campos amplos a serem explorados, a partir de imagens aparentemente inocentes.

## 2.10 Discussões

### 2.10.1 Introdução

Minhas perspectivas teóricas, explicitadas no Capítulo I, e também aqui neste Capítulo II, me levaram a iniciar minhas investigações a partir de um ponto aleatório, praticamente desconhecido. A partir deste politexto, ao longo das pesquisas acessei universos mais amplos que pouco a pouco clarearam seus sentidos. Foi somente a partir da exploração de rastros, pistas e fragmentos desvelados no objeto de estudo que comecei a identificar e reconhecer aspectos que me permitiriam definir uma identidade para meu objeto de análise. Lenta e progressivamente ativei movimentos exploratórios centrífugos, ou seja, do **centro** para as **periferias**, com vistas à instauração de margens que fixassem as informações presentes na charge estudada. De fato, eu precisava catalisar um centro e para tal, a única maneira de fazê-lo seria fixando minhas margens. A cada nova descoberta, as possibilidades de ancorar o politexto como cerne irradiador do fenômeno abordado foi se concretizando.

Abaixo, apresento uma visualização simplificada dos movimentos que realizei em minha pesquisa, de um objeto delimitado para suas margens:

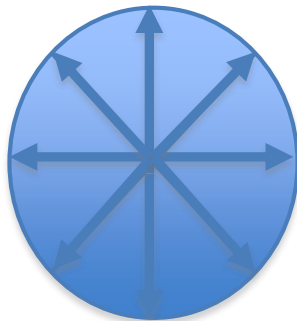


Figura 9 – Movimentos da Pesquisa

Somente após visualizar o referido esquema – cujo princípio é o de partir de um centro, para em movimentos centrífugos, lançar seus feixes em direção às margens – me foi possível discutir e explorar aspectos peritextuais e epitextuais que foram se revelando progressivamente a

minhas pesquisas paralelas. A partir das primeiras incursões investigativas, descobri que dispunha de um ponto dinâmogênico profícuo, irradiador de informações capazes de me fazer navegar por entre fatos históricos, movimentos sociológicos, tramas políticas e constituições sociais e, assim, me elevar a um patamar que me permitisse falar sobre aspectos da identidade de meu objeto e, indiretamente de uma possível identidade quebequense com base em minhas descobertas, realizadas à luz de meus postulados científicos: teóricos e metodológicos.

Meus construtos teóricos de referência, como já apontados anteriormente, nos Capítulos I e aqui, no II, foram erguidos a partir de diálogos entre as propostas de GENETTE (2009; 1987), YUSTE FRÍAS (2014; 2012; 2010; 2007), BAKTHIN (1973), BARTHES (1990), KRISTEVA (1976) e TISSERON (1996). As visões teóricas e metodológicas convergentes e, por conseguinte, complementares desses autores, me permitiram compreender que a configuração dos materiais que compõem os textos pode ser comparada à rede de ligações encontradas nas raízes de determinadas plantas como o bambu, o gengibre, a espada de São Jorge, entre outras, cuja parte verde vista à superfície não revela a complexa rede de rizomas submersos que as sustenta. De forma similar a estas espécies de plantas, os textos se sustentam através da relação que mantêm com outros textos. Aliás, como afirmou SAUSSURE (1916), o valor das unidades da língua se definem pelas relações com outros elementos. A idéia de rizoma, de redes semânticas, de árvores heurísticas, de gráficos conceituais, de scripts, podem ser encontradas em trabalhos de autores de linha cognitivista, tal como, e respectivamente: Collins e Quillian (1969), Sowa (1997), entre outros.

Em sentido breve, e estabelecendo uma analogia com os estudos genéticos e as decorrentes implicações da exploração científica do DNA, em que uma parte de um organismo revela muitas informações sobre o conjunto do ser do qual provém, descobri que objetos frutos de produções culturais, se explorados à ótica dialógica, se tornam entidades holísticas, posto que cada um deles faz parte de uma heurística que visa à resolução de questões do ser social. Os percursos de natureza rizomática para a exploração do texto me parecem ser construtos erguidos não à égide das necessidades do tradutor, mas em razão das fricções decorrentes do encontro entre orientações que emanam do texto (*bottom-up*) e as representações que permeiam o processamento em leitura do sujeito psicanalítico leitor (*top-down*). À ótica de TISSERON (1996, p.85), quando do exame de entidades textuais, não se pode pressupor relações diretas entre informações textuais e os objetos e processos aos quais se



referem, tampouco se pode supor a sua ausência total das entidades nomeadas. De fato, os textos exercem papel de mediador entre o material codificado, sua descodificação e suas ancoragens no escopo das realidades. Logo, os textos se situam em uma antecâmara (metafórica) situada *nem dentro, nem fora*, mas no “*entre*”. A metáfora pedagógica de TISSERON (id.ib.), corrobora as propostas de YUSTE FRÍAS (2014; 2012; 2010; 2007) e permite deslocar junto com o texto, também o tradutor, para este suposto espaço de troca que Yuste Frías define como *ducto* ou *umbral*. Com base nesse construto teórico, separa-se a ideia de *translate* e *traductio*, respectivamente, (1) transferência de um código A para um código B e (2), processamento de um texto de base a partir da exploração de seus peritextos e epitextos, no sentido de traduzir o texto e paratraduzir seus paratextos. O produto final a ser obtido decorrerá, então, das negociações assumidas nos espaços “entre”, muitas das quais poderão integrar o texto de base, tal como o fizeram autores como Manuel Odorico Mendes em suas traduções de Homero, Raúl Pompeia em *O Ateneu* ou Mamede Mustafa Jarouche na tradução dos contos árabes, em particular *As mil e uma Noites* e *Kalila e Dimna*.

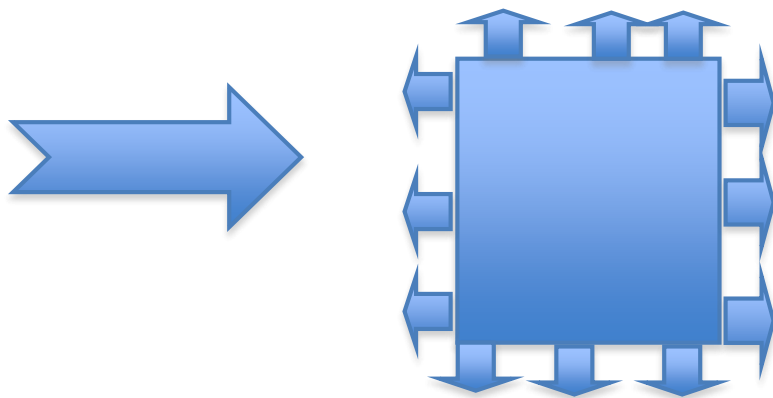


Figura 10 – Direção das traduções

Com base no esquema acima e baseado na visão teórica dos autores cujas propostas abracei, insisto não haver um texto A, geralmente considerado original em seu estado “A<sup>o</sup>”, a ser transladado para um formato “A<sup>1</sup>”, mas sim um texto de base, referencial, a ser identificado, apreendido, ruminado, antes de ser recomposto em uma de suas possíveis versões. Tais retextualizações serão tão mais vastas e plurais na medida em que puderem vir acompanhadas de alguma parcela de seus peritextos

e de informações advindas de partes de seus epitextos. Tal tarefa é realizável e viável, naturalmente, sobretudo no plano teórico, tendo em vista as restrições editoriais neste sentido. De qualquer forma, cabe lembrar, segundo GENETTE (2009; 1987), que “um texto sem seu paratexto pode ser comparado a um elefante de trabalho sem seu cornaca. Uma grande potência, mas subutilizada” (p.35).

A charge examinada, em suas extensões amplas, resume grande parte da história do Québec. O politexto circunscreve também sua própria constituição do ponto de vista antropológico e social, além de traçar caminhos para que o leitor atualize suas visões a respeito das políticas em voga naquele país e naquela região específica (no Québec). De forma microscópica, alguns componentes aparentemente secundários do politexto também se encarregam de revelar as mesmas dimensões mencionadas. Neste estudo, sem que tenhamos programado, fomos conduzidos a centrar nossa atenção sobre aspectos como: cor, posições do corpo e das mãos da personagem aludida, suas vestimentas, seus adornos e, naturalmente, para a imagem de natureza linguística: escrita alfabética.

No início do trabalho, uma tal abordagem me parecia impossível, tendo em vista que detalhes como o broche pendurado no colar que usa a personagem, pareciam apenas um pingente sem grande importância. Posteriormente, me dei conta que se tratava de um ícone antes de ser um adorno ingênuo. Lembrei então do Paradoxo de Menon, aludido no Capítulo I, ou seja, a partir do momento em que o percebi, aquele pingente em formato de flor de lis passou a constituir um elemento-chave para a compreensão de tramas maiores e de graves consequências. Somente a partir desse instante percebi a diferença entre o leitor ingênuo e desavisado e o leitor atento. Tal fórmula se estendeu às minhas pretensões enquanto tradutor e intérprete.

A charge será avaliada à óptica *zoom* e cada um dos elementos será tomado não somente como um objeto plástico e comunicativo isolado, mas como uma componente dotado de significação (local) que participa como <parte\_de\_um\_todo> para a definição de um sentido (geral) e, como visado, para desvelar traços de sua identidade. Mesmo desenvolvido com base em uma espécie de segmentação, em função do foco “zoom”, é importante lembrar que esse procedimento de lente ampliadora tem finalidade metodológica e analítica. À ótica teórica de YUSTE FRÍAS (2014, 2012, 2010, 2007), aceito que os diversos elementos identificados no iconotexto não possam ser dissociados. Estratificá-los em categorias, equivaleria a desviar das propostas teórico-científicas estabelecidas para essa investigação. Como se poderá constatar, cada elemento enfocado abrirá leques e portas para uma série

de associações possíveis. Será, inclusive, impossível exauri-las, posto que a dialogia inerente à língua, e que incide sobre o politexto, faz com que a rede de possibilidades de análise sejam ilimitadas.

### Elementos Peritextuais



Figura 11 - Distribuição espacial dos quadrantes do iconotexto

Como se pode observar acima, aplicamos diversas manipulações sobre a imagem de forma a viabilizar a exploração de suas especificidades formais.

A partir de suas margens, foram fixadas 3 linhas horizontais e uma vertical, permitindo formar 8 quadrantes:

Quadrante	Posição	Ordem
ES	Esquerdo Superior	1 e 2
EI	Esquerdo Inferior	1 e 2
DS	Direito Superior	1 e 2
DI	Direito Inferior	1 e 2

Quadro 1 – Disposição dos quadrantes

Para fins de visualização e organização adotamos, tal como especificado na tabela acima, as seguintes siglas: ES1 – Esquerda Superior 1; ES2 – Esquerda Superior 2; EI1 – Esquerda Inferior 1; EI2 – Esquerda Inferior 2; DS1 – Direita Superior 1; DS2 – Direita Superior 2; DI1 – Direita Inferior 1 e DI2 – Direita Inferior 2.

No quadrante ES1 e ocupando uma pequena parte do quadrante ES2, temos o texto “**SONDAGE** LES ACCOMMODEMENTS RELIGIEUX PREOCCUPENT TOUJOURS...” seguido em quase sua totalidade pela auréola (logo do Parti Québécois) (cf. ES2) sobre a cabeça da personagem. O quadrante DS1, obedecendo a ordem de leitura ocidental, apresenta o rosto da personagem caricaturado, com destaque para seu olhar *sampaku* voltado para o alto em direção ao balão de diálogo (*sauf les accommodements souverainistes*) que ocupa parte do quadrante DS1 e em sua maior parte o quadrante DS2. Nos quadrantes EI1 e EI2, temos a lateral direita do corpo da personagem, com destaque para sua mão direita, em primeiro plano no quadrante EI1. E for fim, nos quadrantes DI1 e DI2, temos a lateral esquerda do corpo da personagem (com destaque para seu “crucifixo” em formato de flor de lis) (cf. DI1) e sua mão esquerda ocupando o primeiro plano do quadrante DI2, bem como a assinatura do artista no canto direito inferior do quadro. Proporcionalmente, existe um movimento da esquerda para a direita e de baixo para cima indicando o caminho que os leitores deveriam seguir.

Observando a charge e considerando o acima exposto, pode-se atribuir a esse iconotexto traços alusivos a um contexto religioso. A referência à adoração de um deus, a esperança de uma solução que viria de cima (do céu), evidentemente como metáfora pedagógica como recurso para expor ideologias e concepções partidárias.

Esta noção maniqueísta de **bem** e **mal**, de **claro** e **escuro**, de **sagrado** e **profano**, sempre como pólos opostos, parece permear a maior

parte das crenças religiosas conhecidas. Na charge, os posicionamentos binários estão associados a problemas políticos, sociais, antropológicos e políticos. Desconsiderar por completo o binarismo que permeia as visões eclesiásticas seria arriscado, visto que até mesmo as ciências (exatas) por vezes se utilizam de tal métrica para legislar sobre decisões científicas quando se trata de lidar com seres humanos. Não obstante, assumir tal postura binarista no âmbito dos textos, das discussões humanas, limita seu próprio caráter “humano”, pois mesmo que houvessem extremos positivos e negativos, maior parte dos seres e processos não se situaria inteiramente em um só pólo.

Os quadrantes superiores (ES1, ES2, DS1 e DS2) parecem expressar, questões sociais prementes, anseios e a esperança de que uma parcela significativa do povo quebequense, sobretudo vinculados ao partido em questão, visem soberania da Província. Nos quadrantes inferiores (EI1, EI2, DI1 e DI2) parece ser o espaço em que os suporte para que tais anseios se concretizem, principalmente quando consideramos a representatividade e a centralidade da flor de lis (cf. DI1). Não quero aqui definir espaços estanques para análise, visto que trabalhamos com o conceito de IN monolítico e integrado, porém não posso me abster de citar tais orientações de sentido (embaixo e em cima, direita e esquerda) já que, dessa maneira, posso indicar visualmente, mais alguns dos caminhos possíveis para definição da identidade da arte plástica em exame. Embora, como já explicitado nas secções anteriores, tenhamos partido de um ponto que será nosso centro e dali avancemos em diversas direções, visando estabelecer suas margens. Mesmo considerando todo o politexto, alguns elementos possuem uma carga simbólica, passível de ser destacada. Tais elementos serão explorados na sequência, não em sua profundidade, visto que tal procedimento geraria pelo menos uma nova tese a partir de cada um deles, mas em medida suficiente face aos objetivos deste trabalho, mencionado em seu título.

Dentro dos limites que dispúnhamos e devido as minhas próprias limitações pessoais enquanto pesquisador em formação, não mergulhei em concepções demasiadamente profundas. O que proponho são sobrevoos sobre um mesmo objeto (a charge), em altitudes e posições variadas, buscando melhor observar cada um dos elementos destacados no politexto, para que, então, considerando suas interações, eu possa definir uma possível identidade circunscrita na charge analisada.

Cabe destacar novamente que a ordem de leitura ocidental, realizada da esquerda para a direita, do alto da página para baixo, pode ter influenciado o artista, tendo em vista que sua charge se desenvolve à esta ótica. Inclusive a própria coerência e coesão textual obedecem essa

sequência convencional. Ademais, o próprio olhar da personagem está direcionado para o quadrante direito superior.

Um outro detalhe importante concerne à quase centralidade do símbolo do partido quebequense, ao rosto da personagem e à flor de lis, três itens determinantes do sentido do politexto. Cabe observar suas mãos, uma situada no QE11 e outra no QDI2.

O politexto possui características singulares quando se trata de topicalizar a informação presente em um espaço expressivo, isto é, a folha de papel ou a imagem em tela de computador. Há diferentes modos de se destacar uma informação. No caso presente, como já mencionado, o chargista empregou a disposição espacial convencional, baseada na ordem da escrita/leitura ocidental: do alto para baixo e da esquerda para a direita. O olhar da personagem, acompanhando a sequência canônica da escrita, se dirige para a direita, lançando seu olhar de consentimento para o balão aparentemente “abençoado” pelo símbolo do cristianismo: a cruz. Suas vestimentas de capuchino conotam a congregação franciscana, caracterizada pela simplicidade e serenidade quando comparada, por exemplo, com os beneditinos, de linha mais rígida.

A imagem, colorida, foi transformada em preto e branco com o propósito de verificar qual de seus elementos reflete mais luz. Naturalmente, como já era previsível por meio da apreciação da imagem, o símbolo do partido quebequense é o dado que se destaca.

### **Referente à parte linguística escrita**

A terminologia do gênero História em Quadrinhos ou dos *Comics* apresenta uma série de lacunas. Logo, para a realização deste trabalho, muito embora tenhamos recorrido a autores clássicos da área, tal como EISNER (2001), MCCLOUD (1995), nos deparamos com a necessidade de criação de novos recursos linguísticos específicos. Por exemplo, o desenho pode ser classificado como “visual”, o código linguístico escrito, também ocupa a mesma classe (visual). O código linguístico é dito “verbal”, mas a imagem também possui elementos predicativos, ou seja, também possui verbos, logo também pode ser classificada como verbal.

No âmbito deste trabalho, decidi me referir à imagem como “desenho colorido” e à parcela linguística como “código linguístico escrito”, de forma a evitar ambiguidades. Me interessa, desfazendo as referidas estratificações, examinar as imagens de forma integrada. Todavia, a dupla articulação (cf. Martinet, (1978), me conduz à extração das informações de duas formas: de modo sintético e analítico. No caso do código linguístico escrito, sua conformação resulta de longas

construções históricas que conduziram a um sistema de escrita, refinado por sistemas ortográficos ligados às línguas. Logo, tomo a descodificação da imagem escrita como diferente da descodificação da imagem desenhada. Assim, na sessão que segue, proponho descodificar uma parte do desenho com características específicas, sem supor que as proposições apresentadas possam ser destacadas dos locais em que foram colocadas.

Um outro dado importantíssimo concerne aos entornos imagéticos que circundam o código escrito. Nos quadrantes DS1 e DS2, o balão de diálogo não é oval, tampouco somente retangular, esse se desdobra ao alto para formar uma cruz. Um balão com uma forma de cruz, mesmo que em escala reduzida, parece atribuir à proposição um caráter teológico, sagrado, eclesiástico.

Se as visões gramaticais tradicionais não caracterizam haver uma proposição na frase “*Sauf les accommodements souverainistes!*”, alegando que precisamos de um verbo, gramáticas transformacionais como a de FILLMORE (1982) permitem redimensionar a frase da seguinte maneira: “*Les accommodements souverainistes, ne préoccupent pas!*”. E uma tal proposição muda seu *status*, ou seja, nestes textos afirma que o partido separatista defende seus interesses políticos e, se preciso for, fará com que certas questões políticas possam ser renegociadas em prol do partido.



Figura 12 - Charge

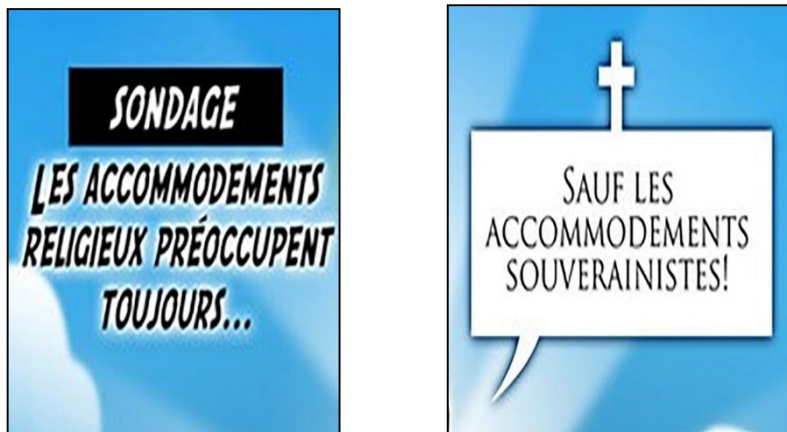


Figura 13 – Elementos linguísticos vistos à ótica *zoom*

**a) Sondage**

No caso da charge em questão, o termo **SONDAGE** aparece em letras brancas, em caixa alta, banhada em um retângulo de cor preta, situado em lugar de destaque em razão da ordem de leitura ocidental, ou seja, da esquerda para a direita e do alto da folha para baixo. Logo, aparece como *tópico* aos *comentários* que se sucedem (ou tema/rema, ou sujeito/predicado). O termo “*sondage*” remete a uma máxima que povoa os interesses dos quebequenses, principalmente em função de fatos concernentes a suas bases históricas e políticas, assim como dos últimos 40 anos. Sobre essa questão relacionada à Província do Québec, apresentarei maiores detalhes mais abaixo.

O termo **SONDAGE** pode ser interpretado como um método estatístico de análise de opinião de uma população humana a partir de uma amostra do público considerado. Trata-se de procedimento democrático que visa ouvir os diversos setores da sociedade antes do estabelecimento de medidas políticas que, em geral, podem se converter em lei.

**b) Les Accommodements Religieux Preoccupent Toujours...**

Na proposição acima, o termo “*accommodements*” ocupa a posição de *tópico*. Trata-se, em sua forma de origem, de um termo composto: *accommodements raisonnables*. O neologismo remete a uma noção



jurídica, criada no Canadá a partir da jurisprudência ligada ao campo do trabalho. Posteriormente, o termo passou a ser usado para fazer referência a outros tipos de *accommodements*, como no caso da charge “*accommodements religieux*”.

O termo refere-se à possibilidade de atenuação de certas normas, com vistas a minimizar efeitos de discriminação diante, sobretudo, de exigências das minorias que integram a sociedade civil canadense. Essa expressão quebequense se estendeu, a partir de sua criação em 2007<sup>38</sup>, para outros países francófonos e também anglófonos, como os Estados Unidos e Grã-Bretanha (*reasonable accommodation*).

O termo aparece em situações em que se vise à crítica social em defesa de interesses políticos. Na presente charge, é possível observar que a palavra é empregada duas vezes em posição de destaque, tanto no primeiro balão de diálogo, quanto no segundo. O chargista confronta explicitamente duas modalidades de “*accommodements*”. O primeiro religioso, que concerne a praticamente toda a população do Canadá, abarcando inclusive os grupos ditos “ateus”. Aliás, a importância dos debates de questões religiosas em território canadense foi fortemente atenuada nos anos 1960, vindo à baila somente após novos fluxos migratórios, que elevaram o número de novos cidadãos de religião muçulmana e budista. Logo, muito embora os *accommodements* continuem sendo motivo de preocupação, há um outro tipo de *accommodation* em que o consenso é significativo em território quebequense. Eis então, o segundo de natureza política: os *accommodements* souverainistes.

### c) **Sauf les Accomodements Souverainistes!**

Um dos recursos para construção dessa charge foi o de atribuir voz (som) à personagem. Em quadrinhos (HQs), em geral, o recurso de conceder voz aos personagens é feito com a utilização de balões de fala, ou de diálogo. EISNER (2001, p. 26) diz que tal recurso tenta “aprisionar” um momento etéreo – o som. Tal procedimento expressa muito sobre a emoção que o personagem parece querer expressar com tal “fala”. Na charge analisada, como já discutido acima, o balão de diálogo possui o

---

<sup>38</sup> A noção de *Reasonable Accomodation* está presente na seção 15 da *Canadian Charter of Rights and Freedoms*[Carta Canadense dos Direitos e Liberdades] presente no Ato constitucional de 1982 que dispõe sobre os direitos de igualdade de tratamento tanto à nível civil quanto jurídico.

formato retangular com uma pequena cruz (parte do balão). Podemos dizer que o formato do balão em si já definiria muito da expressão escrita que ele contém. As religiões sempre foram muito restritas quanto aos seus dogmas. A fê de cada fiel deveria caber dentro em “caixinha” (um quadrado, um retângulo), tal como os *syllabus*, que representa o espaço de movimento/pensamento dentro do qual estariam protegidos pela santa cruz, e como orientação para regular o comportamento dos fiéis. Ora, os partidos políticos também pressupõem afiliações e respostas a seus *syllabus*.

Por isso, nesta charge, cabe destacar o papel implícito do *syllabus*<sup>39</sup>, estampado na evocação da cruz sobre o balão de diálogo situado ao alto e à direita da imagem, de acordo com a ótica de sua visualização por um suposto leitor. Como já visto, mas sob uma ótica diferente, a primeira proposição assume papel assertivo, enquanto que a segunda revela papel de exceção ou de exclusão. As razões parecem bastante explícitas, tendo em vista que ainda há interesses políticos no Québec em relação à realização de um novo plebiscito para ouvir o povo sobre a criação de um Estado independente. Interesse este avivado com os recentes plebiscitos realizados na Irlanda e na Catalunha. Lembremos que o Québec atual (2015) se inscreve entre as 20 maiores economias do mundo, projetando-se no cenário internacional. O chargista utiliza-se da pressuposição de que os desejos políticos pela soberania concernem à maioria dos quebequenses. Aliás, através da negação, ele parece afirmar que a questão da soberania não é objeto das políticas dos *accommodements raisonnables*. À sua ótica, parece se tratar de uma questão resolvida.

Ora, um dos principais fóruns de manifestação da ideologia “independentista” do Canadá atual concerne aos interesses da Província do Québec em se tornar um Estado soberano, independente da federação canadense. Cabe ressaltar que o desejo por um Québec independente remonta ao período colonial, no qual grupos da “*Nouvelle France*” se opunham à autoridade britânica majoritária da época. Durante os anos 1960, com a criação do *Parti Québécois*, surgiu a ideia de realização do primeiro referendun que veio a acontecer somente em 1980, mas sem sucesso em favor da criação de um Estado independente. Em 1995 foi

---

<sup>39</sup> Segundo Borg (2001, p.123): sílabo é uma alteração do termo latino “*syllibus*”, emprestado do grego “*sillubos*” (banda com o título de um volume), que designava uma lista de proposições das autoridades eclesiásticas, publicadas pelo Papa Pio IX em 1864, que enumera sumariamente aquilo que a igreja julgava mal para os fiéis (ou contrariamente, aquilo que seria bom para eles).

realizada uma segunda **SONDAGE** (sic!), na qual 49,4% dos quebequenses votaram pela independência e mais uma vez o desejo do partido não foi concretizado. A ideia de plebiscito paira não somente sobre questões ligadas à instituição de novas leis, mas também sobre o desejo histórico de criar uma nova nação francófona.

Os problemas à esquerda, a certeza à direita em termos espaciais, mas com relações implícitas. Com efeito, há um cruzamento que manifesta um eventual desejo de troca nas posições de poder. Se, por um lado, os desejos pela soberania são, na conjuntura canadense, tomados como procedimento político de esquerda, provavelmente, após uma eventual independência, inicialmente haverá um grande partido de centro que, progressivamente, poderá se dividir em uma nova direita e uma nova esquerda. Por hora, acredita-se que o desejo pela independência do Québec constitui um dos fatores de concatenação da população de língua francesa, de origem católica, intimamente ligada à pátria mãe (a França), com características peculiares em termos de formação histórica, antropológica, social e política. Naturalmente, as novas levas migratórias talvez ofusquem a ordem dos fatos.

## **Caricatura**

### **Braços**

Os braços abertos das imagens da igreja católica possuem significação polissêmica pois podem remeter à forma da cruz, denotar acolhimento ou ainda constituir painel virtual para a representação da santíssima trindade e das inscrições anexas (cf. INRI). Na charge examinada, observa-se que a personagem reproduz o sinal da cruz católica de forma explicitamente retida, ou seja, seus braços não estão *grands ouverts*, ou totalmente abertos, mas perceptivamente recolhidos, o que leva a supor (i) ou certa hesitação ou restrição em relação ao acolhimento que representa; (ii) ou revelação de que o gesto de acolhimento estaria condicionado limitado. Simbolicamente, a cruz cristã representa em sua verticalidade a separação da luz e das trevas e em sua horizontalidade a separação das águas e das terras. Tal como a cruz que separa os extremos – o profano e o sagrado, a caricatura de Pauline Marois parece buscar dividir, virtualmente, os interesses de uma direita (*accommodements/Canadá*) e o interesses de uma esquerda (*independência/Québec*).

### As mãos e seus movimentos

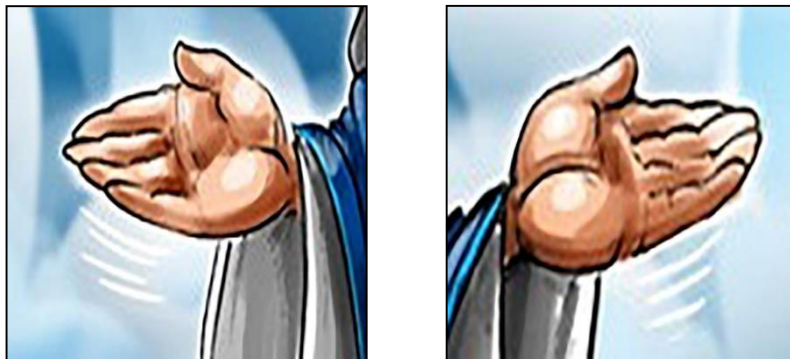


Figura 14 – Mãos vistas à ótica *zoom*

Na referência bíblica, ou seja, no relato de base para a constituição da imagem do corpo crucificado, marcando a imolação do último cordeiro para expiar os pecados dos humanos, o Cristo estaria com ambas as mãos pregadas e, por questões fisiológicas, os músculos e nervos atingidos ocasionariam o recolhimento dos polegares, tal como demonstram muitas de suas representações, entre as quais o Cristo Redentor do Rio de Janeiro. Todavia, apesar do desenho expor os polegares abaixados é possível constatar que as mãos da personagem não estão fixadas. Observe-se que as marcas em forma de “aspas” horizontais, situadas abaixo delas, na linguagem das HQs, em geral indicam que algo está em movimento. Logo, a personagem estaria com ambas as mãos livres. Estando soltas reforçam que eventuais atribuições de traços religiosos à cena, não caracterizam necessariamente a personagem aludida, se aplicam, sim, à configuração política representada naquela ocasião pela personalidade política Pauline Marois. A farsa teatral é explicitamente exposta no interior do próprio espaço diegético que relembra ao leitor a metáfora política não se situa somente na modalidade linguística, mas também no desenho. Provavelmente, o leitor avisado seja capaz de realizar a leitura da trama politextual e compreender que a falácia expressa visa gerar efeitos de humor e, eventualmente, gerar riso a partir das incongruências da política. Ora, a partir do momento em que se lida com partidos cujas visões divergem, é natural que se identifique paradoxos. Ademais, os traços caricaturais exacerbam as feições do rosto da pessoa aludida,

sobretudo na representação exacerbada de seu queixo e sua bochecha salientes. Logo, não há dúvidas de que se trata de uma charge humorística de caráter político na qual a natureza de diversos fatos são exibidos.

Cabe observar igualmente que o olhar *sanpaku*, estigmatizado socialmente, não é um traço que se possa atribuir à Pauline Marois, mas lhe é atribuído de forma destacada na charge, talvez com o intuito de colocá-la em patamar similar à de outras personalidades como John Kennedy, Marilyn Monroe, John Lennon, Princesa Diana, cujo traço ficou associado com caminhos políticos ou artísticos interrompidos.

Como já discutido em outros pontos desse texto de tese, as ironias implicando fatos religiosos ou litúrgicos católicos parecem, sobretudo após os anos 1960, não encontrar fortes resistências tanto por parte de autoridades religiosas quanto dos fiéis, uma vez que as crenças religiosas ligadas ao cristianismo católico não encontram grupos fanáticos a ponto de contestar matérias jornalísticas como a presente. O fato político, exposto na charge examinada, parece se sobressair, relegando às alusões à igreja católica a segundo plano. De acordo com LEPPihalme (1997, p. 28) as alusões, de acordo com suas funções, operam no nível micro e macro textual.

### A flor de lis



Figura 15 – Representação da flor de lis vista sob à ótica zoom

A flor de lis, em azul, corrobora com o caráter tendenciosamente provincial, cuja entidade, item heráldico, está lá explicitamente estampado para simbolizar a Província e suas raízes históricas. As demais entidades coloridas por meio de variações sobre a mesma cor, ou seja, em diferentes variações de azul. No contexto da charge, a manutenção da cor atribuí à flor de lis forte significado político, claramente estratificador e definidor das referências que ela deve destacar naquele contexto imagético, jornalístico e social. Os dois termos: “*souverainistes*” e “*accommodements*” corroboram para atestar a afiliação política não somente impressa na imagem elaborada pelo chargista, mas sobretudo da afiliação partidária do veículo de imprensa no qual foi publicado o desenho, ou seja, o *Le Journal de Québec*. Na imagem, os componentes que circundam a identidade da flor de lis estão proporcionalmente dispostos, mas somente a partir de minuciosas incursões marginais, se torna possível definir a força de suas relações. Acrescentam-se a seu destaque como ícone – condensador de informações históricas, antropológicas, sociológicas e políticas:

- (i) seu posicionamento espacial detalhadamente calculado (QDI1);
- (ii) sua quase centralidade conceitual situada no/e para... além – do escopo físico do desenho;
- (iii) sua topicalização metafórica que, em seu sentido de base, etimológico e de origem helênica, remete à luta política, *large sens*.

A multimodalidade e a quantidade de agentes que a permeiam, e a natureza desses agentes, permite a composição de uma identidade para o politexto investigado. Suas extensões, enquanto ícone potencialmente dotado de significação local, e potencialmente de sentido geral, no escopo e para além de seu espaço diegético, permite que o conjunto iconotextual possa ser decodificado e interpretado como uma espécie de *slogan* ideológico. Sua tradução & paratradução não poderão ser realizadas, senão à luz da consideração extensiva de cada um dos componentes presentes no politexto. De fato, trata-se de uma bandeira política em que cada um dos elementos específicos, mas em unidade comunicativa, possui uma significação pontual. O conjunto, lido como UNO, conduzirá o leitor, como observa GENETTE (2009; 1987), à evocação de outros textos relacionados, revelando a dialogia (BAKTHIN, 1970) e/ou à

intertextualidade (KRISTEVA, 1976, 1974; BARTHES, 1990, ADAM, 2005) inerentes de toda entidade textual (ou iconotextual).

A seriedade da exposição, isto é, da charge iconotextual, exacerbadamente assertiva e axiomática, parece ser mitigada por efeitos de humor. Tais efeitos ultrapassam as tramas locais, do iconotexto examinado, pois concernem ao subgênero “charge” de forma mais ampla. Em geral, uma charge se desenvolve à égide de premissas de base, entre as quais, o jogo entre dois pólos que, segundo Defays (1996, p.4), se definem reciprocamente e se excluem de forma a evitar o caos, como seria o caso do humor escandaloso. O cômico da charge permite abordar a verdade política de forma atenuada.

A flor de lis, anteriormente chamada de “flor real”, tem sua origem no latim *lilium* ou *for de li* (rei). Ela representa a pureza, a serenidade, a virgem Maria e a trindade (pai, filho e espírito santo) como uma menção a lenda de Clovis. A representação da flor de lis mudou seu estilo com o tempo, mas a semelhança é nitidamente reconhecida em todas elas.

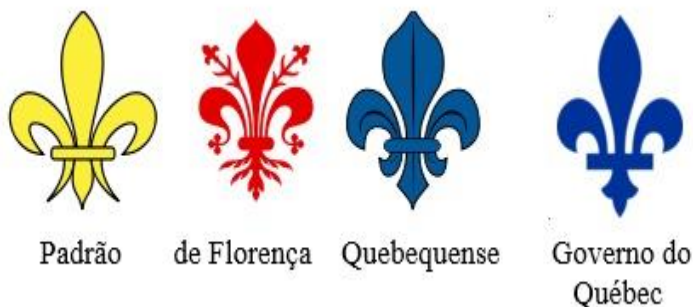


Figura 16 – Representações da flor de lis

Segundo CAHOURS D’ASPRY (1998), o termo “flor de lis” aparece a partir do reinado de Luís VII e passa a fazer parte da representação dos reis e das armas da França. Contudo, o símbolo da flor de lis e suas representações pictóricas já apareciam em desenhos e pinturas no Império Bizantino, Império Romano, no Egito e em outras culturas ancestrais. No Egito foram encontradas representações de uma flor de três pétalas, que se assemelha a flor de lis, estas ilustrações aparecem em papiros e em sepulturas de reis sobre suas mãos. Os hebreus herdaram muitos símbolos egípcios, dentre eles, a flor de lis. Na Pérsia, a representação da flor de lis também fora encontrada em túmulos de reis.

Na Grécia, provavelmente devido a sua localização e a influência dos persas, a ilustração de uma flor de lis aparece associadas a diversos contextos e em muitos prédios públicos. Na região da Assíria, representações da flor de lis estavam presentes nos palácios e templos.

O caminho do sentido religioso para o sentido bélico da flor de lis, se deu, sobretudo por influência da igreja: A luta do “bem” (o deus cristão) contra o “mal” aqueles que praticavam uma outra fé “pagã”. A coexistência desses dois sentidos pode ser bem observada nesse elemento de nossa charge (o broche, crucifixo em formato de flor de lis). Por um lado, a pureza e serenidade, por outro lado, seu caráter combativo. Ora, Pauline Marois na ocasião era primeira ministra do Québec por um partido cujas ideologias eram nitidamente separatistas. Em nossa charge, a situação política é expressa em torno da noção dos *accommodements raisonnables*. Os *accommodements* concernem a tentativas, em forma de lei, que visam minimizar possíveis atritos, sobretudo na esfera pública. Tais resoluções garantem direitos de igualdade e liberdade para todos os cidadãos nativos ou imigrantes quanto à idade, orientação sexual, etnia e religião.

Em nossa charge, a flor de lis usada como pingente pela personagem que representa Madame Marois traz esse duplo sentido de serenidade e ao mesmo tempo evoca seu caráter “bélico”. O cerne da questão é o posicionamento do Parti Québécois e a proposição de uma mudança nos *accommodements*, que proibiria mulheres mulçumanas e de fé islâmica de terem acesso a serviços públicos estando com o rosto totalmente ou parcialmente coberto. A proposta ficou conhecida como “lei do véu” e gerou uma série de debates na sociedade quebequense e canadense. Tal lei feriria a noção de sociedade laica resultante, principalmente, das mudanças ocorridas nos anos 1960. Os debates trouxeram a superfície muitos dos eventos da história do Québec, eventos estes que Marois personifica muito bem.



## O capucho



Figura 17 – Capucho visto sob à ótica zoom

A charge também retrata a personagem que representa Madame Marois usando um capuz. Essa peça de vestuário nos remete a diferentes significados. O capuz é utilizado para proteger, mas também para ocultar. Religiosamente, a concepção de se cobrir a cabeça com um chapéu, um *kipá*, um turbante, um capuz, etc. simboliza o temor que o fiel deve ter perante seu Deus. Entretanto, o ato de cobrir a cabeça também é utilizado para fins menos nobres, lembremos dos membros da *Ku Klux Klan* e dos verdugos na idade média. A lei do véu deveria ser aplicada, visando um “*accommodement*” bem partidário, entretanto a caricatura de Marois aparece com a cabeça coberta. Tal como o texto linguístico presente na charge expressa, também existe aqui um “*saufr*” implícito. Uma condição, um conceito, que não deve ser “acomodado” – a soberania do Québec.

## O manto



Figura 18 – Manto visto sob à ótica zoom

Desde sua colonização, o Québec tem sido fortemente influenciado, especialmente pela religião católica. Tal como ocorreu no Brasil com as missões jesuítas, após as primeiras expedições francesas e inglesas de reconhecimento, vieram os primeiros colonizadores/evangelizadores para “catequizar e disciplinar” os povos aborígenes, com o intuito de minimizar os conflitos e estabelecer controles que facilitasse a exploração dos recursos naturais abundantes na região. A influência da religião católica teve papel fundamental na definição histórica do Québec até meados dos anos 1950, quando começaram a se articularem os movimentos que desencadeariam a Revolução Tranquila.

A Revolução Tranquila marcou o começo do rompimento entre Igreja e Estado e a passagem de uma sociedade basicamente rural e agrária para uma sociedade urbana e industrial. Essa influência está presente até hoje no Québec, especialmente em Montréal e Ville de Québec. A arquitetura imponente das centenas de igrejas por toda cidade relembra a todo o momento a importância e o domínio que a fé católica tinha na Província. Da majestosa catedral de *Notre Dame* ao magnífico *Oratoire de Saint-Joseph no Mont-Royal* é evidente a dimensão do poder do catolicismo e a influência que teve na sociedade do Québec.

Esse contexto religioso da fé católica está presente em nossa charge através de elementos de cunho religioso. A personagem está

caracterizada não como uma figura política ocupando o cargo de primeira ministra, mas sim, vestida como uma religiosa como se estivesse em um ritual contemplativo de oração. Suas vestimentas se assemelham muito ao hábito utilizado pelos membros da ordem dos franciscanos. Os primeiros franciscanos aportaram no Québec junto com Champlain em 1615, porém somente a partir de 1670 é que começaram a se estabelecer na região da Gaspésie e de Montréal.

São Francisco - Giovanni di Pietro di Bernardone (1182 – 1226) é considerado o santo dos pobres. Sua vestimenta representava bem essa convicção. Uma túnica longa em cor escura com capuz era a roupa comum do povo na época, diferente de outros religiosos que se usavam tecidos nobres e ricamente adornados, São Francisco se via como um representante e servo do povo, dessa maneira tanto sua roupa quanto suas ações representavam a simplicidade que se tornou seu legado, ainda hoje apregoadado pelas ordens franciscanas pelo mundo. Cabe destacar que, anteriormente ao estabelecimento de suas novas concepções religiosas, Giovanni foi um militar que lutou contra os mouros e viveu entre eles. Compreendeu, então, que haviam outras possibilidades de se praticar a religião, com respeito aos animais e com hábitos de vida simples. O atual Papa, Francisco, retoma, em certo sentido esses ideais da congregação franciscana, talvez como estratégia política para que a igreja católica recupere parte de seu espaço perdido para as igrejas ditas “evangélicas” que prosperam de forma surpreendente nos países de maior contingente de católicos cristãos: o Brasil e o México.

A caricatura de Pauline Marois vestida como uma franciscana ofereceria uma metáfora dessa representante legítima tanto da servidão quanto da santidade, que outrora foram atribuídas à São Francisco. Muitas santas católicas também são representadas cobertas com um manto azul, tal como a personagem de Pauline Marois aparece nessa charge. Cobrir quase ou totalmente o corpo da mulher é também uma prática em certos segmentos da fé islâmica com fundamentos no Alcorão القرآن e no Hadith<sup>40</sup> – الحديث. As mulheres não devem se expor, sobretudo os cabelos, sob pena de morte segundo as leis religiosas de algumas sociedades. Véus e burcas as definem como mulheres e garantem seu lugar na sociedade. Já no judaísmo, dependendo da vertente, também há um recado “ditado” pela Torah que define e limita os trajes que as

---

<sup>40</sup> Conjunto de leis e histórias sobre a vida de Maomé, utilizado por muitos grupos islâmicos.

mulheres podem utilizar em determinadas situações. Tais leis também implicam restrições quanto à cabeça coberta ou descoberta.

### A auréola



Figura 19 – Auréola vista sob à ótica *zoom*

A auréola sob a cabeça remete a representações seminais da fé cristã, em que era usada para marcar os componentes da santíssima trindade. A santidade aqui não é representada por uma auréola clássica (círculo), mas sim pelo logo<sup>41</sup> do *Parti Québécois*. Se a auréola “clássica” evoca a iluminação sagrada e a elevação espiritual, aqui temos atribuído também um sentido mais “mundano”. O logo do *Parti Québécois* sobre a cabeça de Pauline Marois atribui a ela a proteção e o legado histórico do partido político que mais influenciou a ruptura Igreja/Estado e lutou pela soberania do Québec.

---

<sup>41</sup> O logotipo do partido foi criado em 1968 por Roland Giguère pintor, escultor, caricaturista e poeta quebequense. A letra "Q" (para Québec), consiste num círculo azul não completo e uma seta vermelha. Essas duas cores são usadas por muitos partidos políticos contemporâneos, incluindo a União Nacional e o Partido Liberal do Québec. Em 1985, o tamanho da seta é reduzido e seu ângulo alterado. Em fevereiro de 2007, o partido muda novamente seu logotipo, mas mantém a concepção original proposta por Giguère.

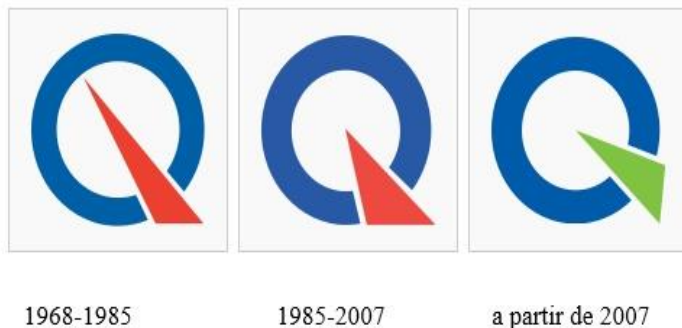


Figura 20 – Logos do *Parti Québécois* a partir de 1968

A auréola, em suas raízes etimológicas, representa a iluminação da luz sobre a cabeça da personagem, ao mesmo tempo que representa a irradiação de raios em forma de coroa. Tal adorno permite tanto coroar imagens de personagens, quanto destacar sua presença como entidade iluminada por forças divinas. No caso da figura representada na charge, há uma crítica velada aos posicionamentos adotados por figuras políticas como Pauline Marois, com vistas a defesa de interesses partidários. Ao apresentá-la, na caricatura, como uma freira carmelita mendicante, o chargista transgride a ordem do esperado. Conforme observa BERGSON (2001), esse desvio da norma é passível de gerar efeitos humorísticos e induzir ao riso. Outrossim, as exacerbações dos traços inerentemente salientes do rosto da representante política também são passíveis de induzir ao riso.

## O plano de fundo

### A cor azul



Figura 21 – Distribuição da cor azul

Cientificamente, o efeito de cores decorre da percepção visual de vibração cromáticas diferenciadas. Se, por um lado, maior parcela dos humanos percebem as cores de forma similar, a existência de termos linguísticos (i.e., palavras) para fazer referência a cada uma das faixas, arbitrariamente segmentadas sobre o círculo (ou paleta) cromático pode variar segundo as línguas. Tal fenômeno decorre das relações entre língua e sociedade. Naturalmente também, segundo os desejos e interesses em segmentar as cores segundo padrões desviantes das estratificações canônicas. Logo, dificilmente haverá unanimidade entre povos em termos de discriminação de padrões cromáticos. Por conseguinte, do ponto de vista linguístico, as designações para os tons percebidos por meio da visão serão tão variados quanto às cores discriminadas. Por exemplo, cada grupo social selecionara em um arco-íris as cores que lhes forem úteis e de interesse. Concomitantemente, àqueles que adquirem ou aprenderem um outro idioma, poderão integrar ao seu vocabulário as entradas que escolherem resgatar do léxico da língua (i.e., *thesaurus* linguístico) para

incrementarem suas possibilidades discursivas. Por vezes, mesmo no interior de uma mesma língua, em função de campos de interesses (cf. línguas de especialidade, línguas para objetivos específicos) se adotará terminologias adicionais para responder às necessidades prementes de determinados setores. Discuto, no parágrafo seguinte a questão.

Na moda, no design, no processo de composição dos *comics* (ou HQs – quadrinhos), por exemplo, os artistas geralmente se referem a nuances que um suposto leigo, externo àquele campo do conhecimento, poderá desconhecer do ponto de vista linguístico, mas evidentemente não perceptivo. Em grau físico as cores são organizadas em sequências, graficamente categorizadas sob a forma de circunferências ou leques, segundo sua ordem de frequências espectrais passíveis de serem medidas ou manipuladas por instrumentos. A cor é de grande importância para a percepção do ambiente. Na arte da pintura, o processo de coloração de desenhos proporciona efeitos de profundidade, variação nos graus de fidelidade em relação às cenas referenciais (de base), pode ainda explicitar modismos e afiliações políticas, e demais. Nas sociedades urbanizadas e industrializadas, a cor está atrelada à própria necessidade de “sobrevivência”, pois marca autorização de passagem na circulação veicular, indica abertura e fechamento de entradas e saídas, alerta para panes em aparelhos, para o carregamento de baterias, medidores de pressão, etc.

No escopo social, não se trata somente de expressão biológica mimética, como o fazem os animais para se ocultarem (camaleão), para se alimentarem ou se protegerem (borboletas, peixes, pássaros), mas quase sempre de acordos sociais arbitrários, similares àqueles referentes aos processos de composição das palavras que integram das línguas. As cores dos semáforos, por exemplo, constituem convenções que se pretendem fixas, determinadas arbitrariamente e aceitas pelas comunidades que as adotam. É certo que a relação entre vermelho e “pare” (*arrêt*), por exemplo, em suas raízes seminais, etimológicas, decorre de pressupostos historicamente construídos e relações anteriores, muitas vezes ligadas a fatos naturais, biológicos, políticos. O vermelho pode conotar, por exemplo: perigo, fogo, raiva, revolução, chamejante, ardente, uma vez que sua vibração alude a elementos que ele substitui metaforicamente, tal como: sangue, brasa, fogo, ou metonimicamente: barrete frígio (para resistência), flamejante (para um time de futebol conhecido). Todavia, nada impede que as metáforas das cores não possam variar de uma cultura a outra e que o vermelho assuma outras significações, como é o caso da cultura japonesa, na qual, de forma geral, significaria energia, vitalidade, calor, poder e aconchego.

Os pintores, designers, costureiros, decoradores, terapeutas, e demais, empregam as cores propositada e funcionalmente com o intuito de afetar as percepções humanas, ou seja, suas leituras interpretativas, utilizando-as como linguagem expressiva. Isto faz parte de suas tarefas. Tendo em vista que as cores não possuem fronteiras estanques, suas vibrações fazem parte de contínuos que podem se combinar, entre si, para a geração de efeitos diversos. Os jogos de cores são passíveis de promover cenas que induzem à calma, à tranquilidade, assim como podem promover efeitos de agitação e revolta. Aliadas às formas, representativas de objetos com traços semânticos e correspondentes pragmáticos de natureza similar, a aura provocada pelas cores pode vir ao encontro de entidades inerentemente tranquilas<sup>42</sup>.

Assim como as cores, o desenho não possui uma gramática (cf. *Groupe µ*), pelo menos não de ordem similar àquelas apresentadas por todas as línguas. Em outras palavras, elas não possuem uma dupla articulação (cf. MARTINET, 1978). A significação das cores e suas metáforas possíveis decorre das tradições que permeiam determinados grupos humanos, variando em função de sua constituição histórica, antropológica, social e política. Um exemplo interessante concerne, insisto, à cor vermelha, acima aludida, uma das marcas do barrete frígio, tradição que se conservou da antiguidade até os dias atuais, sobretudo na política, dissipando-se entre povos ocidentais e orientais da antiguidade e sendo assumidas por populações indígenas brasileiras e povos africanos das Américas durante o período dito “de colonização<sup>43</sup>”.

Assim como outras linguagens passíveis de afetar os sentidos humanos e lhes aportar significações e lembranças, as cores atestam afiliações e posicionamentos políticos. Também explicitam escolhas,

---

<sup>42</sup> Os cumulus possuem formas bem desenhadas. São comparadas com carneirinhos ou com couve-flor. Quando faccionadas, brancas, permitindo se ver o céu azul ao fundo, são chamadas de fractocumulus (Fc). Geralmente refletem sinal de bom tempo, fundo azul e dias tranquilos.

<sup>43</sup> Segundo Britto (2003), a questão da colonização implica longas discussões. No caso do Brasil, quando afirmamos que nosso país apresenta determinada configuração política pelo fato de termos sido colonizado por portugueses, parece que estamos cometendo o equívoco de considerar o “nós” e o “eles”, colocando-nos como parte integrante dos primeiros, como se quiséssemos dizer: Nós, autóctones, fomos colonizados por europeus (eles). Precisáramos nos dar conta que somos, em grande parcela, os colonizadores, tendo em vista o processo que vem levando os povos indígenas ao desaparecimento progressivo. Processo similar ao que ocorreu na América do Norte, isto é, nos Estados Unidos e Canadá.



desejos e estado de espírito, sendo, pois, definidoras de significações em seus usos, sejam eles artísticos ou meros adornos. A expressividade das cores permite ao leitor a possibilidade de investigar fatos da história e de experimentar sensações através da observação de cenários que integram determinada expressão. Na charge examinada, é possível observar a insistência do artista na preservação da expressividade do azul. Cor que remete a possibilidade de resgate de traços da história do Québec. Ora, a bandeira do Canadá atual possui uma folha de plátano em cor vermelha – tom que adquire no outono –, rodeada pela cor branca. Já em relação ao Québec, o azul ocupa essa posição para fazer referência a uma outra origem que remete emblemática frase estampada na torre principal do Parlamento do Québec e, a partir de 1978<sup>44</sup> na placa dos carros daquela região: *Je me souviens* (Eu me lembro de...). Frase que “diz longe”, isto é, eu me lembro de meu passado! E assumo o risco de acrescentar : *et je m'en souviendrai pour toujours !*

Na extensão da paleta de cores empregada na pintura examinada, o chargista selecionou variações de azul para caracterizar, de maneira preponderante, a “totalidade” do sentido imagético de seu texto. Ela ocupa não somente o plano de fundo (*background*), mas também cores elementos de primeiro plano, como o manto que porta a personagem, também sua roupa inferior (vestido). O artista destaca ainda a cor dos olhos da personagem de forma referencial, isto é, com vistas à produção de efeitos de verossimilhança. Além de marcar a vestimenta da personagem que representa Pauline Marois, o artista destaca o ícone – a nossa ótica analítica - principal da charge, ou seja, o pingente em formato de flor de lis.

Como já discutido, não se pode afirmar, de forma categórica, que a metáfora das cores provenha sempre de relações arbitrariamente definidas, como ocorre com diversos exemplos da língua. Como observa PEIRCE (1999), por vezes há índices referenciais, da natureza, que levam os pintores a selecionarem o azul para representar o céu, o branco para aludir às nuvens e o verde para remeter às matas. Diferentemente, a escolha dos tons para o desenho das vestimentas da personagem decorre de valores subjacentes que o artista selecionou para caracterizar sua obra, baseado nos percursos históricos identificados *en amont* (montante). Pressupostos religiosos, históricos e políticos parecem também influenciar sobremaneira na constituição de simbolizações que se pretendam pertinentes, cujas tonalidades de cores podem servir para corroborar com suposições referenciais compartilhadas. No ocidente, de

---

<sup>44</sup> Até 1978, a frase gravada nas placas dos carros era “*La belle province*”.

forma motivada, a cor branca parece, em geral, estar associada à paz e à pureza. Nos países asiáticos, diferentemente, pode estar associada ao luto. Sua utilização e seus efeitos decorrentes variam em função das configurações locais e das condições temporais em que se expressa. Naturalmente, também, dos campos semânticos e/ou lexicais em que as tramas composicionais se desenvolvem. A partir das seleções realizadas sobre uma paleta de cores, torna-se possível dizer algo sobre a “identidade” impressa em um desenho colorido. Nesta charge, o azul e suas diferentes variações parecem evocar o efeito de tranquilidade. Em consonância com o branco revela parece concordar com serenidade.

Observe-se, na charge, que o olhar da personagem se dirige para o alto, orientando a atenção do leitor para o azul, que aliás ultrapassa as zonas limítrofes das obras. A Teologia revela que a associação entre o alto, o céu e o reino de (dos) deus (es) se faz presente em muitas religiões (catolicismo, espiritismo, hinduísmo, budismo entre outras). A tradição artística ocidental, também marca, em muitas pinturas relação similar. Veja-se, por exemplo, o paraíso utópico pintado por Michelangelo (1475-1564) no teto da Capela Sistina, na qual o azul se faz fortemente presente, provavelmente na intenção de marcar a perfeição do éden e sua aura de serenidade.

A bandeira do Québec conhecida como *Le Fleurdelisé* se define através do contraste provocado pela cor branco imerso em azul. A parcela em branco se molda à representação estilizada de uma flor de lis. A história da bandeira do Québec remete a eventos precedentes a sua instituição em 21 de dezembro de 1948 quando passou a ocupar o lugar da *Union Jack* que até então representava a influência da coroa inglesa sobre o Québec.



Figura 22 – Bandeira do Québec estilizada

A bandeira do Québec apresenta um detalhe interessante. Na figura 22 esse detalhe desaparece, pois ela está representada sobre a folha branca desta tese. Precisamos, pois, apresentar uma nova figura para que a cruz que divide as quatro flores de lis imersa em cor azul reapareça, tal como seria vista em um estandarte.



Figura 23 – Bandeira do Québec

Como observa YUSTE FRÍAS (2014), os peritextos e epitextos que envolvem o objeto de estudo de análise são fundamentais para a definição de sua identidade. Como já observado no Primeiro Capítulo desta tese, nós, tradutores, não nos situamos no escopo IN, da charge, tampouco nas periferias imediatas e indiretas do texto. Ao traduzir textos e paratraduzir paratextos, o paratradutor se situa no umbral situado entre o texto de base e o texto traduzido. Neste ducto são ativados conhecimentos de diferentes ordens, essenciais à consideração do material traduzido. Neste sentido, chamo a atenção do leitor para examinar a quantidade de elementos que induzem ao estabelecimento de uma aura de tranquilidade à cena geral imaginada. Ora, as nuvens brancas, como carneiros no céu, manifestam tranquilidade. Mesmo que o objetivo possa ser o de gerar efeitos de ironia ou sarcasmo, a união da cor azul, com o branco, adicionado a formas de algodão, sob céu azul marinho. Cena ainda atenuada pelos braços abertos da personagem, com seu polegar baixado, marcando paz e redenção.

A expressão de um polegar erguido ou baixado mesmo que pareça inocente ou de interpretação elementar para um leitor desatento, carrega em si um universo simbólico peculiar que se altera dependendo do contexto cultural em que for praticada. YUSTE FRIAS (2012) investigou o tratamento concedido a uma ilustração presente em uma das histórias

de Astérix<sup>45</sup>, mais precisamente em *Astérix en Hispanie*<sup>46</sup>. Tal ilustração, diferentemente do texto linguístico escrito não fora devidamente traduzida e, principalmente, **paratraduzida**, como se aquele gesto imagético representasse um componente universal, que pudesse ser partilhado por diferentes nações entre as quais o livro foi traduzido. Se o senso mais comum, na maioria das civilizações ocidentais, toma o polegar erguido como gesto que evoca algo positivo, tal acepção não poderia ser entendida a figuras observadas por outras sociedades contemporâneas ou não, nas quais evoca representação diferentes.

No caso das traduções para o espanhol, para o português e inglês, o polegar erguido foi equivocadamente interpretado e traduzido. A ideia de que tal gesto representaria a vontade do povo em poupar um dos adversários numa luta de gladiadores pode ser questionada a partir de outras leituras circunscritas em outros momentos históricos. Ora, o estabelecimento do conceito de que um polegar erguido represente algo de positivo está associado à noção de que hierarquicamente o superior se encontra em cima (na direção do céu e de um deus) e o inferior aponte para baixo (para terra e para o lugar dos homens). Nesse sentido, o gesto do polegar erguido em *Astérix* raramente remeteria o que de fato representa naquele contexto diegético, isto é, tão somente uma pausa na batalha para que as partes retomem seu fôlego.

No caso da charge, ela parece remeter a uma infeliz realidade da fisiologia humana, ou seja, quando se perde um polegar, perde-se maior parte da função da mão enquanto instrumento de garra. O polegar serve para segurar, empunhar, apertar. Sem o polegar, o soldado romano era considerado inapto para integrar o exército, o mesmo se passava entre os gregos. Logo, o polegar abaixado em algumas das representações de Cristo na cruz, como no Cristo Redentor do Rio de Janeiro, significa que lhe tiraram seu poder, que ele se encontra em situação de submissão. A personagem da charge, com seus braços abertos e seu polegar abaixado, manifesta sua impotência. Seu poder lhe foi tirado ou ela demonstra humildade e igualdade.

---

<sup>45</sup> O personagem *Astérix* da série *Atérix le Gaulois* foi criado em 1959 por René Goscinny (1926-1977) e Albert Uderzo para o primeiro número do jornal *Le Pilote*. Rapidamente tanto o jornal quanto a série de histórias em quadrinhos se tornaram populares. A série explorava as aventuras dos personagens Astérix e Obélix, tais personagens eram caricaturais e expressavam regionalismos e estereótipos tanto da França quanto dos costumes dos países “explorados”.

<sup>46</sup> Goscinny, R.; Uderzo, A. *Astérix en Hispanie*, Hachette, Paris, 1969.

Paradoxalmente, apesar do que mostra a história, a cruz cristã reforçaria o clima de comunhão. Embora a cruz nos remeta à tradição cristã, sobretudo a católica, sua utilização como símbolo e objeto ritualístico antecede os primórdios do cristianismo (ERNY, 2007). A representação de uma cruz aparece em outras civilizações na mesopotâmia, em civilizações ameríndias, etc. No Egito, um objeto cruciforme era símbolo e grande parte das divindades; na África, a cruz tinha o mesmo valor de um selo divino, mas sua associação religiosa não é onipresente, na Austrália, por exemplo, a simbologia da cruz estava associada a atividades mais lúdicas, como jogos. A adoção da cruz como representação maior do cristianismo só vem a acontecer por volta do século IV durante o império de Constantino quando a fé cristã é institucionalizada. Desde então, o objeto “cruz” foi amplamente difundido e seu uso se fez presente na maior parte das instituições do Estado como eventual lembrança da redenção dos pecados humanos.

Existem um número considerável de variações da cruz cristã. A igreja católica faz uso da cruz latina, a igreja ortodoxa, da cruz grega. O caráter de poder representado pelo objeto cruciforme carrega em si uma simbologia de luta, por exemplo, o movimento das cruzadas que marcou fortemente a ideologia de supremacia religiosa.

## **O código linguístico**

### **Trocas entre modalidades semióticas**

Como se pode observar, a forma de cruz, cuja significação na bandeira é preponderante a todos os outros elementos, é retomada na figura 12 em duas situações: A primeira, está explicitada claramente no desenho do balão de diálogo, que assume o efeito de voz divina, exposta em fundo branco, diferentemente de **SONDAGE**, apresentado em fundo negro e com desenho de letra em caracteres técnicos. A segunda, opaca e metafórica, se destaca nos braços abertos da personagem, marcando a “guarda aberta”, ou seja, a paz. Aliás, cabe lembrar que no cristianismo a cruz, ou posição em cruz, marca caracteriza a redenção, um dos atos da igreja primitiva empregado para se referir à libertação do pecador.

Não estamos aqui a falar de oposição entre Cristianismo Romano e Cristianismo Contestador, mas entre o Canadá protestante, anglófono, e o Canadá católico, francófono. Na imagem, a personagem política a qual a charge faz alusão remete à uma representação da imagem de santos, mais propriamente da tradição católica, uma vez que as igrejas

protestantes evitam a adoração de imagens. Para os cristãos protestantes, a veneração a imagens é considerada como idolatria. O conflito entre catolicismo e protestantismos neste sentido é notável. Aliás, nas religiões de origem abraâmicas, a idolatria é considerada como pecado. Cabe também destacar que durante os anos 1960, as igrejas no Canadá de forma geral, sofreram esvaziamento repentino (LACOURSIÈRE, 1996). Depois desse declínio, as igrejas não voltaram mais a exercer o papel que possuíam naquele país. A referência à religião, ou a imagens de seus representantes, não gera reações graves aos veículos de imprensa, tal como ocorreu em relação ao Charlie Hebdo em 07 de janeiro de 2015 em razão de charges consideradas ofensivas a determinados grupos religiosos muçulmanos.

Cabe considerar que definir uma identidade à alguém ou a algo, consiste em oferecer informações que permitam identificar este objeto no meio de tantos outros, ou seja, de discriminá-lo entre seus semelhantes, a exemplo do que fazemos ao apresentar nossa Carteira de Identidade ou nosso Passaporte. Em termos identitários, a questão se torna suficientemente complexa. Logo, como destaquei diversas vezes, não tive, em nenhum momento, a pretensão ou a ousadia de buscar descrever a identidade quebequense, geral, aplicável a todos aqueles que se somam ao povo daquela Província. Meu objetivo é – ou vem sendo – bem mais modesto e, até certo ponto, mais sensato, uma vez que procuro definir uma identidade para uma produção profundamente mergulhada nos meandros políticos, antropológicos e sociais daquela sociedade. Logo, ao discutir detalhes de uma expressão plástica, publicada em um jornal engajado politicamente, suponho poder, por meio do exame de seu IN, e de suas margens imediatas (peritextos) e amplas (epitextos), definir tendências e traços mínimos que a caracterizam. Ao mesmo tempo, suponho que as premissas da tradução&paratradução me permitiriam ir muito mais além, pois a partir de um componente central, aparentemente extremamente delimitado e supostamente ínfimo, se tomado como ancoragem (porto de partida), me conduziria a contar toda a saga que conduziu ao estado atual da sociedade quebequense.

Se, após a finalização deste texto de tese, poderei falar com mais propriedade a respeito do que significa ser quebequense ou quais traços incitam à identificação com aquela sociedade, ainda não posso afirmar. Tenho, todavia, certeza de que alguns dos traços atribuídos aos componentes presentes no material plástico-artístico examinado, sobretudo em função de seus engajamentos políticos, me permitirão compreender – e talvez a meus leitores – algo sobre a identidade quebequense.

No próximo capítulo – Capítulo III – desenvolverei as considerações sobre o que fora exposto nos capítulos I e II, evocarei também informações que podem ser vinculadas ao que já foi apresentado – **epitextos** - de maneira a acrescentar dados que apoiem as considerações acerca da identidade do politexto examinado nesta tese.





## Capítulo III

### 3.Introdução

No Capítulo I tratei de apresentar minhas bases teóricas e metodológicas e de definir, de forma inicial, meu objeto de estudo (IN). O Capítulo II foi dedicado prioritariamente ao tratamento de aspectos peritextuais, imediatamente ligado aos elementos presentes na charge examinada, relacionando-os a minhas bases de análise. Neste Terceiro Capítulo, me permitirei abarcar questões epítexuais, que me permitirão evocar novos aspectos necessários à definição da identidade de meu objeto de estudo.

Meus suportes teóricos e metodológicos, apresentados nos Capítulos I e retomados no Capítulo II, me conduziram a aceitar a ideia de que é imprescindível desfazer estratificações quando se trata de interpretar e traduzir, sejam textos de natureza linguística, sejam textos manifestados através de outras linguagens semióticas, uma vez que aceito que a dialogia constitui caráter inerente a toda(s) às línguas (gens) e, por conseguinte, a todo e qualquer texto. À ótica de YUSTE FRÍAS (2014, 2012, 2010, 2007), as experiências em prol das atividades interpretativas e tradutológicas decorre da possibilidade de acesso ao máximo de “aportes” relacionados ao texto em seu (IN), assim evocando suas configurações internas, e também aquelas presentes em suas margens anexas e indiretas, respectivamente: (i) seus peritextos – tratados no capítulo II; (ii) e seus epítexos - tratados neste capítulo. No exame de meu objeto de estudo, me pareceu pertinente examinar cada um dos componentes do politexto considerando seus entornos. Para fazê-lo, como já assinalado, foi imprescindível dessacralizar a própria noção de “texto” (cf. Genette, Seuils, 1987, p.369).

A noção de denotação dicionarizada de *universo* condiz com o caráter amplo no qual todos os fenômenos científicos, artificialmente construídos, estão envolvidos. A própria definição, também dicionarizada, de *enciclopédia*<sup>47</sup>, que denota, de forma breve: *toda a gama de saberes*, corrobora com as denotações do termo *holístico* e de *universidade*. Se, por um lado, as perspectivas estruturais e exatas em algum momento isolaram os fenômenos para melhor investigá-los, no

---

<sup>47</sup> ENCICLOPÉDIA: do Grego antigo ἐγκυκλοπαιδεία, ἐγκυκλο, significa "circular" + παιδεία "educação". Em termos analíticos, podemos dizer que o termo refere-se a todo círculo do saber, ou ainda, que o saber se desenvolve em forma de espiral.

escopo dos Estudos da Tradução e da Interpretação e as entidades parecem “rogar” para serem estudadas no âmbito das configurações das quais emergem. Qualquer entidade de caráter comunicativo terá seu valor minimizado se estiver desligada de seu ambiente. Suas funções se definem prioritariamente em razão das:

- (i) orientações que emanam do meio no qual se manifestam;
- (ii) necessidades externas que as convocam e que definem suas “obrigações” (cf. Bataille, 1929/30);
- (iii) das obrigações que elas exercem, no encontro entre o meio em que se situam e as expectativa do meio que as apreendem: no “entre deux” (cf. Defays, 1996).

Tais premissas corroboram com a visão que, como pesquisador, precisei construir com vistas a definir a identidade do objeto de estudo examinado no escopo desta investigação. Aliás, ao longo de meu aperfeiçoamento doutoral, cujos resultados aqui apresento, cada novo texto acessado me remete a meu objeto de estudo, sobretudo em razão dos elos que imediatamente estabeleço. Nenhum componente da língua está isolado. Nesse sentido, me pareceu pertinente apresentar e discutir um excerto de Georges BATAILLE (1929/1930), abaixo reproduzido, referente a um debate que este autor manteve com Carl EINSTEIN (1885–1940), em que discutem sobre as raias e limites da arte surrealista, em voga naquele instante artístico. No escopo interpretativo e tradutológico, um mesmo texto poderia ser interpretado sob diferentes óticas e suposições a respeito dos eventuais graus de harmonia entre *forma* e *sentido*, ou seja, entre seu caráter *estrutural* e/ou *funcional* em função do ângulo de visão do observador. Cabe ainda destacar que um mesmo texto poderia perfeitamente remeter, ao mesmo tempo, a visões tradicionais, assim como às discussões desconstrutivistas, que eclodiram principalmente durante os anos 1960 diante de modelos de linha positivista e de postura axiomática. Em resumo, Bataille evita se prender a pólos opostos e binários, sugerindo que se trabalhe no espaço de negociação que aqui denominamos, à ótica de DEFAYS (1996) de “*entre deux*”, ou umbral, na terminologia de YUSTE FRÍAS (2014). Eis o excerto :

Informe : *Un dictionnaire commencerait à partir du moment où il ne donnerait plus de sens mais la besogne des mots. Ainsi informe n'est pas*

*seulement un adjectif ayant tel sens mais un terme servant à déclasser, exigeant généralement que chaque chose ait sa forme. Ce qu'il désigne n'a ses droits dans aucun sens et se fait écraser partout comme une araignée ou un ver de terre. Il faudrait, en effet, pour que les hommes académiques soient contents, que l'univers prenne forme. La philosophie entière n'a d'autre but : il s'agit de donner une redingote à ce qui est, une redingote mathématique. Par contre affirmer que l'univers ne ressemble à rien et n'est qu'informe revient à dire que l'univers est quelque chose comme une araignée ou un crachat.*<sup>48</sup> (Georges BATAILLE 1896 – 1962 s./n.).

Como se pode constatar, Bataille propõe que se reflita sobre os perigos da desconstrução total e, por outro lado, destaca que nem tudo é somente forma. Bataille pondera, então, que é preciso encontrar harmonia e equilíbrio.

Percebi que, os progressos em pesquisa voltados à exploração de iconotextos não se desenvolvem de modo vertical, tampouco de maneira horizontal, mas sobretudo a partir de deslocamentos em espiral, marcados por posturas holísticas e de natureza rizomática. Em outras palavras, com base nos autores que estudei, toda e qualquer entidade marca sua existência e suas funções (leia-se, sua identidade) em razão das relações que mantém com outros elementos. Trata-se, em outras palavras, de promover uma vertente de pensamento que retoma a ideia de *humanidades*<sup>49</sup>, período em que se retoma os conhecimentos da

---

<sup>48</sup> Informe (ou disforme): Um dicionário começaria a ser considerado como tal a partir do momento em que não oferecesse mais o sentido das palavras, mas as necessidades da palavra. Assim, informe (disforme) não é somente um adjetivo tendo esse sentido, mas um termo servindo para desclassificar, exigindo que cada coisa tenha uma forma. O que essa palavra designa não tem seus direitos garantidos em nenhum sentido e pode ser destruído facilmente como um inseto ou um verme. Seria preciso efetivamente, para que os acadêmicos fiquem satisfeitos, que o universo tome forma. A filosofia inteira não tem outro objetivo: trata-se de dar uma roupagem aquilo que é, uma roupagem matemática. Contrariamente, afirma que o universo não se parece com nada e não é senão algo informe (disforme) equivaleria a dizer que o universo é algo como um inseto esmagado ou um cuspe lançado ao chão. (Tradução do autor)

<sup>49</sup> A etimologia do termo combina diversas filiações e interferências de traços semânticos de natureza lexicológica. A primeira delas nos remete ao neologismo *humanitas*, pela qual Varron e Cícero traduzem, do grego a noção de *paideia*. O processo educativo, assim pensado, se pretende como uma preparação do indivíduo

antiguidade e no qual os estudiosos assumem a tarefa de considerar todos os ramos da ciência. Neste sentido, posso me permitir supor que as visões binaristas e estruturais, acima aludidas, alimentaram muitas abordagens científicas, principalmente a partir do século XVIII, a partir de Descartes, se intensificando ao longo do século XX. Ao fazê-lo, em certo sentido parecem ter inibido o desenvolvimento de alternativas que consideram os resultados decorrentes dos encontros entre estruturas sistemáticas e funcionais: “entre deux”. No caso da paratradução, por exemplo, substituir a noção de *translatio* por *traductio*, colocando em evidência a ideia de *aproximação* e *responsabilidade* no lugar de “fidelidade” (a um suposto “original”), constitui, pelo menos na perspectiva aqui adotada, um avanço importante, que me permite destacar a importância de o tradutor dedicar esforços ao espaço *ductio* (duto), local em que se operam as negociações interpretativas e tradutológicas.

Quando se trata de interpretar e traduzir, sobretudo de traduzir & paratraduzir, não vislumbro a possibilidade de *transladar* ou *transmitir* conhecimentos de “um lado para o outro” (A para B), ou ainda de me posicionar como aprendiz *diante* de saber. Trata-se, com efeito, de buscar se deslocar para *o interior* das entidades cientificamente examinadas, de buscar senti-las em sua essência, tal como se supõe fazer o tradutor de poesias (cf. LARANJEIRA, 1993). Outrossim, trata-se de me colocar *juntamente* com os aprendizes no interior do saber. À ótica que desenvolvi a partir da realização desta tese, os umbrais, isto é, os espaços teóricos de observação definidos como *nem fora, nem dentro*, constituem espécies de vestíbulos (antessalas) para a construção de *miradas* que permitam melhor compreender algumas das especificidades das língua(gens) que o uso cotidiano acaba transformando em dados consubstanciais, ofuscando as possibilidades de exteriorização e afastamentos do pesquisador para que ele possa estar à altura de examinar as língua(gens) por meio das próprias língua(gens) e, naturalmente, a partir dos cabedais de experiências estocadas a respeito dos objetos investigados. Ora, as reflexões de natureza metalinguística são atos a serem ativados conscientemente e que dependem das cargas de conhecimento passíveis de serem ativadas e postas a serviço do tradutor. Logo, trata-se de uma prática a ser aprendida e desenvolvida.

---

ao seu papel de cidadão permeado pela formação cultural, base para o desenvolvimento da noção de urbanidade, responsabilidade e caráter. Naturalmente, também penso aqui no desenvolvimento de competências amplas para o exercício da cidadania.

No caso do objeto de estudo examinado, pelo menos em termos dos componentes desenhados e coloridos, não há uma sintaxe normativa ou prescritivamente definida, que os ordene, ou sequências canônicas esperadas, que pré-definam o modo como devem ser percebidas e apreendidas. A ausência de uma sintaxe para a imagem, todavia, não se coloca como obstáculo para que os ícones, símbolos e índices não possam induzir a geração de proposições ou mesmo de paráfrases linguísticas extensivas e detalhadas. Observe-se, a título de exemplo, a imagem abaixo:



Figura 24 – Leituras sobre a crucificação

A estilização máxima de um corpo crucificado, alusão estendida à ideia de assujeitamento a uma pena capital, se situa na base referencial para a instauração da imagem da cruz, símbolo máximo do cristianismo, e também como posição corporal para indicar redenção<sup>50</sup> “condicionada” dos seres humanos – homens e mulheres. Tal projeção, pode significar também acolhimento provisório à possibilidade de libertação alienada à verificação eclesiástica para a possibilidade de efetivação do ato de soltura. Em outras palavras, à luz das explicações eclesiásticas, os seres humanos podem, sim, ser libertados, todavia, precisaram responder às restrições que lhes forem apresentadas.

No caso da charge examinada, independentemente da “morte do autor” sugerida por Barthes (1990), é imprescindível considerar que YGreck parece ter recorrido à grave carga etimológica subjacente às

<sup>50</sup> O termo “redenção”, em seu sentido de base, corrente no primeiro século, remetia ao ato de libertação de um escravo. Posteriormente, o conceito foi emprestado pelos cristãos da igreja primitiva para se referir à libertação do pecado por meio da obra redentora instituída por Jesus Cristo. Mesmo os recém-nascidos já seriam pecadores por duas razões. A primeira, por serem fruto de uma relação sexual. A segunda por serem responsáveis pela morte do Redentor que concedeu sua vida para salvar a humanidade do pecado.

entidades icônicas às quais recorre, tendo em vista que elas estão cravadas nas memórias sociológicas, antropológicas e políticas. Logo, disponíveis ao estudo e apreensão. Como percebemos, as entidades utilizadas pelo artista em razão de suas significações (locais) e sentidos (gerais) não são sempre veiculadas através de palavras, tampouco, e somente, por meio de ícones e símbolos, mas também por ângulos de mirada das posições do corpo, da luminosidade do ambiente composicional, da disposição das cores. Igualmente por detalhes ínfimos, como a configuração do olhar (*sanpaku*), o polegar abaixado, a cruz cristã, etc. Assim, os braços abertos em forma de cruz, o olhar cândido e pacífico, as nuvens e o céu azul, são todos componentes que contribuem para a instauração de traços identitários para o iconotexto. Paralelamente, na esfera política, cada um dos traços textuais integrados ao conjunto assume sua cumplicidade para trabalhar em prol de publicidades partidárias, defendendo ideologias, posicionamentos e interesses.

A propaganda política, situada na base da composição plástica examinada, não permite que se visualize *art naïve*, mas arte firmemente engajada. Por extensão, mesmo que Barthes (1990) afirme que a única maneira de trapacear a impressão de cargas ideológica nos textos seja por meio dos usos literários, não se pode supor que esta seja uma regra constante. Tanto a literatura, quanto as artes plásticas, à exemplo do desenho e da pintura, podem perfeitamente trabalhar a serviço dos poderes, tornando o texto literário altamente engajado politicamente.

Em certa medida, por meio da adoção da perspectiva traductiológica&paratraductiológica<sup>51</sup>, o exame do objeto de estudo selecionado me permitiu “ver” um pouco além do que a superfície expõe. É certo que “ideologias”, enquanto noções, se preservam como entidades abstratas e se manifestam via de regra de forma subliminar. Seu *poder*, segundo BRITTO (2003), é tão mais forte quando não é percebido. Como sugere RAJAGOPALAN (2003) o papel de todo e qualquer tradutor é *fazer sentido* e não buscar *invisibilidade*, pelo menos na perspectiva traductiológica aqui visada. Logo, o paratexto constitui o lugar privilegiado para o tradutor evidenciar determinados esclarecimentos.

---

<sup>51</sup> Traductiológica&paratraductiológica é um neologismo que criei com base na noção de tradução&paratradução. Muito embora Yuste Frías (2010; 2014) desenvolva a noção de *traductio*, ele não utiliza a força desse elemento fundamental em sua teoria na definição de sua ciência. Até a data de apresentação desta tese não me foi possível discutir com o autor a possibilidade de vir a integrar tal medida em seus apontamentos. Pretendo, todavia, lançar a discussão com o autor o mais breve possível.

Ora, das fortes e sérias asserções oferecidas acima, devo admitir que, como demonstra Jarouche (2011; 2010; 2005) em suas paratextualizações nas traduções de *Kalila e Dimna*, *O livro do Tigre e do Raposo*, *As mil e uma noites*, é imprescindível que o tradutor esclareça determinados aspectos essenciais à compreensão do texto. Por extensão, repito que assim como a presença do tradutor é desejável em diversos sentidos (e.g. seu nome na capa ou contra-capas), deduzo também que não é possível apagar por completo a presença do autor, tampouco a do leitor. Caso contrário, supostas as negociações operadas no espaço “*entre deus*”, não teriam negociadores, mesmo que se assumam sua virtualidade. Assim, diante da perspectiva da *tradução&paratradução*, talvez seja necessária a realização de novas leituras de Barthes e Foucault para que a metáfora da “morte do autor” possa ser lida sob outras óticas. O renascimento do autor, a meu ver, poderá constituir uma das metas teóricas do século XXI para ponderar a força paradoxalmente “axiomática” que emergiu das perspectivas desconstrutivistas dos anos 1960 e 1970.

Observei também, ao longo de minha pesquisa, que todo e qualquer limite ou posicionamento assertivo se chocaria com as perspectivas ditas pós-modernas que – principalmente depois das rupturas eclodidas nas artes ao final do século XIX (cf. Movimento Dadaísta, Surrealista e sucedâneos), e também ao logo do século XX – destacando-se aqui as radicais mudanças de paradigmas promovidas pelos movimentos dos anos 1960/70 e anos subsequentes –, contrapõem visões axiomáticas e fragmentação dos fatos científicos, gerando o nascimento principalmente, da ideia de *aproximação* e ponderação. Com efeito, retomando DEMO<sup>52</sup> (2011, p. 13) *diante das perspectivas ditas pós-modernas, só pode ser considerado científico o que pode ser contestado*. Assim, atualmente, ao final de qualquer investigação de cunho qualitativo, por exemplo, por mais exata que seja a pesquisa, trata-se de oferecer “considerações finais” e não propriamente de “conclusões”, apresentando-se aberturas para novos aperfeiçoamentos e evoluções científicas. Parece certo que as evoluções científicas nas áreas das ciências humanas não emergem de pólos opostos, mas do encontro e da negociação entre posicionamentos.

Logo, em se aceitando os postulados teóricos que abracei, me parece tarefa complexa tratar de tradução de texto linguístico, por exemplo, sem remeter a seus paratextos, ou tratar de desenhos sem aludir a suas extensões plenas de significações e sentido. A expressão

---

<sup>52</sup> DEMO, P. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

linguística, essencialmente abstrata, passa a existir em função da troca entre locutores inseridos em um contexto. Sem relações não há linguagem, não há língua, não há texto.

O percurso do tradutor agrega, pois, ações plurais e interligadas, assumidas e realizadas, de forma concomitante e considerando o presente, o passado e o futuro. Essa sistemática parece assim se processar em um campo híbrido, situado em uma espécie de *carrefour* no qual se cruzam a filosofia, a sociologia, a linguística, a literatura, as artes plásticas e seus sucedâneos extensivos. Relembro que ao delimitar meu objeto de estudo, tinha certeza de que aquela simples charge não me permitiria gerar uma tese, pois nada oferecia além de dois balões de texto com pouco sentido quando a li e visualizei. Eu nem mesmo sabia a quem seu autor e a quem (ou ao que) fazia alusão ao desenhar aquela personagem. Hoje, permito-me confessar que somente *os polegares abaixados* da personagem da charge constituiriam tema para muitas teses, seja evidentemente à ótica da tradução & **paratradução**, seja à luz de quaisquer outros modelos teóricos e metodológicos.

Ainda, segundo meu modo de ver, a prática tradutória implica aprendizagem e aplicação. Não acredito que as diversas teorias de tradução que estudei tenham mudado por completo uma prática que já realizo há anos. Não considero a tradução & **paratradução** de Yuste Frías como uma teoria completa, tampouco considero como teoria completa o trabalho de Genette (segundo o que pondera o próprio autor). Tratam-se sobretudo de modelos teórico metodológicos **abertos** que corroboram e atraem para si noções incontornáveis e intrínsecas, como a ideia de dialogia de Bakhtin, ou de intertextualidade de Kristeva. De fato, sabemos que a questão epistemológica concernente à Interpretação à Tradução enquanto disciplinas, ainda se ergue prioritariamente sobre postulados de outras ciências como a Linguística, a Teoria da Literatura, a Filosofia, a Antropologia, a Sociologia.

Como já pontuei anteriormente, não creio na “transmissão de saberes”, mas no desenvolvimento individual e coletivo do saber de forma organizada. Tampouco acredito em “tradução” destacado de pesquisa e conhecimento e “afetividade” (cf. KRASHEN, 1985). Todo e qualquer tradutor deveria ter grande apreço pelo material que traduz. Conforme observa Yuste Frías, não podemos traduzir o Outro sem respeitá-lo e admirá-lo pelo que é e representa. Logo, as bases que adotei, como destacado nos Capítulos I e II, constituem uma espécie de *Fio de Ariadne*, que orientou a mim, enquanto doutorando, e também a minhas novas concepções de pesquisa. Assim, remeti meu leitor e meus argumentos não somente à luz da metáfora pedagógica que alude às visões do mito



helênico do *Labirinto de Creta*, mas também ao *Paradoxo de Menon de Sócrates*. Então sublinhei parafraseando Platão: *il me fallais savoir ce que je voulais et ce que je cherchais*, ou seja: era preciso que eu soubesse o que eu queria e o que procurava, caso contrário, não poderia nem encontrar tal objeto. Minha meta foi a de me tornar capaz de me situar em um umbral que permitisse desenvolver miradas para poder reconhecer aquilo que buscava quando o encontrasse. Descobri então que minhas miradas não se encontravam em mim, mas sim na necessidade de acessar e assimilar informações situadas no texto (IN) e em seus entornos (peritextos e epitextos). Nesse sentido, posso dizer que os materiais jornalísticos não traduzem propriamente “um contexto social”. Eles expõem pontos de vista a respeito das possíveis leituras que possam ser realizadas dos fatos noticiosos. Cabe destacar, todavia, que enquanto instância política, os jornais parecem estar ligados aos poderes de alguma forma e em diversos graus. Tais instâncias podem, eventualmente, interferir e manipular seus modos e meios de expressão, assim como os discursos decorrentes empregados para expor suas matérias, sejam elas de natureza puramente linguística ou ligados a fotografias, desenhos e pinturas.

Configurações identitárias naturalmente se imprimem nos textos jornalísticos; todavia, haverá, em geral, um terceiro agente (quarto, quinto, n<sup>o</sup>...) atuando nas periferias do texto que influenciará em sua composição. Naturalmente, nos jornais escritos há cadernos dedicados aos esportes, ao lazer, a eventos culturais, etc., em que possíveis interferências podem interessar menos. Há ainda, receitas de bolo, boletins meteorológicos<sup>53</sup>, etc., que poderão, talvez, atrair menos

---

<sup>53</sup> O Projeto TAUM-Meteo, concebido a mais de 20 anos pelo governo canadense, é o único sistema de tradução automática que funciona a 100%, tendo em vista os limites que circunscrevem a língua de especialidade tratada, que ligada a seus micro-universos referenciais, exacerbadamente estanques, cria relações biunívocas entre equivalentes tradutórios, eliminando quaisquer ambiguidades. De qualquer forma, ainda não se pode afirmar que, em linhas mais profundas, o discurso da área, em sua subjacência não reproduza a etimologia do vocabulário que emprega, que remete aos compromissos da terminologia com grades significativas e referenciais ideologicamente constituídas. A própria ideia de *Greenweech* (a longitude 0 graus), ou a própria ideia de *fahrenheit* ou *celsius* remete à políticas colonialistas ou de *apartheids* de graves consequências. Em grau similar, as receitas de bolo carregam especificidades de construções diacrônicas, marcadas por experiências sensíveis e empíricas (cf. Platão, 428-347 a.c) ligadas a diversos meios, sendo, portanto, permeadas por traços antropológicos, telúricos, religiosos e até mesmo ligados à heráldica ou à memória (veja-se, por exemplo, as extensões das *madelaines* de Proust (1871-1922) em *À la recherche du temps perdu* (1913).

interesses políticos que mercadológicos, embora não exista separação possível entre ambos os setores. O intérprete tradutor deverá sempre estar atento a todo e qualquer detalhe textual, pois até mesmo gêneros textuais, presumidamente anódinos como os citados na frase acima, jamais estarão completamente isentos das incidências de traços de natureza ideológica, posto que a ideologia é um componente inerentes ao material discursivo, seja ele linguístico ou icônico. Salvo, como observa BARTHES (1990), e as quais já ponderamos, produções de natureza profundamente literárias, as únicas capazes de “trapacear” os discursos e os poderes, pois criam realidades alternativas que rompem com as lógicas ligadas às realidades. Particularmente, creio que a proposta de Barthes se aplica a textos que aludem ao fantástico, ao maravilhoso e seus sucedâneos.

A relação entre jornalismo e tradução & paratradução é tão recente quanto a própria noção teórica de Yuste Frías. Nesse sentido, a presente tese visa oferecer uma contribuição aos estudos dessa interface, propondo reflexões sobre o papel das produções jornalística como fonte para o estudo de traços identitários. Buscamos explorar um contexto específico, que convida o pesquisador a exames de cunho antropológico, percorrendo possíveis trajetos de constituição dos elementos comunicativos presente no objeto de estudo, não somente em sentido jusante (*en aval*), mas também em via montante (*en amont*). Não há como não se considerar estados sincrônicos sem evocar seus movimentos diacrônicos, das origens imanentes às somas sensíveis, sobretudo como forma de vislumbrar devires e extensões futuras, tendo em vista que qualquer estado é fruto de construções progressivas que se prolongam, tal como observa o modelo junguiano, ligeiramente aludido no Capítulo II.

De qualquer forma, poderíamos nos perguntar onde se situa a fronteira entre textos jornalísticos e textos literários. Ora, os textos de jornais não podem ser caracterizados como “não literários”, tampouco como puramente científicos ou técnicos. Os jornais reúnem praticamente todos os gêneros textuais em uma edição, inclusive orientam a atenção do leitor organizando-se por temas afins em cadernos que abarcam cultura, esportes, política. As charges e quadrinhos fazem parte de uma modalidade de expressão mista, cujas definições – até o presente imprecisas – ainda demandam muita discussão, tendo em vista sua complexidade cada vez maior com o lançamento dos *comics* modernos, dos *mangas* e de produções que integram o 3D (terceira dimensão), os HQs sem diálogos, etc.

Efetivamente, se pode afirmar, de forma categórica, que os textos jornalísticos “não traduzem contextos sociais”. Seria necessário inicialmente ter consciência de que o termo “traduzir” é altamente

polissêmico. Sua pluralidade de significações emerge, inclusive, no âmbito da própria disciplina Estudos da Tradução, posto que não há consenso para a definição de um significado geral, aplicável a todas as situações. Mesmo correntemente falando, ou seja, empregando-se o termo em sua acepção mais cotidiana, isto é, não científica, ainda assim não seria sensato afirmar que os textos jornalísticos traduzem contextos sociais. Bastaria remetermos nosso leitor à obra *Ceci n'est pas une pipe* (1927), de Magritte (1898-1967), discutida por MCCLOUD (1995), para retomar, de forma sintética, a discussão sobre a dicotomia entre objetos pertencentes às “realidades” e as representações comunicativas construídas para remeter a conceitos mentais desses mesmos objetos. Não há, de fato, relação biunívoca possível entre palavra e referente, nem mesmo no caso das fotografias. Ao fotografar algo, já estaremos expondo um ponto de vista (do fotógrafo) e não a realidade em si. No caso do retrato obtido por meio de película sensível à luz ou por apreensão digital, naturalmente se tratará de referenciação com ampla validade ideológica, não se poderá afirmar que há “isenção” do fotógrafo – compreendendo-se todas as extensões e gravidades das forças do termo “ideologia”. Retomando a discussão inicial deste parágrafo, digamos que quase todas as palavras das línguas se erguem a partir de um processo de lexicalização. Por extensão, afirmo que as palavras se originam a partir de operações de metaforização. Assim, adicionando-se o princípio da economia linguística e a tese de que na língua há mais semelhanças do que diferenças, deduzo, com bastante convicção, de que a maioria das palavras é polissêmica. O termo tradução não fica de fora. A questão crucial é que o conceito “tradução” é altamente polissêmico no próprio âmbito da disciplina dedicada a ele. Inicialmente, partimos sempre de uma tríade: a teoria, a crítica e a prática. Posteriormente, temos diversos modelos teóricos que atribuem diversas variantes binárias à palavra: fidelidade/infidelidade, sensatez/transgressão, literal/não literal, domesticação/estrangeirização. Em síntese, parece que ainda há longos caminhos a percorrer.

Nesse sentido, os conceitos de identidade cultural, identidade social, definição de gênero, etc., remetem sobretudo a estudos da área de antropologia (cf. GEERTZ, 1989; TYLOR, 1958; CUNHA, 2009; KUPFER, 2002; HALL, 2005; DALBEN, 2005, entre outros). Esses autores observam, de forma geral, que todos os indivíduos são produtos do meio em que vivem e se identificam com o ambiente ou com os Outros, através de suas identificações com os elementos de seus entornos. Nesse sentido, existiria um caráter relacional do indivíduo com seu meio e com os espaços por onde se desloca. Essa relação se construiria e se firmaria

através de traços erguidos a partir de simbolismos inicialmente hiperonímicos, passíveis de permear conceitos específicos. Uma tal visão poderia constituir um processo que se estenderia por diversas gerações, em função do fenômeno de isomorfia<sup>54</sup>, revelando o que se apresenta diante de nós como “verdade”.

Apesar de termos escolhido um suporte para a realização desta tese, parece-me legítimo que enquanto pesquisador, eu considere outros modelos teóricos, cuja pertinência para outros estudos permite colocá-los todos no mesmo patamar de importância. Eis, então, algumas breves considerações naturalmente não exaustivas, mas tão somente exemplificativas, VENUTTI (1998) destaca o valor que as atividades de tradução exercem na formação de identidades, uma vez que a tradução confere visibilidade ao reconstruir representações de configurações locais.

CORACINI (2005) é um outro exemplo ela explora em seu trabalho o sujeito tradutor e sua identificação com a tradução. A autora sugere que o tradutor é constituído por representações diversas provenientes de discursos em conflito. Logo, pode-se supor que não há, como observa RAJAGOPALAN (2003), tradução inocente, ou seja, o tradutor “faz sentido”, “gera sentidos” e, nesse processo, toma posições e defende interesses até mesmo, eventualmente, sem saber que o faz. Como já sugerido, seria ingênuo negar que o texto jornalístico não participa no processo de construção e fixação de identidades. A elaboração de representações a partir de fatos noticiosos constitui a função primeira do jornalismo. Trata-se de uma indústria de construção e de defesa de interesses políticos, econômicos, militares, antropológicos e demais. COUTINHO (2008) destaca que as identidades de uma nação se erguem, entre outros, a partir dos discursos dos jornais impressos. Com o advento da mídia televisiva, nos anos 1950, se acreditou, por algum tempo, que haveria uma queda na difusão da imprensa escrita. Todavia, até o presente, os jornais escritos disputam espaço com as mídias eletrônicas e com as emissões televisivas quase em pé de igualdade. MOTTA (2007) também explicita o papel dos meios televisivos e escritos como instrumentos para a defesa das identidades das nações, sobretudo diante

---

<sup>54</sup> O conceito de isomorfia é emprestado à Matemática e utilizado, entre outros, no campo da pedagogia de ensino de línguas (cf. Borg, 2001). Borg pontua a ideia de duas potências de igual peso. Configurações similares presentes em um dado estado sincrônico, mantida em suas bases no estado diacrônico seguinte – como acontece com a língua – contribuirá para que determinados fenômenos precisem de longos anos para sofrer alterações em suas formas e sentidos.

das atuais conjunturas, que preconizam e reforçam o fator “globalização”, no qual cada povo, nação, ou país, precisa marcar sua posição de destaque no contexto internacional até para fazer com que sua língua e seus meios de expressão se estabeleçam como fontes de divulgação reconhecidos.

As questões identitárias não são apanágio da sociologia, mas tão somente mais uma, entre as diferentes questões que permeiam os diversos setores que compõem as sociedades, sendo assim considerada por ciências específicas: médicas, sociais, exatas e demais. A concepção de um produto industrial, por exemplo, envolve equipes de designers, de tradutores & **paratradutores**<sup>55</sup> que definirão estratégias de *marketing* capazes de minimizar eventuais impactos idiossincráticos refratários de certos grupos de consumidores, reforçando então aqueles procedimentos que terão melhores respostas e aceitações em razão de irem ao encontro das afetividades. Não se trata, pois, de um universo binário que confronta “bons” e “maus”, mas sim de buscar simular a comunicação horizontal e fluida com o Outro, sobretudo em se tratando de leis de mercado. O jornalismo, naturalmente toma posições diferentes sobre o eixo binário que marca quase sempre uma *esquerda* e uma *direita* em termos político-partidários. Todavia, o jornalismo parece quase sempre garantir parcela do público que visa respaldar suas próprias posições políticas, de forma biunívoca.

Busco aproximar, nesta pesquisa de tese, (a) a tradução, (b) o jornalismo e (c) a questão da identidade por meio do uso das bases teórico-metodológicas oferecidas pela tradução & **paratradução**. Meu foco não recai propriamente sobre a divisão proposta por JAKOBSON (1969), que estratifica a tradução em três categorias, a saber: intralingual, interlingual e intersemiótica. Autores como LAMBERT (2011), por exemplo, acreditam que as questões políticas se sobrepõem a essas três divisões. LAMBERT (2011) observa igualmente que não há fronteiras nítidas que possam separar os três patamares sugeridos por Jakobson. Fatores de natureza semiótica (ou semiológica), por exemplo, por si só, já definiriam tanto o intralingual quanto o interlingual. Ademais, no escopo de uma mesma língua nacional – não me refiro aqui às línguas “oficiais” de um país, mas às línguas faladas sobre o território – há miscigenações, contatos, hibridismos, dialetos, créolos, pidgins, e demais, que poderiam

---

<sup>55</sup> A profissão de *paratradutor* é vislumbrada por teóricos como Yuste Frías, mas ainda não existe formalmente nos mercados de trabalho. Tal papel vem sendo realizado por designers, publicitários, intérpretes, tradutores ou *free lancer* com formações híbridas.

desclassificar a opção científica de Jakobson desenvolvida sobre uma tríade fechada. Ora, como observa DEMO (2011), diante das perspectivas ditas “pós-modernas”, só se toma como científico o que pode ser contestado. Assim, aceitamos a contestação de Lambert em relação às bases seminais estabelecidas por Jakobson em relação a tipologia tripartida dos tipos de tradução nas relações entre línguas e modalidades semióticas.

Vou acreditar, todavia, que o material jornalístico que examinei nesta tese publicado no jornal “*Le Journal de Québec*” oferece simbolismos ligados a questões identitárias, com remissões sobre configurações que caracterizam povos do Canadá de forma geral, e do Québec de forma específica. Devemos admitir todavia – eu e meus teóricos – que as pesquisas voltadas ao estudo das identidades, à ótica da tradução & paratradução, ainda são incipientes e, muito embora se fale em termos de imprensa da Província do Québec, a população francófona se estende por todo o território canadense e convive em grau de tensão com a parcela marcada historicamente pelo protestantismo e pelo uso do idioma inglês, se não bastassem outros componentes para marcar diferenças.

MUNDAY (2001) em sua obra intitulada: *Introduction to Translation Studies* aborda a questão das relações entre tradução e identidade. O autor ressalta a importância de se considerar as relações de poder quando se busca modalizar a comunicação entre grupos diferentes. A investigação sobre impressão de traços identitários em produções jornalísticas no âmbito dos Estudos da Tradução constitui uma vertente de pesquisas em desenvolvimento. No contexto do jornalismo, por exemplo, ESSER (1998) é um dos autores que explora, mesmo que de forma indireta, a identidade presente nos objetos do jornalismo, destacando os procedimentos empregados por profissionais do jornalismo. Esser, porém, não desenvolve explicações sobre a forma como ocorreria a relação entre textos, a sociedade à qual se dirige, ou aos leitores que os percebem.

Acredito, talvez de modo demasiadamente presunçoso, que a presente tese constitui um prolongamento de algumas reflexões que surgiram quando da realização de minhas pesquisas para a dissertação de mestrado (ALMEIDA, 2005), realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina, intitulada: *Brasil e Canadá: O texto jornalístico como tradução cultural e sua inter-relação com os leitores nas revistas Veja e Maclean's*.

Desde o princípio, o processo de se traduzir valorizou o texto de origem com definidor fundamental do produto final. Autores como

VENUTI (1998), SCHLEIERMACHER (2006), CHESTERMAN (1997), BERMAN (2002), VERMEER (1986) e NORD (2005, 1991) entre outros, teorizaram acerca do trabalho de tradução. Cada autor propõe suas contribuições para à área, porém todos eles, exceto Vermeer, repousam sobre a inevitável necessidade de um texto fonte (escrito). Venuti, por exemplo, fala sobre a tradução domesticadora ou estrangeirizadora. Para o autor, a tradução pode tanto estrangeirizar o texto estabelecendo fortes vínculos com o texto dito “original”, quanto domesticar o texto, cujo objetivo seria preservar a “intenção do autor” e ao mesmo tempo tornar o texto inserido na cultura para a qual ele foi traduzido. Seu trabalho, no entanto, se volta principalmente para a questão da invisibilidade do tradutor. Essa questão, segundo Venutti, visa uma mudança de perspectiva quanto ao estudo, avaliação e teorização sobre os processos tradutórios, visto que é o tradutor quem está a cargo da tarefa de transportar um texto de uma cultura à outra. Tais concepções divergem da postura de GENETTE (2009, 1987) e de YUSTE FRÍAS (2014, 2012). Para ambos, não há texto original, tampouco transferência de código de um estado “original” A1, para um estado “A2” a ser incorporado. À ótica da tradução & paratradução, a identidade do texto é quem orienta o tradutor para a forma como ele deve ser traduzido. O tradutor se reveste de responsabilidades sobretudo no sentido de se circunscrever, ancorar e transpor seu texto para o “grau zero” do qual trata DEFAYS (1996), o qual YUSTE FRÍAS (2014; 2010) chama de umbral. Somente através de procedimento *traductio* de pode definir o IN do texto em relação a seus peritextos e epitextos.

SCHLEIERMACHER (2006) embora acreditasse que uma tradução poderia tanto aproximar o leitor do autor como também aproximar o autor do leitor, defendia que a tradução devia ser o mais literal possível, aproximando o leitor do texto e da cultura fonte. Essa opção de SCHLEIERMACHER (2006) estava fortemente baseada em conceitos políticos visando o fortalecimento da língua e defesa da pertinência interpretativa de escritos teológicos.

CHESTERMAN (1997) propõe estratégias de tradução que podem e são utilizadas por tradutores. Suas estratégias são classificadas em três grupos: sintáticas, semânticas e pragmáticas. Cada grupo contém uma série de estratégias que oferecem ao tradutor possíveis soluções para problemas de tradução.

BERMAN (2002) aponta para um modelo de tradução que valorize as especificidades do texto de base. Berman insiste sobre a necessidade de se albergar a letra do texto de partida como princípio para a tradução. Sua temática recai sobre a problemática de se preservar o caráter

estrangeiro do texto. À sua ótica, caberia ao tradutor preservar o “distante” no texto”.

VERMEER (1986), por sua vez, vê a tradução de uma forma diferenciada dos autores anteriormente citados, se desprendendo do texto fonte como elemento fundamental para que haja uma tradução. Dentro da abordagem da *Skopos Theory*, é possível, por exemplo que exista um processo de tradução apenas com a sugestão de um tema para um determinado público leitor.

NORD (2005, 1991), a partir das premissas de VERMEER (1986), propõe um modelo didático para avaliações de traduções, bem como para sua realização. A abordagem funcionalista de Nord entende que o texto traduzido depende fundamentalmente do papel que tem o leitor no processo tradutológico. O processo de tradução seria prospectivo e realizado com vistas ao leitor. Para a autora, é o leitor quem define o *skopos* do texto traduzido. Essa premissa é válida, sobretudo para textos ditos não literários, como é o caso dos textos jornalísticos. Mas uma das razões para não termos optado por trabalhar à luz dos postulados de Nord no que diz respeito ao caráter extremamente genérico que a autora concede a questões como “cultura”, que ao nosso ver constitui um termo a ser especificado.

Os autores acima citados propuseram teorias e reflexões decorrentes e muito pertinentes para os Estudos da Tradução, porém para a maioria deles, *grosso modo*, é necessário que haja um texto fonte para originar a tradução a ser transladada com base em determinadas normas. No caso de nossas escolhas teóricas, o tradutor dispõe de um texto de base, referencial que precisa, antes de ser trabalhado, ser levado para o “grau zero”, onde será examinado em sua totalidade macroscópica rumo aos detalhes microscópicos para que possa ser traduzido a partir do *partage du sensible* (cf. RANCIÈRE, 2005). Ora, tanto a partilha do sensível, quanto a partilha do histórico, do antropológico, do histórico e do *espatio-temporel* (espaço temporal) se realizariam por meio da dissertação da dialogia do politextual. Em outras palavras, as fricções fragmentam. A fragmentação dos discursos se pauta como condição às navegações necessárias pelas periferias do texto. Uma tal metáfora teórica, segundo Yuste Frías (2014), se realizaria no umbral no qual o intérprete-tradutor se encontra com seu cabedal de conhecimentos que contemplam seu trabalho. Repito que não se trata de *translate*, mas de *traductio*. Com tais argumentos, simplesmente insisto que para o desenvolvimento desta pesquisa, abracei um novo conceito de tradução, cujo centro recai sobre a tentativa em desfazer fronteiras estanques, binarismos e sobretudo buscar trabalhar sobre a ideia de que o tradutor



trabalha a partir de um umbral. Seu papel consiste em circunscrever o texto de base e gerar texto a ser oferecido ao leitor em um espaço de negociações permeado pelas identidades que o próprio texto leva a aflorar. As propostas de YUSTE FRÍAS (2014, 2012, 2010, 2007) buscam traduzir o texto e paratraduzir os paratextos, partindo da ideia de que não há textos sem paratextos e de que, nós, tradutores, não traduzimos as línguas: entidades abstratas, mas sim suas manifestações: textos. Logo, tampouco traduzimos material linguístico-verbal, mas as expressões semióticas implicadas na comunicação. O texto jornalístico constitui um exemplo clássico, pois as conexões do texto linguístico estão permeadas por componentes peritextuais e epitextuais, também linguísticos, mas também multisemióticos, cuja consideração é incontornável.

De forma aparentemente paradoxal, o recorte que sugeri, para a realização da presente pesquisa, se adiciona aos trabalhos sobre tradução jornalística no contexto canadense e também brasileiro, reafirmando a pertinência da tradução & paratradução no âmbito da formação teórica e metodológica do tradutor iniciante. A fórmula que proponho aqui, baseada em RAJAGOPALAN (2003), caminha para as mudanças de paradigmas que emergem já a partir das primeiras décadas do século XXI, ou seja, *a substituição da epistemologia das ciências pela sociologia do conhecimento*. O entrosamento e a cumplicidade entre autor, texto e leitor seriam então mediados desde as bases de produtos polissemióticos, cujo tratamento não se circunscreve à transferência de códigos duplamente articulados (cf. MARTINET, 1978), mas também aos desenhos e pinturas. O interesse de que a sociedade se identifique com os produtos midiáticos advém do modo como se constituem os politextos.

O terceiro milênio, em seus primeiros 15 anos, vem sendo marcado por uma nova retomada do interesse pela imagem (e.g. símbolo, ícone, índice). De fato, pergunto: não seria uma espécie de *déjà-vu* que nos remeteria, por exemplo, à heráldica, à leitura imediata das imagens diante dos limites do código linguístico? Ora, no momento atual, não se trata, evidentemente, de questão ligada aos limites do texto escrito codificado, mas talvez à necessidade de se poder contar com mais elementos para completar informações já estocadas e de forma sintética (cf. VAILLANT, 1999).

Talvez de forma equivocada, poderíamos aventar que a questão do estudo da identidade remete primordialmente a pesquisas da sociologia, da filosofia e da antropologia e seus sucedâneos. Todavia, sabemos que as problemáticas identitárias se situam em todos os patamares dos estudos sociais e filosóficos, incluindo e implicando, naturalmente, todas as modalidades de linguagem e, por extensão, as diversas línguas naturais e

também as não naturais (e.g. esperanto,) ou ainda artificiais (e.g. linguagens computacionais – Java, Cobol, C++, PHP, etc). As pesquisas que vinculam tradução&paratradução não conseguem estabelecer fronteiras entre o que seria considerado apanágio dos estudos “identitários” – enquanto noção –, e as parcelas de responsabilidade do tradutor. Veja-se que, se algum tipo de inconsistência há, ou se há áreas descobertas, elas se encontram justamente na consideração do tradutor como um transferidor de textos de um formato A para um formato A<sup>+</sup>, marcando a ideia de *translate*. A tradução&paratradução, preconizada por teóricos como YUSTE FRÍAS (2014, 2012, 2010, 2007), reformula abordagens de cunho binarista, de orientação exata e estrutural, escolhendo pelo procedimento *traductio*, que desemboca na possibilidade de destacar questões de pertencimento nos processos de comunicação, essenciais sobretudo nas atividades de tradução de textos e na paratradução de paratextos. A tradução do texto, à ótica de Yuste Frías (id.ib.), é questão decorrente de preâmbulos incontornáveis para a compreensão dos textos, ou seja, a exploração de seu *IN*, definido por seus peritexto e seus epitextos. Em outras palavras – e retomando GENETTE (2009, 1982) e YUSTE FRÍAS (2014, 2012) – nós, tradutores, não traduzimos as línguas. Nós, tradutores, traduzimos textos e paratraduzimos paratextos.

Como visto nos Capítulos I e II, por questão de delimitação e de escolha do tema, decidi trabalhar sobre um objeto de estudo extraído de um veículo de comunicação que, para nós – brasileiros olhando a partir do Brasil, em termos dêiticos –, seria considerado como “estrangeiro”. Todavia, através desta pesquisa constatamos que muitos dos aspectos exarados a partir da exploração do objeto de estudo, e examinados nesta Tese, remetem a questões que nos são familiares em função de nosso processo de constituição enquanto nação formada a partir de orientações europeias. Por exemplo, a língua portuguesa foi implantada no Brasil e possui esse *status* que marca suas diferenças em relação ao português europeu. O mesmo pode-se dizer do inglês e do francês em território canadense, isto é, tratam-se de línguas que se desenvolveram à margem de suas matrizes, sendo, ambas, modalidades inseridas e que se desenvolveram sobre outros matizes, assumindo as flutuações de significação e sentido de suas novas formas, bem como acomodações sintáticas e semânticas erguidas nos contatos com as configurações locais.

Naturalmente, em um trabalho desenvolvido à luz da tradução&paratradução, que visa acessar componentes de natureza peritextual e epitextual relativamente a aspectos escolhidos para estudo (centro), não se poderia deixar de listar eventos históricos relativos à

composição do Québec. A abordagem de aspectos ligados à formação desta Província canadense permite melhor compreender o cenário social em que o material jornalístico examinado se insere, conduzindo à exploração de suas circunscções, no cerne das quais o próprio objeto de estudo foi gerado.

O objeto de estudo aqui estudado poderia, eventualmente, ser bastante estranho, por exemplo, para um autóctone brasileiro de séculos anteriores, ou para aqueles indivíduos que ainda vivem em estado isolado nas florestas amazônicas, tanto por remeter a um tempo diferente, quanto por ser estrangeiro. Todavia para aqueles que fazem parte de um rescaldo civilizatório de vertente europeia, os elementos que analisei a partir das perspectivas dos Estudos da Tradução adaptados ao contexto científico brasileiro – e também do Canadá em razão de meu estágio doutoral naquele país – permite a diferentes classes de leitores capacidades similares de reconhecer, em maior ou menor grau, parcelas do conteúdo exposto. Logo, é bem provável que o leitor academicamente inserido não tenha tanta dificuldade para discriminar componentes conhecidos nem no texto linguístico, nem no desenho. Meu interesse, todavia, foi o de demonstrar que a perspectiva dialógica permite desvelar, como observa GENETTE (2009), “textos presentes em outros textos”, muitas vezes opacos à primeira abordagem; mas evidenciados a partir do olhar da tradução&paratradução.

Minhas leituras de trabalhos de autores de base seminal da Linguística, como SAUSSURE (1969) CHOMSKY (1965) de vertente positivista e estruturalista, ou mesmo de HALLIDAY (1989) e FILLMORE (1982), cujas propostas destoam dos modelos clássicos, me convenceram de que seria inviável supor que eu poderia trabalhar sobre “linguagem”, ou mais propriamente sobre o “pensamento” dos leitores (*top down*). Com efeito, salvo abordagens de ordem psicolinguísticas ou neurolinguísticas, descobri que jamais poderia ter acesso a processos mentais ou a questões ligadas à identidade dos leitores de produtos jornalísticos. Todavia, tive a certeza de que ao trabalhar sobre tradução&paratradução de textos, teria como acessar rastros, pistas e fragmentos de componentes de natureza identitária ligados a meu objeto de estudo, nele registrados por profissionais capazes de penetrar na linha média do universo e nas expectativas dos leitores. Ao fazê-lo, percebi que o hibridismo formativo do jornalista-chargista parece indiretamente revelar traços da identidade do público por ele visado. Parece também espelhar em seu trabalho componentes que tocam profundamente na questão do pertencimento. A afetação do leitor, que eventualmente for, ou se sentir, atraído (leia-se *concerné*) pela “aura ideológica” emitida pela

produção iconotextual em questão que constituirá sempre um forte indício de que no texto exposto se encontram indícios de sua própria identidade. Como observa SAVARIN (2004, s.n.): “– Diz-me o que comes e te direi quem és!”

A composição de uma charge consiste de trabalho de configuração apurado que visa à ativação de possíveis efeitos capazes de sensibilizar idiossincrasias dos leitores de jornal. A eventual identificação do leitor com a política do jornal, com suas alianças partidárias, suas afiliações culturais e antropológicas, pode ser entendida como possíveis marcas que evidenciam traços da identidade do texto e, por extensão, desses leitores e, de forma mais ampla, dos entornos sociais, históricos e culturais que os envolvem. Logo, apesar de minha delimitação parecer demasiada, expondo algo aparentemente irrisório, acredito que o detalhe é capaz de *falar* muito mais *longe* do que o geral. O detalhe é capaz de definir parte da essência maior que caracteriza as entidades que formam o corpo social.

Muitas vezes, examinado quase sempre de forma monolítica quando se trata de discorrer, por exemplo, sobre a cultura de um povo, não parece sensato atribuir traços identitários gerais a um povo e minimizar uma questão tão complexa. Pode-se dizer que atribuir traços identitários macro tipológicos se trataria, na maior parte dos casos, de atribuição de estereótipos que provavelmente gerariam retardos sociológicos e pouco contribuiriam para o avanço dos estudos científicos. Deste modo, reafirmo que meu objetivo não foi tratar de identidade ou cultura quebequense, mas sim de investigar a identidade de meu objeto de estudo. Posteriormente, creio que os exames dos peritextos e dos epitextos à luz da tradução&paratradução de YUSTE FRÍAS (2014, 2012, 2010, 2007) me permitiu estabelecer algumas relações com configurações identitárias quebequenses.

### 3.1 Os anos 1960 e o Canadá francófono

Pode-se dizer que o desejo por mudanças, visando melhorias da qualidade de vida, é algo intrínseco ao ser humano que deseja viver minimamente bem em sociedade. No caso pontual do Québec, identifica-se momentos de importantes crises e rupturas. Considerarei, como já aventado acima, que os principais eventos políticos concernentes ao Québec teriam ocorrido nos anos 1960 e se estendem à primeira década do século XXI. Por isso, são constantemente retomados e rediscutidos em diferentes fóruns, sendo a imprensa apenas mais um entre eles.

Um componente importante na formação social do Québec e em suas políticas concerne à influência dos imigrantes. Oriundos de

diferentes países, reforçam o passado de formação da nação. Nesse sentido PERRELLA & BÉLANGER (2008) observam que:

O aumento da imigração transforma de pouco a pouco o tecido social das sociedades, entrando talvez em conflito com os movimentos nacionalistas tradicionais. A presença crescente de imigrantes força, de certa forma, uma redefinição das relações culturais e políticas entre a maioria e as minorias. (p. 14.) [Tradução do autor]<sup>56</sup>

Ao interferir sobre as decisões políticas, os movimentos sociais, inerentemente plurais, por conseguinte, influem sobre a forma como jornalismo deve responder a seus interesses, definindo parte importante de seus meios de significação. O politexto examinado naturalmente evoca o humor para tratar de temas sérios de forma mais suave (sobre o humor temos uma vasta gama de (BERGSON, 2001, EVRARD, 1996, ESCARPIT, 1976).

Associar tradução & **paratradução** e jornalismo, como campos fundamentais para o estudo de traços identitários, reforça o caráter interdisciplinar e multidisciplinar de ambos. Tanto a paratradução quanto o jornalismo se relacionam não somente com o tratamento de substratos sincrônicos, mas se desenvolvem a partir do processo que conduziu aos estados postos presente e localmente. Em outras palavras, ao se tratar de questões de ordem social, antropológica e políticas, nenhum objeto de estudo “posto” estará desvinculado de seus pressupostos – historicamente constituídos.

Os anos 1960 trouxeram importantes mudanças de paradigmas comportamentais, políticos, antropológicos e demais, principalmente no escopo dito “ocidental” (cf. Zuenir VENTURA, 1968). No Canadá a situação não poderia ser diferente, tendo em vista sua inserção no contexto norte americano e, de certa forma, europeu. Assim, como em outros países, a região do Québec experimentou o período em que ocorreram os maiores avanços sociais do século XX. Os jornais da época refletiram evidentemente boa parte desses movimentos de mudanças.

---

<sup>56</sup> La hausse de l’immigration transforme petit à petit le tissu social des sociétés, entrant parfois en conflit avec les mouvements nationalistes traditionnels. La présence accrue d’immigrants force, d’une certaine façon, une redéfinition des rapports culturels et politiques entre la majorité et les minorités. (p. 14. 2008)

Todavia, autores como VENTURA (1968) aventam para a possibilidade de que a inércia (noção da Física) desse imenso movimento ainda se mantém e se prolonga aos nossos dias, ou seja, ainda estaríamos experimentando desfechos de processos deflagrados nos anos 1960 (rupturas, crises, reformulações, desconstruções). Ora, cabe sublinhar que os estudos políticos em relação a fenômenos instaurados durante os anos 1960 permanecem atuais. Temáticas que preencheram as páginas dos jornais nos anos posteriores ainda continuam sendo discutidas no presente, refletindo preocupações daquele momento histórico e do século XXI, pois parte delas ainda não atingiu os desfechos esperados por grupos sociais, culturais, políticos e religiosos ditos “minoritários”. Incessantemente, os jornais vieram assumindo demandas da sociedade e buscando definir posições políticas para si e para seus leitores, que vêm ao encontro de uma efervescência cujo fim parece ainda não ter sido decretado. O jornalismo no Québec continua traduzindo anseios políticos, empregando pressupostos identitários para a geração de seus produtos de imprensa, seja ela em suporte escrito, televisivo ou nos formados disponíveis na *web*.

A ebulição social verificada nos anos 1960 no Québec inicialmente se concentrou sobre mudanças de paradigmas ligados a costumes, afetando, entre outros, o papel social da mulher, a redução do poder da igreja católica sobre decisões políticas, o fortalecimento da ideia de Estado, a questão linguística e o multiculturalismo. Progressivamente, os interesses evoluíram e convergiram para outros centros de interesses. Como produto comercial e sobretudo político, os jornais do Québec acompanharam esses movimentos que, à época, desembocaram no conhecido fenômeno chamado de *Révolution Tranquille*. Muito embora se trate de um período considerado “concluso”, arriscarei afirmar que as metas, diretrizes e bases do movimento continuam em trâmite até o presente. Ouso ainda, e expressamente, afirmar que, efetivamente, não há nada que se possa considerar como concluso, a não ser objetos sacados de seus contextos, recortados e dissecados, o que não é nosso caso.

Os discursos produzidos pelos periódicos jornalísticos geram percepções plurais de identidade, que acabam por se refletir na própria constituição identitária dos leitores que se instruem, em parte, como base nos produtos midiáticos. Não há como negar que a leitura influencia, conforme observa (DURANT, 2010)<sup>57</sup>, o modo “[...] de pensar, de

---

<sup>57</sup> « [...] penser, de raisonner, de s’exprimer, de créer, de voir et construire le monde, bref un mode de vie qui dépend en partie de la langue et en partie de l’histoire. (DURANT, 2010). (Tradução do autor).

raciocinar, de falar, de criar, de construir e de ver o mundo, em suma, um modo de vida que depende em parte da linguagem e em parte da história.”

O Québec mantém a língua francesa como estandarte para marcar sua diferença, assim como para reforçar sua “autonomia” linguística em relação ao Canadá. Através da língua se desenvolvem ideias para a construção da imagem que o Québec visa expor de si para os olhares externos.

O contato com a língua inglesa a partir da província de Ontário e dos Estados Unidos tem sido objeto de preocupação para a nação quebequense, o franco avanço do inglês é tratado como problema preocupante pelas instâncias governamentais responsáveis pelo Québec<sup>58</sup>. Trata-se de um fator crucial relacionado à autonomia quebequense que se pretende atingir. Simon observa nesse sentido que:

Esse contato tem sido historicamente considerado ameaçador à sobrevivência da língua francesa: a luta contra a intromissão inoportuna de expressões e formas inglesas é diária e leis fazem do francês [québécois] a língua obrigatória no local de trabalho e nas relações comerciais. (SIMON, 1999, p. 60). (Tradução do autor).

---

<sup>58</sup>A arquitetura das políticas linguísticas repousa sobre os fundamentos ideológicos que modulam as características e fazem emergir os pontos de divergência entre o estado federal canadense e o estado quebequense. Do ponto de vista das ideologias linguísticas e sociais, o Canadá tem historicamente marcado sua diferença em relação com os Estados Unidos reclamando para si a metáfora do mosaico cultural sobretudo daquele do *melting pot* americano. Ao contrário, as políticas linguísticas quebequenses são gradualmente orientadas em direção a uma aproximação integradora dos imigrantes à língua francesa. (MARTEL, 1999, p.12). (tradução do autor).

L'architecture des politiques linguistiques repose sur des fondements idéologiques qui en modulent les caractéristiques et font surtout ressortir les point de divergence entre l'État fédéral canadien et l'État québécois. Du point de vue des idéologies linguistiques et sociales, le Canada a historiquement tenu à marquer sa différence par rapport aux États-Unis en se réclamant de la métaphore de la mosaïque culturelle plutôt que de celle du *melting pot* américain. Par contre, les politiques linguistiques québécoises se sont graduellement orientées vers une approche intégratrice des immigrants à la langue française. (MARTEL, 1999, p. 12)

Nesse contexto em que a língua disputa o papel de marcador fundamental de identidade com outras modalidades semióticas complementares, Rocher (1992) define a identidade quebequense de uma maneira bem ampla: “conjuntos de produções materiais e imateriais adquiridas em sociedade”<sup>59</sup> e enfatiza que as formas de se pensar sobre as coisas define-as como são.

Um conjunto ligado às formas de pensar, de sentir e de agir, mais ou menos formalizadas que uma vez que foram aprendidas e partilhadas por um grupo, servem de uma maneira, por vezes, objetiva e simbólica, para constituir essas pessoas em uma coletividade particular e distinta. (ROCHER, 1992, p.102) [tradução do autor]<sup>60</sup>

MAUSS (1968) define identidade, como “o homem que não pensa isoladamente, mas através de categorias engendradas pela vida social.” MAUSS (1968) e MUNHOZ-CALVO (2008) sugerem que um idioma, qualquer idioma, pode ser comparado com um mapa, uma cartografia, uma representação da realidade e um instrumento evolutivo que tornou possível a construção de identidades para os povos como melhor de suas expressões artísticas e sociais.<sup>61</sup>

A partir de concepções similares, pode-se entender que subjacentemente ao processo de formação da identidade social e individual, bem como de uma identidade “nacional”, diversos elementos atuam sobre e moldam os costumes dos habitantes de determinado local.

Pensar em identidade do Québec remete a processos históricos de transformações que culminaram com a *Révolution Tranquille* (Revolução Tranquila) a partir da década de 1960. Esse “evento” foi, sem dúvida, o divisor de águas na formação da identidade quebequense. A partir dessa época os habitantes da província começaram a encontrar seu lugar e passaram a se autodenominar *québécois (es)*. Deixaram de ser os

---

<sup>59</sup> Ensemble des productions matérielles ou immatérielles acquises en société.

<sup>60</sup> un ensemble lié de manières de penser, de sentir et d'agir plus ou moins formalisées qui, étant apprises et partagées par une pluralité de personnes, servent, d'une manière à la fois objective et symbolique, à constituer ces personnes en une collectivité particulière et distincte.(p.102)

<sup>61</sup> un idioma, "cualquier idioma, es un mapa, una cartografía, una representación de la realidad y un instrumento evolutivo que ha hecho posible la identidad cultural de los pueblos con lo mejor de sus expresiones artísticas y sociales"



habitantes da Nova França – os Franco-Canadenses – e assumiram suas particularidades (especialmente a língua francesa) como marca indelével de sua identidade.

Durante a *Révolution Tranquille*, o mercado de traduções no Québec teve um incremento enorme, pois durante esse processo de assimilação e constituição de alguns traços da identidade quebequense contemporânea muitos textos foram traduzidos para o *québécois*, reforçando assim as marcas locais e aqui, mais uma vez, sublinhamos a língua como um dos componentes de resistência e manutenção da cultura, ao lado de outras expressões, tal como pode ser constatado em nosso objeto de estudo de ancorado também na natureza jornalística.

Um texto de extrema importância para a observação dos movimentos relativos a questão identitária quebequense nessa ocasião também fora retraduzido: O *Le Rapport Durhan*<sup>62</sup>. Esse texto marcou a sociedade quebequense quando de sua publicação original em 1839 e suas re-traduções mostram as transformações sociais de cada época e para qual propósito elas serviam (CHARRON, 1994). A primeira tradução do *Le Rapport Durhan* foi publicada em um jornal local do Québec (*Le Canadien*) em trechos semanais que repercutiram na sociedade local. Até hoje, as discussões sobre esse texto são retomadas para respaldar o nacionalismo do Québec. O fato do texto ser publicado em um jornal massificou sua influência na sociedade, de outra forma o acesso a esse relatório ficaria restrito a poucos membros do governo e sua repercussão teria sido muito menor. Percebe-se, mais uma vez, que o jornal diário influenciava diretamente a sociedade e contribuiu também para a formação de alguns traços identitários. Nesse caso em particular, além da publicação jornalística, devemos considerar que o texto publicado foi uma tradução que já servia a interesses bem objetivos na época.

Convém ressaltar que essa proposta de tese não busca estabelecer juízos de valor sobre esse fato em particular, porém é importante lembrar esse texto e suas traduções, assim como sua exposição na primeira edição por um jornal impresso, como um fato marcante na construção social de

---

<sup>62</sup> O Relatório de Durhan foi um documento escrito por John George Lambton (ou Comandante Durhan) que em 1839, a pedido da coroa inglesa com o intuito de apaziguar as constantes revoltas que aconteciam no alto e baixo Canadá (Ontário e Québec, respectivamente). O comandante Durhan tinha a fama de ser um liberal, mas suas recomendações no relatório deixaram o povo do Québec totalmente frustrados e indignados. A proposta básica do relatório era unir o alto e o baixo Canadá sob o domínio dos ingleses porque, segundo Durhan expressou em seu relatório: o povo do Québec era “*un peuple sans littérature et sans histoire*” (Um povo sem literatura e sem história (selvagens) ) entre outros termos depreciativos.

traços da identidade quebequense que futura e progressivamente se cristalizaria em seus grandes eixos e linhas.

O jornalismo nesse contexto de formação da identidade assume papel preponderante ao promover e estimular o imaginário coletivo, gerando, no escopo social em que se desenvolve, espectros definidores para a composição de sentidos compartilhados. Assim, podemos dizer que o jornalismo atua na construção de um imaginário identitário e o faz quando remete fatos noticiosos contextualizando-os e levando-os ao encontro de supostos “desejos” e preocupações de seus leitores.

A língua francesa implantada em diversas partes do Canadá e até entre populações mais isoladas, cuja variante chamada de *québécois* (*le joul*) representa a mais praticada, remete a uma parcela da nação que vislumbrava de forma mais veemente e há algumas décadas, sua independência política. Essa condição está ligada a referências históricas que incidem sobre as constituições e progressos sociais que reforçam contornos e definem identidades não somente no que concerne à Província do Québec, mas em relação às populações do Canadá como um todo e em menor grau, comunidades francófonas minoritárias fora da região do Québec, a saber: na província de Manitoba, Nouveau Brunswick, Nouveau Foundland e Labrador e Vancouver.

Após a Segunda Grande Guerra, o Québec ainda era uma região predominantemente rural com fortes influências da igreja católica. Nesse contexto, o jornalismo produzido pelo *La Presse* e *Le Journal de Montréal* e *Le Journal de Québec* começaram a difundir ideias do movimento chamado posteriormente de *Révolution Tranquille*.

Em meados dos anos 50 e início dos anos 60, o governo Duplessis (1944-1959) instituiu importantes mudanças no Québec. As metamorfoses estavam permeadas pelo conservadorismo praticado pelos governos anteriores. Havia na época, uma forte crença no sucesso econômico do país, mas as ações do governo delegavam o desenvolvimento da província às grandes empresas dos Estados Unidos. Esse período foi considerado “negro” para a história do Québec. Havia leis elaboradas visando os “calar” os considerados subversivos. Naturalmente: sindicalistas, reformistas e sobretudo, jornalistas.

Em 1958, o jornal *Le Devoir* publicou um dossiê denunciando os esquemas de corrupção do governo Duplessis e a venda do capital de empresas quebequenses para a iniciativa privada. Foi nessa época que as mudanças sociais, que configurariam a *Révolution Tranquille* e levariam ao desenvolvimento do Québec se fortaleceram. Nesse contexto, o jornalismo exerceu papel crucial na construção dos eventos que definiriam também o que se poderíamos acreditar ser hoje alguns dos

traços que indicam, *grosso modo*, a identidade quebequense. Nesse cenário, o *La Presse*, o *Le Journal de Québec* e posteriormente *Le journal de Montréal* atuaram de maneira a informar a sociedade dos desdobramentos que essas mudanças acarretariam.

*Le journal de Québec* começou a circular em 6 de março de 1967, mas essa data é tão somente uma referência fundatória relativa a esse organismo de imprensa. Os fatos históricos em si, remetem a acontecimentos anteriores que abarcam séculos de constituição, sendo marcantes para os desdobramentos dos sentidos atribuídos às entidades iconotextuais aqui examinadas.

A meu ver, com base em minhas leituras (RUBLESKI, 2013, FELIPPI, 2006, STASIAK & SANTI, 2011) traços sobre a identidade do público leitor podem ser relacionados aquilo que ele consome enquanto sujeito, através de suas relações com os produtos da imprensa que, em certa medida, o representam culturalmente e também, de maneira reflexiva, contribuem para a constituição de sua identidade, ou também para ativar sentimentos de pertencimento a determinados seguimentos sociais.

### 3.2 A Revolução Tranquila

A Revolução Tranquila foi um período de grandes mudanças no Québec a partir sobretudo dos anos 1960. A primeira menção ao termo Revolução Tranquila apareceu no jornal *The Globe and Mail* em meados dos anos 60 e define grandemente o processo de transformações que vinha se desenvolvendo na sociedade quebequense.

Com a subida ao poder do Partido Liberal<sup>63</sup>, Jean Lesage começou uma série de mudanças que davam continuidade, em certa medida, ao governo de Duplessis. O pacote de reformas sociais propostas por Lesage incluíram: assistência hospitalização, aposentadoria, central de empregos, e também a nacionalização dos recursos hídricos e das centrais elétricas do Québec. Essa nacionalização da eletricidade do Québec foi o grande motor da economia da região na época. Hoje a *Hydro Québec*<sup>64</sup> ainda é responsável por uma fatia importante da economia do Québec, além de fornecer energia para a província, a *Hydro Québec* vende os excedentes para o Canadá e para os Estados Unidos.

---

<sup>63</sup> <http://www.plq.org/fr>

<sup>64</sup> <http://www.hydroquebec.com/a-propos-hydro-quebec/qui-sommes-nous/histoire-hydro-quebec.html>

Foi também durante o governo de Lesage que foi criado o ministério da educação do Québec, bem como a criação do ministério da cultura do Québec. Outras mudanças importantes que já sinalizavam traços identitários foram a mudança na cédula de identidade e o direito ao voto se estendeu para todos acima de 18 anos (21 anos anteriormente). Essa mudança favoreceu e aumentou o número de votos que por sua vez representava melhor os interesses da província. Durante o período de mudanças, o Québec e sua população se mostrava cada vez mais interessado em seus próprios valores, sua própria economia e o controle total de quase tudo que era produzido na província.

Os ministérios recém-criados e outras instituições deram voz a novas reivindicações por parte da população. Foi nessa época que uma luta mais ostensiva pelo direito coletivo ganhou fôlego e o reconhecimento de sindicatos, direito a greve e reivindicações salariais foi institucionalizado pela lei da função pública (1965)<sup>65</sup>.

No âmbito educacional, as mudanças foram enormes. Os anos 1960 marcaram a adolescência dos *baby-bombers*<sup>66</sup>. O Québec não dispunha de escolas suficientes para acolher todos. As mudanças nesse setor favoreceram a valorização da educação como um bem imaterial. O governo investiu muito nas comissões escolares e o controle das escolas saiu progressivamente das mãos da Igreja Católica. A obrigatoriedade escolar passou da idade dos quatorze para dezesseis anos e o ensino era subsidiado pelo governo até o quinto ano do secundário.

Entre as providencias tomadas pelo recém-criado ministério da educação através do *rapport parent*<sup>67</sup> estavam: estabelecer a gratuidade escolar; abrir novas escolas; transferir o controle da educação para o Estado; substituir as escolas clássicas por escolas polivalentes com uma

---

<sup>65</sup> Loi sur la fonction publique Chapitre F-3.1.1

<sup>66</sup> *Baby-bombers* é a nomenclatura que se dá aos nascidos depois da Segunda Guerra Mundial. A grande depressão de 1929, seguida da Primeira guerra Mundial e logo depois da Segunda Guerra Mundial causou um declínio nas taxas de natalidade do Québec. Tal fato se legitima, visto que as incertezas econômicas e a expectativa de vida na época eram bem baixas. Após a Segunda Guerra Mundial, o governo do Québec investiu grandemente em políticas públicas que estimulassem o aumento na taxa de natalidade. O resultado foi melhor do que o esperado, sobretudo apoiado pelas mudanças sociais que vinha acontecendo no Québec.

<sup>67</sup> O *Rapport Parent* estabeleceu novas regras que tiravam da Igreja Católica o controle da educação, tornando-a um bem democrático e necessário. A educação deixou de ser tratada como objeto de luxo, aonde só tinham acesso a escolarização as famílias mais abastadas.

formação social mais abrangente e facilitar o acesso à educação de adultos.

O governo controlava as escolas primárias, porém essas ainda mantinham seu sistema confessional. Os jornais eram utilizados como objeto de alfabetização e pode-se dizer também como veiculadores das ideias e ideais que permeavam a sociedade quebequense. As comissões escolares se dividiam em católicas e protestantes. Também, com o intuito de democratizar a educação foi criado o programa de empréstimos e bolsas, dando assim oportunidades quase iguais a todos de terem acesso à educação.

A Revolução Tranquila para os francófonos quebequenses pode ser considerada um episódio de caráter identitário e não apenas um acontecimento histórico, embora existam divergências sobre a validade dessa valoração, não creio que possamos chegar a um consenso a respeito desse complexo factual, ideológico e discursivo.

A Revolução Tranquila tem para o Québec, igual importância e valor, que a mesma questão meta-histórica de 1775 e 1789 teve nos Estados Unidos e na França. Ela se relaciona aos momentos fundadores, ou reformadores, no caso da atualização do Québec (LÉTOURNEAU, 2000)<sup>68</sup>

Em 1967 foram criados os CÉGEPS<sup>69</sup>, oferecendo cursos de tecnólogos e formação profissional para as áreas mais necessárias no Québec. No mesmo ano também foi instituída a rede de universidades do Québec, associando as já existentes *Université de Montréal*, *Université Laval* e *Université de Sherbrooke*.

No plano social, essa época foi marcada pela avanço e aumento das organizações sindicais fortalecendo as relações de trabalho dentro do sistema capitalista e a luta por importantes mudanças relativas ao regime de trabalho e condições salariais. O papel da mulher também ganhou destaque substancial. O feminismo eclodiu com a eleição da primeira mulher a um cargo público e com a votação da lei 16 (1964) que concedia plenos direitos as mulheres de ocuparem quaisquer cargos públicos ou privados, bem como erradicava a incapacidade da mulher casada de

---

<sup>68</sup> Parce que la Révolution tranquille se veut, pour les québécois francophones, un épisode identitaire tout autant, sinon plus, qu'un événement historique, je ne crois pas que l'on puisse parvenir à une interprétation consensuelle de ce complexe factuel, idéologique et discursif. La Révolution tranquille a, au Québec français, la même importance et valeur, donc le même enjeu métahistorique, que 1775 et 1789 ont aux États-Unis et en France. Il s'agit de moments fondateurs – ou refondateurs dans le cas de l'aggiornamento québécois. (LÉTOURNEAU, 2000)

<sup>69</sup> Les collèges d'enseignement général et professionnel.

decidir por si mesma sem a anuência do marido. O acesso à educação por parte das mulheres também foi favorecido com as recentes mudanças no sistema educacional e o acesso às universidades aumentou exponencialmente. Ainda no contexto do papel da mulher é importante destacar a pílula contraceptiva, disponível no Canadá a partir de 1961. O acesso a essa revolução médica deu as mulheres controle sobre o próprio corpo e uma nova mentalidade se formou, entretanto, a disponibilidade da pílula fez que o número de nascimentos reduzisse.

Em 1965, com a criação da Federação das Mulheres do Québec<sup>70</sup>, a situação da mulher ganhou um outro *status* e as reivindicações por equiparação salarial, aumento no número de creches e licença maternidade repercutiram positivamente na sociedade, visto que a força de mão de obra no Québec em meados dos anos 1960 eram de aproximadamente um terço formado por mulheres.

As relações Igreja/Estado se enfraqueceram no decorrer da Revolução Tranquila. Os ideais do partido liberal já sinalizavam para uma maior autonomia da província. Tais valores permearam o pensamento coletivo e a Igreja se enfraqueceu. Cada vez menos a população frequentava as missas e o povo ansiava por liberdade de pensamento. O Jornal, nesse contexto, fazia o *mise en scène* difundindo esses novos valores libertários.

No que se diz respeito à saúde, as mudanças ocorridas durante a Revolução Tranquila garantiram gratuidade, primeiramente em nível hospitalar e ainda durante os anos 1960 a todo o sistema de saúde da província. Todas essas mudanças vinham ao encontro da afirmação do nacionalismo quebequense.

Os franco canadenses passaram a se auto denominar *québécois* (*es*). Esse nacionalismo latente visava entre outras coisas afirmar a posição e diferença do Québec diante do Canadá anglófono. Foi um movimento que visava a descolonização anglo-saxônica impulsionado baseado sobretudo nos processos históricos que indicavam uma soberania pretendida desde sua colonização.

O nacionalismo do Québec cada vez mais saltava aos olhos e ganhava destaque nos principais jornais. Era evidente as diferenças entre os anglo canadenses e os franco canadenses. Movimentos independentistas como o *Rassemblement pour l'Indépendance nationale*[RIN] (1960) e o *Front de libération du Québec* [FLQ] (1963) davam o tom da diferença sócio cultural e indicavam traços da identidade do Québec. A Revolução Tranquila permitiu que o Québec trouxesse a

---

<sup>70</sup> <http://www.ffq.qc.ca/>

tona as diferenças marcantes que diferenciavam os francófonos dos anglófonos. A língua francesa foi um dos elementos responsáveis por marcar essa diferença. Em 1961, o governo do Québec criou o *l'Office de la langue française*, que visava promover o uso do francês no Québec. Concomitantemente, outras iniciativas massificaram a veiculação da “cultura” *québécoise* com a criação da rede de bibliotecas do Québec, a conservação da história da província, sobretudo com a manutenção dos acervos dos jornais impressos (hoje microfilmados), a criação da Radio Québec (Rádio e TV) que difundia os valores e a história do Québec, a criação de inúmeros espaços culturais (museus, salas de concertos, teatros, etc) sobretudo a *Place des Arts*<sup>71</sup> (1963) em Montréal. Ainda hoje a *Place des Arts* é o maior complexo cultural do Canadá e um dos mais importantes do mundo.

Língua e sociedade podem ser considerados como frente e verso de nossas singularidades e, por extensão, de nossa identidade; se o Québec não tivesse uma língua diferente do resto do Canadá, provavelmente, seria rapidamente folclorizado. Sem os elos íntimos com a sociedade que a pratica, a língua francesa no Québec poderia fenecer rapidamente. Portanto, há uma ligação necessária entre língua, sociedade, história, antropologia e política, e a vitalidade de um deve obrigatoriamente passar pelo outro (cf. *La Politique Culturelle du Québec*).<sup>72</sup> Essas convergências voltadas à manutenção da “cultura” quebequense e da língua francesa foram tão importantes que em 1969 o governo do Canadá oficializou o inglês e o francês como as duas línguas oficiais do país. Segundo *La politique culturelle du Québec* a promoção e manutenção da língua francesa no Québec é uma questão que permeia toda a política interna e externa do governo.

Em nível governamental, diversos órgãos continuam envolvidos na promoção do francês: organizações estabelecidas em virtude da Carta da Língua Francesa para a francisação nos meios de trabalho e na comunidade em geral; Ministérios da Educação, do Ensino Superior e da

---

<sup>71</sup> O complexo da *Place des Arts* é composto por seis salas de espetáculos apresentando mais de 1.000 eventos por ano e o Museu de Arte Contemporânea e seu espaço total é de 100.000 metros quadrados incluindo a sua Esplanada onde acontece grandes eventos abertos (i.e. Festival de Jazz de Montréal).

<sup>72</sup> La langue et la culture constituent l'envers et l'endroit, l'endroit et l'envers de notre spécificité et de notre identité ; sans langue différente de l'ensemble canadien, le Québec serait rapidement folklorisé ; sans culture différente, notre langue n'aurait plus d'utilité et serait rapidement en déperdition. Il y a donc un lien de nécessité entre culture et langue, et la vitalité d'une passe obligatoirement par l'autre.

Ciência para o aprendizado e domínio da língua; a comunidade cultural e de imigração para os imigrantes; as comunicações na área de TI, novas tecnologias e meios de comunicação; relações internacionais para a participação e contribuição do Québec nas redes de francofonia internacional; Secretaria de Assuntos Intergovernamentais canadenses, promovendo o diálogo e a cooperação com os francófonos fora do Québec; Departamento de Assuntos Culturais, em particular para divulgação dos produtos culturais francófonos.

As bases linguísticas do Québec já estão bem estabelecidas, através do desenvolvimento dos meios de comunicação, a “continentalização” da economia, a globalização da informação e também é importante citar alguns eventos recentes como: a constante e crescente demanda por habilidades de linguagem em quase todo os meios de trabalho. Nesse sentido, o domínio da língua francesa ganhou agora maior destaque e sua valorização parece ser cada vez mais necessária especialmente depois que as recentes avaliações indicaram fraquezas relativas domínio do francês no Québec; essas avaliações frequentemente têm como alvo o público estudantil, mas também, cada vez mais indicam o nível no local de trabalho e dos meios de comunicação.

No final dos anos 1960 e início dos anos 1970 a crise petrolífera afetou fortemente toda a América do Norte. Com objetivo de diminuir o desemprego e a necessidade do uso do petróleo, gás para aquecimento, o governo investiu em grandes projetos que garantiram empregos para os quebequenses. Destaca-se o prolongamento do metro de Montréal, o complexo olímpico em Montréal, a construção de barragens no norte da província e o novo aeroporto de Montréal.

Enquanto que as regiões urbanas eram visivelmente a favor das mudanças sociais, as regiões rurais (mais “católicas”) mostravam-se descontentes com as políticas sócio econômicas promovidas durante a Revolução Tranquila, principalmente devido ao aumento crescente dos impostos para financiar todas as obras que o governo considerava necessárias para o desenvolvimento do Québec.

### **3.3 O Jornalismo no Canadá e no Québec**

Em primeiro lugar, é necessário aceitar que a mídia está sempre a serviço dos poderes, aliás, como observa BARTHES (1980), a influência das forças políticas sobre a mídia é onipresente. Por sua vez, os registros da mídia influenciam a opinião pública. A mídia “determina o conteúdo da notícia, e é a lente através da qual as pessoas moldam o seu



conhecimento, a sua compreensão do mundo e sua crença JAMIESON & WALDMAN (2003, p. 39).<sup>73</sup>

Segundo WALLACE (1948), no Canadá o processo de estabelecimento do jornalismo ocorreu em sentido inverso daquele comumente encontrado em outros países, sobretudo nas matrizes britânica e francesa que o colonizaram o país. Se nessas culturas o livro precedeu as produções escritas entendidas como texto jornalístico, no Canadá o jornalismo surgiu antes. Posteriormente aos jornais, começaram a ser publicados livros e panfletos.

Os primeiros jornais do Canadá eram basicamente informes governamentais com poucas notícias locais e muitas notícias estrangeiras: da Inglaterra e da França. Mesmo com seu teor quase anódino, já na época alguns jornalistas eram presos por expressarem opiniões nos editoriais que destoavam das ordens vigentes. Essas opiniões divergentes são mantidas até o presente. Por conta disso, parece haver no Canadá um jornalismo bastante crítico e que, por vezes, se declara “neutro”.

O primeiro jornal publicado no Canadá foi o *Halifax Gazette* (em inglês) em 1752, que continua, ainda hoje em circulação sob o nome de *The Royal Gazette*. O segundo jornal no Canadá foi estabelecido na província do Québec e se chamava *Gazette de Québec* ou *Québec Gazette* (1764 – 1874). *Québec Gazette* foi o primeiro jornal a ser publicado em francês e em inglês. Na sequência surgiu em *Montréal* o *Gazette Littéraire* em 1778 e posteriormente, após seu fechamento, um ano depois (em 1779) foi reativado sob o nome de *Gazette de Montréal* editado primeiramente em francês, depois em inglês e francês e nos dias atuais, publicado somente em inglês sob o nome *The Montreal Gazette*.

Nos anos seguintes surgiram outros jornais em outras províncias do Canadá (*Upper Canada Gazette* (1793), *Nor'Wester* (1859), *Le Courrier de la Nouvelle Calédonie* (1858), *Vancouver Island's Gazette* (1858).

Se por um lado, os jornais que apoiavam o governo eram beneficiados e tinham uma renda mais estável para manutenção de suas impressões. Por outro lado, os jornais mais independentes ou contrários ao governo tinham que contar com a venda de anúncios e assinaturas

---

<sup>73</sup> Dans un premier temps, il est nécessaire de comprendre le rôle des médias dans la mise en forme de l'information et donc dans la représentation de la réalité. L'influence médiatique sur l'opinion publique est majeure « parce qu'elle détermine le contenu des nouvelles, et constitue la lentille à travers laquelle les citoyens forgent leur savoir, leur compréhension du monde et leurs conviction » JAMIESON & WALDMAN (2003, p.39).

como forma de subvenção para poderem ser impressos e circular. Por conta das dificuldades financeiras, durante esse período, entre 1813 e 1881, surgiram e sucumbiram diversos jornais independentes por todo o Canadá.

Em 1830, os jornais tinham edições semanais e eram impressos em prensas de madeira. Com a chegada das prensas de ferro, a partir de 1832, começaram a surgir os jornais diários. A primeira tentativa de publicação diária foi o *Royal Standard* (1836) e nos anos seguintes várias foram as tentativas de tiragens duas ou três vezes por semana. A grande revolução veio com a chegada das prensas a vapor e o implemento da recente invenção da linotipo. Nos anos seguintes, a expansão da indústria jornalística foi inevitável e entre 1880 e 1890 o jornalismo no Canadá foi tido como um dos grandes negócios da época. Seus títulos de ações eram as mais bem cotadas na bolsa.

Progressivamente o jornal se configurou como o conhecemos hoje, ou seja, uma colcha de retalhos de informações e de opiniões, notícias locais e internacionais, política e esportes, texto e ilustração, publicidade e crônicas: sérias, frívolas, emocionantes ou entediantes. Obviamente, a imprensa não é um objeto homogêneo: cada caderno de um jornal assume peculiaridades e singularidades. O jornal diário renova-se constantemente e todos os jornais buscam se distinguir de seus concorrentes em algum sentido. Mas *derrière les rideaux* (por trás das cortinas) desta aparente diversidade existem regras constantes a serem observadas, acordos e convenções, além de práticas de negócios que visam garantir a inteligibilidade global do fenômeno. CHARON & BONVILLE (1996 p. 18)<sup>74</sup>

A capacidade de realizar grandes tiragens possibilitou e concedeu ao jornalismo no Canadá a oportunidade de atingir as massas, o que por um lado parecia, a princípio, algo bom (disseminação de informações), tornou-se, talvez até hoje, o principal problema, uma vez que os jornais continuam sendo mantidos, em sua maioria, pelos anunciantes.

---

<sup>74</sup> Le journal est alors apparu tel que nous le connaissons aujourd'hui : un assemblage hétéroclite d'information et d'opinion, de nouvelles locales et internationales, de politique et de sports, de texte et d'illustration, de publicité et d'articles, de sérieux et de futile, de passionnant et d'ennuyant. A l'évidence, la presse n'est pas un objet homogène : chaque partie du journal est singulière, chaque jour le journal se renouvelle, et chaque journal se distingue de ses concurrents. Mais sous cette apparente diversité, sous ces formes sans cesse dissoutes et reconstruites, des constantes règles, conventions, pratiques professionnelles, assurent l'intelligibilité globale du phénomène. CHARON & BONVILLE (1996, p. 18).

Anunciantes são comerciantes e exigem circulação da informação. A necessidade de comércio ágil para as empresas depende de suas publicidades. O excesso de publicidades gera declínio nos padrões de qualidade do jornalismo.

Uma característica interessante na imprensa quebequense a partir dos anos 30 foi que as redações dos jornais contavam com tradutores. O papel dos tradutores foi, outrora, fundamental para a veiculação das notícias durante, por exemplo, períodos de guerra. Com a legitimação da profissão, até hoje as redações contam com tradutores. Nesse sentido, pode-se afirmar que a relação entre a atividade de tradução e o jornalismo no Québec sempre esteve fixada e de forma abrangente, não só pela necessidade eminente do contato entre Canadá anglófono e francófono, mas também com outras culturas existentes no território.

O Québec edita atualmente mais de uma dezena de jornais<sup>75</sup> diários, dentre os quais se pode destacar:

---

<sup>75</sup> Fédération Professionnelle de journalistes du Québec <http://www.fpjq.org>

Grupo	Título (s)	Nº de exemplares por semana
Gesca (Power)	La Presse	1.280,884
	La Tribune	200.190
	La Voix de l'Est	91.688
	Le Nouvelliste	264.520
	Le Soleil	584.337
	Le Quotidien	164.997
	Le Droit	218.061
Quebecor	Le Journal de Montréal	1.927,589
	Le Journal de Québec	867.244
	24 Heures	728.415
Postmedia Network	The Gazette	1.134.031
Transcontinental	Métro	759.835
Le Devoir Inc	Le Devoir	181.955
Glacier ventures International	The Record	23.255
Total	14 periódicos	8.427.001

Quadro 2 - Jornais editados e publicados no Québec<sup>76</sup>

O texto jornalístico exerce grande influência como formador de opinião em todas as sociedades e, isso não seria diferente no contexto canadense e quebequense. A produção jornalística no Canadá e na província do Québec marca opiniões sobre a realidade social daquele país e de suas regiões. Enquanto que em outros contextos, como o brasileiro, o jornalismo se desenvolve intralinguisticamente, no Canadá e no Québec o jornalismo é multilinguístico e multicultural. Por conta dessa característica inerente à nação canadense, o jornalismo pode ser tomado como mais ativo socialmente, sobretudo em razão das fricções entre as duas realidades linguístico-culturais preponderantes. As disputas históricas entre o Canadá inglês e o Canadá francês, circunscrito principalmente à Província de Québec, se refletem nos textos jornalísticos

<sup>76</sup> La presse quotidienne - Centre d'études sur le Médias(2010)

dessas regiões até os dias atuais, tal como foi possível constatar na charge que examinamos, explicitamente marcada por lembranças do passado católico das populações provindas da França, apesar da prática eclesiástica ter, praticamente, desaparecido dos costumes das populações francófonas.

Nesse cenário, o texto jornalístico permite analisar como as produções escritas expressam essas marcas antropológicas, sociológicas e políticas que por vezes podem parecer sutis ao leitor leigo ou desavisado, mas que mesmo aparentemente inocentes, continuam, ainda no século XXI, sendo primordiais que se entendam as relações entre tradução, poder e identidade. No caso específico da charge examinada, naturalmente nos remetemos especificamente à charge examinada concernentes a fatos que remetem às tramas políticas do Québec.

No contexto antropológico ao qual esta tese remete, temos os dois pólos principais – anglófono e francófono – dialogando com intensidade para marcar superioridade. A diferença fundamental entre essas sociedades está fortemente delineada não somente pelas línguas, mas principalmente por percursos históricos e seus laços políticos. Naturalmente, durante quase 300 anos o francês se impôs como língua hegemônica. Após a Segunda Grande Guerra, o inglês passou a ser considerado como língua franca, elevando o *status* políticos e econômico dos países protestantes, anglófonos e aliados ao eixo virtual que só se atualiza em situações de conflitos graves, nos quais cada nação considerada aliada é convidada a expor seu apoio.

Para o povo do Québec, a língua é uma marca do patrimônio identitário da província e é disseminada, controlada e valorizada como tal através de eventos literários, culturais, estímulo ao estudo do francês desde os primeiros anos escolares. Mesmo sendo o Canadá oficialmente bilíngue, a língua primeira da Província do Québec é o francês (*québécois*). Além dos nativos terem o francês como língua “oficial”, o governo também estimula e impõe a aprendizagem da língua francesa para todos os imigrantes que queiram se estabelecer na região do Québec.

Observa-se, então, que a língua francesa se pauta como instrumento poderoso para a manutenção de valores sociais e identitários conquistados por meio de batalhas e revoluções e que, também, o processo de imigração da Província do Québec utiliza-se desse recurso para ampliar o número de praticantes do *québécois*. A língua parece ser tomada como componente de integração e garantia de manutenção de concatenação de traços identitários. Nesse cenário o jornalismo se mostra com um referencial relevante como processo de transmissão de ideologias, de costumes, de posicionamentos partidários e de

identificação. O jornalismo no Québec obedece a regras rígidas que a crítica externa diz *limitar o fazer jornalístico naquela sociedade*. Dentre as questões gerais do jornalismo no Québec, SAINT-JEAN (2005) destaca:

Antes de associar a definição de conceitos relacionados à ética, é importante lembrar os vários direitos e responsabilidades que regem a prática da imprensa, tal como definido no documento do Conselho de Imprensa de Quebec (2003). Entre os direitos fundamentais estão o livre acesso dos meios de comunicação e dos jornalistas à informação, à proteção das fontes jornalísticas e materiais, o direito de usar a pesquisa como um meio para procurar informação e a liberdade de tratar e divulgar informações sem censura. (SAINT-JEAN, 2005, p. 45.)<sup>77</sup>[tradução do autor]

Por si só o jornalismo, embora se autodenomine – diga-se utopicamente – “imparcial”, carrega em seu fazer diário escolhas cerceadas por sistemas maiores que o regem. Fato similar pode afetar a atividade tradutória. Mesmo que alguns teóricos tenham discutido questões como invisibilidade (do tradutor), domesticação, estrangeirização, fidelidade (cf. VENUTTI, 1998; SCHLEIERMACHER, 2006; BERMAN, 2002), a teoria não isola o tradutor das investidas políticas. De qualquer forma, mesmo que se concedesse liberdade ao jornalista e ao tradutor, seus propósitos, por si, estariam permeados por ideologias e interferências políticas. Logo, não se trata de trabalhar de forma binária e supor que há margens isentas diante de margens ideológicas. Como afirma BARTHES (1990), DEFAYS (1996), Yuste Frías, no “*entre deux*” (i.e. no grau zero, no umbral, no vestíbulo), as fricções promovem diferentes graus de isenção e diferentes graus de implicação política. À maneira de trapacear os poderes e as ideologias BARTHES (1973) chama de *Literatura*. Somente no escopo do fantástico, do maravilhoso, do ficcional, isto é, nas circunscrições dos espaços diegéticos, é possível criar ambientes em que

---

<sup>77</sup> Avant de se pencher sur la définition des concepts reliés à l'éthique, il est important de faire un rappel des différents droits et responsabilités qui encadrent la pratique de la presse tels que définis dans le document du Conseil de presse du Québec (2003). Parmi les droits fondamentaux, se trouvent le libre accès des médias et des journalistes à l'information, la protection des sources et du matériel journalistiques, le droit à l'utilisation de sondage comme moyen de recherche d'information et la liberté de traiter et de diffuser l'information sans censure. (SAINT-JEAN, 2005, p. 45 )

as ordens podem ser parcialmente negligenciadas. Todo o resto decorre de construções progressivas que partem do ancestral do qual trata Jung, ao específico e cognitivo idiossincrásico do qual trata as neurociências modernas.

No espaço físico canadense, multicultural, trata-se de opor politicamente duas sociedades distintas, marcadas por línguas diferentes, uma de origem germânica, outra de vertente latina, que produzem discursos identitários sobre assuntos [fatos] que são de seus interesses dentro de uma agenda política definida historicamente. Atualmente talvez um pouco menos contundente do que fora na época da Revolução Tranquila, a charge que compõe o objeto de estudo desse trabalho pode ser considerada como um dos principais instigadores sociais para definir as relações de poder e identidade tanto do Canadá de forma geral quanto na circunscrição da Província do Québec de modo específico.

### 3.4 A Tradução no Canadá

Segundo DESLISLE (2011) em um verbete sobre a *Canadian Tradition* (Tradição canadense) publicado na *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. Em 1534, Jacques Cartier entrou em contato com tribos indígenas e devido a necessidade da comunicação se utilizou de mímica para os primeiros contatos. Antes de seu retorno à França, Cartier levou consigo para o Velho Continente dois filhos de iroqueses. Na Europa os ensinou os princípios da língua francesa. Esses dois nativos teriam se tornado os primeiros intérpretes da nova colônia. Mais tarde, esses nativos elaboraram a primeiro dicionário bilíngue Iroquês/Francês. Posteriormente, no início do século XVII, Champlain criou a primeira instituição de intérpretes residentes, que viviam com os nativos e auxiliavam os comerciantes no contato com os povos autóctones. Esses intérpretes eram essencialmente comerciantes locais e importantes responsáveis pelo desenvolvimento econômico na época. Sem o auxílio deles era impossível vender qualquer produto. Em Montréal seus serviços eram requeridos na corte para julgar ações com indígenas, bem como eram requisitados interpretes para o inglês e para o holandês nos *affaires* (casos jurídicos) envolvendo mercadores falantes dessas línguas.

Em 1682, Joseph-Antonie de La Barre, então governador da *Nouvelle France* (atual Québec), declarou a respeito dos intérpretes: “*One type of person who is indispensable to the service of the king in this country is the interpreter*” (Uma pessoa que é indispensável para o serviço do Rei nesse país é o intérprete). A partir de 1760, com a rendição de Montréal e a tomada do poder pelos ingleses, foi a vez dos anglófonos

organizarem a administração do Canadá. Os ingleses reduziram as opções de profissões para os franco-canadenses e criaram um tipo de carreira chamada de “tradução”. Os intérpretes que outrora, durante o regime francês, tinham grande importância; nunca deixariam de ocupar posições cruciais nas negociações de diferentes ordens. Grandes empresas continuavam a contratar intérpretes. A *North West Company*, no século XVIII, contava com 68 intérpretes, sendo 56 francófonos e 12 anglófonos.

Em 1841, a assembleia legislativa do Canadá reconheceu a tradução como elemento de fundamental importância para o desenvolvimento do país. A tradução literária<sup>78</sup> não teve grande destaque nos primeiros 300 anos da história do Canadá, porém textos de todos os outros gêneros foram intensamente traduzidos. Tal configuração se deve primeiramente às leis do uso da língua e às políticas adotadas pelos governos. Em segundo lugar, pelo incentivo na disseminação de produções literárias importadas da Inglaterra e da França.

Em 1969, com a adoção do ato oficial das línguas<sup>79</sup>, o escritório oficial de tradução cresceu exponencialmente, com um orçamento anual de 86 milhões. O escritório traduziu nas direções francês-inglês, aproximadamente 300 milhões de palavras por ano e o departamento multilíngue aproximadamente 20 milhões de palavras em 60 línguas diferentes. Na ocasião o escritório contava com uma equipe de 500 tradutores *freelances*, além de tradutores internos.

Em 1970, com o desenvolvimento do projeto TERMINUM<sup>80</sup>, o escritório de tradução começou a se interessar pela *machine translation* (tradução por máquina). Um grupo de pesquisa em tradução da Universidade de Montréal desenvolveu o projeto TAUM-MÉTEO. A partir dessa época todos os boletins meteorológicos canadenses passaram a ser traduzidos 100% por computador, isto é, de forma automática.

O escritório de tradução não é apenas o maior empregador de tradutores no Canadá, mas também importante implementador de

---

<sup>78</sup> A tradução literária não teve importância no Canadá até o final dos anos 50. Só a partir de 1960 é que começaram as primeiras traduções de grandes romances. A partir de então, a tradução literária floresceu principalmente graças ao *Canada Council's Translation Programme* [Programa de tradução do conselho canadense] e, posteriormente em meados dos anos 70, o estabelecimento de editoras bilíngues no Québec e a criação a Associação de tradutores literários.

<sup>79</sup> O *Official Language Act* [ato oficial das línguas] oficializou o francês e o inglês como línguas do Canadá e o biculturalismo como marcas do país.

<sup>80</sup> Bancos de dados terminológicos contendo por volta de um milhão e meio de termos. Referência internacional para tradutores e terminólogos. Disponível em <http://www.termiuplus.gc.ca/>



políticas relativas ao bilinguismo e ao multiculturalismo. Cabe ressaltar que 85% das traduções no Canadá são do Inglês para o Francês. Dessa forma, vê-se que existe uma demanda enorme por parte do Québec em agregar conhecimento novos a partir de informações oferecidas por textos traduzidos.

A tradução no Canadá é uma indústria que emprega anualmente mais de 6.000 profissionais, sem contar com as centenas de outros tradutores *freelances*. No Canadá, a profissão de tradutor está mais bem estruturada do que em qualquer outro país do mundo. Há 25 diferentes associações que congregam tradutores, intérpretes e terminologistas. A mais antiga associação de tradutores e interpretes do Canadá (*Association of Translators and Interpreters of Ontário - ATIO*) (Associação de tradutores e interpretes de Ontário) foi estabelecida em 1920 e conta hoje com mais de 1000 membros. Em 1940 foi fundada a *Ordre des Traducteurs et Interprètes agréés du Québec - OTIAQ* (Ordem dos tradutores e interpretes acreditados do Québec) que tem hoje com mais de 2000 membros.

Em 1989, a assembleia provincial de Ontário reconheceu os tradutores, intérpretes e terminólogos da ATIO e conferiu a eles o direito exclusivo de utilizar os títulos de *certified translator* (tradutor certificado), *certified interpreter* (intérprete certificado) e *certified terminologist* (terminólogo certificado) junto os seus respectivos nomes.

Juntas, as associações provinciais formam o *Canadian Translators and Interpreters Council* (Conselho de Tradutores e Interpretes do Canadá), órgão que representa a federação no âmbito internacional e também é responsável pela aplicação do exame de certificação e padronização das atividades das associações.

Além das muitas associações de tradutores, intérpretes e terminólogos, o Canadá é um país promissor em termos de publicações acerca das atividades tradutórias. Podemos começar citando a mais famosa publicação dedicada aos pesquisadores da tradução: a Revista *Meta* (1955); *TTR* (1988); *Terminology Update* (1968); *Ellipse* (1969); *OLF's Terminogramme* (1979); *OTIAQ's magazine circuit* (1983).

No âmbito do ensino de tradução, o Canadá também se destaca com instituições formando tradutores desde 1936 na *University of Ottawa* (Universidade de Ottawa); 1943 *McGill University* (Universidade McGill); 1953 *Université de Montréal* (Universidade de Montréal).

A multiplicação de associações profissionais, publicações especializadas e programas de formação refletem a importância da tradução no Canadá. É importante também sublinhar a existência de uma cooperação aberta entre associações, tradutores e professores dedicados

ao ensino da tradução. Assim, pode-se supor que os programas de ensino de tradução estão melhor adaptados para a realidade do mercado. Muitos dos tradutores formados nas universidades do Québec atuam no setor das comunicações e na redação dos principais jornais do Québec pode-se ver hoje uma presença marcante desses profissionais trabalhando na veiculação de notícias.

Os elementos apresentados nesse capítulo constituem epítextos que circundam o material examinado – a charge. Busquei expor, de forma breve, alguns pontos que considero cruciais para o entendimento da complexidade que envolve o politexto. Ao descrever os anos 1960 e o Canadá francófono, busquei, de forma geral, contextualizar o meu leitor sobre o principal período de mudanças ocorridas naquele país e que reverberam até hoje, como observado no capítulo II dedicado às análises. Na sequência, ainda dentro do período dos anos 1960, convidei meu leitor a vislumbrar algumas das principais mudanças ocorridas no Québec até o ano de 1970 de modo a melhor situar o leitor, também, sobre o contexto social do qual é oriunda a personagem caricaturada em nossa charge. Em seguida, apresentei um panorama *en passant* sobre a constituição do jornalismo no Canadá e pontualmente no Québec para novamente ancorar o leitor acerca da posição que o jornalismo ocupa naquele país e região. E, por último, busquei oferecer um panorama do cenário da tradução e sua importância no Canadá. Tal importância se dá: *i*) pela constituição do país, primeiramente, com o fluxo migratório vindo do Reino Unido (inglês) e da França (francês) e atualmente, majoritariamente, da China, Índia, Marrocos e em menor escala das américas central e do Sul e *ii*) o posicionamento político e a proteção do francês, especialmente na Província do Québec. Tal configuração trouxe para superfície a questão da tradução e sua importância para *acomodar* as diferenças que emergem em uma sociedade multicultural.

A seguir dedico algumas páginas as minhas considerações finais.

### **Considerações finais**

Se eu tentasse convencer meus leitores de que essa investigação visou conceder “uma” identidade – tautologicamente falando diante das aspas anteriores: “monolíticas” – a meu objeto de estudo e, por coerência, eu tivesse tentado provar que a redação do texto foi igualmente planejada para demonstrar homogeneidade através da adoção de “um” discurso (entre aspas para sublinhar o UNO) coeso e afim, confesso que estaria

falando sobre o impossível, algo como tentar destacar “um” e somente “um” estado sincrônico através da apreensão de elementos internos ao texto e aos demais elementos da ordem das linguagens que permeiam o objeto de estudo selecionado. Posteriormente, conceder a esse objeto “uma” roupagem matemática e, por pura sinédoque (ou por efeito metonímico), supor que há entendimento simultâneo em relação à compreensão manipulação que realizei, acreditando que meus leitores foram capazes de aceitar meus argumentos, constituiria outra falácia. Ora, confesso que tais suposições não iriam ao encontro de nenhuma lógica científica! Logo, como no texto literário, no qual abundam sinédoques com fins estilísticos e estéticos, com a consideração do politexto, pelo menos em sua essência multisemiótica e à luz da tradução&paratradução, não visei, aqui, nenhum final definitivo, mas tão somente meios possíveis para que, em um primeiro instante eu pudesse propor aproximações a respeito de traços identitários destacados a partir de um cerne permeado por margens locais e mais afastadas. Em um segundo momento, relacionei tais características e configurações com escopos mais amplos, acessando questões antropológicas, sociológicas e políticas, abrindo outras possibilidades de estudo. Então, finalmente, à luz de minha sinédoque, ou seja, na atribuição da parte pelo todo, pretendi que o estudo de meu politexto me oferecesse subsídios para falar com mais propriedade a respeito de questões ligadas à definição de possíveis traços identitários de cunho quebequense. Pelo menos que os percursos aqui propostos incitem sentimentos de *pertencimento* à quem for de interesse.

Como desvelei ao logo do politexto, à luz de visões de mais de uma centena de autores citados, a questão da identidade se define muito mais por sentimentos de pertencimento do que por traços que se possam ser catalogados e apresentados de forma axiomática. As raias que emanam de possíveis definições identitárias, sabemos, são tão extensas quanto a própria noção de língua(gem). Aliás, tão dialógicas quanto os diferentes códigos comunicativos. Mas, como não posso abrir meu discurso à divagações filosóficas exacerbadas, por aproximação, pretendo que o termo identidade possa ser tomado aqui como metonímia que me permitiu, pelo menos, supor que as parcialidades destacadas possam representar, em algum sentido, o todo que vislumbrei. Se recomeçasse, hoje, a pesquisa, poderia afirmar com bastante convicção que a *flor de lis*, abaixo representada de forma estilizada, poderia constituir minha nova delimitação. A partir dela, somente, me parece que seria possível falar, ainda com maior precisão, dos universos e das diversas realidades provisórias que a ancoram e, por conseguinte, evocar os universos humanos e biológicos aos quais se atrela e de onde provém seminalmente

para adentrar às tramas literárias, fantásticas, maravilhosas que nos relegam as realidades políticas, antropológicas e sociológicas.



Figura 25 – Flor de lis estilizada

Do ponto de vista cognitivo, artístico, retórico e, sobretudo, genérico, podemos aceitar que todo texto é resultado de processos de tradução (registro) de percepções idiossincráticas moduladas pelas subjetividades do sujeito psicanalítico. Em um estudo centrado sobre o texto, naturalmente não se tem acesso à processos mentais de forma direta, mas tão somente à rastros e fragmentos da manifestação desses atos abstratos. Como já observado, tampouco creio, com base em YUSTE FRÍAS (2014, 2012, 2010, 2007), que nós, tradutores, traduzamos as línguas, pois nossa atividade recai sobre textos: produtos palpáveis e analisáveis. A partir de sua materialização e ancoragem, através de suas margens referenciais, mais propriamente seus paratextos o texto é lido e então passa a existir.

Mesmo que o profissional do jornalismo realize interpretação e tradução (registro) com base em seu estilo pessoal, enquanto representante de um organismo maior (o jornal), ele estará cerceado por restrições (*constraints*) que conduzirão seu texto às afiliações políticas que cerceiam e, portanto, o definem. Por conseguinte, orientam também os percursos e circunscrições de seu órgão de imprensa. Enquanto agente definidor de opiniões, os engajamentos políticos se sobreporão, quase sempre, às individualidades do repórter, da agência de notícias, do redator de estúdio, dos designers. Neste sentido, a necessidade de ativar, a todo instante, o sentimento de pertencimento, parece constituir uma meta incontornável, aliás, os jornais são produtos comerciais e de barganha política.

A cristalização de traços identitários implica, inexoravelmente, a participação de uma série de setores da sociedade. O jornalismo é apenas mais um entre eles. Logo, cabe sempre modalizar a força de qualquer asserção que o coloque no centro de um processo tão complexo. De qualquer forma, os componentes presentes em nosso objeto de estudo de análise parecem reunir componentes emprestados pelo chargista à história, à antropologia, à política, a ponto de serem capazes, por

remissão, de representar a nação quebequense ao longo de seu processo de formação desde que seja explorado com intenções exaustivas. Cada uma dessas extensões parece escapar às tentativas de manipulação das realidades locais, pois se tratam de conjuntos de ancoragens e de referencialidades historicamente firmadas, e cujos trajetos não podem ser tão facilmente alterados. De modo breve, até mesmo os veículos de imprensa enfrentam limites e riscos, pois sempre haverá “verdades” que não permitem exposição, assim como fatos que recusam manipulações ou metamorfoses.

Acredito, enquanto pesquisador que nem todas as teses possuem proposições. Elas emergem principalmente de estudos de natureza estatística e para os quais se supõe a possibilidade de refutá-las ou anulá-las. A aceitação de uma proposição referenda, quase sempre, a definição de suposições sensatas, definidas com base no conhecimento anterior do objeto estudado. Caberia aqui, todavia, hipotetizar sobre esse ambiente pontual, destacado nesta tese, a respeito da possibilidade de se falar a partir de um centro em direção às margens que, por sua vez, refletirão concordâncias no sentido de que um centro previamente definido possa ser fixado. Em outras palavras, acreditamos que a partir de muitos voos sobre uma mesma entidade sejamos capazes de ampliar seus ecos e tratar dos escopos maiores que a permeiam. Seríamos, então, capazes de discorrer sobre a formação do Québec a partir, por exemplo, da “flor de lis” representada no pingente que usa a personagem da charge examinada, ou ainda, a partir de qualquer um dos elementos presentes no objeto de estudo. O contrário disso seria um sobrevoo sobre diversos objetos, sem a possibilidade de aprofundamentos razoáveis.

Nesse sentido, derivando as discussões acima para a tradução&paratradução e para o objeto de estudo de investigação desta tese, insisto que o emprego prático das premissas teóricas da tradução&paratradução, aplicadas ao tratamento de materiais de natureza iconotextual, em termos de *traductio*, constitui um recurso eficaz para a localização de traços capazes de definir traços da identidade de objetos e processos investigados. Trata-se de um procedimento que não obedece à linearidade, progressões cumulativas, tampouco estruturas circulares, mas que implica *aproximações* entre o ponto de partida e o ponto de chegada.

Para agir sob esta perspectiva teórica, primeiramente afastei a ideia de *translatio*, assim como as relações duais e opositivas que embalaram as Ciências Humanas sobretudo durante os séculos XIX e XX. Diferentemente, as ações realizadas à aura *traductio* implicam, necessariamente, dinamogenia que afete objetos, em níveis de tensão

elevados diante de processos de fricção incontornáveis. A interpretação e a tradução envolvem tensões, caso contrário tratariam de meras transposições.

Os choques aqui vislumbrados não significam embates entre pólos, mas sim evoluções geradas no cerne de crises que antecedem rupturas que, por sua vez, conduzem à intensificação do caráter plural inerente às subjetividades psicanalíticas do indivíduo interpretante. Logo, uma das maneiras para se buscar atingir igualdade em um processo de tradução ou de interpretação, como sugerido de forma provocadora, seria lançar um texto em língua “A” no *Google Translate* e obter um formato “B” similar aquele obtido em qualquer outro *hic*. Suponho que em 2015 os sistemas automáticos ainda não são capazes de realizar traduções aceitáveis de textos, principalmente entre determinados pares de língua. O *Google Translate* funcionará da mesma forma no Irã, na Grécia ou no Brasil, independentemente do par de línguas confrontado. Diferentemente, toda tradução realizada por agentes humanos será diferente das demais, mesmo sendo realizada pelos mesmos indivíduos, em condições similares.

À ótica de YUSTE FRÍAS (2014, 2012, 2010, 2007), a tradução não se desenvolve à égide de forças opositivas. Haverá sempre não somente um terceiro, quarto, n<sup>o</sup>, elemento implicado, mas também outros agentes e outras instâncias implicadas. Ademais, para traduzir o Outro, é preciso conhecer primeiramente a si. Posteriormente talvez estejamos à altura de traduzir ao Outro em postura de consideração e respeito às eventuais diferenças. Não se trata de buscar homogeneizar, mas de discutir politicamente as diferenças de forma horizontal e não vertical.

Segundo RAJAGOPALAN (2003) quando a tradução estiver respondendo aos poderes, ela poderá ser asseptizada. Diferentemente, quando contestar os poderes explicitará as diferenças que observa. Por tal razão, toda crise seguida de ruptura abalará os estados que incitam concatenações, monólitos, estruturas lineares, binaristas e opositivas. À ótica de YUSTE FRÍAS (2014, 2012, 2010, 2007), somente a definição de margens permite atestar a existência de um “centro”. Ao se deslocarem as margens, se o centro continuar no mesmo lugar, será porque ele existe tão somente em nossas suposições, ou seja, ele não corresponderá mais ao centro do fenômeno examinado, mas ao cerne de nossas suposições. No caso de uma coletividade, o centro poderá responder às expectativas políticas, econômicas ou mesmo idealizadas por forças dinâmogênicas de desejos em declínio ou em fenecimento. Como observa BARTHES (2004), todavia, o poder fenecido aqui brotará acolá e, inexoravelmente, do ponto de vista político, sempre se definirão novos centros e novos poderes.

À mesma ótica, cabe destacar que a noção de **translatio** não se sustenta diante da fragilidade da suposição de “um centro”. Uma vez que as margens são flexíveis e se deslocam, como sugerido: de forma inexorável. Considerar a existência de centros fixos corresponderia a insistir sobre o cerne de nossas suposições enquanto tradutores, e não propriamente sobre o ponto aproximativo e flutuante dos fenômenos examinados.

Logo, os avanços teóricos da atualidade parecem derivar para perspectivas menos axiomáticas e assépticas. No caso dos Estudos da Interpretação e da Tradução, modelos como o de YUSTE FRÍAS (2014, 2012, 2010, 2007), remetem prioritariamente à noção de **traductio**. Enquanto *translatio* pressupõe cultura comum (e.g. *Google Translate*); *traductio* pressupõe *culturas em comum* remetendo à noção de *comunhão*. Trata-se, no escopo desta tese, de conceitos operacionais já discutidos no Capítulo I, que remetem a unidades lexicais cujos traços semânticos são divididos com a denotação, primeira, de *comunicação*.

Com efeito, busco evocar aqui a metáfora de Haroldo de Campos – destacada por FALEIROS (2011) – a respeito da *tradução como vampirização*, passagem explicitada também no posfácio de *Deus e o Diabo* no *Fausto* de GOETHE (2004), que remete ao ato antropofágico de devoração do Outro como ato de renovação, ou seja, de forma breve: concessão de sangue novo ao texto fenecido.

Esta seria, em síntese, uma das contribuições a ser acrescentada a esta tese, ou seja, precisamente que o tradutor se situe não somente **diante** dos objetos examinados, mas que busque penetrar em seu **interior**, introduzindo em sua essência uma parte sua, não somente como forma de registrar suas marcas pessoais; senão como meio para se pensar que em sendo a língua um dos principais recursos de constituição de identidades e de compartilhamentos de traços identitários – assim como de experiências sensíveis (cf. RANCIÈRE, 2005) –, só poderia ser a partir dos registros da língua – dos textos – e de seu (re)conhecimento profundo, que se iniciam as negociações entre texto de partida e texto de chegada a partir de um *umbral* como lugar para o tradutor.

A luz de tais postulados, pode-se supor que o que ocorre em países como o Canadá é justamente a formação em trâmite – lento e progressivo – de identidades que antes de se firmarem experimentam unidade (comunhão) provisória baseada na partilha do sensível “parcial” (cf. RANCIÈRE, 2005). Em outras palavras, supor a existência de uma identidade canadense, quebequense corresponderia a buscar defini-la muito mais por meio da possibilidade de discursos socialmente

compartilhados – como portas para viabilizar comunicações – do que se supor uma identidade enraizada, dita “original” (sic!).

Ora, no caso canadense, os processos migratórios parecem conduzir a geração de movimentos identitários cujas transformações são muito ágeis. Talvez tais metamorfoses ocorram em razão de as conformações não estarem cerceadas por resistência de estados anteriores, uma vez que se trata de um país assumidamente povoado com vistas a criação de um país. Um país no qual o sentimento de nacionalismo não busca necessariamente negar a multiculturalidade, tampouco o sentimento ligados a eventuais terras primeiras, isto é, de origem.

Diferentemente, no Brasil, o país parece avançar adequadamente no âmbito do patrimônio privado. Todavia, este desenvolvimento parece acentuar a atribuição de prioridades axiológicas conferidas ao privado em detrimento do público, do individual em detrimento do coletivo. A questão da ética, tratada entre outros por SCHELER (1991), parece se desenvolver de forma ainda diferente ao se comparar o processo de constituição do Canadá em relação ao Brasil.

Salvo, naturalmente, no caso do Canadá, a referência devida aos povos inuits e indígenas. No Brasil, algo similar poderia ser dito em relação a algumas populações cujas condições ainda permitem certas configurações culturais. A identidade canadense, de forma geral, se define muito mais por uma história comum, por um território comum, por políticas comuns, do que por traços culturais comuns, sobretudo em razão dos grandes fluxos migratórios que levam a pontuar bolsões sociais diferenciados do tipo: franco-canadense, luso-canadense, chino-canadense, ítalo-canadense, mas circunscritos como nação.

A noção de *seuil* (limiar, umbral), como espaço intermezzo, criativo, torna-se metáfora para definir a noção de tradução & paratradução, respectivamente, texto e paratexto. O compromisso de um tradutor pode estar prioritariamente relacionado às suas tentativas de definição de um centro que responda às restrições e direcionamentos de ordem linguística, antropológica e política. Todavia, se não houver subsídios suficientes, provenientes de fontes ligadas às necessidades sociais, como já mencionado nas páginas acima, o referido centro pode passar a ser muito mais o centro das suposições do tradutor, do que o centro do próprio fenômeno, pelo menos em termos de pertinência sociológica.

Caberia ao tradutor se dirigir ao horizonte da sociedade e, para tal, ser capaz de definir alguns dos vértices subjetivos comuns a conjuntos de indivíduos, que justamente viriam a integrar o primeiro (i.e. o horizonte social). Naturalmente, as respostas do tradutor serão sempre provisórias e



responderão às expectativas de um dado período, pois se o centro se define a partir das margens, é mister considerar que as margens são inexoravelmente elásticas e flutuantes em função dos incessantes deslocamentos intrínsecos aos fatos de natureza diversa: linguística, antropológica, política e demais sucedâneos.

Se, por um lado, as crises e as rupturas são fenômenos que se sucedem ao longo da história, operando-se, por vezes, em curtos períodos de tempo; por outro lado, as variações e mudanças linguísticas (na e da língua) e por extensão culturais e identitárias, geralmente resistem à velocidade dos acontecimentos

Em geral, as mudanças linguísticas se processam, em teoria, em lapsos de 10 anos (cf. Tarallo), salvo interferências da mídia<sup>81</sup>, como atualmente se verifica. O tradutor depara-se, em suas atividades de tradução, com problemas ligados à questão identitária, cuja solução poderia se encontrar na decisão em se basear nas “máximas” (canônicas) pressupostas para definir determinados traços culturais Supor, por exemplo, a existência de uma parcela da população de origem católica e outra protestante.

Todavia, após cada situação de crise ou ruptura, como aquela ocorrida nos anos 1960, em que as igrejas tiveram seu poder de influência fortemente reduzido, geram-se, obrigatoriamente, outros estados que derivam daquilo que seria esperado. Sobretudo diversas as significações ligadas às entradas dos dicionários demandam retificação, tal como observou Victor HUGO (1802-1886) ao afirmar que após cada revolução deveria haver reforma nos dicionários. É natural que tanto as denotações quanto as conotações de palavras e expressão terão seus traços semânticos e conceituais abalados. Eis um exemplo: a palavra LAR remete (1) ao lugar da cozinha em que se acende o fogo; lareira. (2) Superfície do forno onde se põe o pão para cozer [...] (6) FAMÍLIA (Michaelis on line).

O termo **família**, por sua vez, designa (1) o conjunto de pessoas, em geral ligadas por laços de **parentesco**, que vivem sob o mesmo teto, particularmente o pai, a mãe e os filhos. O termo PARENTESCO, remete à COSANGUINIDADE. Ora, verifica-se francos descompassos sociológicos possíveis:

---

<sup>81</sup> O advento das redes de comunicação afetou, em certo sentido, a ideia movimentos diacrônicos lentos e progressivos. O alcance da mídia é capaz de transformar usos longamente lexicalizados (metáforas cristalizadas). Eis dois exemplos do português brasileiro: risco de vida/risco de morte, presidente/presidenta. Em ambos os casos, trata-se de mudanças geradas por questões políticas, referendadas pela força de veiculação das decisões.

(a) os lares nem sempre comportam famílias em seu sentido tradicional. Atualmente pode-se perfeitamente encontrar lares nos quais há somente uma pessoa. Do mesmo modo, há cozinhas nas quais não se ascende o fogo, mas aciona-se unidades de aquecimento elétrico. Outrossim, geralmente compra-se o pão pronto.

(b) nem todas as famílias são compostas por pai (homem), mãe (mulher) e filhos (no plural).

(c) marido e mulher, ou mais propriamente os cônjuges ou o casal, não possuem necessariamente laços de consanguinidade. As afetações decorrentes da endogenia, aliás, poderiam ser nefastas se repetida. Finalmente, a própria ideia de consanguinidade poderia ser contestada, caso contrário criaríamos grupos de O+. Na verdade, a ciência moderna concentra a descendência em dados cromossômicos, situados em outras estruturas biológica além do sangue.

Veja-se o advento do movimento chamado “politicamente correto”, surgido nos Estados Unidos e reproduzido em vários países do mundo, entre os quais o Brasil. Uma nova ordem que gerou, por exemplo, críticas a autores como Monteiro Lobato a respeito de posicionamentos racista. Ora, até mesmo emissões televisivas recentes, dos anos 1980 e 1990 como os Trapalhões, Chico Anísio (cf. Jim Jones) provavelmente sofreriam intervenções proibitivas por ferir em algum sentido as novas regras jurídicas.

Todo texto é, ao mesmo tempo, resultado de reflexos da sociedade e toda tradução deverá estar calcada nas informações de ordem peritextual e epitextual. Em resumo: deverão estar cercadas por seus paratextos. Segundo Genette, um texto sem paratexto é como um elefante sem seu cornaca (o condutor), ou seja, uma potência subutilizada e logo, um espetáculo ineficaz.

Antes de se cogitar a qualquer processo de tradução, é essencial considerar que a construção de uma noção de *tradução* é tão importante quanto as concepções que se possa ter de *língua* e de *linguagem*. Naturalmente, a concepção de tradução não se restringe a uma só visão particular, ou a noções sustentadas pelas teorias próprias aos Estudos da Tradução enquanto disciplina; mas também a bases conceituais que deveriam, em um contexto assumidamente utopia, se tornar de senso comum, uma vez que remetem a processos consubstanciais, essencialmente humanos. Somente a exteriorização dos processos

permite examinar algo profundamente enraizado nas atividades cotidianas.

As linguagens são entidades inerentemente dialógicas. As línguas caracterizam-se sobretudo pela noção de dupla articulação e como código construído, compartilhado socialmente, mas mantendo o caráter intrínseco de todas as linguagens: a intertextualidade. Como já destacamos em repetidas ocasiões com base em YUSTE FRÍAS (2014, 2012, 2010, 2007), insistimos: nós, tradutores, não traduzimos as línguas, pois estamos diante, como bem observou Saussure, de entidades abstratas. A única maneira de examinarmos abstrações é através de suas realizações. As línguas se atualizam nos textos escritos e orais, também nas línguas de sinais, além disso se inscrevem nos espaços iconográficos. Logo, nós, tradutores, traduzimos textos multissemióticos (cf. Jakobson, 1969).

Mas o que significa traduzir? A resposta para uma questão tão breve se alonga através das diversas teorias de tradução que, nem sempre, convergem para o acordo. As teorias, sejam elas atuais ou herança de passados longínquos descrevem o processo como um movimento de transferência ou de transporte de um texto A para um formato B. O caráter binarista se sobressai nessa relação entre um texto de base e sua tradução. Cada modelo teórico destaca as relações entre A e B e a posição do tradutor como mediador do processo. Assim, os binarismos se acentuam em oposições como:

Fidelidade vs infidelidade;  
 Estrangeirização vs domesticação;  
 Pólo de produção vs sistema receptor;  
 Original vs traduzido,  
 Texto canônico, clássico vs cópia ou texto não “autêntico”;  
 Autoria vs apagamento do autor;  
 Visibilidade vs invisibilidade do tradutor.

Cabe observar, segundo YUSTE FRÍAS (2014, 2012, 2010, 2007), que enquanto a *translation* enfatiza o movimento de transferência ou de transporte de A para B, a tradução, por sua vez, destaca mais propriamente a energia que preside este transporte, pois remete à *ductio* e *ducere*. Se a *translate* é uma atividade que implica um agente, a tradução poderia ser tomada como uma espécie de movimento de passagem de caráter mais anônimo.

Enquanto insistirmos, por exemplo, na ideia de original, originalidade, estaremos definindo o centro de estados cristalizados e não exatamente o centro dos fenômenos em deslocamento. A partir do

instante em que as margens se deslocam não estaremos mais falando aos horizontes da sociedade, mas às subjetividades do próprio sujeito tradutor.

Uma das máximas que praticamente não se discute é que não há tradução definitiva. Assim como a língua evolui constantemente, o sentido dos textos é inerentemente flutuante, pois estando ligado às linguagens, sua natureza é inerentemente elástica e transitória, em sendo elásticas e transitórias as constituições dos sujeitos psicanalíticos: leitores.

Uma máquina ou um sistema lógico, como o Google Tradutor, por exemplo, só poderia traduzir de forma adequada se houvesse homogeneização das sociedades. Enquanto existirem diversidades, as traduções serão diversificadas. Naturalmente, os progressos no campo da Inteligência Artificial (IA) e da Tradução Automática (TA), seja ela empregada como auxílio ao tradutor ou como auxiliada pelo tradutor, jamais atingirão forma final. Tampouco aceitarão processo de reversibilidade, ou seja, de A para B e de volta ao estado A.

De fato, pode-se supor que a tradução não busca equilíbrio, mas sim modular as tensões. Aliás, o tradutor poderia assumir que desenvolve seu trabalho sempre em espaços de tensão, no qual os pontos de suposto “equilíbrio” seriam momentâneos, pois se deslocam inexoravelmente. O máximo que se pode atingir são respostas harmônicas, que derivariam muito mais para o lado poético, da estética, do que propriamente dos discursos.

Os componentes soantes ou dissonantes emergirão das percepções. Os processos idiossincráticos fazem parte da natureza humana e não podem ser anulados. Anular as idiossincrasias corresponderia a anular o Outro, e anulação do Outro significaria automaticamente a auto aniquilação. A tradução só é possível, então, a partir do conhecimento e do respeito pelas singularidades aparentemente situadas alhures e outrem.

Aparentemente, visto que não há possibilidade de se vislumbrar isolamentos em se tratando de tradução. O caráter plural, as diferenças se pautam, elas mesmas, na essência da noção de tradução. Não haveria tradução onde houvesse igualdade. A tradução só se torna possível a partir do patamar das similaridades, avançando para as diferenças.

Discutir diferenças e propor adequações entre diferenças consiste de tarefa política, aliás incontornável. A moda, por exemplo, decorre de oscilações operadas sobre a forma, a cor, o movimento, etc. Embora SAUSSURE (1969) tenha sugerido que “na língua não há senão diferenças”, referindo-se a seu modelo essencialmente estrutural, naturalmente não somos obrigados a acatar sua visão antinômica, binária.

BARTHES (1973), por exemplo, minimiza a polarização saussuriana ao propor exames partindo daquilo que se encontra na zona de fricção entre os supostos extremos.

Ora, intérpretes e tradutores lidam constantemente com a problemática do espaço que ocupam, situado entre (a) textos de base e (b) textos a serem elaborados. Finalmente, todo o processo se opera, como observa YUSTE FRÍAS (2014), no umbral em que as negociações foram realizadas. Os mistérios das transformações permanecerão, infelizmente, *intraducto*<sup>82</sup> (no vestibulo). À ótica da noção de *traductio*, não seria viável tratar de diferenças e semelhanças com base na perspectiva binária; a não ser que partíssemos de modelos teóricos que preconizam as oposições binárias como exemplificados anteriormente.

Preferi abraçar, como fio teórico condutor, para a realização de minhas reflexões, um modelo que considere a existência de um texto de base, ou seja, uma fonte referencial aberta e mista. Acredito que somente a partir da convicção de que há margens explícitas à negociação se torna possível realizar aproximações. Acordos e adequações poderiam ser considerados, no escopo desta Tese, como a melhor forma de se traduzir & paratraduzir.

Assim como cada cultura produz sua simbolização musical e a música torna-se, pois, um fato social, cada cultura atribui identidades para si e para os objetos que cria. A noção **paratradução**, por exemplo, variará de acordo com o objeto examinado.

A prática tradutória não permite repetições. Dificilmente, salvo cópia ou suportes para memorização, gravação ou registro, um tradutor jamais reproduzirá o mesmo texto. Somente uma máquina será capaz de fazê-lo. Naturalmente, referimo-nos a: vocabulário, léxico, estruturas sintáticas e efeitos semânticos, a conceitos e relações, à pragmática, pois em termos ideológicos seria evidentemente possível definir, em grandes linhas, tendências linguísticas, antropológicas e políticas resultados da inserção do sujeito em um lugar e em um tempo específico que, de certa forma, reproduziriam as marcas de um *air du temps*.

---

<sup>82</sup> Estou propondo aqui um neologismo particular, cuja referência é a termo intramuros. Refiro-me ao espaço em que ocorre o processo de tradução. Não propriamente o escritório do tradutor, mas sim ao seu escritório interior, intelectual. É claro que o tradutor não pode descrever seus processos mentais em forma de texto, tampouco de desenho. Todavia, o paratexto se pauta como local privilegiado para a exposição de percursos enciclopédicos, dicionarizados, ou até mesmo para justificar novos caminhos que clarifiquem algumas das decisões e responsabilidades assumidas.

Pode-se definir a *traductio* como um processo de rinação. Não se trata, pois, de transladar. A tradução implica a experiência do umbral, tal como sugere Genette (1987) em sua obra *Seuil* (limite). Retomando minhas observações das linhas acima, a existência do Outro depende das margens. A indiferença anula o Outro. Tudo bem, a indiferença elimina diferenças e retroalimenta a indiferença, conduzindo ao niilismo. Logo, em termos de texto, a tradução representa a sobrevida do modelo, sem supor a morte da entidade tomada como base para a reduplicação. A partir do instante em que um texto é lançado à leitura, ele nunca mais será o mesmo e jamais retornará ao seu ponto de partida, pois talvez nunca tenha havido um ponto fixo de onde o texto partiu.

Todo texto carrega os germens da mudança e seus leitores os germens das especulações. Será tarefa vã tentar manter um texto em um lugar fixo e estável. Se conseguirmos tal proeza, quanto mais tempo conseguirmos mantê-lo *in vitro*, tanto mais estaríamos acelerando seu grau de ineficácia, de decomposição. Um texto *in vitro* se tornaria um cadáver. Somente um processo de vampirização, como observa Guilherme de Almeida (1890-1969), seria capaz de conceder-lhe sangue novo e trazê-lo à vida. Todavia, doravante, estaríamos tratando de um novo objeto.

De forma breve, todo texto lançado à leitura jamais voltará para o lugar de onde saiu, ele muda, o leitor muda. Os textos experimentam um processo de inércia, no sentido físico: seus deslocamentos, de suas significações e sentidos, serão embalados de forma inexorável.

Não haverá, jamais, equilíbrio entre texto A e texto B, aliás, a própria noção de equilíbrio, da ordem da massa dos corpos, não se aplicaria a entidades que não possuem massa definida. Como já sugerido, a relação entre todo e qualquer texto e sua tradução se desenvolverá em espaços de tensão.

Ademais, todo texto implica referências montantes e jusantes (*en amont et en aval*), cujas direções não se poderiam comparar àquelas da natureza dos rios, mas ao movimento dos astros, isto é, em espiral. Não se trataria de pensar em um rio cuja nascente, situada no ponto mais alto, conduzirá suas águas para o mar; mas sim de um rio no qual a gravidade não exerce nenhum poder sobre suas águas, senão a força holística do universo que, na ausência de forças locais o fariam correr em espiral. Como resultado, suas águas voltariam a se friccionar muitas vezes. Ora, as revisitações, muitas delas decorrentes da experiência sensível (RANCIÈRE, 2005), é justamente o que constitui a dita “bagagem do tradutor”.

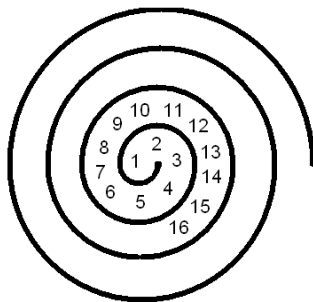


Figura 26 - Noção de espiral para a quebra de hierarquias.

Continuo acreditando na ideia de que, em grau de pesquisa, é imprescindível desfazer toda e qualquer estratificação em patamares de ensino, sobretudo como forma de estabelecer o diálogo entre todos os “setores”. Trata-se de promover a retomada da noção de universalidade que remete às humanidades. A meu ver, os progressos em pesquisas, sobretudo em prol dos Estudos da Tradução e da Interpretação, não se desenvolvem de modo vertical, tampouco em sentido horizontal, mas sobretudo a partir de deslocamentos em espiral. Tal metáfora remete à noção de processos de retomadas de temas, de revisitação de objetos de análise sob novos prismas.

O caráter holístico inerente aos fatos da língua, mais especificamente de suas manifestações (dos textos), sua natureza rizomática constitui um dos pontos a ser sublinhados nas ciências humanas de modo geral e nos Estudos da Linguagem de forma específica. Trata-se, em outras palavras, de promover uma vertente de pensamento que retoma a ideia de humanidades<sup>83</sup>. Neste sentido, posso me permitir supor que as visões binaristas e estruturais constituem um dos grandes males do século XX, por ter inibido, em certo sentido, o desenvolvimento

---

<sup>83</sup> A etimologia do termo combina diversas filiações e interferências de traços semânticos de natureza lexicológica. A primeira delas nos remete ao neologismo *humanitas*, pela qual Varron e Cícero traduzem, do grego a noção de *paideia*. O processo educativo, assim pensado, se pretende como uma preparação do indivíduo ao seu papel de cidadão permeado pela formação cultural, base para o desenvolvimento da noção de urbanidade, responsabilidade e caráter. Naturalmente, também penso aqui no desenvolvimento de competências amplas para o exercício da cidadania.

de alternativas mais maleáveis para a compreensão das linguagens e das línguas.

No caso dos Estudos da Tradução, por exemplo, substituir a noção de *translatio* por *tranductio*, coloca em evidência a noção aproximação e responsabilidade no lugar da ideia “fidelidade”, de originalidade, de texto canônico e clássico. A aceitação de tal premissa permite abrir espaço para novas possibilidades de tratamento do texto, principalmente no que concerne aos processos tradutológicos.

Quando se fala de tradução & paratradução, não se trata, a meu ver, de transladar ou transmitir conhecimentos, ou ainda de se posicionar com os leitores diante de saber. Trata-se, com efeito, de buscar se deslocar para o interior das entidades cientificamente examinadas. À minha ótica, os umbrais – isto é: os espaços de observação, nem fora, nem dentro –, constituem espécies de vestibulos (antessalas) para a construção de miradas que permitam melhor compreender algumas das especificidades das língua (gens) que o uso cotidiano acabam transformando em dados consubstanciais, ofuscando as possibilidades de exteriorização e afastamentos do indivíduo de forma que ele possa examinar as língua (gens) através do uso das língua (gens) como ferramenta suas reflexões.

Tautologicamente falando, a investigação de natureza metalinguística se reveste de atos conscientemente ativados. Todavia, é importante destacar que sempre se tratará de uma prática a ser aprendida, assimilada e desenvolvida.

Com efeito, as atividades universitárias, em seu conjunto e enquanto práticas sociais abrangentes, quando exercidas no âmbito das ciências humanas, escapam a quaisquer estratificações. Todo e qualquer imite ou asserção se chocaria com as perspectivas ditas pós-modernas. Principalmente depois das grandes rupturas ocorridas no final do século XIX e ao longo do século XX – destacando-se também as radicais mudanças de paradigmas promovidas pelos movimentos dos anos 1960 – , parte das visões axiomáticas cedem lugar à relatividade dos fatos científicos e principalmente à ideia de aproximação.

Com efeito, como observa DEMO (2011, p. 13) diante das perspectivas ditas pós-modernas, só pode ser considerado científico o que pode ser contestado. Atualmente, ao final de qualquer investigação de cunho qualitativo, por exemplo, por mais exata que seja, fala-se de “considerações finais” e não propriamente de “conclusões”, oferecendo-se aberturas para novos aperfeiçoamentos e evoluções científicas.

Qualquer dicionário, no plano denotativo, descreverá o termo estanqueidade (*no-leak*) como um neologismo em português, cuja denotação remete às propriedades físicas de certos materiais capazes de



isolar substâncias eventualmente reagentes entre si, ou que possam se misturar ou vaziar.

Em termos científicos, aceito que as categorizações encontram solo fértil, por exemplo, em escopos científicos de cunho quantitativo; nas delimitações para responder a finalidades teóricas e metodológicas; ou ainda para sustentar abordagens que visem dissecação de objetos isolados.

De forma diferente, em se tratando de Ciências Humanas, o trabalho sobre as línguas (gens), sob meu ponto de vista, remete à multidisciplinaridade e, sobretudo, à transdisciplinidade, quase sempre implicando a adoção de perspectivas dialógicas (BAKTHIN, 1970). Como prolongamento da noção de BAKTHIN, a intertextualidade (KRISTEVA, 1976; BARTHES, 1973; RIFFATERRE, 1979, ADAM, 2005) – assim como o caráter rizomático, holístico e heurístico inerentes às linguagens e, por *default*, às línguas –, poderia ser considerada como prisma teórico privilegiado para viabilizar a descrição da atuação do professor da área de Letras, pelo menos nos moldes aqui visados.

Logo, como já destacado, eventuais estratificações adotadas nesta tese devem-se tão somente à necessidade de organização desse documento, tendo em vista que o *syllabus* que norteia minha formação doutoral se resumiria na seguinte suposição pessoal, uma espécie de *déjà-vu*, a partir de minhas leituras:

Toda e qualquer estanqueidade no tratamento de fatos relacionados às Ciências Humanas poderia ser substituída por noções cujos traços semânticos – inerentemente elásticos – sugerem aproximações com entidades e processos de natureza dialógica (BAKTHIN), ou intertextual (Kristeva, Barthes, Riffaterre, Adam). Em referência às humanidades, eu as chamaria de holísticas e rizomáticas (Yuste Frías<sup>84</sup>), ou empregaria sucedâneos lexicais como: multiculturais, multilocais e, na área das línguas estrangeiras: multilingues.

Não acredito em transmissão de saberes por meio do texto traduzido ou paratraduzido, mas no desenvolvimento individual e coletivo do saber de forma guiada, por isso prefiro substituir a ideia de epistemologia das ciências pela noção de sociologia do conhecimento.

Tampouco acredito em “tradução” destacada de **paratradução**. Por tais razões, evito empregar o termo tradução isoladamente. Segundo minhas concepções pessoais, tampouco seria coerente empregar a

---

<sup>84</sup> José YUSTE FRÍAS é professor da Universidade de Vigo, na Espanha. É criador do conceito de “paratradução”. Trata-se de um de nossos principais parceiros científicos nas pesquisas sobre Tradução e Paratradução, cujas trocas acadêmicas se estendem à co-orientação e publicação conjunta de artigos e livros.

composição lexical: tradução/paratradução, separada por barras (limitadoras). Idealizo poder ir além do traço aditivo (e) para passar a compor uma unidade lexical de significação monolítica, não-hierarquizada e sem linearidade ou direcionamento prévios, representada da seguinte forma: Tradução\_**Paratradução**. Primeiramente para romper com a ordem canônica, preconizada durante anos, ou Tradução@**Paratradução**, como alegoria para marcar a fusão por meio de um item icônico que remete às novas vertentes tecnológicas.

O resultado visado seria a criação de uma denotação nova para uma nova entrada terminológica para fins de redação científica. Como constado, escolhi falar de tradução&**paratradução**.

Em minhas argumentações, remeti meus leitores não somente à metáfora pedagógica que alude às visões do mito helênico do Labirinto de Creta, mas também ao Paradoxo de Ménon de Sócrates, que sublinha que: *il faut savoir ce que l'on veut et ce que l'on cherche*, ou seja: é preciso saber o que se quer e o que se procura, mas principalmente, ser capaz de se situar em um umbral que permita desenvolver miradas para poder reconhecer aquilo que se buscava quando no instante em que nos depararmos com a entidade, tal como observa Rosnay (1975, p.34) em uma cena que nos leva a aludir à Lenda de Ícaro, naturalmente em seu conteúdo poético:

*Se elevar para melhor ver, estabelecer conexões para melhor compreender e se situar para melhor agir.* (Joël de Rosnay, 1975, p. 34)

E, complementando, vale então sublinhar a observação do professor José Roberto Oshea<sup>85</sup> (2009) que me leva também a aludir à *Lenda de Ícaro*:

*Em pesquisa é recomendável vários voos sobre um mesmo objeto do que vários sobrevoos sobre diferentes objetos.*

---

<sup>85</sup> A frase acima foi apresentada pelo Prof. Dr. José Roberto OShea na sessão de defesa da mestranda Karima Bezerra de Almeida, intitulada: *With specimens of song*: a tradução da rima de Dickinson, orientada pelo Prof. Dr. Ronaldo Lima e apresentada em 2009 junto ao Programa de Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível no site: [http://www.pget.ufsc.br/curso/teses\\_e\\_dissertacoes.php](http://www.pget.ufsc.br/curso/teses_e_dissertacoes.php), acessado em 21-04-05.

Em sendo composta por elementos de natureza multimodal, a charge, em certo sentido, limita as raízes do código linguístico, pois parte considerável da informação veiculada emana do desenho. No caso de um país multilíngue, no qual o bilinguismo define sua imagem maior, a charge lançada em um jornal de língua francesa não constitui objeto estranho àqueles que, eventualmente, não dominem a língua francesa. O desenho, em si, possui a capacidade de transpor certos limites impostos pelas restrições de um código linguístico (i.e., língua, idioma), pois ativa percepções sensitivas de outras ordens. Todavia, a interpretação do iconotexto demanda conhecimentos infralinguísticos e supralinguísticos por vezes muito mais complexos do que aqueles presentes na língua. A imagem de uma flor de lis e/ou seu correspondente escrito podem ativar processos interpretativos muito pontuais e singulares, tendo em vista que as referencialidades podem, no caso da imagem, remeter a referentes da ordem da forma e não do significado, tal como observa PEIRCE (1999). A ótica junguiana, por exemplo, permite que relacionemos forma e sentido à entidades ancestralmente assumidas. Os símbolos religiosos tocariam na questão do *ego* e da necessidade de algo divino que explique a existência. Logo, assim como em *Fleurs du Mal* (cf. *Correspondances*) de Baudelaire, na charge examinada, temos relações horizontais, da ordem da experiência sensível da qual trata Platão, mas também relações verticais, aludindo, talvez, a ideia de que o dado eclesiástico continua assombrando decisões políticas.

A leitura da charge também me permitiu pensar em outra questão, o papel social da mulher no contexto do Québec, mais especificamente e no contexto canadense de forma geral, dado que, parece haver um desejo amplo, pelo menos no escopo da política ocidental, em alterar alguns paradigmas sexistas fixados ao longo da história, buscando alternar a ocupação de cargos de direção outrora quase que exclusivamente dedicado aos homens representantes de determinadas categorias. Países como a França, por exemplo, jamais tiveram uma presidente mulher. Outros, como os Estados Unidos, parecem que estão prestes à realizar uma mudança, com o possível lançamento da candidata ao cargo Hillary Clinton. O Brasil antecedeu esses dois países neste quesito, tendo eleito e reeleito a Dilma Rousseff para dois mandatos. O Canadá, por sua vez, teve apenas uma mulher ocupando o cargo de Primeira Ministra<sup>86</sup>. Kim

---

<sup>86</sup> À nível federal, o Canadá só teve uma primeira ministra, porém à nível provincial e territorial, algumas mulheres já alcançaram tal posto, a saber: Rita Johnston (Columbie Britannique - abril 1991 a novembro 1991); Nellie Cournoyea (Territoires du Nord-Ouest - novembro 1991 a novembro 1995); Catherine Callbeck (Île-du-

Campbell foi designada Primeira Ministra do Canadá (25 de junho de 1993 – 4 de novembro de 1993) após a demissão de Brian Mulroney em junho de 1993. Madame Campbell ocupou o cargo por apenas cinco meses e foi substituída nas eleições de novembro daquele mesmo ano. Durante seu curto mandato, ela perdeu a popularidade que havia conquistado desde quando era deputada pela Província de British Columbia. A presença da mulher em cargos públicos importantes parece fazer parte da política Canadense de forma geral e da Província do Québec de modo específico. No ano de 2013, período no qual se encontra a charge que analisamos, seis mulheres ocupavam o cargo de primeira ministra provincial/territorial: Eva Ariak em Nunavut; Kathy Dunderdale na Terre-Neuve-et-Labrador; Christy Clark na Colombie Britannique; Alison Redford em Alberta; Pauline Marois no Québec e Kathleen Wynne em Ontario.

A presença de uma mulher em um cargo de importante decisões políticas fundamentais constitui um dado epitextual central a ser considerado em relação à charge examinada. A informação não se situa explicitamente no politexto; ela emerge do conhecimento periférico, apanágio privilegiado da paratradução. Nas igrejas de orientação cristã, por exemplo, as mulheres se situaram sempre à margem das liturgias, outrossim, jamais ocuparam lugar de destaque nos patamares de base desta crença religiosa. Na *santíssima trindade*, por exemplo, pelo menos em termos de gênero gramatical: há o *pai*, o *filho* e o *espírito santo*. Todos manifestados pelo gênero masculino. Nos preceitos da igreja, as mulheres ocupam o lugar de “santas”. A personagem que representa Pauline Marois parece ter sido colocada na posição do Messias, do representante máximo da crença. Uma Messias investida politicamente, encarregada de trazer benefícios à sociedade. Logo, posso supor que a mudança de paradigma social efetiva relativa à realidade social, marcada pela ascensão da mulher à ocupação de quadros públicos, no caso da presente charge: de uma representante feminina exercendo um cargo máximo em um dos quadros políticos da Província, pode ser comparado à elevação similar de uma mulher à posição de uma Messias capaz de conduzir seu povo.

---

Prince-Édouard) (janeiro 1993 a outubro 1996); Pat Duncan[Yukon](junho 2000 a novembro 2002); Eva Ariak (Nunavut - novembro 2008 a novembro 2013); Kathy Dunderdale (Terre-Neuve-et-Labrador - dezembro 2010 a janeiro 2014); Christy Clark (Colombie Britannique - março 2011); Alison Redford[Alberta](outubro 2011 a março de 2014); Pauline Marois (Québec - setembro de 2012 a abril 2014) Kathleen Wynne (Ontário - fevereiro 2013).

Em minhas pesquisas não encontrei nenhuma crença religiosa monoteísta em que uma personagem feminina ocupasse posição situada no topo da hierarquia. Em geral, as figuras religiosas aludem, pelo menos em termos de gênero gramatical, ao gênero masculino. Por extensão, comumente o gênero gramatical masculino alude também ao sexo masculino, muito embora as políticas da correção tenham interferido nas regras canônicas da língua criando variações como “presidenta”.

Naturalmente, a questão da tradução de polítextos pode se tornar bastante complexa quando se trata de transladar componentes passíveis de gerar choques culturais, sobretudo em casos eventuais em que se confrontem posicionamentos mistos e posturas radicais de caráter fundamentalistas, nas quais, por exemplo, atribuir traços de uma figura feminina na posição geralmente ocupada por um Messias varão, equivaleria a atribuir a ele traços prototípicos (cf. Rosch, 1983, 1977; Lakoff, 1987) femininos, podendo caracterizar algum tipo de agressão religiosa ou mesmo consideração de “blasfêmia” contra preceitos eclesiásticos.

Creio que a tradução&paratradução, como campo de pesquisa ainda incipiente e de bases teóricas e metodológicas embrionárias em termos de tratamento de textos polisemióticos, demanda acréscimos específicos em seus postulados. A esse respeito, o próprio Genette deixa claro em *Seuil* (1987) que as bases que ele propõe estão disponíveis a todos aqueles que se habilitarem a refiná-las e completá-las, tendo em vista que, a sua ótica, ainda há muito que se acrescentar às bases de suas propostas iniciais.

O que percebo, com base nas leituras que realizei, é que a tradução&paratradução constitui um modelo que se assemelha aos modelos exegéticos, principalmente aos postulados da hermenêutica de Schleiermacher. Todavia, os referidos modelos, elaborados com vistas ao exame de textos sensíveis, contornam a questão dos textos multimodais, assim como questões da atualidade, envolvendo as políticas editoriais, a consideração de tramas sociológicas e antropológicas envolvendo relações entre gênero e sexo, política e costumes, sociedade e tradições, intérpretes e tradutores.

A ideia de que as imagens também podem ser traduzidas, não somente em termos de significações e sentidos, mas também em termos de forma, se tornou questão crucial na área do jornalismo político atuante. A questão concerne também a tradução de histórias em quadrinhos, de livros didáticos e sucedâneos, como história da arte, história da escrita. A tradução&paratradução parece constituir uma via possível para que se considere o texto, o paratexto e suas margens. Como observamos, a

questão de gênero é gramatical, manifestando-se de forma flexível. A noção de sexo é inicialmente biológica, mas também envolve questões psicanalíticas, manifestando-se, nas sociedades ocidentais modernas de forma flexível. Todavia, apesar dos imensos avanços nas discussões, os mecanismos de registro ainda apresentam retardos sociológicos evidentes. Neste sentido, os textos jornalísticos – em suas diferentes manifestações – apresentam validade ideológica mais próxima das evoluções sociais, uma vez que buscam refletir fatos do cotidiano.

Como já observado, insisto em trabalhar à ótica dialógica, buscando considerar que, nós, tradutores, não traduzimos as línguas, mas sim textos (cf. Yuste Frías, 2010). Também, que a ideia de *trānslātus* (lat. nominativo, feminino) pode ser substituída pelo conceito de *transducto*, ou seja, não se trata de *translate*, de transferir de A para B, mas de considerar a possibilidade de *transduto*. Em outras palavras, trata-se de aceitar que há um umbral a partir do qual o tradutor cria miradas para conceder vida ao novo texto. Trata-se daquilo que Guilherme de Almeida chamou de processo de vampirização, ou seja: concessão de sangue novo ao texto fenecido. Essa seria, em síntese, a contribuição que acredito acrescentar no trabalho que faço, justamente a de convidar os estudantes a se situarem não somente *diante* dos objetos examinados, mas em seu interior, como forma de registrarem suas marcas pessoais em seus trabalhos, uma vez que a língua é um dos principais recursos de constituição de identidades – compartilhadas e individuais (cf. Rancière, 2005).

De modo geral, ao longo de minha carreira, minhas pesquisas derivaram da linguística estrutural para abordagens mais elásticas da linguagem. Meus esforços derivaram para além dos estudos da língua, abarcando outras linguagens. A dedicação ao tratamento do texto em termos de *Tradução&Paratradução* me levou a considerar questões intralinguísticas, interlinguísticas e intersemióticas (Jakobson, 1969) como parte de um mesmo princípio, a saber: que as linguagens são inerentemente dialógicas e, logo, é preciso considerar que as entidades “IN”, se definem por seus peritextos e por seus epitextos (Genette, 2009, 1982; Yuste Frías, 2014. 2012, 2010, 2007).

Logo, a representação iconográfica de movimentos políticos através da arte plástica engajada, desemboca no comprometimento do artista enquanto parte de um sistema ideológico cerceado por orientações maiores. No caso de um chargista, o óbvio é importante, ou seja, seu trabalho se realiza para um jornal por meio de acelerado ritmo de produções que parecem conduzir a produção de trabalhos cujo estilo de

base se torna recorrente em outros exemplares, tal como foi possível observar na reprodução de outros trabalhos de sua autoria.

Diferentemente da arte sequencial, que caracteriza os Quadrinhos e as tiras, publicadas nos jornais, a charge se caracteriza pelo humor ligado a temas políticos e, mais ainda, pela necessidade de concentração de um máximo de informações em uma só cena. Tal condensação exige que o artista seja minuciosamente preciso e trabalhe com o máximo de representações icônicas (sintéticas), em detrimento do uso de código linguístico. Na charge examinada, apesar do processo de seleção aleatória, temos um exemplo típico do volume de dados prensados prontos à liberar suas significações (locais) e seus sentidos (gerais) ao leitor devidamente inserido e instruído.

A tradução interlinguística, intersemiótica e principalmente intercultural, como demonstrei, implica não somente o conhecimento de especificidades de natureza plástica (desenho e coloração de imagens) ou linguísticas, mas sobretudo ao atuar no escopo dos peritextos e epitextos, o acesso e o desvelamento de particularidades antropológicas, sociológicas e políticas. O termo cultura constitui um hiperônimo demasiadamente vasto para que se possa pontuar cada um dos assuntos que engloba. A própria antropologia, em aceitando-se sua divisão em antropologia social e antropologia biológica. Por sua vez, se ramificam em etnografia, etnologia, antropologia, ultrapassando largamente o escopo de nossas pretensões com esta tese. E apesar dos limites, não se pode desconsiderar totalmente os universos psíquicos (por isso recorreremos a Jung). Não se pode desconsiderar os mitos (por isso recorreremos à política); os rituais (aludimos à Leppihalme, Barthes), a língua e à linguagem (evocamos Saussure e Chomsky); lembramos dos sistemas legais e às questões identitárias (remetemos o leitor aos trabalhos de Homi Bhabha). Enfim, a tradução & paratradução define a figura da aura que deveria revestir a figura do intérprete e do tradutor. Este grau de exigência não poderia deixar de ser elevado, pois se aceitamos, segundo Bakhtin de que a língua é essencialmente dialógica, e a atividade tradutológica não se realiza somente sobre a forma, cabe considerar que a intertextualidade intrínseca e inerente às línguas é antes de tudo uma característica subjacentes a toda e qualquer forma de comunicação humana.

Naturalmente, como aventamos, o tradutor não expõe, tampouco exprime seus percursos mentais quando de sua prática. Nada impede, todavia, que a prática paratradutológica não constitua uma meta para o dever de nossa profissão. Mencionamos Odorico Mendes, Mamede Jarouche, Guilherme de Almeida. Poderíamos citar novos tradutores,

como Faleiros. Todos eles abriram vias para que o paratexto não fique restrito às ideias iniciais de Genette, como elementos tradicionais que acompanham uma edição de um livro (i.e. capa, orelha, contra-capas, prefácio, posfácio, etc.). A ideia de paratexto, e sobretudo de peritexto e epitexto, me pareceu extremamente relativa. Se as imagens de Raúl Pompéia em *O Ateneu* podem ser tomadas como paratexto em uma análise literária de seu livro, como pontua Yuste Frías, um estudo aprofundado de uma das ilustrações de *O Ateneu* pode perfeitamente examinar o texto linguístico como peritexto daquela imagem:



Figura 27 – Ilustração Após o incêndio do Colégio O Ateneu

Como sugeri anteriormente, muito embora a noção de tradução & paratradução tenha aberto muitas vias para o estudo de entidades iconográficas – que no escopo desta tese também denomino politextuais e polisemióticas – as propostas tanto de Genette quanto de Yuste Frías, ainda se revelam tanto mais do ponto de vista metodológico do que propriamente teórico. Um breve estudo de uma charge, como este que propus nas páginas desta tese me conduz a considerar que, se num primeiro momento acreditei ter realizado uma delimitação exacerbadamente estreita, logo com o avanço dos trabalhos, percebi que a *Flor de Lis*, por si só, poderia ter sido selecionada como meu objeto de estudo. Neste caso, todo o entorno desse ícone passaria então a compor suas margens, seus peritextos. Neste caso, acredito que poderia propor um trabalho mais pontual e profundo, concentrando meus prolongamentos sobre um tópico que merece muito mais atenção do que aquela que lhe concedi a presente.



Brevemente, me lançarei a traduzir alguns trabalhos de Yuste Frías para o português. Na ocasião, pretendo discutir com o autor a respeito de algumas de minhas limitações. Provavelmente, em razão do grande grau de abertura da própria noção de tradução & paratradução e dos próprios posicionamentos pessoais de Yuste Frías, poderei apresentar a ele algumas de minhas dúvidas.

Meus estudos de tese deixaram vários *gaps* a serem preenchidos por artigos que pretendo elaborar brevemente. Creio que meus estudos doutorais serviram sobretudo para que eu pudesse compreender a máxima da pesquisa científica: a delimitação. Posso afirmar com alguma certeza que se trata de um dos grandes problemas enfrentados por estudantes da área dos Estudos da Interpretação e da Tradução. Trabalhar sobre a linguagem implica considerar, ao mesmo tempo, seu caráter rizomático (leia-se heurístico) e suas especificidades locais. Descobri também que não parece ser produtivo estratificar as linguagens. Aliás, a própria terminologia apresenta lacunas quando se trata de criar fronteiras entre códigos aparentemente distintos. Por exemplo, opor em linguagem verbal e não verbal corresponde a postura equivocada, uma vez que o não verbal também revela predicação. De forma similar, falar de texto escrito e de imagem equivaleria a considerar que o texto escrito não é um tipo de imagem. Logo, o tratamento de expressões politextuais merece redefinição terminológica. Pelo menos posso dizer que considerar o ícone como texto, a fotografia como texto, o filme como texto, já resolve um grande problema, pois impede que separemos texto de texto.

Nesse sentido, posso aqui, não pôr um fim nessa pesquisa, visto que isto me levaria a concluir o trabalho e sei que minhas limitações enquanto sujeito/tradutor/paratradutor/pesquisador não me permitiriam englobar, e tão pouco esgotar, as possibilidades de análise que emergiram da charge analisada. Contudo, me permiti sobrevoar pontos específicos que me levaram a *ver o texto além do texto*. Foi justamente a partir dessas explorações que pude explicitar traços que revelassem indícios, pistas e fragmentos sobre a identidade da charge analisada. Tais componentes não são perpendiculares, não produzem nem ângulos retos, tampouco relações biunívocas. Eu os definiria mais propriamente como linhas que se estendem em direção ao “vazio”, de encontro ao sujeito (leitor) e nessa aproximação se sobrepõem e formam emaranhados, historicamente ancorados, a partir dos quais poderemos ensaiar *noeuds provisoires* (laços provisórios) e vislumbrar a continuidade da tessitura de nosso *gabbeh* em um fluxo, cujo fechamento jamais conheceremos.



## Referências bibliográficas

ABADIE, P (dir.), **Aujourd'hui, lire la Bible. Exégèses contemporaines et recherches universitaires**. Lyon: Profac, 2008.

ADAM, J-M. **La linguistique textuelle - Introduction à l'analyse textuelle des discours**. Paris: Armand Colin, 2005.

AIRD, R, FALARDEAU, M. **Histoire de la caricature au Québec**. Montréal : VLB éditeur, 2009.

ALMEIDA, H. **Brasil e Canadá - O texto jornalístico como Tradução Cultural: O Papel do leitor nas revistas Veja e McLeans**. (Dissertação de mestrado). Florianópolis: PGET, 2005.

BATAILLE, G. "**Informe**." Documents 7. Dec. p. 382. 1929/1930.

BAKHTINE, M. **La Poétique de Dostoievski**. Paris: Seuil, 1970.

BARTHES, R. **Texte (Théorie du)**, Encyclopaedia Universalis, 1973.

\_\_\_\_\_ **O prazer do texto**. 4. ed. Trad. J. Guinsburgl São Paulo: Perspectiva, 1990.

\_\_\_\_\_ **A morte do Autor** in O Rumor da Língua. Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BERGSON, H. **O Riso – ensaios sobre a significação da comicidade**. Trad. Ivone Benedetti, São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BÉLANGER, E et PERRELLA, A.M.L. **Facteurs d'appui à la souveraineté du Québec chez les jeunes : une comparaison entre francophones, anglophones et allophones** in Politique et Sociétés, vol. 27, n° 3, 2008.

BENJAMIN, W. "**The Task of the Translator**", Illuminations, (ed. Hannah Arendt, trad. Harry Zohn), N. Y.: Schocken Books, 1978.

BERMAN, A. **A prova do estrangeiro: cultura e tradução na Alemanha romântica: Herder, Goethe, Schlegel, Novalis, Humboldt**,

**Schleiermacher, Hölderlin.** Trad. Maria Emília Pereira Channut. Bauru: EDUSC, 2002.

BHABHA, H. K. **O local da cultura.** Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BORG, S. **La notion de progression.** Paris: Didier, 2011.

BOUCHÉ, Claude. **Lautréamont, du lieu commun à la parodie.** Paris : Larousse, 1974.

BRAH, A. **Diaspora, border and transnational identities,** New York: Routledge 1996.

BRITTO, L.P. “**Língua e Ideologia**”. In: BAGNO, Marcos (org.) *Linguística da Norma.* São Paulo: Ed. Loyola, 2003.

CAHOURS D’ASPRY, J-B. **Des Fleurs de Lis et des Armes de France (Légendes, histoire et symbolisme)** Atlantica : Biarritz, 1998.

CAMPOS, H. **Da tradução como criação e como crítica.** In: *Metalinguagem.* São Paulo: Cultrix, 1976.

CARPEAUX, O. M . **Literatura Alemã,** São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

CHARRON, J., BONVILLE, J. **Journalismes en mutation. Perspectives de recherche et orientations méthodologiques**". *Communication*, 1996.

CHARON, M. **Le Rapport Durham en traduction : Paradgimes discursifs.** Ottawa : Université de Ottawa, 1994.

CHESTERMAN, A. **Memes of translation. The spread of ideas in translation theory.** Amsterdam: Benjamins, 1997.

CHOMSKY, N. **Syntactic Structures.** The Hague: Mouton, 1957.

\_\_\_\_\_ **Aspects of the Theory of Syntax.** Cambridge, MA: MIT Press, 1965.

COLLINS; M. R. QUILLIAN (1969). "**Retrieval time from semantic memory**". Journal of verbal learning and verbal behavior 8, 1969.

CORACINI, M. J. **O sujeito tradutor entre a “sua” língua e a língua do outro** in Cadernos de Tradução V 2, nº 16. Florianópolis: PGET, 2005

CORTES, J. **Une introduction à la recherche scientifique en didactique des langues**. Paris: Didier Crédif, 1987.

CLIFFORD, J. **Diasporas**. In: Routes: Travel and Translation in the late twentieth century. Cambridge (Mass.)-London : Harvard University Press, 1997.

DEFAYS, J-M. **Le comique**. Paris : Seuil, 1996.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

DERRIDA, J. **Cogito and the History of Madness**. From Writing and Difference. Trans. A. Bass. London & New York: Routledge, 1978.

\_\_\_\_\_ **La différance in Marges de la Philosophie**. Paris: Les Editions de Minuit, 2003.

DESCARTES, **Étude du bon sens, La recherche de la vérité et autres écrits de jeunesse (1616-1631)** textes édités par Vincent Carraud et Gilles Olivo, PUF, 2013.

DESLISLE, J. **Canadian Tradition** in Routledge Encyclopedia of Translation Studies, Oxford : Routledge, 2011.

DITGEN, Alfred, « **Logements et taille des ménages dans la dynamique des populations locales. L'exemple de Paris** », Population, édition française, 60e année, numéro 3, 2005.

DIAMOND, Jared (trad. Agnès Boltz et Jean-Luc Fidel), **Effondrement : Comment les sociétés décident de leur disparition ou de leur survie** [« **Collapse. How societies chose to fail or succeed** »], partie II, chap. 9 (« Comment les sociétés assurent-elles leur pérennité ? Deux approches divergentes »), Éditions Gallimard, 2006.

DREYFUS, François-Paul **Exégèse en Sorbonne, exégèse en Église : Esquisse d'une théologie de la Parole de Dieu (Sagesse et cultures)**. Les Plans: Parole et silence, 2006.

ERNY, P. **Le Signe de la croix. Histoire, ethnologie et symbolique d'un geste « total »**, Paris : L'Harmattan, 2007.

EISNER, Will. **Quadrinhos e Arte Sequencial**. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

EINSTEIN C. **Die Fabrikation der Fiktionen. Gesammelte Werke in Einzelausgaben**. Sibylle Penkert (Hrsg.), Rowohlt, Reinbek b. Hamburg, 1973.

ESCAPIT, R. **L'humour**. Paris : PUF, 1976.

ESSER, F. **Die Kraft hinter den Schlagzeilen. Englischer und deutscher Journalismus im Vergleich**. München: Verlag Karl Albert GmbH, Freiburg, 1998.

EVRARD, F. **L'Humour**. Paris: Hachette Livre, 1996.

FALEIROS, A. S. **A tradução de poesia no brasil: a invenção de uma tradição**. Palestra proferida no Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC - Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução – PGET. Florianópolis, 29 de julho de 2011.

FELIPPI, A. **Jornalismo E Identidade Cultural Construção Da Identidade Gaúcha Em Zero Hora**. Porto Alegre: PUC, 2006.

FILLMORE, C. **Towards a descriptive framework for spatial deixis speech, place and action**. John Wiley & sons ltd., 1982.

FONSECA, Joaquim. **Caricatura – A imagem gráfica do Humor**. Porto Alegre, Artes e ofícios, 1999.

FOUCAULT, M. **Qu'est-ce qu'un auteur?** In: \_\_\_\_\_. Dits et Écrits: Paris: Gallimard, 2001.

GEERTZ, C. **A Interpretação Das Culturas**. Trad. Sérgio Lamarão São Paulo: LTV, 1989.

GENETTE, G. **Palimpsestes. La littérature au second degré**. Paris: Seuil, 1982.

\_\_\_\_\_. **Paratextos Editoriais**. Trad. Alvaro Faleiros. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. **Seuils**. Paris: Seuil, 1987.

GOETHE, J. W. V. **Fausto**. Trad. Agostinho D'Ornellas. São Paulo: Editora 34, 2004.

GIRAUD, Pierre. **Les jeux de mots**. Paris: Presses Universitaires de France, 2013.

GROUPE  $\mu$ . **Traité du Signe Visuel. Pour Une Rhétorique de l'Image**. Paris: Seuil, 1992.

GREIMAS, A. J. **Sémantique structurale**. Paris : PUF, 2002.

HALL, Stuart. **Cultural identity and diáspora**. In: RUTHERFORD, I. (org.). *Identity*. London: Lawrence & Wishart, 1990.

\_\_\_\_\_. **Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais**. Trad. Adelaine La Guardia Resende, Ana Carolina Escosteguy, Claudia Alvares Francisco Rudiger, Sayonara Amaral. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HALLIDAY, M. **Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HUTCHÉON, L. **Ironie, satire, parodie**. In: *Poétique*. Paris : Éd. Du Seuil, 1982.

ISTVAN, B. **Zoom** (Picture Puffins), 1998.

JAMIESON, K. H., & WALDMAN, P. **The Press Effect, Politicians, Journalists, And The Stories That Shape The Political World**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

JANKÉLÉVITCH, Vladimir. **L'Œuvre**. Paris: Flammarion, 1964.

JAKOBSON, R. **Aspectos Linguísticos da Tradução**. In: Linguística e Comunicação. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1969.

JAROUCHE, M. M. (Org.); HARUN, S. B. **Livro do Tigre e do Raposo**. Trad. Mamede Jarouche. São Paulo/Madrid: Amaral Gurgel Editorial, 2010.

\_\_\_\_\_ **Livro das mil e uma noites (vol. 1)**. Trad. Mamede Jarouche 1a. ed. São Paulo: Editora Globo, 2005.

JUNG, C. G. **Phénomènes occultes**. Paris: Ed. Mouton, 1939.

KRASHEN, S.D. **Second Language Acquisition and Second Language Learning**. Oxford: Pergamon, 1981.

\_\_\_\_\_ **Principles and Practice in Second Language Acquisition**. Oxford: Pergamon. 1982.

\_\_\_\_\_ **The Input Hypothesis**, Oxford: Pergamon, 1985.

KRISTEVA, J. **La Révolution du langage poétique**. Paris: Seuil, 1974.

\_\_\_\_\_ **Le Texte du Roman - Approche sémiologique d'une structure transformationnelle**. Paris: La Haye-Paris, Mouton, 1976.

LACAN, J. **Écrits** 1966 Éd. du Seuil, 2014.

LACOURSIÈRE, J. **Histoire populaire du Québec, vol 5**. Montréal : Septentrion, 1996.

LAMBERT, J. **The strategic role of media and media translation in the on going redefinition of societies and cultures. I Simpósio Internacional de Crítica Genética – Tradução intersemiótica e audiovisual**. Florianópolis: PGET-UFSC, apresentado em 07 mar. 2011.

LE PAGE, R. B. **Projection, Focursing and Diffusio**. York Papers in Linguistics. 1980.



LAKOFF, G. **Women, fire and dangerous things: What categories reveal about the mind**, London, 1987.

LARANJEIRA, M. **Poética da tradução**. São Paulo: EDUSP, 1993.

LEPPIHALME, R. **Culture Bumps: An Empirical Approach to the Translation of Allusions**, Cleve don: Multilingual MattersLtd,1997.

MAUSS, M. **Essais de sociologie**. Paris, Éditions de Minuit, 1968.

MCCLOUD, Scott. **Desvendando os quadrinhos**. Trad. Helcio de Carvalho e Marisa do Nascimento Paro. São Paulo : Art & Comics, 1995.

MCLUHAN, M. **La galaxie Gutenberg. La genèse de l'homme typographique**. Paris: Gallimard (coll. Idées/Sciences Humaines), 1967.

\_\_\_\_\_ **Understanding Media**. Bibliothèque Québécoise, 1993.

MARTINET, A. **Elementos de Linguística Geral**. Trad. José Meireles São Paulo : Martins Fontes, 1978.

\_\_\_\_\_. **Éléments de linguistique générale**. Paris: Armand Colin, 1960.

MARTEL, A. **La politique linguistique canadienne et québécoise. Entre stratégies de pouvoir et identités** in Revue Interlacionale des Études Québécoises. UQAM, Montréal : 1999.

MOTTA-ROTH, D., HENDGES, G.R. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MUNDAY. J. **Introduction to translation studies**. Oxford: Routledge, 2001.

NIETZSCHE, F. **Beyond Good and Evil**, translated by R. J. Hollingdale, Harmondsworth: Penguin Books, 1973.

**NORD, C. Text Analysis in Translation: Theory, Methodology and Didactic Application of a Model for Translation-Oriented Text Analysis**, Amsterdam-New York: Rodopi, 2nd. revised edition. **2005**.

\_\_\_\_\_ **Übersetzen lernen - leicht gemacht. Kurs zur Einführung in das professionelle Übersetzen aus dem Spanischen ins Deutsche**, 2 Bde. (th - translatorisches handeln 5), **1991**.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. Trad. José Teixeira Coelho Neto. 3ªed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

PIEGON, M. **La caricature éditoriale dans le devoir et the Montréal star entre 1960 et 1976**. [tese de doutorado] Montréal :Université de Montréal, 2010.

POTTIER, B. **Théorie et Analyse en Linguistique**. Paris: Hachette Supérieur, 1992.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**. Trad. Mônica Costa Netto São Paulo: EXO experimental, 2005.

RIFFATERRE, M. **La production du texte**. Paris: Seuil, 1979.

ROCHER, G. «**Culture, civilisation et idéologie**» in Introduction à la Sociologie Générale. Montréal : Éditions Hurtubise HMH ltée, 1992.

ROSCH, E. **Classification of Real-World Objects: Origins and Representations in Cognition**. In Johnson-Laird, P.N. & Wason, P.C., Thinking: Readings in Cognitive Science, Cambridge University Press, (Cambridge), 1977.

\_\_\_\_\_ **Prototype Classification and Logical Classification: The Two Systems**. In Scholnick, E.K. (ed), New Trends in Conceptual Representation: Challenges to Piaget's Theory?, Lawrence Erlbaum Associates, Hillsdale, 1983.

ROSNAY, J. **Le Macroscopie: vers une vision globale**. Paris: Seuil, 1975.

RUBLESCKI, **A crise de identidade do Jornalismo** In Ecologia da Mídia, Santa Maria, ed. Facos, 2013.

SAMOYAUULT, T. **A intertextualidade**. Trad. Sandra Nitrini. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. Trad. Isaac Nicolau Salum São Paulo, Cultrix & Edusp, 1969.

\_\_\_\_\_ **Cours de linguistique générale**, éd. Payot, 1995.

SAVARIN, B. **Les desserts de Bernard**. FLAMMARION, Paris, 2004.

SCHLEIERMACHER, F D.E. **Hermenêutica: arte e técnica da interpretação**. 5.ed.Trad. Celso Reni Braida. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2006.

SCHELER, M. **Le Formalisme en éthique et l'éthique matérielle des valeurs**. Essai nouveau pour fonder un personnalisme éthique, Paris : Gallimard, 1991.

SIMON, S. **Translating and interlingual creation in the contact zone : border writing in Québec**. In BASSNETT, S. Post-colonial translation. London & New York : Routledge, 1999.

SINGH, Simon. **Big Bang**. Trad. Jorge Luiz CalifeRio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2006.

SOWA, J. F. **Semantic Networks**, in Stuart C Shapiro. Encyclopedia of Artificial Intelligence, 1987.

STASIAK, D. SANTI, V. J. **Estratégias e identidades midiáticas: matizes da comunicação contemporânea**, Porto Alegre: Ed. PUC, 2011.

TECCHIO, I. **Reflexões sobre a tradução de alusões bíblicas em Drácula de Bram Stoker**. [tese de doutorado] Florianópolis: PGET, 2014.

TISSERON, Serge. **Le Bonheur dans l'image**. Les Empêcheurs de penser en rond. Paris. 1996.

TYLOR, E. **Primitive Cultures**. New York: Harper, 1958.

VAILLANT, P. **Sémiotique des langages d'icônes**. Paris: Honoré Champion Éditeur, 1999.

VENTURA, Z. **1968: O ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VENUTTI, L. **The Scandals of Translation: Towards an Ethics of Difference**, Routledge, London, 1998.

VERMER, H. **Skopos und Translationsauftrag**. Heidelberg Institute für Übertsetzen und Dolmeschen, Universität Heiderlberg, 1986

WALKER, R. **La caricature politique sous son vrai jour!** Revue parlementaire canadienne, Ottawa : Printemps, 2003.

WISNIK, J. M., **O Som e o Sentido** - Uma outra história das músicas. São Paulo: Cia das letras, 1989.

YUSTE FRÍAS, J. **Paratextualidade e tradução: a paratradução da literatura infantil e juvenil**. Trad. Gisele Orgado. Cadernos de Tradução, vol 2, nº 34. Florianópolis, 2014.

\_\_\_\_\_ **Para-traducir la tipografía creativa de la literatura infantil y juvenil** La otra L, 8: 38-45. Elipsis, 2012.

\_\_\_\_\_ **Au seuil de la traduction : la paratraduction**, en Naaijken, T. [ed.] Peter Lang, col. Genèses de Textes-Textgenesen (Françoise Lartillot [dir.]), vol. 3. Bern, 2010.

\_\_\_\_\_ **Para-Traducir libros infantiles**, Vigo: Viceversa, 2007.

ZAPPA, R. & SOTO, E. **Eles só queriam mudar o mundo**. Zahar: Rio de Janeiro, 2008.